



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GRAZIELA DUMARD DA SILVA

**NOVAS TENDÊNCIAS ENTRE AS ESCATOLOGIAS  
EVANGÉLICAS:**

Crenças cristãs e seu impacto nas perspectivas religiosas e nas práticas  
sociopolíticas de evangélicos brasileiros

---

Londrina

2024

GRAZIELA DUMARD DA SILVA

**NOVAS TENDÊNCIAS ENTRE AS ESCATOLOGIAS  
EVANGÉLICAS:**

Crenças cristãs e seu impacto nas perspectivas religiosas e nas  
práticas sociopolíticas de evangélicos brasileiros

Tese apresentada à Universidade Estadual de  
Londrina - UEL, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Kritsch

---

Londrina

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586n Silva, Graziela Dumard da.  
Novas tendências entre as escatologias evangélicas : crenças cristãs e seu impacto nas perspectivas religiosas e nas práticas sociopolíticas de evangélicos brasileiros / Graziela Dumard da Silva. - Londrina, 2024.  
235 f. : il.

Orientador: Raquel Kritsch.  
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.  
Inclui bibliografia.

1. Sociologia da Religião - Tese. 2. Evangélicos - Tese. 3. Práticas Sociopolíticas - Tese. 4. Escatologia - Tese. I. Kritsch, Raquel . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

GRAZIELA DUMARD DA SILVA

**NOVAS TENDÊNCIAS ENTRE AS ESCATOLOGIAS  
EVANGÉLICAS:**

Crenças cristãs e seu impacto nas perspectivas religiosas e nas  
práticas sociopolíticas de evangélicos brasileiros

Tese apresentada à Universidade Estadual de  
Londrina - UEL, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Kritsch

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Kritsch  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Joaílto Burity  
Fundação Joaquim Nabuco/  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Magalhães Pinto Côrtes  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Helcimara de Souza Telles  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dr. André Luiz da Silva  
Universidade Estadual de Maringá

Londrina, 05 de Junho de 2024.

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, Criador da vida e de todas as coisas que nela há, cuja presença me direcionaram por cada fase deste Doutorado. A Ele toda honra, louvor e gratidão!

Aos meus pais, **Alaide e Claudio**, por todo apoio e por acreditarem em mim em todos os momentos da vida. Por terem me incentivado em cada passo dessa jornada e da vida. Obrigada por me incentivarem a voar e nunca desistir dos meus sonhos. Sem vocês, não teria conseguido! Este título é de vocês também!

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Raquel Kritsch**. Te conhecer e conviver com você durante esses anos foi um dos grandes presentes que ganhei do Doutorado. Obrigada pela paciência, parceira, apoio, condução na pesquisa e me incentivar a sempre ir mais além.

Aos membros da banca Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Mariana Côrtes**, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Helcimara Telles**, Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. **Joanildo Burity** e Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. **André Silva**. Agradeço pela generosidade em compartilhar conhecimento por meio das considerações levantadas durante a defesa.

Aos meus amigos/irmãos/ “pais” **Tiago e Danielle Califani**. Vocês foram uma importante rede de apoio durante esses anos. Obrigada por cada conversa, cada partilha à mesa, cada risada, cada conselho. **Daniel e Isabella**, estendo meu carinho e agradecimento a vocês também. Obrigada, família Califani!

À minha amiga **Pamella Eliza**. Nossas conversas leves e descontraídas, nessa amizade que temos: “da faculdade pra vida” e que a vida nos reaproximou foi um respiro nessa reta final. Obrigada!

À minha amiga **Sarah Cardoso**. Obrigada por me introduzir no universo da escatologia. Aquela nossa conversa me ajudou a dar meus primeiros passos dentro desse tema. Para sempre, serei grata!

À **Capes**, pelo auxílio através da bolsa concedida durante o período de um do doutorado, que me auxiliou na condução dos estudos.

Aos **professores do PPGSOC-UEL**. Obrigada por todos ensinamentos durante esses anos!

Aos meus colegas da Pós-Graduação **Henrique Neto e Luan Nalin**. Obrigada por cada conversa durante esses quatro anos. Obrigada por me auxiliarem nos processos internos institucionais!

Aos meus colegas dos grupo de pesquisa **GETPOL e Teoria e Política.edu** “**Getepolzinho**”. Cada um de vocês foi importante para a construção dessa pesquisa. **André e Raniere**, obrigada pela paciência e por serem meus “interlocutores” de pesquisa.

Aos meus amigos **Guilherme Simões e Fernanda Sordi**. Obrigada pelo apoio e trocas durante esta jornada.

Ao **Bispo Fernando e Maria Laudicéia Monteiro**, agradeço pela amizade e apoio durante os primeiros anos em Londrina. Vocês contribuíram para que minha adaptação na cidade tenha se tornado mais leve.

Às minhas amigas **Amanda Motta e Maria Fernanda Monteiro**, a amizade e parceira de vocês ajudaram a tornar a reta final do doutorado mais leve. Obrigada!

À minha terapeuta **Laís Mendes**, obrigada por cada sessão. Nós sabemos que muitas delas foram decisivas para encontrar os caminhos da pesquisa e da vida.

Aos **participantes da pesquisa**. Obrigada pela participação, ela foi fundamental para elaboração desta tese.

## RESUMO

SILVA, Graziela Dumard da. *Novas Tendências Entre As Escatologias Evangélicas: Crenças cristãs e seu impacto nas perspectivas religiosas e nas práticas sociopolíticas de evangélicos brasileiros*. 2024. 235f. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

O crescimento significativo da presença evangélica na sociedade brasileira, sobretudo na esfera política, foi acompanhado e impulsionado por mudanças na mentalidade do grupo, que abandonou o comportamento político apático em favor de um maior ativismo em busca de representatividade. A utilização de narrativas cristãs por líderes políticos como Jair Bolsonaro possibilitou uma maior proximidade e fortalecimento de determinadas alas da comunidade evangélica. Além disso, impulsionada por fatores teológicos que fomentam esse engajamento, parte da comunidade evangélica passou a vislumbrar a possibilidade de influenciar diferentes níveis da cena política e social. Compreendendo que os elementos teológicos podem influenciar o comportamento de fiéis, buscamos entender o papel que as crenças cristãs desempenham na formação das visões políticas e sociais, particularmente em relação às preferências e práticas. Para isso, utilizamos técnicas qualitativas. Por meio de enquetes online, entrevistamos indivíduos que afirmaram ser, ou ter sido, membros de alguma Igreja Evangélica. Obtivemos uma amostra de 445 participantes que estavam distribuídos pelas cinco regiões do Brasil, mas com maior representatividade nos estados do Rio de Janeiro e Paraná. A pesquisa revelou que a crença na volta de Jesus é um elemento que influencia práticas religiosas e sociopolíticas do grupo evangélico estudado, especialmente no que diz respeito ao engajamento político-social e à adoção de valores cristãos. Tal resultado evidenciou que a tomada de posição escatológica dos participantes, ou seja, as categorias de possíveis práticas político-sociais com base nas abordagens escatológicas, varia, de maneira principal, entre o pré-milenismo dispensacionista e o pós-milenismo. Ademais, no contexto do pós-milenismo, a Teologia do Domínio emerge como um instrumento que dá suporte e impulsiona a defesa de um engajamento mais ativo. Portanto, a pesquisa se apresenta como uma importante ferramenta para compreender o papel das crenças cristãs em práticas político-sociais dos fiéis estudados.

**Palavras-chave:** Evangélicos, Escatologias Evangélicas, Sistema de Crenças, Práticas Sociopolíticas, Valores Cristãos.

## ABSTRACT

SILVA, Graziela Dumard da. *New Trends in Evangelical Eschatologies: Christian Beliefs and Their Impact on the Religious Perspectives and Sociopolitical Practices of Brazilian Evangelicals*. 2024. 235f. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

The significant growth of the evangelical presence in Brazilian society, especially in the political sphere, has been accompanied by and driven by changes in the group's mentality, which abandoned apathetic political behavior in favor of greater activism in the search for representation. The use of Christian narratives by political leaders, such as Jair Bolsonaro, has enabled closer ties and strengthened certain factions within the evangelical community. Additionally, driven by theological factors that foster this engagement, part of the evangelical community has begun to envision the possibility of influencing different levels of the political and social scene. Recognizing that theological elements can influence the behavior of believers, we aim to understand the role that Christian beliefs play in shaping political and social views, particularly concerning preferences and practices. For this, we used qualitative techniques. Through online surveys, we interviewed individuals who identified as current or former members of an Evangelical Church. Our sample consisted of 445 participants distributed across the five regions of Brazil, with greater representation in the states of Rio de Janeiro and Paraná. The research revealed that belief in the return of Jesus significantly influences the religious and socio-political practices of the evangelical group studied, especially in terms of political and social engagement and the adoption of Christian values. Our findings indicate that participants' eschatological positions, that is, the categories of possible political-social practices based on eschatological approaches, varied between dispensational premillennialism and postmillennialism. Furthermore, within the context of postmillennialism, Dominion Theology emerges as a driving force that supports and advocates for more active engagement. Therefore, the research presents serves as an important tool to understand the role of Christian beliefs in the political-social practices of the believers studied.

**Key words:** Evangelicals; Evangelical Eschatologies; Belief System; Sociopolitical Practice; Christian Values.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – O Conflito das Eras.....	105
<b>Figura 2</b> – A Era por vir acima desta Era.....	106
<b>Figura 3</b> – O Milênio e as Ressurreições na separação das Eras.....	106
<b>Figura 4</b> – Sistema Pré-milenista histórico ou pós-tribulacionista.....	111
<b>Figura 5</b> – Sistema Pré-milenista dispensacionalista ou pré-tribulacionista.....	113
<b>Figura 6</b> – Sistema Pós-milenista.....	114
<b>Figura 7</b> – Sistema Amilenista.....	117
<b>Figura 8</b> – Distribuição dos participantes por estados no Brasil.....	125
<b>Figura 9</b> – Nuvem de palavras - Valores morais corrompidos .....	133
<b>Figura 10</b> – Nuvem de palavras - Valores cristãos importantes para o Brasil .....	134

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição das denominações com base no Censo 2010.....	53
<b>Gráfico 2</b> - Comparação de Gênero - IBGE 2010 vs. Datafolha 2020.....	54
<b>Gráfico 3</b> - Comparação com base na faixa etária.....	54
<b>Gráfico 4</b> - Comparação cor/raça.....	55
<b>Gráfico 5</b> - Porcentagem por Escolaridade.....	56
<b>Gráfico 6</b> - Renda dos participantes da pesquisa.....	56
<b>Gráfico 7</b> - FT1 e Frequência Semanal.....	141
<b>Gráfico 8</b> – FT1 a partir da PE3 .....	142
<b>Gráfico 9</b> - FT1 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	143
<b>Gráfico 10</b> - FT2 e Frequência Semanal.....	144
<b>Gráfico 11</b> - FT2 a partir da PE3 .....	145
<b>Gráfico 12</b> - FT2 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam .....	145
<b>Gráfico 13</b> - FT3 e frequência semanal.....	147
<b>Gráfico 14</b> - FT3 a partir da PE3.....	147
<b>Gráfico 15</b> - FT3 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	148
<b>Gráfico 16</b> - FT4 e frequência semanal.....	149
<b>Gráfico 17</b> - FT4 a partir da PE3.....	149
<b>Gráfico 18</b> – FT4 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	150
<b>Gráfico 19</b> – FT5 e frequência semanal.....	151
<b>Gráfico 20</b> – FT5 a partir da PE3.....	151
<b>Gráfico 21</b> - FT5 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	152
<b>Gráfico 22</b> - FT6 e frequência semanal.....	153
<b>Gráfico 23</b> – FT6 a partir da PE3.....	154
<b>Gráfico 24</b> – FT6 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam.....	154
<b>Gráfico 25</b> – FT7 e frequência semanal.....	155

<b>Gráfico 26</b> – FT7 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	156
<b>Gráfico 27</b> - FT8 e frequência semanal.....	157
<b>Gráfico 28</b> - FT8 a partir da PE3.....	158
<b>Gráfico 29</b> – FT8 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	158
<b>Gráfico 30</b> - FT9 e frequência semanal.....	159
<b>Gráfico 31</b> - FT9 a partir da PE3.....	160
<b>Gráfico 32</b> – FT9 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	160
<b>Gráfico 33</b> - FT10 e Frequência.....	161
<b>Gráfico 34</b> – FT10 a partir da PE3.....	162
<b>Gráfico 35</b> – FT10 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	163
<b>Gráfico 36</b> - FT11 e Frequência.....	163
<b>Gráfico 37</b> – FT11 a partir da PE3.....	164
<b>Gráfico 38</b> – FT11 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	165
<b>Gráfico 39</b> - FT12 e Frequência.....	166
<b>Gráfico 40</b> – FT12 a partir da PE3.....	166
<b>Gráfico 41</b> – FT12 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	167
<b>Gráfico 42</b> - FT13 e Frequência.....	168
<b>Gráfico 43</b> – FT13 a partir da PE3.....	168
<b>Gráfico 44</b> – FT13 a partir das autodenominações quanto às Igrejas que os participantes frequentam.....	169

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Religião da população brasileira em 2010 (%) .....	50
<b>Quadro 2</b> - Estágios das ênfases pentecostais .....	65
<b>Quadro 3</b> - Igrejas distribuídas por autotclassificação dos participantes do <i>Enquete</i> 2.....	172
<b>Quadro 4</b> - Divisão das FTs por abordagens escatológicas.....	201

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1Co	1 Coríntios
1Sm	1 Samuel
Amil	Amilenismo
Ap	Apocalipse
At	Atos dos Apóstolos
EUA	Estados Unidos da América
FT	Frase Temática
FTs	Frases Temáticas
GN	Gênesis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISER	Instituto Superior de Estudos da Religião
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
Jo	João
Jz	Juízes
Lc	Lucas
Mc	Marcos
Mt	Mateus
Posmil	Pós-Milenismo
PremilDis	Pré-Milenismo Dispensacionalista
PremilHis	Pré-Milenismo Histórico
Rm	Romanos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
No Princípio tudo foi criado .....	16
Do púlpito para o Congresso: evangélicos e a política no Brasil .....	18
Conhecereis a Verdade, mas qual verdade? A construção do problema .....	23
Para onde queremos ir? .....	29
<b>CAPÍTULO 1 - DIMENSÕES SOCIAIS, RELIGIOSIDADES E PERFIL DOS “EVANGÉLICOS”</b> .....	<b>32</b>
1.1 A RELIGIÃO COMO SUPLEMENTO .....	32
1.1.1 Podemos Definir Religião? .....	34
1.2 A RELAÇÃO POLÍTICA E RELIGIÃO: UMA CONVERGÊNCIA HÁ TEMPOS EXISTENTE NA CRENÇA CRISTÃ .....	38
1.3 PROTESTANTES E EVANGÉLICOS: ORIGENS, CARACTERIZAÇÕES E PERFIL.....	45
1.3.1 O Que Dizem Que Eles São? Evangélicos e suas Origens Caracterizações .....	46
1.3.2 Aspectos Do Perfil Evangélico Brasileiro.....	51
<b>CAPÍTULO 2 - (NEO)PENTECOSTAIS: ORIGENS, DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS</b> .....	<b>58</b>
1.4 DOS MOVIMENTOS DO ESPÍRITO SANTO AO PENTECOSTALISMO NOS EUA .....	58
1.4.1 Os Movimentos Do Espírito Santo: O Início Apostólico e a Reforma Protestante ...	59
1.4.2 O Movimento Metodista e o Movimento Holiness .....	61
1.4.3 O Pentecostalismo Nos Eua: O Começo De Uma Nova Fase.....	64
1.5 PENTECOSTALISMO NO BRASIL: ORIGENS E TIPOLOGIAS.....	67
1.5.1 As Tipologias Do Pentecostalismo No Brasil: As Duas Primeiras Ondas.....	69
1.5.2 Neopentecostalismo: Características E Concepções Teológicas.....	71
1.5.2.1 Teologia da Prosperidade .....	73
1.5.2.2 Teologia do Domínio.....	77
1.5.2.2.1 <i>Batalha Espiritual</i> .....	81
1.5.2.2.2 <i>Cristianização da sociedade e a estratégia dos sete montes</i> .....	84
<b>CAPÍTULO 3 - “BREVE JESUS VOLTARÁ!”: O DISCURSO ESCATOLÓGICO E SEUS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS NAS PERSPECTIVAS RELIGIOSAS DE EVANGÉLICOS</b> .....	<b>90</b>
3.1 ESCATOLOGIA .....	92
3.1.1 O Desenvolvimento Da Escatologia No Século XX: Breves Apresentações .....	95

3.2	“QUE VENHA O TEU REINO!”: O ENTENDIMENTO SOBRE O REINO DE DEUS.....	101
3.2.1	O Dilema da Temporalidade Escatológica.....	103
3.3	O CONCEITO DE MILÊNIO .....	107
3.4	OS SISTEMAS ESCATOLÓGICOS .....	108
3.4.1	Pré-Milenismo Histórico .....	110
3.4.2	Pré-Milenismo Dispensacionalista.....	111
3.4.3	Pós-Milenismo.....	113
3.4.4	Amilenismo .....	116
<b>CAPÍTULO 4 CONHECENDO OS RESULTADOS DA PESQUISA: CRENÇAS RELIGIOSAS, PRÁTICAS POLÍTICAS E MORALIDADE .....</b>		<b>119</b>
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	119
4.2	O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES .....	124
4.3	PERFIL RELIGIOSO DOS PARTICIPANTES.....	126
4.4	CRENÇAS EM FOCO: REVELAÇÕES DA PESQUISA.....	130
4.5	“AINDA QUE DEMORE, CREMOS QUE JESUS VOLTARÁ”: A CRENÇA NA VOLTA DE JESUS .....	136
4.5.1	Explorando as Frases Temáticas (FT): uma perspectiva multidimensional.....	140
<b>CAPÍTULO 5 - CRENDO E ATUANDO: UMA ANÁLISE DA INTERAÇÃO DAS CRENÇAS CRISTÃS E AS ESCOLHAS E POSICIONAMENTOS POLÍTICOS SOCIAIS.....</b>		<b>170</b>
5.1	OS(AS) EVANGÉLICOS(AS) DA PESQUISA: QUEM SÃO E COMO SE APRESENTAM....	170
5.1.1	Quais São As Características Religiosas Dos Participantes? .....	172
5.2	RAÍZES CRISTÃS: UMA ANÁLISE DAS CRENÇAS QUE DIRIGEM GRUPOS EVANGÉLICOS .....	181
5.2.1	Entre a Evangelização e a Cristianização.....	183
5.2.2	Os Valores Cristãos E Sua Importância No Ser Cristão .....	186
5.3	“O REI ESTÁ VOLTANDO”: A CRENÇA NA VOLTA DE JESUS E AS TENDÊNCIAS ENVOLVENDO ESSA EXPECTATIVA.....	189
5.3.1	A Expectativa Na Volta De Jesus: A Junção Do Presente Com O Futuro.....	190
5.3.2	Entre O Presente E A Expectativa: A Parusia Como Motivação Para Ações Sociopolíticas .....	195
5.3.3	Tomada De Posição Escatológica Na Ação Político-Social: Escolhas Que Refletem Crenças .....	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>211</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE A – MAPA DE ENTREVISTA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO – PRESENTE EM AMBAS ENQUETES .....</b>	<b>229</b>
<b>APÊNDICE B – MAPA DE ENTREVISTA DA ENQUETE 1 PARA PARTICIPANTES MEMBROS .....</b>	<b>230</b>
<b>APÊNDICES C - MAPA DE ENTREVISTA DA ENQUETE 2.....</b>	<b>232</b>
<b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>235</b>

## INTRODUÇÃO

### **No Princípio tudo foi criado**

“No que acreditam os cristãos?” Na afirmativa presente no livro “*O cristianismo puro e simples*” e transformada em uma pergunta nesta introdução, C.S. Lewis (2017) apresenta os elementos pelos quais os cristãos fundamentam sua crença: o entendimento da divindade de Jesus Cristo, sua morte redentora e ressurreição; o retorno de Jesus; e a ênfase em uma Trindade Divina (Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo) enquanto conceitos centrais na teologia cristã. Além disso, destaca também a moralidade, o perdão e o arrependimento, bem como a caridade e a sociabilidade entre os cristãos, tidos como elementos fundamentais da crença cristã.

A fé, nas palavras do autor anglicano, “significa simplesmente crença – aceitar ou considerar verdadeiras as doutrinas do cristianismo” (Lewis, 2017, p. 164). A garantia da manutenção dessa doutrina seria um processo a ser realizado diariamente pelos fiéis, a fim de preservar sua vida cristã. No entanto, a crença não se limita a uma atitude individual e privada, ela diz respeito a uma conduta social e pública. Afinal de contas, parte desse conjunto de princípios do cristianismo é a mudança da condição social do indivíduo.

A descrição de elementos teológicos na introdução desta tese de sociologia se justifica pelo objeto de estudo, centrado na relação da crença cristã e nas visões e preferências político-sociais dos evangélicos brasileiros. Essa abordagem, que será explorada em outros momentos desta pesquisa, é importante para fornecer uma base teórica e contextual ao leitor, destacando a influência da fé cristã nas atitudes e comportamentos sociais dos evangélicos. Ao explorar os elementos teológicos, como a crença nas Escrituras, o retorno de Jesus e os princípios éticos cristãos, esta tese busca estabelecer alguns entendimentos sobre as crenças que podem moldar as visões políticas dos evangélicos. Embora seja um grupo heterogêneo e diversificado em ritos, interpretações, atitudes e institucionalidades, é possível observar conexões comuns no seu interior.

Quanto à escolha do objeto de estudo aqui pautado, ao iniciar a minha pesquisa no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o foco estava distante da proposta à qual cheguei posteriormente. Naquele primeiro momento, estávamos interessadas em compreender os eventos que marcaram as eleições de 2018 no Brasil, no que se refere à polarização política vista na sociedade brasileira nos últimos anos. No entanto, posteriormente, constatamos que tal investigação já havia sido realizada por diversos outros pesquisadores (eg. Rocha, 2018). Assim, evidentemente, precisei tomar outro caminho. Refleti por algum tempo e notei que a minha trajetória de pesquisa, de alguma forma, sempre

esteve conectada com a compreensão do comportamento humano. Mas quais comportamentos deveríamos analisar?

Após alguns meses de pesquisa, isto é, de leituras e orientações, percebemos que o que ocorreu em 2018 indicava-nos um interessante projeto de pesquisa sobre os evangélicos brasileiros e seu comportamento político. O pleito eleitoral de 2018 trouxe à tona um cenário que já se desenhava pelo menos desde 2014: a polarização política. Desde as manifestações de junho de 2013, as eleições de 2014 e o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, a sociedade brasileira esteve imersa em um processo de polarização que colocou um “nós” contra um “eles”.

Os escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus afiliados alimentaram o sentimento de ameaça e a revolta coletiva. Com a polarização cada vez mais crescente, tornou-se quase que uma “obrigação” para o cidadão brasileiro escolher um lado para se posicionar: “coxinha” ou “mortadela”, nas eleições de 2014; “fascista” ou “comunista”, nas eleições de 2018. Os termos, usados de forma indiscriminada, espelharam a necessidade de os brasileiros escolherem um lado e defenderem os seus pontos de vista em qualquer ambiente social em que estivessem inseridos, inclusive nas igrejas.

As eleições de 2018 trouxeram à tona a aliança controversa e aparentemente “unânime”<sup>1</sup> dos evangélicos com Jair Bolsonaro. Durante a campanha presidencial de 2018, foi possível observar uma clara junção entre a Igreja Evangélica e o então candidato. Embora a presença evangélica na política nacional não fosse novidade, o pleito de 2018 inaugurou uma nova fase, isto é, o processo de instrumentalização da fé cristã na política do país.

Essa fase, que não se iniciou da noite para o dia, foi o resultado de um longo processo que permitiu aos evangélicos sair das margens para o centro da cena política. Se, na redemocratização, a participação da ala evangélica na política era mínima, havendo poucos deputados na Câmara,<sup>2</sup> em setembro de 2019, a palavra “Deus” foi segunda mais usada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, com 360 menções, ficando atrás apenas de “Brasil”, que teve 1.079 menções.<sup>3</sup> Assim, nas próximas páginas desta introdução, buscaremos apresentar os

---

<sup>1</sup> Assim como os evangélicos não representam um grupo unitário e coeso, é controverso afirmarmos que houve unanimidade entre todos eles no apoio a Jair Bolsonaro. Apesar de, por vezes, ser possível observar esse movimento, há de se destacar a existência de um grupo de “oposição”, chamados progressistas, dentro das igrejas evangélicas, o qual apoiou o candidato Fernando Haddad (PT) nas eleições de 2018. Estes são declaradamente contrários aos posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores. Especialmente em pautas que conectam religião e política, ou que envolvem a associação da Bíblia com justificativas políticas.

<sup>2</sup> Segundo Pierucci (1996), na composição da Câmara dos Deputados em 1982, eram dez parlamentares de confissão evangélica. Em 1986, esse número subiu para 33 deputados.

<sup>3</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/brasil-deus-sao-as-palavras-que-mais-aparecem-nos-discursos-de-bolsonaro-23982333>. Acesso em 15 dez. 2023

elementos que me trouxe ao meu problema de pesquisa, cujo objeto seria a relação da crença cristã com o comportamento político-social de evangélicos.

### **Do púlpito para o Congresso: evangélicos e a política no Brasil**

A primeira observação acerca do fenômeno evangélico no cenário político brasileiro é o seu notável crescimento social. De acordo com o IBGE, a proporção de evangélicos foi de 2,6% da população, em 1940, para 22% em 2010 (IBGE, 2023)<sup>4</sup>, representando um crescimento superior a 700%. Há perspectivas de que os evangélicos ultrapassem o número de católicos até 2030 (Alves, 2020), sendo estimado, em 2023/2024, que a sua presença esteja em torno de 26%. (Datafolha, 2022). Além disso, não podemos deixar de mencionar o crescimento significativo do grupo em âmbito estritamente político, especialmente após o período de redemocratização. Segundo Burity (2008, p. 84, grifo do autor), “não se pode ignorar a visibilidade pública da religião na cena contemporânea. Quer no plano da cultura e do cotidiano quer no da esfera pública e da política, os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *ethos*, suas demandas [...]”.

O exponencial crescimento do número de evangélicos em âmbito social promoveu duas mudanças que se complementam: mentalidade e representatividade. Em sua mentalidade, transacionaram do antigo lema “crente não se mete em política” para o “irmão vota em irmão”. Tal mudança rompeu não apenas com a apatia política entre os evangélicos, como também resultou em um maior ativismo do grupo, refletindo-se na busca por maior representatividade.

Embora o processo de redemocratização possa ser considerado um tipo de “marco inaugural” da participação de evangélicos na política, muito antes disso era possível encontrar políticos evangélicos, os quais, no entanto, não utilizavam a sua crença como lobby político. Aliás, a presença e atuação dos evangélicos na política brasileira começou de forma tímida e quase imperceptível. A primeira menção de alguma presença protestante na cena política pode ser observada ainda na Primeira República, nos senadores Alfredo Ellis, Erico Coelho e Joaquim Paranaguá. Entretanto, além da baixa representatividade, nenhum dos três relacionava a sua atividade política com sua confissão religiosa. Não havia neles possibilidade de junção e presença do protestantismo na política naquele período (Freston, 1993).

Apenas nas Constituintes de 1934 e 1945 é que ocorre a primeira junção, esta considerada oficial, entre protestantismo e política, isto é, um candidato que se declarou protestante, que tinha uma base eleitoral protestante e que estava ali para defender os interesses

---

<sup>4</sup> Esses dados são do Censo 2010, pois não tivemos acesso ao Censo 2022. No capítulo um, isso será melhor explicado.

do seu grupo. Ele foi Guaracy Silveira, um pastor metodista. Além dele, o Brasil teria ainda tido dois presidentes de religião evangélica, nomeadamente, Café Filho (1954-1955) e Ernesto Geisel (1974-1979). Enquanto em termos institucionais, os dois tinham origem distantes – Café Filho era presbiteriano e Geisel, luterano –, eles tiveram em comum o fato de terem assumido a presidência sem passar por eleições diretas (Alexandre, 2020)<sup>5</sup>.

A partir do processo de redemocratização, houve um momento de modificação do sistema político e institucional. Os últimos anos da ditadura militar permitiram uma maior liberalização política, como o retorno ao pluripartidarismo, o calendário eleitoral (embora isso não incluísse a presidência da República) e uma diminuição da repressão aos movimentos sociais e sindicais (Machado; Burity, 2014). Além disso, o (re)nascimento da ordem democrática trouxe a possibilidade de novas formas de participação e inserção de novos atores, como o processo de Assembleia Constituinte, que representa o momento de (re)construção e (re)arranjos institucionais, sociais e políticos (Burity, 2020). Ser parte daquele movimento era fundamental para qualquer ator que desejasse maior protagonismo político, sendo o momento oportuno para novos nomes se inserirem no novo cenário que estava surgindo.

As transformações ocorridas entre o final da ditadura militar e o reestabelecimento da democracia foram favoráveis aos evangélicos, ensejando a possibilidade de saírem da invisibilidade e pleitearem o acesso à cena pública, assim como outros atores fizeram (Machado; Burity, 2014). Isso levou à emergência de uma agência interna que questionou a apatia política e a condição minoritária política e cultural, capaz de confrontar movimentos sociais mais desenvolvidos e todos aqueles que, na época, desafiavam a compreensão pentecostal da política e buscavam participação social. Tal situação contribuiu para a mudança no posicionamento político dos evangélicos, especialmente os pentecostais, durante boa parte do século XX. Segundo Machado e Burity (2014), essa mudança concentrou-se na aproximação de atores religiosos a partidos políticos, no crescimento da presença de líderes evangélicos na política, especialmente no Legislativo, e na busca por concessões de canais de televisão e rádio.

O crescimento da população autodeclarada evangélica também criou espaços para necessidade de saída desse grupo da margem para o centro. Segundo Machado (2015), esse crescimento numérico, juntamente com a percepção da capacidade de mobilização das comunidades pentecostais, foi usado para modificar o pensamento acerca da inserção dos crentes na política. Ou seja, na desconstrução da visão negativa para o engajamento dos integrantes desse grupo na política, nos processos eleitorais e nos debates políticos. Machado

---

<sup>5</sup> Enquanto Café Filho assumiu a presidência após o suicídio de Getúlio Vargas, Ernesto Geisel foi eleito por deputados federais durante o regime militar.

(2015) descreve um fragmento de uma entrevista concedida pelo, na época, deputado federal Ronaldo Fonseca, pastor da Assembleia de Deus, em que assegurou que o sistema político é perverso e corrompido, mas “o cristão tem que estar onde tem trevas. Então se [a política] é corrompida, tem trevas ou escuridão, nós temos que brilhar ali” (Machado, 2015, p. 52). Dessa forma, passou-se a questionar a apatia política e o status minoritário cultural e político. Aos poucos, o dito “crente não se mete em política” foi substituído pelo “irmão vota em irmão”. Mentalidade e demanda passam a caminhar juntas.

Naquele momento, o incentivo à participação e inserção do grupo evangélico em disputas políticas teriam alguns objetivos, os quais, segundo Guadalupe Perez (2020), podem ser divididos em pelo menos duas fases. Primeiro, impedir qualquer tentativa de restrição à liberdade religiosa, especialmente durante a Assembleia Constituinte. Segundo, o interesse de garantir reconhecimentos social e legal, assim como a Igreja Católica. Assim, “igualdade religiosa” era tão importante quanto “liberdade religiosa”. Contudo, esse interesse não era estático, pelo contrário, posteriormente, a busca pela igualdade religiosa foi substituída pela implementação de pautas morais.

Tal cenário, que era propício para a inserção e o envolvimento de evangélicos com a política, foi materializado pelos esforços na eleição de parlamentares no Legislativo e de apoio a candidaturas nos três níveis do Executivo (Municipal, Estadual e Federal). No primeiro caso, podemos destacar o crescimento da presença de parlamentares declaradamente evangélicos desde a Assembleia Constituinte, que saltou de 33 para os atuais 91 congressistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.<sup>6</sup> No segundo caso, os evangélicos, desde a redemocratização, estiveram apoiando candidatos ao Executivo, fossem eles declaradamente evangélicos, como o caso de Anthony Garotinho, em 2002, ou não evangélicos, como Fernando Collor em 1990. Segundo Camurça (2020), seriam três as fases da movimentação do apoio a nomes evangélico que se candidataram ao Executivo.

A primeira fase da movimentação, mais à direita, nas eleições de 1990, é caracterizada pelo apoio a Fernando Collor; ainda nesta fase, nos anos 1990, observou-se o apoio a Fernando Henrique Cardoso. A segunda fase se iniciou com a migração do apoio evangélico em direção ao eixo centro-esquerda representado pelos governos Lula-Dilma. A terceira fase, de ruptura dessa aliança, quando o grupo apoiou o *impeachment* da presidente em 2016 e retornou à aliança com o neoliberalismo de direita, que incluía o PSDB, o DEM e o PMDB, ao colocarem Michel Temer, vice de Dilma, no poder. Camurça (2020) argumenta que a eleição de Jair Bolsonaro

---

<sup>6</sup> Refere-se Legislatura 56ª (2019-2023).

foi uma “derivação” da terceira fase. No entanto, questionamos essa perspectiva, sugerindo que essa eleição pode ter marcado o início de uma nova fase ao revelar uma complexa simbiose entre a fé a política. Essa aliança, que pode ter inaugurado uma nova fase da movimentação política, revelaria elementos de uma instrumentalização da fé na política. Apesar disso, é importante ressaltar que esse processo não teria ocorrido de forma abrupta, mas sim como parte um complexo conjunto de fatores religiosos e sociais no âmbito evangélico.

O cenário de polarização entre uma esquerda e uma direita evangélica não é algo novo no cenário evangélico brasileiro. Pierucci e Mariano (1996) também apontaram, nas eleições diretas de 1990, as fragmentações numa “nova direita cristã” e numa “esquerda evangélica”. Assim, o cenário de polarização política interna entre os evangélicos não era novo. No entanto, as eleições de 2018 teriam um componente a mais: as narrativas religiosas atreladas a elementos políticos.

Embora a Lei Eleitoral, no seu artigo 37, § 4<sup>o</sup>, proíba a veiculação de propaganda política de qualquer natureza em locais de bens comuns, como templos religiosos, isso não impediu o apoio de determinadas figuras religiosas a Bolsonaro em 2018 e em 2022.<sup>8</sup> Mesmo que haja controvérsias e esforços para que não se faça propaganda eleitoral em templos, isso não impede que os líderes religiosos propaguem os valores que esses candidatos defendem, utilizando especialmente a linguagem religiosa para promover tais candidatos. Na maioria das vezes, esses candidatos são descritos como: “enviados de Deus”, que lutam contra o poder das trevas e estão sendo levantados por Deus para defender os valores de Cristo. Do outro lado, também encontramos, em diferentes Igrejas Evangélicas, líderes que se opuseram a apoiar Bolsonaro<sup>9</sup>. Duas cartas de ambos os lados ilustrariam os elementos das narrativas religiosas como argumentação para determinado posicionamento político: a *Carta aberta à Igreja brasileira* e o *Manifesto contra a candidatura de Jair Bolsonaro*.

Na *Carta aberta à Igreja brasileira*, alguns pontos chamam a nossa atenção. Primeiramente, destaca-se o compromisso com a “moralidade” e uma “visão cristã de mundo”. Em segundo lugar, é expresso que o Senhor “refreie a representação de ideologias anticristãs nos parlamentos”. O terceiro ponto ressalta a esperança de que o “Senhor traga um verdadeiro

---

<sup>7</sup> Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm). Acesso em 17 dez. 2023.

<sup>8</sup> Nomes como Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC); R. R. Soares, da Igreja Internacional da Graça; Família Valadão, por meio dos irmãos André e Ana Paula Valadão, líderes da Batista Lagoinha e Diante do Trono; Rinaldo Seixas, fundador da Bola de Neve Church; Claudio Duarte, conhecido pastor batista que realiza palestras para casais e shows de comédia; Carlito Paes, pastor-presidente da rede Igreja da Cidade e Rene Terra Nova, fundador do Ministério Internacional da Restauração (Alexandre, 2020); Teófilo Hayashi, pastor Sênior da Zion Church; David Leonardo e Thalita Pereira, influencers gospel, entre outros.

<sup>9</sup> Pastores como Ariovaldo Ramos e o deputado Federal Henrique Vieira, incluindo o ex-pastor Antônio Carlos, são alguns nomes que podem ser exemplificados.

avivamento à sua Igreja no Brasil, provocando um grande e duradouro impacto cultural, moral e social [...]”. Além disso, os signatários fazem algumas recomendações. Sugerem, por exemplo, que os evangélicos, ao escolherem seus candidatos, conheçam bem o seu “caráter, ideias e a ideologia do partido”. Recomendam, também, que rejeitem candidatos com ênfases que “intervenham na esfera familiar educacional, eclesiástica e artística”. Os signatários enfatizam a necessidade de repudiar qualquer ideologia que se oponha aos princípios do Reino de Deus, ou seja, à mensagem bíblica. Defendem, ainda, a importância de preservar “a dignidade do ser humano e a vida em qualquer circunstância, desde sua concepção no ventre materno”.<sup>10</sup> Embora o nome de Jair Bolsonaro não seja mencionado diretamente, a carta exorta a Igreja Evangélica a escolher candidatos que se identifiquem com esses valores.

Em resposta a essa Carta, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito é mais direta em sua “resposta”: “Pode um crente votar em Bolsonaro?”. Após uma citação do versículo da Epístolas de Gálatas 5.1, diz o seguinte: “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou. Portanto, permaneçam firmes e não se deixem submeter novamente a um jugo de escravidão”. Eles afirmam que diante do posicionamento de reconhecimento por parte líderes religiosos à candidatura de Bolsonaro como messiânica, posicionam-se como “profetas, os primeiros cristãos e milhares de crentes ao longo da história”. Ou seja, como uma voz contra a “violência, contra o machismo, contra o racismo, contra o preconceito, contra o sexismo, contra o autoritarismo e contra a exclusão manifestadas por Bolsonaro no exercício na vida política, e em seu excludente programa de governo”.<sup>11</sup> Além disso, tal como a *Carta aberta à Igreja*, eles mencionam o Evangelho de Jesus e a defesa do Evangelho com a vida humana, especialmente dos mais fracos, em nível físico, social, econômica, educacional, racial e moral. Mencionam que foi com essa pessoas que Jesus andou e que ele foi uma delas. Rechaçam, ainda, a candidatura de Bolsonaro, por representar o oposto.

As oscilações entre as alas esquerda e direita evangélicas promoveram análises adicionais sobre o conservadorismo dentro desse grupo, especialmente em relação ao seu posicionamento sobre assuntos considerados polêmicos, como aborto, homossexualidade, família etc. (Almeida, 2019; Mariano, 2016; Machado 2018). Além disso, foram conduzidas análises sobre a identidade evangélica e o significado desse fenômeno para o cenário político-social brasileiro (Machado, 2015, 2018, 2021; Machado; Burity, 2014). Outras pesquisas

---

<sup>10</sup> Disponível em <https://voltemosaoevangelho.com/blog/2018/09/eleicoes-2018-carta-aberta-a-igreja-brasileira/>. Acesso em 17 dez. 2023

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/frente-de-evangelicos-publica-manifesto-contra-a-candidatura-de-bolsonaro/>. Acesso em 17 dez. 2023

abordaram as atuações específicas da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), buscando, em especial, a compreensão do pentecostalismo como um fenômeno social e religioso no Brasil (Freston, 1994; Mariano, 2004), ou focando a ascensão e influência do pentecostalismo no ativismo político dos evangélicos (Machado; Burity, 2014; Machado, 2015) e até mesmo a existência do fenômeno “pentecostalismo político” no país (Fontana; Lubber, 2021).

Assim, torna-se de suma importância explorar perspectivas para além das já conhecidas sobre o fenômeno evangélico e de sua “transição” do púlpito para o Congresso. Precisamos entender outros fatores que os fizeram permanecer na cena pública, não apenas no Congresso, mas também no Executivo e aonde mais puderem chegar.

### **Conhecereis a Verdade, mas qual verdade? A construção do problema**

Quando os resultados das eleições presidenciais foram anunciados em outubro de 2018, uma curiosa cena rodou o Brasil: o presidente eleito Jair Bolsonaro convidou o então senador Magno Malta para realizar uma oração antes de seu discurso formal. Na oração, Malta afirma que na “Palavra de Deus quem unge a autoridade é Deus e foi Deus quem ungiu Jair Bolsonaro. E que a partir daquele momento ele passa a ser um presidente que ama a pátria, um cristão verdadeiro, um patriota, cheio de fé e esperança”.<sup>12</sup> Malta prossegue agradecendo a todos os apoiadores e menciona as diferentes religiões existentes no Brasil, embora afirme que o país seja majoritariamente cristão. Antes de terminar a oração, Malta diz: “agradecemos nome de Jesus”; e ao invés de falar “amém (conhecida expressão evangélica cujo significado seria de concordância, tal qual um “assim seja”)), Malta profere o lema de campanha de Bolsonaro: “O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos!”.

Ao ser parabenizado pelo repórter, antes iniciar seu discurso, Bolsonaro disse: “essa é uma missão de Deus e que estará pronto a cumpri-la”. Em seu primeiro discurso formal, Bolsonaro traz à tona figuras narrativas conhecidas do público evangélico. Ele proferiu as seguintes frases: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”; “Sempre senti a presença de Deus”; “Não é a palavra vã de um homem. É um juramento a Deus”; “A verdade vai libertar este grande país”; “Vamos ‘desamarrar’ o Brasil”; “As sementes serão lançadas e regadas”.

Os elementos do discurso de Bolsonaro e, posteriormente, dos anos seguintes de governo, em que indicou ministros abertamente evangélicos, como Damares Alves (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos); Ernesto Araújo (Ministério das Relações Exteriores);

---

<sup>12</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iwD81eWSQNA> . Acesso em 13 dez. 2023

Ricardo Lopes Dias (Funai); Abraham Weintraub (Ministério da Educação); André Mendonça (STF), o chamado “ministro terrivelmente evangélico”; e ainda Onix Lorenzoni, entre outros nomes, marcaram o início de um era de institucionalização da fé cristã no cenário político brasileiro. A partir daquele momento, os evangélicos não apenas passaram a votar em seus irmãos, mas também a vislumbrar a possibilidade de estarem nos níveis mais altos do Executivo, e disseminar as suas ideias religiosas na política.

O que chama a atenção nesses exemplos, e em outros concernentes à relação de Bolsonaro com evangélicos, é que, de alguma forma, ele foi capaz de falar a linguagem daquele grupo. A utilização das narrativas cristãs na esfera pública possibilitou não só uma aproximação, mas ainda o engrandecimento desse grupo que era considerado por muitos como marginal, mas que estava crescendo absurdamente nas últimas décadas, algo percebido por Bolsonaro. Alexandre (2020, p. 135) destaca que Bolsonaro “enxergou um contingente do Brasil profundo até então invisível”. Ele olhou e deu voz aos evangélicos e à sua crença, embora isso fizesse parte de sua estratégia de campanha.

Por possuir um tempo escasso de propaganda eleitoral na televisão aberta, a campanha de Bolsonaro envolveu uma interessante estratégia: para além das redes sociais, onde não há tempo limitado, seu discurso foi alinhado ao vocabulário das Igrejas Evangélicas brasileiras, incluindo alguns versículos da Bíblia, referências a Deus, família, aborto, homossexualismo, a questão de Israel e dualidades como luz vs. trevas, nacionalismo vs. Comunismo, entre outros (Alexandre, 2020). Uma ala da Igreja Evangélica viu o seu próprio plano de poder, de expansão e de domínio representado por Jair Bolsonaro.

A questão do domínio, que será abordada ao longo desta tese, comporia, juntamente com a Batalha Espiritual, o conjunto de inovações teológicas inauguradas pelo neopentecostalismo. Ao abordar a noção de poder nas três ondas do neopentecostalismo, Alexandre (2020) caracteriza:

Se na primeira onda ele estava associado ao vigor evangelístico, e se na segunda tinha mais a ver com o controle das realidades sobrenaturais para curar e expulsar demônios, no neopentecostalismo ele significa governo e influência em seu sentido mais terreno (Alexandre, 2020, p. 143).

A Teologia do Domínio, ou o “dominionismo”, une as ênfases de duas ondas do pentecostalismo, a segunda e a terceira. Isso ocorre porque é necessário, primeiramente, expulsar os demônios para, em seguida, dominar as esferas de influência da sociedade. Além disso, essa noção também dialoga com a estratégia dos 7 Montes, que opera esse conceito para atuar nas sete áreas de influência da sociedade: família, religião, economia, educação, mídia,

artes e entretenimento e governo. Isso se relaciona também com a escatologia que, em linhas gerais, por meio da abordagem pós-milenista, defende que Cristo apenas voltará depois que a maioria da sociedade estiver cristianizada. Todos esses elementos serão debatidos durante esta pesquisa, em capítulos específicos. No entanto, essa breve apresentação nos indica que o movimento da instrumentalização da fé cristã no cenário político não é algo aleatório, tampouco surgiu do nada com Jair Bolsonaro.

Na discussão que desenvolveremos no capítulo cinco, apresentaremos uma explicação de Kepel (1995), que argumenta que a mobilização evangélica em assuntos políticos se refere ao processo de (re)cristianização da sociedade “pelo alto”, isto é, mediante uma parte mais alta da pirâmide política e social. Nessa explicação de Kepel, podemos ver isso de forma visível na relação de Bolsonaro com uma parte significativa da Igreja Evangélica, com os discursos que atrelam elementos políticos a religiosos, ou ainda com a indicação de pessoas com base em sua religião.

De fato, essa noção de uma cristianização “pelo alto” também já foi observada por outros autores, que vincularam fatores teológicos a argumentos políticos<sup>13</sup>. Essas perspectivas argumentam que os fatores teológicos são percebidos como uma das motivações para se compreender a entrada dos evangélicos na política, uma ideia observada não apenas nos Estados Unidos da América, mas também na América Latina. Nos EUA, por exemplo, os argumentos teológicos apelaram para o mito da “nação cristã” e foram usados por campanhas políticas nos EUA e na América Latina (Borda, 2020). Além disso, a exploração das interpretações bíblicas envolvendo a volta de Jesus também já foram utilizadas na política dos EUA (Rocha, 2017) e no Brasil pelo pentecostalismo (Rocha, 2009).

Não se pode deixar de destacar a participação de pastores midiáticos norte-americanos nesse processo. Alexandre (2020) indica que a Teologia do Domínio já havia sido atrelada a elementos políticos nas eleições norte-americanas de 2008, quando o candidato republicano John McCain formou chapa com Sarah Palin. Nessa campanha, Peter Wagner, conhecido líder religioso evangélico, realizou encontros de orações e discursos sobre a batalha entre o “bem e o mal” a ser enfrentada, ou seja, entre republicanos (bem) e democratas (mal). No Brasil, também líderes evangélicos, como Silas Malafaia, empregaram os mesmos discursos, tanto em 2018 quanto em 2022.

No entanto, mais do que compreender os detalhes ou as práticas dos evangélicos no cenário político-eleitoral, interessa-nos conhecer as relações que a crença cristã pode

---

<sup>13</sup> Ver Perez Guadalupe, Carranza, 2020; Borda, 2020; Rocha, 2008, 2010.

desempenhar na formação e na percepção político-social “por baixo”, isto é, entre os fiéis. Afinal, esses fatores teológicos não se limitam à esfera da política institucionalizada, afetando não apenas os Estados, os discursos políticos e os tomadores de decisão políticas, mas também, e principalmente, impacta os indivíduos que frequentam as igrejas semanalmente.

Um exemplo da importância de entendermos as perspectivas dos indivíduos está no fato de que essas visões terão impacto em suas decisões de voto. No dia 15 de janeiro de 2024, os EUA divulgaram os resultados da primeira prévia estadual do partido Republicano para as eleições presidenciais, o caucus de Iowa.<sup>14</sup> Na disputa entre três candidatos, o ex-presidente e o possível candidato Donald Trump obteve 51% dos votos. Embora a vitória de Trump não tenha sido surpreendente, o que chamou mais atenção foi a consolidação dele entre os evangélicos. Se, em 2016, Trump teve um desempenho ruim entre os evangélicos de Iowa, o caucus de 2024 mostrou que isso estava superado, obtendo 58% dos votos nos condados mais religiosos de Iowa (Keating; Blancoe; Morse, 2024)<sup>15</sup>.

O que nos chama a atenção nesse cenário não é propriamente a vitória de Trump nesse caucus, mas a perspectiva que seus eleitores, os crentes, possuem sobre ele e como o relacionam a fatores religiosos. Em matéria sobre o caucus, o jornal *Independent* (2024), apresentou respostas de uma pesquisa realizada pelo Associated Press-NORC. Um eleitor cristão afirmou: “Acho que eles estão fazendo a mesma coisa que fizeram com Jesus na cruz” (Woodward, 2024, tradução nossa). Outro eleitor afirmou algo semelhante: “Bem, Jesus Cristo morreu pelos meus pecados. Jesus morreu por mim. Então, isso se conecta em cérebro dessa forma, tipo, OK, ele está fazendo isso por nós... e ele é o alvo, onde não precisamos estar” (Woodward, 2024, tradução nossa). Em outra matéria do jornal *The New York Times*, uma eleitora comparou Trump ao personagem bíblico Davi, afirmando: “Trump é nosso Davi e Golias” (Graham; Homans, 2024). Por vezes, o ex-presidente é comparado a Davi, que precisa lutar contra o gigante Golias, neste caso o Estado e o sistema. No entanto, na metáfora da participante, ela comparava Trump aos dois personagens, àquele que luta e àquele que é gigante.

Esse exemplo do que está ocorrendo nas prévias das eleições presidenciais nos EUA e

---

<sup>14</sup> Os caucus é um dos modelos de votação mais antigo, existindo desde o século XVIII e ainda em vigor no EUA. Eles são como pequenas assembleias onde os eleitores debatem e, em seguida votam no candidato(a) que acreditam dever concorrer pelo partido que são filiados. Existem algumas “lendas” em torno do caucus de Iowa, de que teria importância por revelar candidatos desconhecidos que chegaram posteriormente à presidência, como Jimmy Carter, que venceu o caucus em 1976, e Barack Obama, em 2008. Além disso, Iowa teria uma particularidade: ser em grande parte composta pelo perfil conservador e branco, além de uma grande comunidade evangélica filiada ao partido Republicano. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/01/15/primeiro-ato-da-corrída-eleitoral-para-a-casa-branca-em-iowa.ghml> . 05 fev. 2024.

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.washingtonpost.com/politics/2024/01/16/trump-iowa-evangelical-vote/>. 05 fev. 2024.

as falas dos entrevistados ressaltam diferentes elementos da crença cristã, os quais são mobilizados nas perspectivas políticas dos indivíduos. Esse exemplo, que não é isolado nos EUA, revela que os fatores teológicos se referem não apenas às interpretações tradicionais da Bíblia (as conhecidas exegeses e hermenêuticas), compartilhadas por meio de pregações expositivas, materiais e cursos religiosos, mas dizem respeito também, e principalmente, à interpretação realizada de forma individual pelo fiel.

Ao abordar a crença cristã, estamos nos referindo à base judaico-cristã, que envolve o Velho e o Novo Testamentos. Há elementos na Bíblia que poderiam ser relacionados com o comportamento político, especialmente quando olhamos para a História do povo de Israel, que foi ressignificado para a vivência da Igreja, o “novo Israel de Deus”, como será apresentado no nosso capítulo um. Afinal, a crença é propagada por diversos atores evangélicos para esses indivíduos, que não apenas absorvem essas interpretações, como também geram suas próprias visões da leitura das Escrituras sobre temas religiosos, criando novas significações que englobam aspectos religiosos, políticos e sociais.

Observamos, com base em Weber, que a sociologia não se ocupa da essência da religião, mas sim “das condições e efeitos de determinados tipo de ação comunitária cuja compreensão também aqui só pode ser alcançada a partir das vivências, representações e fins subjetivos dos indivíduos” (Weber, 2015, p. 319). Essa abordagem nos leva a refletir que, ao se estudar religião na sociologia, não se busca analisar a natureza intrínseca da religião ou realizar estudos teológicos, tampouco se busca uma definição universal e total da religião, afastando-se de explicações rígidas e universais que podem surgir.

Pelo contrário, Weber nos orienta a direcionar a análise para as condições e efeitos da vivência comunitária, para as práticas e os comportamentos coletivos que surgem da vivência religiosa em uma comunidade, nomeada *congregação*. Nessa perspectiva, é fundamental compreendermos essas ações comunitárias a partir das experiências e representações dos indivíduos envolvidos, ou seja, de suas experiências particulares. A compreensão das práticas deve ser feita com base nas perspectivas dos participantes, considerando suas experiências e perspectivas individuais, de modo a compreender os significados atribuídos a determinadas práticas sociais. Assim sendo, a análise se volta para a compreensão dos impactos do comportamento religioso em outras dimensões da vida social, como ética, economia, educação e política.

Essa perspectiva nos leva a refletir sobre como as crenças religiosas individuais podem moldar atitudes e comportamentos políticos, especialmente em temas que envolvem a ética religiosa, como a moralidade, família, vida etc. As percepções individuais, formadas no âmbito

da comunidade e das vivências religiosas, podem ser mais influentes para esses indivíduos do que as posições oficiais de suas Igrejas diante de determinadas questões político-sociais. Dessa forma, a compreensão das percepções individuais pode enriquecer a análise das dinâmicas político-sociais desse grupo.

Sabe-se que o campo evangélico brasileiro é vasto e está em constante expansão. De acordo com Araújo (2023), no período de 1970 a 2019, o número de igrejas evangélicas existentes no Brasil saltou de 1.049 para 109.560, representando um aumento de 1.032,316%. Essa expansão, que teve início na década de 1960, ganhou força a partir dos anos 1970 e continua em aceleração, evidenciando a diversidade existente dentro dessas igrejas. Embora tenhamos categorias chaves para enquadrar essas igrejas (IBGE; Freston, 1994; Mariano, 2014), sabe-se que essa ainda é uma tarefa subjetiva e passível de questionamentos, dado que a própria heterogeneidade do movimento e das igrejas é uma característica marcante do evangelicalismo brasileiro. Como, então, compreender as crenças nesse universo?

Durante a nossa pesquisa, observamos a existência de elementos comuns da crença cristã que caracterizariam o “ser evangélico” ou descrevem o “que todos os evangélicos acreditam”. Entre estes, podemos destacar a compreensão sobre a divindade de Jesus Cristo, sua morte e ressurreição, como o pilar principal da Igreja; a crença em uma Trindade, isto é, um Deus tripartido nas imagens de Pai, Filho e Espírito Santo; e a expectativa do retorno de Cristo para salvar a sua igreja. Todos esses elementos estão baseados em um dos mais valorizados símbolos da fé cristã, qual seja, a Escritura Bíblica. Além de apresentar esses elementos, a Bíblia também é caracterizada como um “manual” de vida e fé para os fiéis, que baseiam suas decisões e posicionamentos naquilo que está escrito no referido livro.

Ademais, não se pode deixar de observar a importância que há na crença sobre a vida e no retorno de Jesus. Como afirmado nas Escrituras, dois elementos se unem e formam as bases da crença cristã: Jesus veio ao mundo para que aqueles que creem nele não morram, mas possam desfrutar de uma vida eterna em um paraíso. Dessa forma, a noção que Cristo retornará para buscar aqueles que permanecerem firmes na fé, fazendo com que esses indivíduos tenham determinados comportamentos para não se afastarem de sua fé e não serem “deixados para trás”, ou perderem essa garantia. Considerando isso, podemos pressupor que todo o conjunto da crença cristã pode (irá) afetar visões de mundo, e automaticamente os comportamentos, desses indivíduos.

Embora essa interpretação possa parecer “óbvia”, isto é, a ideia de que crenças religiosas influenciam comportamentos, ainda é necessário realizarmos uma pesquisa que aborde como esses indivíduos compreendem suas crenças cristãs e como elas podem ser refletidas em suas

perspectivas político-sociais. Para empreendermos, de algum modo, essa tarefa, optamos por analisar como as noções sobre a volta de Jesus e sobre os valores cristãos podem influenciar comportamentos político-sociais, focando nas opções individuais dos membros do grupo em foco. Ainda que, em alguns momentos, façamos generalizações, é importante observarmos como essa interação entre crença e aspectos político-sociais são interpretadas por eles(as) e observadas em diferentes perspectivas. Essa análise deve considerar também as variações que podem ocorrer quando analisados fatores como frequência na igreja, filiação religiosa e a compreensão de termos religiosos.

### **Para onde queremos ir?**

Perguntamos: Qual é o papel das crenças cristãs, em específico, daquelas relativas aos valores cristãos e ao retorno de Jesus, na formação das visões políticas e sociais, no atinente a preferências, práticas e perspectivas?

Essas inquietações de pesquisa surgiram em meio à necessidade de estudos que avaliem os possíveis comportamentos e preferências político-sociais dos indivíduos evangélicos, tomando como base sua crença no cristianismo. Buscamos compreender, a partir do que tais indivíduos acreditam, como atribuem significado a determinadas questões político-sociais. Em outras palavras, realizamos uma investigação exploratória sobre a maneira como interpretam suas crenças e como essas interpretações aparecem em visões e possíveis preferências e tendências sociopolíticas.

Para isso, utilizamos métodos qualitativos e por meio da utilização de dois questionários denominados *Enquete 1* e *2*, criamos perguntas que relacionavam temas como religião e opiniões sociopolíticas. Nosso objetivo, em ambos os *Enquetes*, foi observar como os participantes associavam suas percepções sobre os temas e possíveis preferências com o comportamento religioso. Os questionários seguiram um modelo misto (*Enquete 1*) e fechado (*Enquete 2*). A decisão pela utilização de questionários nesses moldes se deu porque, quando estruturamos a pesquisa, ainda estávamos sob as medidas restritivas da Covid-19. Embora, no *Enquete 2*, tais medidas já tivessem sido suprimidas, observamos que o método ainda se mostrava eficaz para os nossos objetivos de pesquisa. Os detalhes e os principais resultados da pesquisa estão no capítulo quatro.

Após o exposto, devemos ressaltar que esta tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, discutimos como a religião pode se apresentar como um “suplemento” (Brown, 2009) para a descrição de como a religião e suas características podem impactar elementos políticos e gerar forças não democráticas, a depender de como é utilizada. Aqui, o objetivo era mostrar

especialmente a religião sendo utilizada “pelo alto” e os efeitos que ela pode causar.

Em seguida, no mesmo capítulo, questionamos se é possível alcançar uma definição para a religião e debatemos com alguns autores a presença da religião na sociologia. Posteriormente, avaliamos os elementos que unem a crença cristã à política. Essa junção estaria na base da própria formação da crença judaico-cristã, segundo a qual Deus governou o povo Hebreu por anos. Na referida seção, estabelecemos um diálogo com elementos da Escrituras bíblicas, uma vez que é nelas que a crença cristã dos evangélicos se pauta. Também debatemos a dicotomia “protestantes” e “evangélicos”, termos que podem ser sinônimos, porém não o são. Por fim, detalhamos os aspectos do perfil evangélicos brasileiro com base nos dados do IBGE, Datafolha e IPESPE/ABRAPEL. Afinal, é importante definirmos o grupo que estamos estudando.

No nosso capítulo dois, apresentamos uma leitura do pentecostalismo. Embora reconheçamos que o tema já tenha sido analisado diversas vezes, tanto no seu simbolismo quanto na sua institucionalidade, entendemos que é necessário fazer uma reconstrução da simbologia do conceito ainda dentro do livro de “Atos de apóstolos”, e examinar como a experiência do Pentecostes pelos primeiros cristãos formou a noção sobre o pentecostalismo. Além disso, apresentaremos algumas das noções do pentecostalismo, originado na Inglaterra pelos metodistas e levado aos EUA, passando por reformulações e sendo disseminado pelo mundo, alcançando o Brasil no início do século XX.

Ainda no capítulo dois, reconstruiremos a trajetória do pentecostalismo que, ao chegar no Brasil, desenvolveu-se em três ondas históricas-institucionais conceituadas, também chamadas de: pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo. Das três, o neopentecostalismo é a que continua a promover inovações teológicas, como a Teologia da Prosperidade, a Batalha Espiritual e a Cristianização da Sociedade (o Dominionismo). Entendemos que esses conceitos são de suma importância para compreendermos a forma como eles podem se manifestar nos discursos do grupo em questão e para entendermos o que chamamos de termos religiosos. Esses termos religiosos, ou, ainda, inovações promovidas pelo neopentecostalismo, não se restringiram às igrejas pentecostais, mas se espalharam por igrejas de diferentes segmentos, inclusive tradicionais e históricas.

No capítulo três, apresentaremos a Escatologia, termo conhecido na formação teológica, que busca interpretar os eventos dos “últimos tempos” ou ainda as “últimas coisas”. Nas palavras de Jurgen Moltman (1965, p. 16): “Do começo ao fim, o Cristianismo é escatologia, é esperança, olhar e andar para frente e, por causa disso, também, é revolucionar e transformar o presente”. Apresentaremos, portanto, o desenvolvimento da corrente, seus dilemas e

conceitos, bem como os sistemas escatológicos principais: pré-milenismo histórico, pré-milenismo dispensacionalista, pós-milenismo e amilenismo. Tendo como plano de fundo desses elementos uma “interpretação evangélica”, observamos ser necessário compreender seus termos e significados ao estudar esse fenômeno. Afinal, a própria noção quanto da Parusia é um tema importante para a crença cristã, especialmente evangélica, que vê na volta de Jesus a expectativa do ponto ápice da redenção e do cumprimento de tudo aquilo em que acreditam.

Não significaria, com isso, afirmar que a escatologia será um elemento que, sozinha, movimentará comportamento e posicionamentos. Suas interpretações podem ajudar a explicar mudanças e atitudes dos evangélicos nos últimos anos. Por exemplo, a Teologia do Domínio dialoga diretamente com o pós-milenismo, o que poderia explicar o engajamento ativo dos evangélicos nos últimos anos. No capítulo quatro, apresentamos os procedimentos metodológicos e os achados da pesquisa.

No capítulo cinco, realizaremos uma análise do sistema de crença crenças correlacionando elementos da pesquisa realizada por meio dos *Enquete*. Buscaremos explicar o que os participantes argumentaram sobre os termos religiosos, a dicotomia entre evangelização e cristianização e a forma como o evangelicalismo brasileiro tem mudado sua forma de atuação religiosa e social. Abordaremos também os valores cristãos, os quais, embora subjetivos, conforme os resultados alcançados nesta pesquisa, são essenciais para o grupo, assim como as percepções, observações e compreensões sobre a volta de Jesus. Por fim, discutiremos as correlações entre as crenças cristãs e as possíveis tendências sociopolíticas que emergem apoiados em abordagens escatológicas. Ou seja, entre a esperança de olhar para frente (volta de Jesus) e a de transformar o presente (as perspectivas político-sociais).

Com isso, esperamos poder, com essa pesquisa exploratória, de algum modo, contribuir para o debate brasileiro acerca do lugar e da especificidade dos evangélicos, protestantes e/ou (neo)pentecostais no cenário social recente.

## CAPÍTULO 1 - DIMENSÕES SOCIAIS, RELIGIOSIDADES E PERFIL DOS “EVANGÉLICOS”

*Brasil, em teu solo existe um povo.  
Brasil, uma gente que te ama.  
Que clama a Deus  
Que acredita nas promessas  
Ele virá restaurando a nossa terra*  
(Valadão Bessa, 2002)

O trecho da letra acima faz parte da música “Brasil” do grupo gospel Diante do Trono<sup>16</sup>, lançada em 2002, durante um show na Esplanada dos Ministérios — Brasília que contou com presença de 1.200.000 pessoas<sup>17</sup>. Tal música, que se tornou um símbolo para os evangélicos na virada do novo século após a conquista do Pentacampeonato de futebol e em ano eleitoral, mostrou os esforços evangélicos em busca de inserção e protagonismo social e cultural entre a década de 1990 e início dos anos 2000. Além disso, embalados pelas novas teologias que estavam surgindo, a “Batalha Espiritual” e a conquista de territórios promoviam fusões entre as representações político/sociais e religiosas.

### 1.1 A RELIGIÃO COMO SUPLEMENTO

Popularmente, no Brasil, diz-se que política, religião e futebol não se discutem, especialmente quando se aspira evitar uma discussão por conta de posicionamentos divergentes. De fato, os três temas podem não ter possibilidade de consenso; afinal de contas, como também diz comumente, cada um tem a sua opinião. Entretanto, o ditado parece estar cada vez mais restrito à esfera futebolística, pois, nos últimos anos, religião e política estão sendo cada vez mais discutidas. Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha sobre o segundo turno das eleições presidenciais de 2022 apontou que 49% dos eleitores deram muita importância à religião, ou à fé, do candidato na hora de definir o voto (Folha de SP, 2022). A religião se tornou um suplemento para a política.

A ideia do título desta seção é oriunda do artigo “American Nightmare: Neoliberalism, and De-Democratization”. No referido artigo, Brown (2006) argumenta que, se os efeitos “desdemocratizantes” do neoliberalismo, já apontados antes por ela, preparam o solo para as

---

<sup>16</sup> Para conhecer melhor a influência do Diante do Trono na música gospel brasileira, ver Rosas, 2015.

<sup>17</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FOqR5Q6gO9M>. Acesso em 15 out 2022.

características autoritárias da governança neoconservadora, a mobilização política dos discursos, por meio da religião, é o fertilizante para a terra. O argumento central da autora é que, em “uma população religiosamente interpelada, uma linha cada vez mais tênue entre cultura religiosa e política, e entre discurso teológico e político, facilita a recepção das forças desdemocratizantes do neoconservadorismo e do neoliberalismo” (Brown, 2009, p. 706)

Um modelo de governança neoconservadora, que modela a autoridade do Estado tendo por base a autoridade da Igreja<sup>18</sup>, a partir da relação pastoral do Estado com seu rebanho, também auxilia no enfraquecimento da soberania do Estado. À medida que essas forças voltam à vida pública/política, elas minam os vários séculos de esforços que promoveram, ainda que não completamente, a separação entre o discurso religioso e o político. Segundo Brown (2006, p. 707), isso acarreta uma “desprivatização das reivindicações religiosas em geral” (p. 707), isto é, as reivindicações religiosas movem-se da esfera privada para a esfera pública. Há, a partir daí, uma mistura cada vez mais aceita do cristianismo no discurso e no debate político. Como consequência, há um acréscimo nas forças desdemocratizantes perante a existência de um já conhecido cenário nos EUA: o fundamentalismo cristão.

Brown elenca quatro características de tal efeito no discurso público, os quais se relacionam com o cristianismo. O primeiro deles é a *verdade religiosa*, especialmente derivadas do Novo Testamento. A verdade religiosa é amarrada a uma verdade declarativa a partir de um poder retórico. Aquilo que é verdadeiro, certo, bom é declarado sem qualquer referência à facticidade e torna-se uma modalidade neoconservadora bem conhecida de verdade política. Além disso, o uso do poder retórico faz com que não exista raciocínio empírico ou argumentativo. Pelo contrário, é reforçada a defesa neoconservadora da verdade e da certeza moral contra o relativismo e a moral de oposição. As verdades declarativas têm mais valor do que qualquer outra forma discursiva, sobretudo por conta dos fetiches moral-políticos assumidos pelo neoconservadorismo.

A segunda característica é a *virtude da submissão*: a submissão é um tema especial para a tradição cristã. Essa virtude diz respeito à verdade e à autoridade de quem exerce a liderança. A ameaça à democracia e à intelectualidade reside na desvalorização dos fatos e da deliberação, seja ela autônoma ou não. Em terceiro, está a *fidelidade*: diretamente relacionada à verdade-autoridade-submissão. A fidelidade une o sujeito a Deus e à comunidade religiosa, como

---

<sup>18</sup> Para não causar nenhuma confusão, quando usarmos a palavra igreja com letras minúsculas, estaremos nos referindo ao corpo de membros da comunidade, ou seja, aos indivíduos. Quando usarmos a palavra Igreja com letra maiúscula, estaremos nos referindo às instituições religiosas cristãs, que podem incluir católicas e evangélicas, dependendo do contexto.

veremos. Afinal, por meio do sentimento de pertencimento, ela é a base da crença cristã. A combinação submissão-fidelidade-verdade, quando declarada pelo Estado, promove a peculiar forma de patriotismo defendida pelos neoconservadores. Por último, está a *desigualdade*: no fundamentalismo cristão contemporâneo, sobressai a relação de Deus para com os súditos. Aliada ao próprio fenômeno de hierarquia da Igreja, ela legitima e naturaliza a desigualdade. O problema disso é que, quando se infiltra no modelo público, a figura pastoral torna-se o modelo político e a desigualdade é politicamente normatizada.

Embora esteja escrevendo o cenário norte-americano durante o segundo mandato de George Bush e, em alguns pontos, aponte elementos específicos da cultura política norte-americana, Brown (2006, p. 708) afirma que, “quando a cultura religiosa cristã sangra na cultura política, e quando o poder executivo se reveste de propósitos religiosos, o poder executivo obtém uma prerrogativa e uma legitimidade não disponíveis rotineiramente aos estados democráticos liberais”, subvertendo, assim, as ordens dos elementos. Com esta reflexão, Brown nos instiga a pensar em como a religião funciona enquanto suplemento, ou fertilizante, para as terras que possuem “sementes desdemocratizantes” e nos ajuda a perceber que os contornos da religião são de suma importância para conhecer a fundo essas forças, que já são existentes e estão cada vez mais fortes.

### 1.1.1 Podemos Definir Religião?

Seguindo com o aprofundamento no fenômeno da religião enquanto suplemento, precisamos entender as perspectivas sociológicas que cercam a religião. Toda pesquisa adota conceitos que a sustentam, principalmente porque são eles que isolam e identificam os fenômenos estudados. Segundo Rodney Starck e William Brainbrigde (2008), os conceitos são definições que identificam categorias abstratas e possuem a função de delimitar classe de fenômenos semelhantes. Assim, para os autores, não há conceitos falsos ou verdadeiros, mas conceitos que possam ser julgados quanto à sua utilidade: de classificação e de tipologia. Algo semelhante é proposto por Peter Berger:

Definições não podem ser, por sua própria natureza, ‘verdadeiras’ ou ‘falsas’; podem apenas ser mais ou menos úteis. Por esta razão, não tem muito sentido discutir em torno de definições. Porém, caso haja discrepância entre definições num dado campo, tem sentido discutir suas respectivas utilidades (Berger, 2018, p. 219).

Algo similar ocorre com o verbete “religião”. Sabemos da necessidade de compreendê-lo, mas será que é possível encontrar uma definição para “religião” ou para “religiões”? Não sendo possível encontrar essa definição, como compreender a dimensão de significados que

envolve o conceito e, conseqüentemente, o fenômeno? Não existe apenas uma religião, ou ainda uma homogeneidade religiosa, mas uma pluralidade intrínseca que caracteriza a religião e permite profundos desenvolvimentos na individualidade religiosa.

Etimologicamente, religião teria origem no verbo latino *religare*. Segundo Johnson (1997, p. 341), religião, assim como outras instituições sociais, é definida sociologicamente pelas funções que desempenha em sistemas sociais. É definida, ainda, como um “arranjo social construído para prover uma maneira compartilhada, coletiva, de lidar com aspectos desconhecidos e incognoscíveis da vida humana, com os mistérios da vida, morte e existência, e com os dolorosos dilemas que surgem no processo de tomar decisões de natureza moral”. Além disso, além de fornecer respostas e soluções para problemas humanos, forma as “bases da coesão e da solidariedade sociais” (Johnson, 1997, p. 341).

A religião pode ser determinada pelo meio social. Segundo Helbert Baldus e Emilio Willems (1939), ocorre que a religião provém de um meio social específico e está sujeita às influências desse meio. Isso acontece quando termos religiosos revelam, ou não, significados em um determinado meio social. Para eles, os termos “mágico” e “sacerdote” são exemplos de como termos que revelam uma determinação social, pois, “não se pode conceber um pontífice em uma tribo de índios, nem um médico-feiticeiro incumbido de funções religiosas, em uma sociedade civilizada” (Baldus; Willems, 1939 p. 193). É o fenômeno da mudança social que revela com nitidez a dependência da religião no substrato social. Apesar da dependência, isso não significa que as religiões não possam sobreviver a problemas adversos: as religiões possuem a capacidade de sobreviver às revoluções e às instabilidades sociais e se adaptar às estruturas mais diversas sem perder seus próprios sistemas de valores (Baldus; Willems, 1939).

A religião pode determinar o meio social, no que se refere ao aspecto comunitário entre os fiéis. A congregação, como é chamada por Weber (1991), ou a comunidade no sentido religioso, nasce como produto da socialização, quando o líder e seus discípulos querem continuar administrando os símbolos da fé e da graça. Ela pode ser definida como uma “relação associativa duradoura entre os adeptos, com direitos e deveres fixos” (p. 310). Segundo Baldus e Willems (1939), a igreja é uma comunidade e, como qualquer comunidade, está sujeita às leis. A diferença em relação a outras comunidades não religiosas é que as condições às quais a comunidade religiosa está sujeita revestem-se de um caráter especial.

Embora tenha suas especificidades, a religião não está limitada apenas ao aspecto religioso, mas influi em outros grupos e instituições da sociedade. De acordo com eles, é possível observar ações das ideias religiosas na vida histórica da sociedade, por meio, por exemplo, do matrimônio, celibato, relação de pais com filhos e vice-versa, concepções de

trabalho, circulação social originada pelas romarias e peregrinações, nos conflitos de separação entre Estado e Igrejas, nas lutas e guerras santas. Há também influência na organização de grupo com base no sistema religioso, como se pode constatar na crença judaico-cristã.

O critério unificador e de sociabilidade de grupos religiosos é “culto-específico” (Wach *apud* Baldus; Willems, 1939, p. 194). É a partir desse culto que são feitas as distinções entre sagrado e profano. Os ritos religiosos ocorrem também por ocasião do nascimento, iniciação, matrimônio, morte do indivíduo, exercício da profissão, festas, atividades artísticas (Baldus; Willems, 1939). Além disso, estimulam trocas, especialmente bênçãos, curas, prosperidade, resolução de problemas etc.

Todos os elementos apresentados até aqui podem nos dar boas pistas sobre o que é religião. Contudo, podem ainda não dar total dimensão do conceito e do fenômeno “religião”. Durkheim e Weber possuem visões diferentes sobre a religião. Durkheim, em *As formas elementares da vida religiosa* (1996), tem em vista compreender “os elementos permanentes que constituem o que há de eterno e de humano na religião” (Durkheim, 1996, p. X). Apesar de defender a religião como algo “eminentemente social” (Durkheim, 1996, p. XVI), o autor trata os fenômenos sociais, incluindo o religioso, como algo *a priori*. Segundo Raquel Weiss (2012), Durkheim tem em vista discutir concepções já existentes, as quais ele considera concepções imbuídas de pré-noções, para, a partir daí, afastar-se dessas concepções e das pré-noções que as sustentam.

Ao decompor os diversos fenômenos da religião, ele chega à seguinte definição: “Uma religião é um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, coisas separadas e proibidas — crenças e práticas que unem em uma única comunidade moral chamada Igrejas, todos os que a elas aderem” (Durkheim, 1995, p. 44). Além disso, o autor acrescenta um segundo elemento, igualmente importante para a definição buscada: “Ao mostrar que a ideia de religião é inseparável da ideia de Igreja transmite a noção de que a religião deve ser algo eminentemente coletivo” (Durkheim, 1995, p. 44).

A definição proposta por Durkheim (1995) mostra a religião como um sistema que se apoia em crenças e rituais (práticas) firmadas sobre a separação dicotômica entre sagrado X profano. Religiões, por sua vez, já que é um sistema universalizado, que se estrutura por meio de símbolos que estão nas relações entre indivíduos e também geram sistemas de condutas sociais. A tentativa de Durkheim de entender a relação sociedade e religião não é tão aprofundada quanto a de Weber, especialmente porque se apoia apenas na crença, em rituais e no sobrenatural.

Enquanto, até aqui, apresentamos algumas ideias sobre a definição relativa ao conceito

“religião”, em Weber, veremos um movimento diferente, pois o autor não traz uma definição destacada. Aliás, a ausência de uma definição inicial parecia ser uma de suas características em relação a alguns tópicos. Isso também ocorre em *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (2016), livro em que Weber elaborará uma associação mais coesa do fenômeno religioso com a sociedade, de modo a defender a correspondência entre o sistema religioso e o desenvolvimento de um sistema econômico. Weber afirma que entende “a influência de certas ideias religiosas na formação de um espírito econômico, ou de um *ethos* de um sistema econômico” (Weber, 2016, p. 25). De maneira específica, o sociólogo buscou entender esse *ethos* do Calvinismo, e sua influência sobre os comportamentos dos fiéis calvinistas, que conduziu o acúmulo de capital e que acelerou o desenvolvimento capitalista.

Quando discorre sobre a sociologia da religião em *Economia e sociedade* (1991), o autor afirma:

Uma definição daquilo que “é” religião é impossível no início de uma consideração como a que segue, e, quando muito, poderia ser dada no seu final. Mas não é da “essência” da religião que nos ocuparemos, e sim das condições e efeitos de determinado tipo de ação comunitária cuja compreensão também aqui só pode ser alcançada a partir das vivências, representações e fins subjetivos dos indivíduos — a partir do “sentido” —, uma vez que o decurso externo é extremamente multiforme (Weber, 1991, p. 279).

Apesar de não definir o conceito inicialmente, Weber demonstra que não pode existir um conceito de religião antes de se conhecer e entender o fenômeno religioso. Talvez por isso para ele fosse tão caro cravar uma definição parcial ainda no início da discussão, pois é necessário primeiro compreender a religião para então depois defini-la. Weber, então, apresenta as formas para se estudar a religiosidade a partir do entendimento de diversas ações simbólicas em um sistema religioso dinâmico que influencia a, e também é influenciado pela sociedade. A sociabilidade, por exemplo, é estabelecida mediante a congregação e tudo que ela envolve. Por sua vez, o sermão é um ensinamento coletivo sobre as coisas religiosas e éticas, visto como um elemento da profecia e da religião profética. Além disso, ele tem influência no conceito de sacerdote, que foi substituído pelo de “pregador” / “pastor” no protestantismo. Podemos falar, ainda, no entendimento simbólico da salvação, do pecado, predestinação, escatologia, fé etc. (Weber, 1991).

A partir da próxima seção, analisaremos como a influência da religião na condução da vida e da conexão com Deus afetaram a crença judaico-cristã, e como isso pode servir como um fundamento simbólico para certas posições religiosas, sociais e políticas adotadas pela comunidade evangélica atualmente. No contexto da formação da crença judaico-cristã, a religião foi um importante fermento político, social, religioso e histórico.

## 1.2 A RELAÇÃO POLÍTICA E RELIGIÃO: UMA CONVERGÊNCIA HÁ TEMPOS EXISTENTE NA CRENÇA CRISTÃ

“Jesus foi crucificado sob os *signos da Religião e do Estado*. Do ponto de vista da Religião, Jesus era um *herege*. Do ponto de vista do Estado, ele era um *contestador da ordem*” (ISER, 1977, p.1, grifo nosso). Assim começa o editorial “Fé e Poder” do Caderno do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) de 1977. Religião e política, ou fé e poder, é uma relação há muito tempo existente, antes mesmo de qualquer separação eclesiástica entre a Igreja Católica e a Igreja Protestante e de seu envolvimento com a política estatal romana. Para entender melhor, retornemos à relação de Deus com o povo de Israel, antes da vinda de Jesus Cristo à Terra, com base no que Weber (1991) caracteriza como “associação política” entre o povo israelita e Deus (Yahweh). O autor descreve que o fato de Yahweh ser o Deus de uma confederação.

O Deus da aliança dos judeus e midianitas teve a consequência importantíssima de que sua relação com o povo israelita, que o aceitara, sob juramento, com a confederação política e a ordem sacro-jurídica das relações sociais, foi considerada um *berith*, ou seja, uma relação contratual, imposta por Jeová e aceita por submissão que trazia consigo determinados deveres rituais, sacro-jurídico e ético-sociais para os contratantes humanos, mas também compromissos definidos do contratante divino, cuja inviolabilidade este se sentia no direito de exigir nas formas indicadas, posto tratam-se de um deus com tal plenitude de poderes (Weber, 1991, p. 287).

Tal associação, firmada por meio de um compromisso de subordinação e não de igualdade entre as partes, tornou-se uma característica peculiar da religiosidade israelita. Desse compromisso, não surgiram apenas os atos ritualísticos religiosos, mas todo o sistema político-jurídico do povo Hebreu. Tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento podemos ver como isso é descrito e em que se baseia a crença judaico-cristã. A Torá, o Pentateuco, composto por *Gênesis*, *Êxodo*, *Levítico*, *Números* e *Deuteronômio*, é considerado a lei, como também a história dos tempos bíblicos do povo hebreu<sup>19</sup>. Nesse sentido, tomando por base alguns comentários e descrição da Bíblia de Jerusalém, temos os seguintes desmembramentos.

O livro de *Gênesis* é dividido em duas partes principais. A primeira remonta, segundo a crença, às origens do universo e da humanidade, à queda original, às consequências da perversidade crescente e ao dilúvio. A segunda parte, a partir de Noé, mostra a história dos antepassados do povo hebreu: Abraão; Isaac; Jacó; o início das 12 Tribos de Israel, a partir dos

---

<sup>19</sup> Na bíblia judaica, guardada pelos judeus da Palestina por volta da era cristã e conservada, quanto ao Antigo Testamento, pelos evangélicos, o Pentateuco, refere-se à legislação, à Lei. Já a bíblia grega, destinada aos judeus da Dispersão, o Pentateuco, além de se referir à legislação, também remete, junto a outros livros, à história do povo hebreu (Bíblia de Jerusalém, 2002).

filhos de Jacó. A partir daí, os demais livros narram a formação do povo hebreu, povo escolhido por Deus, e o estabelecimento das leis sociais e religiosas.

*Êxodo* descreve a libertação do povo do Egito depois de 400 anos de escravidão. Libertados por Moisés que, segundo a narrativa bíblica, foi o escolhido por Deus para a retirada do povo egípcio para a Terra de Israel, chamada também de Terra Prometida. Esse período teria ocorrido entre os séculos XIII e XII a.C. Durante 40 anos, percorreram o deserto do Sinai, formando uma nação (Israel, 2022). Nessa mesma época, Yahweh estabeleceu sua Aliança com o povo e instituiu suas primeiras leis, especificamente morais. Mediante o recebimento da Torá, que incluía o Decálogo, os Dez Mandamentos, o povo pôde iniciar sua formação de fé monoteísta. Isso foi moral e religiosamente fundamental para a relação de Yahweh com Israel.

*Levítico* é considerado o livro mais legislativo dos cinco, inclusive até da própria Bíblia. Como o próprio nome indica, ele contém as leis dos sacerdotes da tribo de Levi. Nele, foram estabelecidas as leis religiosas (cultuais), como também as leis civis e penais, sempre tendo por base os preceitos religiosos. Entre algumas dessas leis, podemos destacar o ritual dos sacrifícios (1-7)<sup>20</sup>; a investidura e cerimonial dos sacerdotes (8-10); as regras referentes ao puro e impuro (11-16); a lei de santidade (17-26), que inclui o calendário litúrgico (23); e, por fim, as bênção e maldições que penalizariam aqueles(as) que seguirem o que foi estabelecido pelas leis (26). No capítulo 27, em forma de apêndice, são indicadas as tarefas e avaliações quanto ao cumprimento dos votos a Yahweh.

Após a instauração das leis, o livro de *Números* retoma a história da caminhada pelo deserto. Em suma, destaca a preparação e recenseamento da população; as ofertas realizadas pelos chefes para dedicação do Tabernáculo; a saída dos israelitas do monte Sinai, após a Páscoa. Ocorre, assim, a primeira tentativa frustrada de entrada em Canaã, a Terra Prometida, bem como a guerra vencida contra os midianitas e o estabelecimento das tribos de Gad e Rúben na Transjordânia. Por fim, *Deuteronômio* inicia os primeiros 11 capítulos com os dois discursos de Moisés. Posteriormente, tem-se o terceiro discurso de Moisés (29-30), os últimos atos e cântico de Moisés (31-33) e a morte de Moisés (34). Contudo, entre esses eventos, nos capítulos 12 a 26, há a descrição do Código Canônico, o qual retoma, em algumas partes, as leis promulgadas no código da Aliança, mas é “atualizado” em razão da evolução social e religiosa que estava ocorrendo.

No que se refere à organização político-social da época, havia uma clara formação tribal teocrática na comunidade hebraica, isto é, o povo de Israel era organizado e administrado por

---

<sup>20</sup> Refere-se aos capítulos dos temas apresentados.

um sistema teocrático: Deus estabelecia as leis, julgava e administrava o povo por meio de seus “profetas”<sup>21</sup>. Tal sistema pode ser considerado a primeira formação político-religiosa que envolve fé e poder na crença judaico-cristã. Apesar de não ser considerado um governante, especialmente nos moldes que concebemos hoje, o profeta, ou o líder, que conduziu o povo até as Terras de Israel após a morte de Moisés foi Josué, segundo a narrativa bíblica.

Após o estabelecimento nas Terras de Israel, o povo conseguiu se estabilizar econômica e socialmente, mas, na sequência da morte de Josué, conforme as descrições bíblicas, sucede a ascensão de Juízes que eram escolhidos por suas capacidades políticas, militares e de liderança (Israel, 2022), com a função de ora defenderem, ora administrarem e julgarem Israel. Os chamados “juízes maiores”, Otoniel, Aod, Barac e Débora, Gedeão, Jefté e Sansão foram considerados juízes heróis. Eles teriam sido escolhidos por Yahweh e teriam recebido um “poder especial” para a missão salvífica de libertar o povo de Israel, isso em diferentes momentos. Aos “juízes menores”, Samgar, Tola, Jair, Abesã, Elon, Abdon não foram atribuídos atos salvíficos, mas eles não só administraram a justiça como também governaram Israel.

O plano de fundo, com base nos relatos bíblicos, que cercou a ascensão de determinado(a) juiz(a) foram os atos de infidelidade dos israelitas para com Yahweh, isto é, quando havia uma quebra de contrato estabelecida na Aliança. Como penalidade, Yahweh permitia que invasores conquistassem, ainda que por curto período, a Terra de Israel. Vale lembrar que este é um período de grande instabilidade geopolítica, com períodos de paz e guerra, especialmente devido às ameaças de exércitos vizinhos, como os filisteus (povo vizinho das Terras de Israel, localizado na costa do Mar Mediterrâneo).

Na narrativa bíblica, esse contexto geopolítico é explicado da seguinte forma: quando os israelitas quebravam o contrato de fidelidade, Yahweh permitia que os exércitos inimigos atacassem e dominassem os israelitas. No entanto, quando os israelitas tomavam consciência do seu erro, Yahweh enviava um salvador, libertador, isto é, um(a) juiz(a). O ciclo supostamente se reiniciava quando havia uma nova quebra de contrato. De qualquer forma, a presença desses(a) juízes(a) foi um importante elemento de instituição política intermediária entre o regime tribal e o regime monárquico que o sucederia.

Mesmo com a existência dos(a) juízes(a), a instabilidade geopolítica e a falta de unificação das tribos gerava a necessidade da existência de um governante capaz de unificar o povo e trazer a ideia de reino. A instauração do período monárquico ocorreu cerca de 1.020 a.C.

---

<sup>21</sup> Profeta aqui tido como referência especificação dada por Weber como um portador de um carisma (dom puro e simples vinculado a uma pessoa que pode ser possuído por natureza e não pode ser adquirido) pessoal, que em virtude da missão anuncia uma *doutrina* religiosa ou um mandado divino (Weber, 1991).

Saul foi o primeiro rei a governar Israel entre o período da organização tribal e o estabelecimento pleno de uma monarquia, a qual foi continuada por Davi (Israel, 2022). Nos relatos bíblicos, essa história se desenvolve no livro de Samuel, mais especificamente a partir do seu capítulo de número 8. Conforme o texto, o profeta Samuel e seus filhos foram considerados os últimos juízes de Israel. A falta de habilidade dos filhos de Samuel para administrar a justiça fez com que o povo pedisse um rei (1Sm 8,5).

O ato de instituição da realeza foi uma importante virada no contexto histórico, político, social e religioso de Israel. Embora se tratasse de uma monarquia, os relatos descrevem que a instituição e a destituição de um rei era baseada na vontade de Yahweh, como se pode observar nos relatos sobre Saul e Davi, os primeiros reis. Quanto à nomeação de Saul, a narrativa bíblica destaca o diálogo entre Samuel e Saul, o primeiro rei: “Não foi Yahweh que te ungiu como chefe da sua herança? És tu que julgarás o povo de Yahweh e o livrarás das mãos dos seus inimigos ao redor. E este é o sinal de que Yahweh te ungiu como chefe da sua herança” (1Sm 10.1). Quando ele foi destituído também há um diálogo: “Yahweh disse a Samuel: ‘Até quando continuarás lamentando Saul, quando eu próprio o rejeitei, para que não reine mais sobre Israel?’” (1Sm 16,1). De igual modo, quando Davi é escolhido rei, tem-se o seguinte: “E Yahweh disse [a Samuel] ‘Levanta-te e unge-o: é ele [o rei]!’” (1Sm 16,12).

Além de serem escolhidos e destituídos por Yahweh, os reis deveriam de igual modo respeitar o direito de Yahweh sobre Israel e seguir o contrato de fidelidade e observância às leis estabelecidas. Qualquer falha nesse quesito poderia causar a queda do rei, como aconteceu com Saul. Davi, segundo a crença, demonstrava ter as virtudes necessárias para conciliar o aspecto religioso com o aspecto político da monarquia. Davi reinou entre cerca de 1004 a 956 a.C. e, durante seu reinado, Israel tornou-se uma importante potência militar, capaz de efetivamente derrotar seus inimigos históricos, os filisteus. Por efeito, Davi conseguiu realizar a união das 12 tribos israelitas em um só reino e estabeleceu Jerusalém como a capital do reino.

Após a morte de Davi, Salomão foi instituído rei entre, provavelmente, 956 a 930 a.C. O novo monarca conseguiu manter o reino unificado, economicamente próspero, militarmente forte e em paz. Pode-se dizer que Israel se manteve em igualdade com outros reinos maiores. Inclusive conseguiu construir o desejado Templo de Jerusalém, o qual se tornou uma conquista religiosa e nacional de seu governo. Após a morte de Salomão, impulsionado por insurreições e pelo rompimento do acordo de unificação entre as tribos, o reino se dividiu. As dez tribos ao Norte formaram o reino do norte, Israel. Ao Sul, no reino de Judá, ficaram duas tribos, Judá e Benjamim. Com a expansão dos impérios assírios e babilônico, os reinos de Israel e, depois, de Judá foram dominados (Israel, 2022).

Posteriormente a essa dominação, iniciou-se um longo processo de exílio do povo israelita. Só depois de um decreto do rei persa Ciro, conquistador do Império Babilônico, os judeus foram autorizados a retornar à terra de Israel e reconstruir o Templo de Jerusalém, derrubado durante o período de dominação. Com o tempo, o reino de Israel recuperou suas fronteiras quase na mesma proporção que possuía durante o reinado de Salomão e também obteve consolidação política sob o governo judeu. Contudo, a estabilidade política não durou muito tempo: o Império Romano iniciou a dominação nas Terras de Israel em aproximadamente 63 a.C. até cerca de 313 d.C.

A exposição até aqui apresentada mostra que, segundo os relatos bíblicos adotados pela crença cristã, houve momentos em que a organização jurídico-político-social dos israelitas foi baseada em uma associação contratual (estabelecida na Aliança) de subordinação a Deus, mesmo contando com a existência de monarquias. A conservação por partes dos evangélicos dessa crença judaica mediante a conservação do Antigo Testamento pode nos ajudar a entender alguns desdobramentos políticos-religiosos contemporâneos, como, por exemplo, as profecias direcionadas a Trump e a Bolsonaro quanto a possuírem a unção de Ciro — o libertador<sup>22</sup>. Ou, então, o recente uso do texto bíblico “depois dele, levantou-se Jair, que julgou Israel vinte e dois anos” (Jz 10,3) pelo pastor Silas Malafaia, para endossar votos em Jair Bolsonaro<sup>23</sup>.

Embora a crença em Yahweh nunca tenha deixado de existir entre os israelitas, com o início da dominação do Império Romano e o estabelecimento da Terra de Israel enquanto parte da província do Império, o direito de associação jurídica, social e política na Terra de Israel foi transferido de Yahweh para o Império Romano. Na prática, isso representou que a teocracia, seja no sistema tribal, seja no sistema monárquico, havia deixado de existir. O governo de Yahweh estava, então, condicionado à esfera privada da religião. César era o novo Deus, pois o reino era de César.

A relação entre religião e política esteve presente no evento fundante da criação do cristianismo, na crucificação de Jesus, como observamos no início desta seção. Ao ser crucificado sob os signos da religião e do Estado, exatamente por ser considerado um herege e um contestador da ordem, Jesus Cristo, simultaneamente, quebrou a lei religiosa e ameaçou a existência do Império Romano.

---

<sup>22</sup> Trump, à época então candidato republicano, recebeu uma oração profética de Lance Wallnau e outros pastores do movimento INC, o qual o comparava a Ciro: o rei, que segundo as escrituras bíblicas, foi usado por Deus para libertar os judeus do cativoiro babilônico. Logo, Trump estaria recebendo a mesma “unção” (ONG, 2015). Em 2019, em uma reunião com líderes e parlamentares evangélicos brasileiros em Israel, Jacobs proferiu que “Deus está levantando os Ciros”; fazendo a mesma relação de Trump com o rei Ciro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EwxiURwyaY>. Acesso em 15 out. 2023.

<sup>23</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tMwSfpmi9N4>. Acesso em 15 out. 2023.

Quanto à lei religiosa, a narrativa bíblica dos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João relatam alguns eventos nos quais Jesus teria estimulado o descontentamento dos líderes religiosos judeus, como curar aos sábados, expulsar os demônios e afirmar ser filho de Deus. Esses exemplos, que segundo os líderes religiosos, transgrediram as leis estabelecidas por Yahweh na Torá, seriam o suficiente para caracterizar Jesus como um herege, um impostor. Contudo, para ser condenado politicamente, Jesus precisaria “ameaçar” o status quo do Império Romano, quer dizer, era necessário que o Império o visse como uma ameaça.

No início de seu ministério, Jesus anunciava a mensagem sobre a proximidade do Reino de Deus<sup>24</sup>. Apesar de não explicar conceitualmente o que era o Reino de Deus, Jesus se referia à maior possibilidade de esperança que poderia mover o povo de Israel. Isso nem de longe significava o estabelecimento de um reino físico, mas de uma transformação cosmológica (ISER, 1977). Embora tenha enfatizado que seu reino não era político, ou deste mundo, Jesus teria afirmado ser correto “dar a César o que é de César”<sup>25</sup>. Contudo, para uma parcela da população, Jesus simbolizava a figura do líder político, do ativista, tal como os juízes do passado, e poderia libertar Israel do domínio do Império Romano. Essas situações representaram uma complexa ameaça à estabilidade e paz política e isso aconteceria por dois motivos, os quais se transformaram em acusações.

Primeiro, a declaração de que o Reino de Deus estava próximo trazia uma ameaça à continuidade da ordem de poder romana. Ao proclamar o Reino de Deus, Jesus se contrapunha ao próprio Império, que se considerava o reino de Deus. Logo, a afirmativa de Jesus colocava o Reino de Deus em oposição ao reino de César. Afinal, se o Império já era o reino de Deus, ele não simbolizava o futuro, mas o presente. O reino já existia por intermédio do deus César (ISER, 1977; Chevitarese, 2022). O segundo motivo refere-se à subversão da fala quanto ao tema dos impostos. A narrativa bíblica expõe que Jesus predicava sobre “dar a César o que é de César”; contudo, essa ação levou à defesa da tese de que Jesus negava o pagamento de impostos. Se alguém se negava a pagar impostos e ainda era considerado um líder no grupo, isso poderia ser considerado insurreição (Chevitarese, 2022). Essas acusações mostravam que não interessava muito ao Império Romano a insubordinação à lei religiosa dos judeus: o que lhes importava era a paz e a estabilidade do Império Romano.

Para punir com rigor aqueles que subvertessem a ordem e evitar novos movimentos políticos insurgentes, era inevitável que a punição servisse de exemplo. Segundo Chevitarese

---

<sup>24</sup> Conforme pode ser encontrado em Mt 4,17; Mc. 1,15; Lc. 4,14-15

<sup>25</sup> Mt 22,15-22, Lc 20,20-26

(2022, §1), entre os romanos havia três tipos de mortes para condenados à pena capital: “o indivíduo podia ser queimado, amarrado a um poste; o indivíduo podia ser colocado em uma arena para lutar contra animais selvagens até a morte e o indivíduo podia ser crucificado”. Ele destaca que essas mortes possuíam em comum o apagamento da memória sobre o corpo, pois “o corpo não existe”, “ou é queimado, ou devorado pelas feras, ou é comido por aves de rapina e animais selvagens”. A intenção de não deixar preservar o corpo e, conseqüentemente, não haver possibilidade de funeral, era a de apagar a memória daquela pessoa (Chevitarese, 2022)

A cruz e a crucificação eram atos de simbolismo político em relação à mais alta punição romana, que também significa a vergonha pela pena capital e pela exposição do evento. Contudo, a Igreja transformou a cruz em seu símbolo central (ISER, 1977): “A cruz assim é o símbolo do destino político da Igreja que não pode ser distinto daquele do próprio crucificado” (ISER, p.1). O que seria chamado de “Teologia da Cruz” modificou o símbolo da vergonha e do esquecimento para o orgulho do novo movimento que surgiu, o cristianismo. O doloroso caminho da cruz também revelou outras facetas da Igreja e sua relação com o Estado.

Primeiro, vemos as alianças celebradas com o Estado para a constituição de um complexo de poder. Conforme ISER (1977), “a igreja oferecia ao Estado os fundamentos para sua legitimação ideológica, e em troca, recebia a proteção do 'braço secular’”, isto é, do Estado. Logo, o emparelhamento Igreja/Estado não é restrito à era, dita, moderna. Segundo, em outras vezes a Igreja foi o outro extremo e se afastou do Estado, identificando a ordem política como demoníaca. Isso fez com que a Igreja não apontasse o Estado como parte de sua missão evangelizadora. Assim, a estratégia foi fugir da arena política, assumindo um apatismo político. Terceiro, houve momentos de coexistência pacífica entre Igreja e Estado, com cada um atuando dentro da sua atribuição. A Igreja restringe-se ao espiritual, ao eterno e à esfera privada das vidas dos fiéis, enquanto o Estado tem a atribuição sobre o poder estatal e público, ambas funcionando como duas unidades autônomas (ISER, 1977).

Quando o Editorial do ISER foi publicado em 1977, a presença da Igreja Protestante na política estava começando a dar seus primeiros passos na cena política brasileira. Vale destacar que, naquele momento, o Brasil encontrava-se em plena ditadura militar e as inserções existentes eram mínimas. A expansão evangélico-pentecostal só aconteceria uma década depois, durante a redemocratização. Assim, a relação Igreja protestante e Estado estaria mais direcionada a uma coexistência pacífica e de “cooperação construtiva”. Isso pode ser observado a partir dos estudos e documentos históricos apresentados pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Igreja Presbiteriana e Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, os quais se encontram dispostos naquela edição.

Com base nos documentos e estudos históricos apresentados por essas Igrejas, nota-se que o posicionamento era relacionado ao papel ativo das igrejas na luta pela justiça social e na separação entre Igreja e Estado, embora, algumas vezes, apresentassem algumas demandas específicas, como o ensino religioso nas escolas. Entretanto, o que se pôde observar é que a presença dos protestantes no cenário político era mínima até então, o que se transformou a partir das décadas seguintes. No final do editorial do ISER, há uma interessante observação quanto ao momento vivido pela Igreja naquela época e que nos faz refletir sobre o momento atual:

A relação entre a fé e o poder, o Reino de Deus e o Reino de César. Enquanto a Igreja descobre a sua vocação em relação aos humildes, aos que choram, aos mansos, aos que clamam por justiça (Mateus 5), ela *redescobre a sua vocação política* de transfiguração do poder (ISER, 1977, p. grifo nosso).

Os evangélicos/protestantes possuem um extenso *background* em sua crença religiosa, sobre o qual podem se apoiar para justificar sua “vocação política”. Como um religioso que decide aceitar sua vocação religiosa porque se sente escolhido por Deus, a Igreja Evangélica parece ter redescoberto que seu “chamado” não é apenas para a coexistência pacífica com o Estado, tampouco de apatismo em relação às coisas do Estado, mas de atuação efetiva no Estado e no debate político.

### 1.3 PROTESTANTES E EVANGÉLICOS: ORIGENS, CARACTERIZAÇÕES E PERFIL

É um fato: há, no Brasil, uma importante e crescente diversidade no campo religioso! Sociologicamente, não é prudente universalizar as religiões, tampouco podemos fazê-lo internamente: os grupos religiosos não são homogêneos! Isso impulsiona o desafio de se compreender, ainda que minimamente, os contornos internos desses grupos, a fim de evitar confusões e desvios conceituais. Ou, como no caso dos evangélicos, colocar todos os praticantes dessa religião como parte de um mesmo grupo, visto que seria inadequado e imprudente pressupor que eles são um grupo uniforme e coeso simplesmente por professarem a mesma crença. Conforme destaca Mendonça:

Nunca se viu uma diversidade religiosa tão grande como a que se nota atualmente no Brasil. Para complicar mais ainda, a dinâmica interna desse campo, que demonstra intensa itinerância entre grupo religioso, [...] apontam para necessidade de se buscar conceitos mais atuais e capazes de estabelecer distâncias e aproximações entre os diversos grupos que disputam o espaço religioso (Mendonça, 2005, p. 49).

A crença cristã protestante/evangélica surge como um movimento após a Reforma Protestante, ocorrida no século XVI. Apesar da diversidade, alguns elementos poderiam ser

considerados “comuns”, embora as ênfases e linguagens possam ser modificadas, ou itens acrescentados, como:

- a) A centralidade salvífica de Jesus Cristo, crucificado e ressurreto, conforme o testemunho das Escrituras;
- b) O reconhecimento da autoridade das Escrituras em tudo que elas afirmam, com ênfases: na criação, queda, restauração e volta de Jesus no final dos tempos;
- c) A realidade da igreja como fruto da evangelização, e a afirmação de sua vocação missionária, tanto no seu próprio contexto como na expansão do evangelho até os confins da terra.
- d) O compromisso com o arrependimento na busca de uma vida santa que afirme os valores cristãos, um caráter íntegro, uma vida familiar sólida e um testemunho público de credibilidade (Steuernagel, 2018, §8).

Por extensão, na Reforma Protestante também se teria a inauguração de uma “teologia” comum dentre os protestantes/evangélicos. Shelly (2020) argumenta, a respeito da “teologia da cruz”, que ela se revelaria um mistério no cristianismo; afinal, a pena de morte na cruz era a maior condenação que o Império Romano concedia a infratores. O mistério se revelaria, então, na cruz “como um novo paradigma ou uma nova lente através da qual se vê o mundo, o senso de valores, de justiça e de esperança [...]” (Shelly, 2020, p. 264). O autor aponta a crítica de Lutero à teologia católica ao enfatizar: “Lutero criticou a teologia católica, a qual confiava na capacidade humana de progredir (ou ascender) em direção a Deus, chamando-a de teologia da glória, e afirmou que nossa teologia deve estar enraizada na cruz reorientadora” (Shelly, 2020, p. 265).

Portanto, o entendimento acerca dessas crenças seria o “ponto de partida” entre todo(as) aqueles(as) que se consideram praticantes da fé cristã reformada, isto é, evangélica ou protestante. Contudo, nem mesmo o movimento da Reforma Protestante foi unificado, e logo se dividiu em diferentes formas de interpretar as premissas do cristianismo reformado. A partir dessas diferenciações, os protestantes/evangélicos interpretariam seu credo e se reagrupariam em novos grupos. Como resultado, os termos “evangélico” e “protestante” continuam necessitando de atenção para evitar confusões conceituais, especialmente no Brasil, onde a presença do grupo tem sido crescente. Assim, a caracterização do termo, bem como do fenômeno, tornou-se tão múltipla quanto a diversidade de igrejas espalhadas pelo país em seus mais variados estilos, teologias e dogmas. Dito isso, precisamos, então, entender quem são os evangélicos ou protestantes? Ou melhor, o que dizem que eles são?

### 1.3.1 O Que Dizem Que Eles São? Evangélicos e suas Origens Caracterizações

A Reforma Protestante foi o grande marco inicial do cristianismo não católico. O protestantismo surgido na Europa a partir das 95 teses da Catedral de Wittenburg, em outubro

de 1517, é a raiz das denominações que surgiram com a Reforma. Segundo Mendonça (2005, p.51), “protestantes seriam aquelas igrejas que se originaram da Reforma ou que, embora surgidas posteriormente, guardaram os princípios gerais do movimento”. Das Igrejas que compõem esse bloco, destacam-se: Luterana, Presbiteriana, Metodista, Congregacionais, Episcopal e Batistas. Nesse quesito, segundo Mendonça (2005), os batistas resistem ao conceito protestante por motivos históricos. A partir dessas Igrejas, surgiram numerosos sub-ramos, os quais, ao guardarem os princípios fundacionais da Reforma, foram incluídos no universo protestante.

Desde seu surgimento, no século XVI, o protestantismo se espalhou rapidamente pelo mundo. Em 1600, os protestantes eram apenas europeus e representavam mais de 10% de todos os cristãos do mundo. Em 1900, além de já estar presente em quase 80% dos países, o protestantismo já havia atingido seu ápice com cerca de 24% dos cristãos no mundo. Em 2020, estimava-se que existiam cerca de 586 milhões de protestantes em quase todos os países. Além disso, para 2050, há uma estimativa de que o número de protestantes ultrapasse os 24% e chegue a 26% dos cristãos no mundo (Johnson, 2020). Os dados da *World Christian Encyclopedia* (2020) mostram que a Europa vive, no século XXI, um intenso processo de declínio do protestantismo. Em 2020, a parcela protestante era estimada em 15% e, para 2050, calcula-se que esse número caia para menos de 9%. Em contrapartida, na África e na América Latina, o protestantismo encontrou terras férteis e cresceu rapidamente, embora, a princípio, tal crescimento tenha coincidido com conflitos frente à hegemonia católica na região latina (Johnson, 2020).

Ao buscarmos uma definição viável para “protestante”, encontramos o seguinte pensamento de Lutero: “O Cristão é o mais livre de todos os senhores, e sujeito a nenhum outro; o Cristão é o mais obediente de todos os servos, e sujeito a todos os outros” (Lutero, 2017, p.10). A curiosa e aparente contradição é resolvida por Mendonça (2005) da seguinte forma: o Cristão é livre para fazer, ou não, qualquer coisa; ou ainda, esse cristão não está sob nenhuma mediação, pode se dirigir diretamente a Deus, pela fé, instrumento de sua salvação. A salvação não é coletiva, mas individual, e a vida religiosa de um cristão é pautada pela leitura, direta e não mediada, da Bíblia. Em resumo, Mendonça afirma:

O protestante é o homem que se sente liberto por Cristo, segue exclusivamente a Bíblia “como única regra de fé e prática”, cultiva uma ética racional de desempenho para contribuir para a glória de Deus e vive moralmente segundo os “10 mandamentos” e os padrões da moral burguesa vitoriana (Mendonça, 2005, p. 51).

Contudo, isso ainda não resolve nosso problema quanto ao que é ser “protestante” no

Brasil, afinal, de acordo com a definição de Mendonça, feita a partir da lógica de Lutero, o protestantismo original estava diretamente conectado à lógica das monarquias absolutas e das relações sociais econômico-política da época.

Quando voltamos nossa atenção para o termo “evangélico”, encontramos outras interessantes especificações. Segundo Johnson (2020), as origens históricas do evangelicalismo moderno residem na primeira metade do século XVIII, na Europa, com ligações diretas com os reavivamentos religiosos, iniciados por George Whitefield e John Wesley. Com o tempo, o termo descreveu de forma mais ampla a rede de movimentos cristãos protestantes do século XVIII na Grã-Bretanha e em suas colônias. Além disso, também caracterizou os indivíduos associados a esses movimentos e que possuíam um alto padrão de convicções teológicas e atitudes religiosas. Hoje, segundo ele, haveria uma forte conexão entre o termo “evangelicalismo” e o movimento pentecostal, especialmente nos EUA (Johnson, 2020).

Uma discussão periférica, mas de importante significado, especialmente para que se possa evitar confusões conceituais, refere-se aos termos em inglês “*evangelicals*” e “*evangelicalism*”. Em tradução livre, respectivamente, temos “evangélicos” e “evangelicalismo”. Contudo, a conotação e a caracterização concedida aos termos em inglês, nos EUA, difere do que entendemos no Brasil. Segundo Johnson (2020), globalmente:

O evangelicalismo é um movimento predominantemente não-branco no cristianismo, e se estando cada vez mais presente entre os evangélicos que vivem no Sul Global. Entretanto, essa realidade vai contra a percepção popular no Ocidente que os EUA são a “casa” do evangelicalismo contemporâneo, onde o evangelicalismo é um movimento predominantemente branco e politicamente conservador (Johnson, 2020, P. 1).

Outros autores corroboram a tese que os “*evangelicals*” e o “*evangelicalism*”, nos EUA, remontam à ala conservadora e liberal do protestantismo. Essa ala teria dois conhecidos precursores: Billy Graham e Jerry Falwell. Enquanto o primeiro seria visto como mais cordial para com os presidentes estadunidenses, Falwell foi um dos criadores do movimento *Moral Majority*, que seria constituído como lobby político evangélico a partir da década de 1980. O principal objetivo desse lobby foi eleger e monitorar os candidatos com base em uma agenda conservadora contrária ao aborto, a favor da família, sexualidade, moralidade, Estado mínimo, porte de armas etc. Assuntos estes que, costumeiramente, fazem parte dos debates político-sociais desse grupo nos EUA. Vale destacar que, embora a *Moral Majority* tenha sido dissolvida na década de 1980, Falwell também era conhecido por sua liderança na *New Christian Right*, um movimento que também defende pautas conservadoras e apoiou a candidatura de Donald Trump em 2016 (Steuernagel, 2018; Mendonça, 2005; Noll, 2000; Johnson, 2020).

A partir dessas breves apresentações dos termos evangélico e protestante, é possível observar que, no Brasil, as definições seriam estabelecidas de forma mais específica. De acordo com Mariano (2014, p. 10), o “termo evangélico recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI”. Essa designação refere-se tanto às igrejas protestantes históricas quanto às pentecostais.

O termo evangélico designa e recobre tanto as *denominações protestantes históricas* (Luteranas, Presbiteriana, Metodista, Batista, Congregacional, Episcopal, etc.), quanto as *pentecostais* (Assembleia de Deus, Deus é Amor, Casa da Bênção, Nova Vida, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, etc.). Os pentecostais acrescentam às doutrinas protestantes básicas a crença na atualidade dos dons do Espírito Santo, dentre os quais se sobressai a glossolalia, que ocorre quando o fiel fala “línguas estranhas”, reproduzindo o episódio bíblico vivido pelos apóstolos 50 dias após a ressurreição de Cristo, no dia de Pentecostes (cf. At 2,1-13) (Mariano; Pierucci, 1996, p. 193, grifos nosso).

Em sua tese de doutorado, a qual se tornou leitura obrigatória para qualquer sociólogo que queria estudar protestantismo no Brasil, Paul Freston (1993) argumenta que, entre nós, o termo “evangélicos” é geralmente usado como sinônimo de “protestante”. Além disso, ele observa as caracterizações trazidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) à época. No Censo 1991, havia duas categorias: “protestante tradicional” e protestante pentecostal”. No entanto, nas décadas seguintes, o IBGE apresentou novas categorias e subcategorias para evangélicos. No Censo 2010, o Instituto estabeleceu as definições a seguir para evangélicos: “Missionária”, “Pentecostal” e “Não determinada”<sup>26</sup>. As duas primeiras categorias foram subdividida da seguinte forma:

- Missionária: Adventista, Batista, Congregacional, Luterana, Metodista, Presbiteriana e Outras;
- Pentecostal: Comunidade Evangélica, Evangélica renovada não determinada, Assembleia de Deus, Casa da Bênção, Congregação cristã do Brasil, Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Maranata, Igreja Nova Vida, O Brasil para Cristo, Igreja Universal do Reino de Deus e Outras.

Freston reconhece que a diversidade de igrejas evangélicas apontaria para um problema de autoidentificação. Isso aconteceria como reflexo de uma “identidade forjada em oposição à igreja dominante e à falta de unidade interna” (Freston, 1993, p. 4). Dessa forma, devido à segmentação, haveria a necessidade de se criar um elemento unificador que criasse

---

<sup>26</sup> Conforme a tabela 2094 do IBGE, a categoria “evangélica não determinada” não apresenta resultados no Censo 2000. O que leva a entender que tal categoria foi cunhada no Censo 2010. Por outro lado, no Censo 2000 aparecia a categoria “Evangélicas sem vínculo institucional”, a qual não aparece no Censo seguinte, o que possivelmente mostra a substituição dos termos.

possibilidades para a identificação. Essa seria a função da palavra “evangélico”, unir e permitir ações conjuntas. Por outro lado, o nome denominacional (“batista”, “metodista”, “assembleano” etc.) é a identificação que diferencia e justifica a existência de organizações múltiplas. No entanto, acreditamos que há questões levantadas por esta tese que exigem uma investigação aprofundada para serem debatidas de forma adequada, como: evangélico ainda é um termo unificador? Será que os indivíduos desse grupo ainda se autotransfeririam como evangélicos? Ou, o termo estaria sendo substituído internamente para se distanciar de quaisquer caracterizações sociais envolvidas no seu significado?

Conhecer os desmembramentos gerais do protestantismo é um esforço para se evitar confusões na caracterização de um “protestantismo brasileiro”. Para Mendonça (2005), há uma dificuldade em se conceituar o protestantismo brasileiro, pois “o protestantismo que chegou ao Brasil jamais se identificou com a cultura brasileira, e continua sendo um protestantismo norte-americano com suas matrizes denominacionais e dependência teológica”. De fato, o protestantismo que chegou ao Brasil no século XIX foi trazido, majoritariamente, por missionários norte-americanos e europeus<sup>27</sup>, tendo sido implementadas as estruturas teológicas originais desses missionários e seus grupos. Entretanto, após chegar ao Brasil, o protestantismo recebeu modulações tropicais e se adaptou às experiências e práticas culturais nativas. Após quase dois séculos desde a chegada dos primeiros missionários estrangeiros, pode-se observar que o protestantismo também contribuiu, e ainda contribui, com práticas de significação no Brasil.

Mais do que dois conceitos, houve um processo histórico que permitiu que o termo “evangélico”, mais do que o termo “protestante”, viesse a ser um termo identificador que abrange as igrejas filiadas à tradição inaugurada pela Reforma no Brasil (Mafra, 2001). Assim, por questão de organização, usaremos “evangélico” para nos referir a esse vocábulo identificador de indivíduos e Igrejas, embora saibamos que ele não seja um identificador universal. “Protestantismo”, por sua vez, será mobilizado como referência ao movimento religioso. Para não trazer confusões conceituais, preferimos, no momento, não utilizar o termo “evangelicalismo”, pois, mesmo sendo aceito no Brasil, ele poderia colidir com a caracterização do evangelicalismo na perspectiva norte-americana, ainda que possamos chegar, em algum momento, ao entendimento quanto a um “evangelicalismo na perspectiva brasileira”. Seguindo Weber, concordamos que um conceito definitivo não deve estar no início da investigação, mas

---

<sup>27</sup> Uma síntese sobre a chegada do “Protestantismo histórico ou de missão”, da chegada dos missionários ao Brasil e do desenvolvimento dos evangélicos no Brasil pode ser encontrada no livro *Evangélicos* de Clara Mafra (2001).

ao final dela, isto é, a partir da elaboração do curso da discussão e do melhor resultado que ela pode apresentar.

### 1.3.2 Aspectos Do Perfil Evangélico Brasileiro

Por mais importante que seja conhecer as origens e as características dos evangélicos, ainda precisamos de mais informações para compreender a complexidade do universo evangélico na sociedade brasileira. Como parte das nossas investigações, torna-se necessário conhecer quem realmente são os(as) evangélicos(as) brasileiros(as). Devido à pandemia de COVID-19, o Censo 2020 não foi realizado no ano determinado e os dados censitários estão estagnados no Censo 2010<sup>28</sup>. No entanto, em uma tentativa de obter um mapeamento, a nossa proposta consiste em utilizar os dados do Censo 2010, do Instituto Datafolha, em uma pesquisa intitulada “Opinião sobre a democracia”, divulgada em janeiro de 2020, e da ABRAPEL (Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais) / IPESPE na “Pesquisa Termômetro da Campanha”, de 2022. Em relação às religiões no Brasil, em 2010 havia o seguinte cenário<sup>29</sup>:

**Quadro 1 - Religião da população brasileira em 2010 (%)**

<b>Religião</b>	<b>% de fiéis</b>
Católica Apostólica Romana	64,63
Católica Apostólica Brasileira	0,29
Católica Ortodoxa	0,07
Evangélicas	22,16
Outras religiosidades cristãs	0,77
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	0,12
Testemunhas de Jeová	0,73
Espiritualista	0,03
Espírita	2,02
Umbanda e Candomblé	0,31
Judaísmo	0,06

<sup>28</sup> Em 2022, o IBGE realizou a coleta censitária. No entanto, até o momento da finalização dessa tese, os dados referentes à religião e aos evangélicos não foram divulgados. Para tentar obter esses dados, protocolamos solicitações tanto por e-mail quanto por meio da Lei de Acesso à Informação aos dados e (ou) aos bancos de dados. Em ambos os canais a resposta foi que os dados seriam divulgados posteriormente, embora sem uma data específica. Além disso, indicaram que deveríamos consultar os dados de 2010, enviando-me inclusive os links de acesso a tais dados.

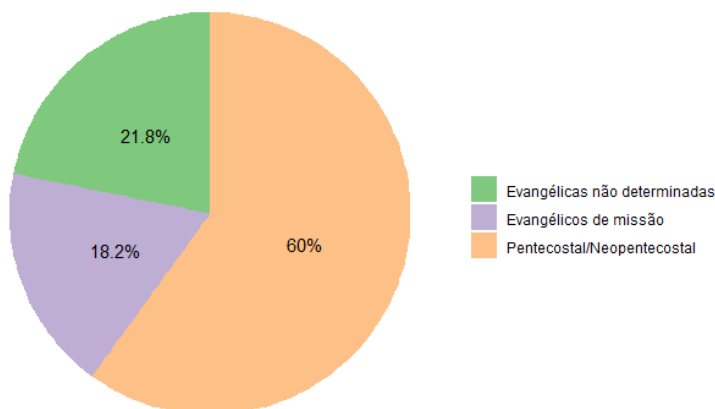
<sup>29</sup> A respeito da metodologia da pesquisa, o Instituto Datafolha (2019) descreveu que foi utilizada a metodologia quantitativa como técnica de pesquisa. A amostra é composta por 2.948 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 176 municípios. Sua margem de erro é de 2 pontos percentuais aproximadamente e seu nível de confiança é de 95%. Apesar de a pesquisa ter sido divulgada em janeiro de 2020, a coleta foi realizada entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2019.

Hinduísmo	0
Budismo	0,13
Novas religiões orientais	0,08
Outras religiões orientais	0,01
Islamismo	0,02
Tradições esotéricas	0,04
Tradições indígenas	0,03
Outras religiosidades	0,01
Sem religião	8,04

**Fonte:** IBGE (2010)

Em 2019, os dados do Instituto Datafolha indicaram o seguinte cenário das religiões no Brasil: católicos 50%; evangélicos 31%; sem religião/agnósticos 10%; umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras 2%; espírita, kardecista e espiritualista 3%; outra religião 2%; ateu 1%; judaica, menos de 1%. Quanto à distribuição pelas regiões do Brasil, a pesquisa realizada pela IPESPE/ABRAPEL (2022) apontou que os evangélicos representam 40,6% na região Centro-Oeste, 20,7% na região Nordeste, 27,7% na região Norte, 29,4% na região Sudeste e 32,7% na região Sul.

Ao apontarmos a lente em direção ao nosso objeto, observamos o cenário apresentado pelo Censo 2010 relacionado aos brasileiros que se declararam evangélicos. A tabela Sidra “1489” nos apresenta que 42.275 brasileiros(as) se declararam evangélicos(as), representando 22% da população total do Brasil, e puderam ser divididos da seguinte maneira: 18% pertencentes às igrejas denominadas “evangélicas de missão”, como a Luterana, Presbiteriana, Metodista, Batista, Congregacional, Adventista, entre outras. Outros 21% foram incluídos nas igrejas “evangélicas não determinadas”, as quais não foram especificadas pelo Instituto. Por fim, 60% eram membros de igrejas consideradas “pentecostal” e “neopentecostal”, exemplificadas por denominações como a Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Casa da Bênção, Deus é Amor, Maranata, Nova Vida, Renovada não Determinada, Comunidade Evangélica e outras. Conforme podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 1:** Distribuição das denominações com base no Censo 2010

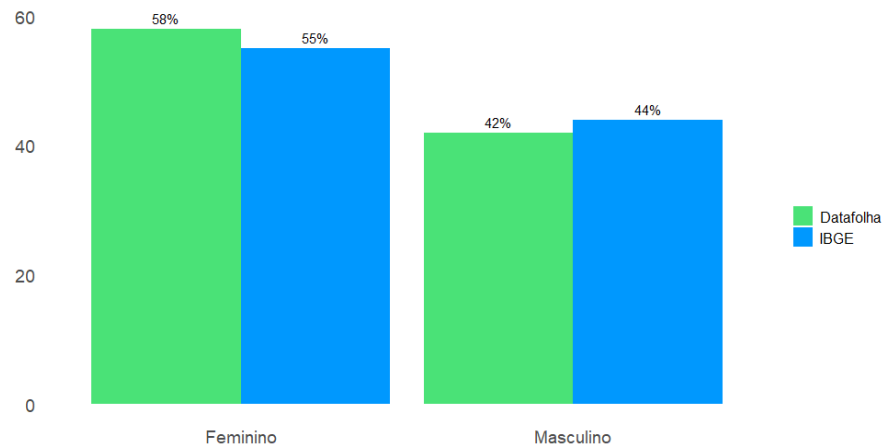
**Fonte:** Tabela Sidra 1489 – IBGE (2010)

Na pesquisa Datafolha, as nuances das denominações eclesiásticas são menos perceptíveis do que na do IBGE, especialmente porque, em geral, a pesquisa opta por categorias gerais. Para observarmos isso na prática e termos uma dimensão de como a imagem se refletiu no Censo 2010 e como pode estar atualmente, comparamos os dados do Censo 2010 com a pesquisa Datafolha 2020<sup>30</sup>. No que se refere ao Censo, a população analisada é de 42.275.440, cerca de 22% da população.

No que se refere à categoria sexo<sup>31</sup>, houve pouca alteração entre o apresentado no Censo 2010 e o recorte realizado pelo Datafolha. Majoritariamente, o grupo evangélico segue sendo composto por mulheres. No censo 2010, as evangélicas brasileiras representavam cerca de 55% da população evangélica, enquanto os homens representavam 44%. De acordo com o Datafolha, em 2020, as evangélicas eram 58% e os homens, 42%. Conforme podemos observar no gráfico.

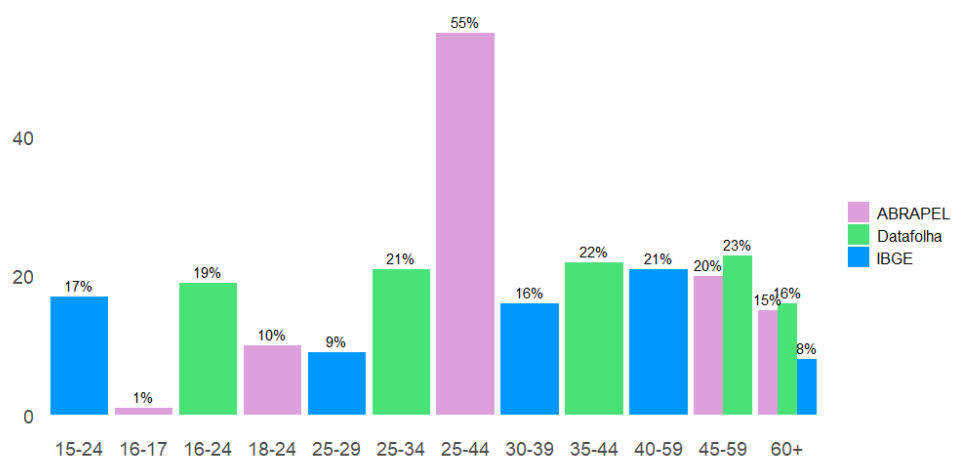
<sup>30</sup> Compreendemos que a abrangência da pesquisa Datafolha é menor do que a do Censo produzido pelo IBGE. Além disso, sabemos da existência da chamada “margem de erro”. No entanto, a confiabilidade da pesquisa do Datafolha, com níveis próximos a 95%, torna-a uma boa fonte para desenharmos o perfil evangélico brasileiro o mais próximo possível da realidade, especialmente em um cenário em que não possuímos a divulgação dos dados do IBGE em tempo hábil para a finalização deste estudo.

<sup>31</sup> Tanto o Censo 2010 do IBGE quanto a pesquisa do Instituto Datafolha utilizam a nomenclatura “sexo” e não “gênero”. Além disso, trazem apenas as categorias “feminino” e “masculino”.

**Gráfico 2 - Comparação de Gênero - IBGE 2010 vs. Datafolha 2020**

**Fonte:** IBGE (2010); Datafolha (2020)

Quanto à idade, o IBGE, o Instituto Datafolha e a IPESPE/ABRAPEL classificam os grupos de maneira distintas. Por se tratar de um Censo, o IBGE tem uma amplitude maior de categorias de idades em comparação às outras duas pesquisas de mapeamento eleitoral. A fim de oferecermos um panorama mais completo, organizamos os dados das idades a partir dos 15 anos, para o IBGE, e 16 anos, para o Datafolha e IPESPE/ABRAPEL. Assim, os resultados obtidos foram os seguintes:

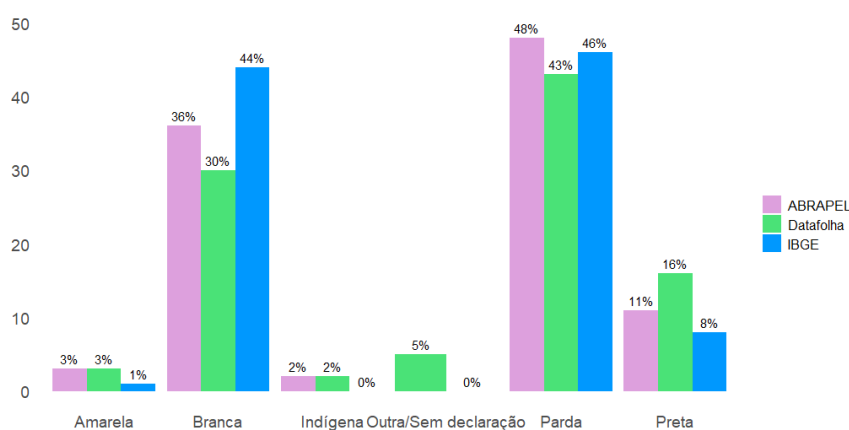
**Gráfico 3 - Comparação com base na faixa etária**

**Fonte:** IBGE (2010); Datafolha (2020); IPESPE/ABRAPEL (2022)

Na categoria cor/raça, tanto o IBGE quanto o Datafolha fazem a mesma distribuição. Quanto a IPESPE/ABRAPEL, a diferença reside que não há a categoria “outra/sem declaração”. Uma observação importante é que, com base no Censo 2010, os resultados dos grupos “indígenas” e “sem declaração” refletiram valores inferiores a 1%. Portanto, no gráfico, esses grupos estão representados como 0%. Por outro lado, nas pesquisas do Datafolha e da IPESPE/ABRAPEL, o grupo indígena já aparece com 2% dos participantes. Algo que pode ser discutido com mais profundidade em análises futuras é o aumento da conversão indígena ao cristianismo evangélico, especialmente por meio das missões evangélicas realizadas em regiões indígenas. Contudo, para uma análise atualizada e precisa dessa questão, é necessário aguardar os resultados do Censo 2022.

Outra observação é a mesma descrita pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Nos últimos 10-12 anos, estaria ocorrendo uma tendência de queda dos autodeclarados “brancos” e o aumento entre os autodeclarados “pretos”. Tal movimento também estaria refletido entre a população evangélica. Dito isso, a combinação dos dados de cor/raça pelo IBGE, pelo Datafolha e pela IPESPE/ABRAPEL aparecem assim:

**Gráfico 4 - Comparação cor/raça**

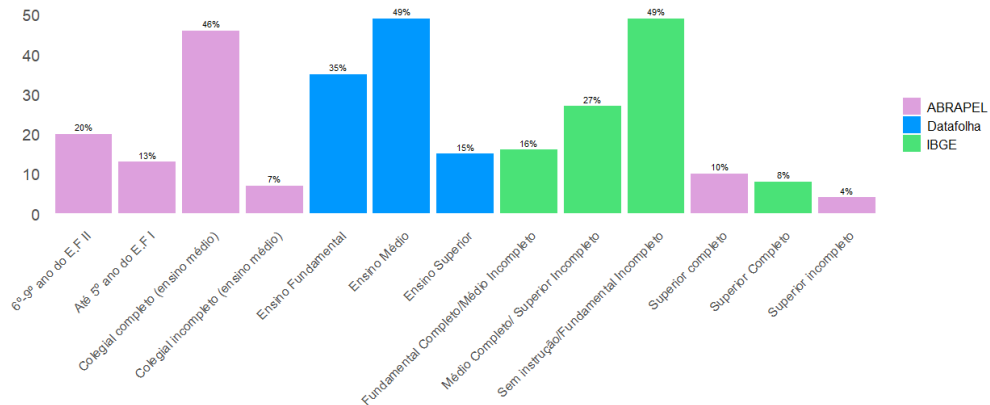


**Fonte:** IBGE (2010); Datafolha (2020); IPESPE/ABRAPEL (2022)

Tal como no quesito “idade”, no que se refere à “escolaridade”, o Censo é mais detalhado do que a pesquisa Datafolha. No primeiro, as categorias se subdividem em “completo” e “incompleto”, enquanto no Datafolha não há distinção entre os grupos. Além disso, nesse quesito, o IBGE recorta a amostragem e analisa os dados de indivíduos com mais de 25 anos, isto é, 23.250,434 pessoas, ou 21% da população brasileira total na época. Ambos os institutos não categorizaram “pós-graduação”. No que se refere aos dados da pesquisa IPESPE/ABRAPEL, observa-se que ele se diferencia na amplitude de escolaridades analisadas.

Diferentemente, das outras duas pesquisas, os dados da IPESPE/ABRAPEL, desmembram o Ensino Fundamental (E.F) em I e II. Assim, temos a seguinte imagem comparativa:

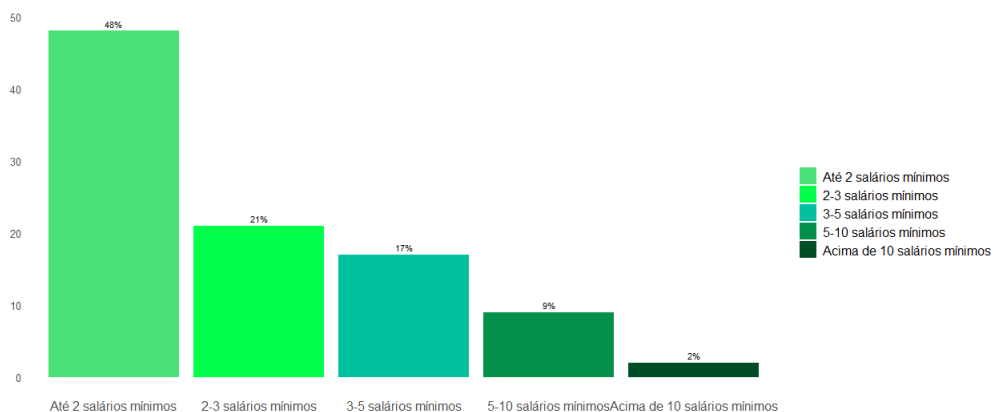
**Gráfico 5 - Porcentagem por Escolaridade**



**Fonte:** IBGE (2010); Datafolha (2020); IPESPE/ABRAPEL (2022)

No que se refere ao rendimento mensal dos evangélicos brasileiros, o IBGE e o Datafolha também se distinguem na divisão das categorias. No entanto, uma vez que o salário mínimo na época do Censo 2010 era diferente do salário mínimo de 2020 (ano da pesquisa Datafolha) optamos por usar apenas os dados do Datafolha, a fim de evitar confusões e erros. Além disso, a pesquisa do Datafolha analisa a renda salarial a partir de cinco faixas, o que nos permitiria ter uma visão mais amplificada do fenômeno.

**Gráfico 6 - Renda dos participantes da pesquisa**



**Fonte:** Instituto Datafolha (2020).

Com base nos dados apresentados até aqui, seguindo o Censo 2010, a pesquisa do Instituto Datafolha e da IPESPE/ABRAPEL, teríamos a seguinte imagem: os evangélicos

seriam estimados entre 25% e 30% da população brasileira. As mulheres corresponderiam a 58% dos evangélicos totais. De acordo com os dados das três pesquisas, a maior concentração dos evangélicos brasileiros estaria na faixa etária de 25 a 44 anos. Nos dados levantados pela IPESPE/ABRAPEL, esse grupo foi representado por 55% dos participantes da pesquisa, enquanto na pesquisas Datafolha e no Censo, esse grupo representava entre 46% e 41%, respectivamente. Pretos e pardos representariam cerca de 60%. A escolaridade dos evangélicos brasileiros concentraria seu maior índice no ensino médio, com 49%, segundo as pesquisas Datafolha e IPESPE/ABRAPEL. Conforme o Censo, em 2010, 49% dos evangélicos brasileiros declararam não possuir instrução ou ensino fundamental incompleto. A renda mensal média seria de até dois salários mínimos. Por fim, os pentecostais e neopentecostais representariam 60% da origem denominacional dos evangélicos.

No detalhamento do perfil dos evangélicos brasileiros, sobressaem as dimensões sociais, econômicas e denominacionais em que eles estão inseridos. Por meio desse quadro, conseguimos perceber transformações, adaptações, êxitos e até mesmo fracassos de movimentos religiosos que chegaram e se fixaram, ou não, no país. Ademais, obtemos melhores ferramentas para investigar o sucesso do pentecostalismo no Brasil, como “refúgio das massas” em oposição às “elitistas” igrejas históricas/de missão (Synan, 2008). Para entendermos melhor como isso se articulou, e percebendo a importância do pentecostalismo no desenvolvimento dos evangélicos no Brasil, no próximo capítulo, veremos o surgimento do pentecostalismo, enquanto movimento religioso, na Inglaterra; a sua chegada e transformações nos EUA; e seu desembarque no Brasil, até tornar-se um dos principais movimentos religiosos brasileiros.

## CAPÍTULO 2 - (NEO)PENTECOSTAIS: ORIGENS, DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS

*Eu navegarei  
 No oceano do Espírito  
 E ali adorarei  
 Ao Deus do meu amor [...]  
 Espírito, Espírito  
 Que desce como fogo, oh! vem sobre nós  
 Vem como em pentecostes, oh! vem  
 E enche-me de novo [...].  
 (Silva, 1973)*

O pentecostalismo rompeu fronteiras eclesiais, doutrinárias e geográficas ao se constituir como um fenômeno mundial. Surgido no início do século XX na América do Norte, mais especificamente nos EUA, o pentecostalismo rapidamente se espalhou para a Ásia, a África e o Pacífico, e teve na América Latina um crescimento nos últimos tempos. Tanto em sua versão original como em sua versão “neo”, o pentecostalismo ditou as novas regras da Igreja Evangélica mundial, tratando-se de um “autêntico processo de globalização ou transnacionalização dessa forma de protestantismo popular” (Mariano, 2014, p. 9). Neste capítulo, veremos como se originou a forma pentecostal que chegou ao Brasil, seu desenvolvimento e tipologias. Abordaremos com maior especificidade a tipologia neopentecostal, um expressivo grupo social no Brasil que, com suas características e concepções teológicas, tem movimentado as mais diversas igrejas evangélicas, com suas diferentes denominações e posicionamentos políticos.

### 1.4 DOS MOVIMENTOS DO ESPÍRITO SANTO AO PENTECOSTALISMO NOS EUA

De modo geral, associamos o início à origem, acreditando que eles têm o mesmo significado. No entanto, a origem, diferentemente do início, pode ter em si um significado permanente, em que há um fundamento e um sentido que sustenta sua existência (Passos, 2005). O início se apega ao tempo, à origem, ao fundamento. O tempo cronológico nos situa na História, o período em que os eventos ocorreram. A origem nos apresenta a oportunidade de compreensão dos significados, das fundamentações e das representações presentes em rituais e símbolos.

Comumente, o pentecostalismo é associado aos ritos, tais como as ênfases no Espírito Santo, o falar em línguas (glossolalia), o proselitismo, a cura divina e até mesmo a busca por prosperidade. Ou, ainda, liga-se a igrejas como Assembleia de Deus, Deus é Amor, Evangelho

Quadrangular e, talvez mais conhecida, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). No entanto, o entendimento acerca desses significados está diretamente atrelado ao conhecimento da origem do pentecostalismo, anterior ao período cronológico do pentecostalismo estadunidense, que posteriormente chegará ao Brasil. A origem do pentecostalismo está, em seu fundamento, atrelada ao surgimento da Igreja Cristã.

#### 1.4.1 Os Movimentos Do Espírito Santo: O Início Apostólico e a Reforma Protestante

A origem enquanto fundamento do pentecostalismo está diretamente atrelada às raízes históricas do cristianismo. O tempo cronológico está localizado em 33 d.C., em um evento envolvendo os primeiros apóstolos, ocorrido no Dia de Pentecostes<sup>32</sup>. Além de ser considerado a origem do pentecostalismo, o evento também é apontado como o marco inaugural da Igreja Cristã.

Estavam todos reunidos num só lugar. De repente veio do céu um som, como de um vento muito forte, e encheu toda a casa na qual estavam assentados. E viram o que pareciam línguas de fogo, que se separaram e pousaram sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito os capacitava. (At 2,1-4).

Os avivamentos, renovações e realizações dos “sinais e maravilhas” foram importantes também para a propagação, e manutenção, do Evangelho. A importância de se compreender os carismas e dons que estavam surgindo na época estava diretamente conectada ao princípio da unidade e existência da Igreja. Durante o período do cristianismo apostólico, nos séculos I e II d.C., o apóstolo Paulo enviou cartas à Igreja de Corinto alertando sobre a importância desse discernimento. Posteriormente, em cartas enviadas a Tito e Timóteo, Paulo destacou as mesmas questões e também a necessidade de se entender os princípios de autoridade e ordem na ação comunitária.

Os “alertas” de Paulo expõem os esforços despendidos para proteger a comunidade cristã primitiva de doutrinas estranhas e/ou concorrentes que poderiam ameaçar a unidade interna do grupo. A Igreja descrita a partir do livro de *Atos* conservou os dons originais e o poder pentecostal durante os períodos subsequentes de lutas e perseguições (Synan, 2009). Após o momento de triunfo do cristianismo no Ocidente, com Constantino, a onda carismática foi perdendo força, substituída pelo ritualismo da fé e dos sacramentos. Além disso, a morte

---

<sup>32</sup> Pentecoste é um termo derivado do grego “*pentēkostos*”, que significa “quinqüésimo”, em referência ao quinquagésimo dia depois da Páscoa. Para entender melhor sobre o significado judaico e cristão do pentecostes. (Elwell, 2009).

dos últimos apóstolos, que eram testemunhas vivas e orais da experiência original, também contribuiu para a diminuição da manifestação dos carismas, incluindo milagres e exercícios dos dons.

Com a morte dos últimos apóstolos, a experiência originária foi difundida como parte da história vivencial do cristianismo primitivo e resultou em profundos impactos na história do cristianismo que sucedeu. Conforme Kay (2011, p. 21, grifo nosso): “A experiência religiosa e da aventura multilinguística dos crentes colocara-os em direção à rua para *pregar*”. Ademais, tornou-se perceptível a conexão entre experiência e doutrina religiosa (Kay, 2011). O pentecostalismo, tal como conhecemos hoje, seria uma atualização da vivência de significados referentes à experiência originária entre toda a comunidade, especialmente a partir da chamada “comunhão com os irmãos”, em cultos, rituais, músicas, comemorações, sermões etc.

Como pudemos observar, o trecho da música apresentada no início do capítulo narra a experiência relatada em *Atos 2* e mantêm a memória viva e atualizada no tempo. De acordo com Passos (2005), esse processo temporal não possui limites, mas suas constantes atualizações permitem que ele seja perpetuado no tempo chamado “sagrado”. Isto é, o tempo sagrado não funciona conforme a temporalidade humana; logo, ele permite vivenciar as experiências originárias no presente.

As músicas, as comemorações de Pentecostes, como o próprio movimento do Espírito Santo, superam as fronteiras de tempo, espaço, passado e presente, tal como os milagres de Jesus e os dons do Espírito Santo, que transcendem essas fronteiras. Dessa forma, eles permitem vivenciar as experiências originárias no presente. A historicidade passada, vigente na experimentação original, torna-se a principal característica da vivência presente do grupo. É nesse contexto que o cristianismo nasce e se desenvolve, mas seria apenas a partir da Reforma Protestante que o entendimento do Espírito Santo ganharia novos contornos.

A Reforma Protestante marcou a fundação do protestantismo mundial, mas teria nascido sob a égide da espiritualidade cristã. O movimento, que teve Martinho Lutero como seu principal expoente, questionou a condição da Igreja Católica sobre os fiéis, o modelo eclesial existente e, principalmente, a sustentação do contato pessoal com Deus sem a necessidade de intermediários (padres e sacerdotes). As proposições teológicas mais conhecidas da Reforma, as *5 Solas*, que se transformaram em pilares do movimento, foram: *Sola scriptura*, somente a Escritura; *Solus Christus*, somente Cristo; *Sola gratia*, só a graça; *Sola fide*, só a fé; e *Solo Deo gloria*, somente a Deus a glória. A Reforma promoveu mudanças para além das bases eclesiais da Igreja Católica.

O referido movimento promoveu também uma importante reforma carismática. Como

observa Passos (2000, p. 45), “trata-se de uma reforma com vocação carismática”, que se espalhou e fez surgir movimentos mais radicais, os quais abordavam o papel mais ativo do carisma, do Espírito Santo, como o movimento liderado por Tomaz Münzer (1488–1525)<sup>33</sup>. A partir daí, rapidamente essas ideias se espalharam por outras cidades da Alemanha e pela Europa, como a Irlanda, a Holanda, a França<sup>34</sup> e a Inglaterra, por intermédio do rei Henrique XVI.

É claro que esse movimento ainda não se assemelhavam ao protestantismo que conhecemos hoje; pelo contrário, ainda representava uma “extensão” da Igreja Católica, especialmente no que se refere à sua estrutura institucional, como destaca Reeves (2016, p. 157) sobre o protestantismo na Inglaterra: “Ele [Henrique VIII] não queria que a Inglaterra se tornasse protestante, nem se tornasse católica romana”. Ele queria extrair o que era “ruim” do lado romano e apenas deixar o que era “bom” do catolicismo, formando, assim, um “catolicismo inglês”<sup>35</sup>. Contudo, já se diferenciavam (ainda que de forma primária) quanto aos princípios teológicos católicos.

#### 1.4.2 O Movimento Metodista e o Movimento Holiness

Apesar da confusão inicial, no século XVIII, a Inglaterra assistiria ao nascimento de um novo movimento que mudaria para sempre as bases e o rumo do protestantismo: o movimento metodista. Apesar de, atualmente, a Igreja Metodista ser classificada no grupo de igrejas “tradicionais/históricas”, o movimento metodista tem em sua origem algumas ênfases, caracteristicamente consideradas pentecostais à época. Como argumenta Freston (1993), “em muitos sentidos, [o metodismo] foi o pentecostalismo da Revolução Industrial”.

O movimento metodista teve como precursores os irmãos anglicanos John e Charles Wesley e se iniciou após uma experiência espiritual vivida por John Wesley (1703-1791), em 1738, relatada por ele em seu diário:

---

<sup>33</sup> O movimento liderado por Münzer foi considerado o movimento mais radical dos braços da Reforma. Sua ênfase foi primordialmente na experiência religiosa do Espírito Santo. Além disso, conforme afirma Reeves (2016, p.96), Münzer era “um pregador de fogo e enxofre que via a si mesmo como um novo Gideão, um profeta guerreiro enviado para trazer juízo sobre os ímpios”. Contudo, suas palavras e ações radicais levaram esse braço da Reforma a níveis de radicalismo extremos, pois ele acreditava que o Espírito Santo poderia liderar uma desordem civil. O reformista também acreditava que o batismo interno pelo Espírito suprimiria os ritos religiosos. O radicalismo extremo levou à sua captura e morte (Reeves, 2016; Kay, 2011).

<sup>34</sup> Na França, em 1557, 33% da população era considerada protestante. Em 1559, surge, então, a Igreja Reformada. Durante o período, ocorreram amplas manifestações de glossolalia, profecias, transes etc. (Synan, 2009).

<sup>35</sup> Esse processo separou a Igreja Anglicana da Igreja Católica Romana em 1534, mediante o *Ato de supremacia* proclamado por Henrique VIII, que se tornou chefe supremo da Igreja da Inglaterra.

À noite, fui muito de má vontade até uma sociedade, na Rua Aldersgate, onde a pessoa estava lendo o prefácio de Lutero à Epístola aos Romanos. Por volta de quinze para as nove, enquanto ele estava descrevendo as mudanças que Deus opera no coração, pela fé em Cristo, eu senti meu *coração estranhamente aquecido*. Senti que confiei em Cristo — Cristo apenas, para a salvação; e uma garantia me foi dada de que ele tinha tomado meus pecados, até mesmo os meus, e tinha me salvado da lei do pecado e da morte (Wesley, 2017, p. 80, grifo nosso).

A partir desta experiência, o movimento metodista teve como principais características a identificação aos seguintes estilos: metódico, como o próprio nome os denomina<sup>36</sup>; emocional, presente no Quadrilátero de Wesley, referente à experiência<sup>37</sup>; e, especialmente, “voltado para as massas” (Weber, 2013); pois tinha como característica ir para além dos muros da igreja, para as minas, as fábricas, as ruas da Inglaterra. O metodismo nasceu entre os pobres e marginalizados, voltado às questões sociais. Outro aspecto, este consequente do evento do “coração aquecido”, é o entendimento quanto à confiança em Cristo, marca da pregação metodista. A importância disso reside no fato de que essa crença justificou a combinação da razão com a emoção mediante a “doutrina de segurança”, na qual a convicção intelectual se baseia na experiência espiritual de que os pecados são removidos por Deus (Kay, 2011).

A combinação razão e emoção nas bases wesleyanas levou ao desenvolvimento da doutrina da santificação/perfeição, que, embora fosse uma tentativa de se afastar da doutrina ortodoxa, transformou-se em um desenvolvimento dela. De acordo com Weber, a doutrina tem o seguinte entendimento: “alguém renascido dessa forma pode, em virtude da divina graça que já está trabalhando na pessoa, alcançar a santificação mesmo nesta vida [...], por meio de uma segunda transformação espiritual, que, em geral, é separada e súbita”. A santificação ou a consciência da perfeição “finalmente garante a *certitudo salutis*” (certeza da salvação) pelo fato de que os “pecados não mais têm poder sobre ele [o *verdadeiro convertido*]”. (Weber, 2013, p. 156 – 157). O autor ainda argumenta que “o ato emocional de conversão era metodicamente induzido” e, após haver alcançado a conversão, “a emoção, uma vez despertada, era dirigida a uma luta racional pela perfeição (p. 158).

O apelo que gerava a ênfase emocional metodicamente induzida e a luta racional pela perfeição foi posteriormente chamada por Wesley de “santificação plena” ou ainda de “perfeito amor” e “perfeição cristã”<sup>38</sup>, também conhecida como “segunda bênção” (Synan, 2009). Essa

<sup>36</sup> Segundo a história da Tradição Metodista, o nome “metodista” surgiu como um adjetivo pejorativo para identificar os jovens que participavam de forma metódica e rigorosa do Clube Santo, liderado por Wesley. Nesse clube, jovens alunos de Oxford se reuniam junto aos irmãos Wesley para estudar, levar uma vida espiritual disciplinada e oferecer auxílio a órfãos, viúvas, idosos e pessoas necessitadas.

<sup>37</sup> Quadrilátero de Wesley é a linha básica para compreensão do pensamento wesleyano, o qual possui as fontes mais importantes da prática metodista apoiadas em quatro pilares: Bíblia; tradição; experiência; razão (Dornellas, 2002).

<sup>38</sup> A chamada “perfeição cristã” refere-se à pureza da intenção quanto a dedicar toda a vida a Deus, tendo o amor,

“perfeição” não carrega o sentido literal que conhecemos, como o mais alto nível ou excelência de valores, mas uma doutrina que tinha como base o amor de Deus e ao próximo, que incentivava atos de caridade e a pregação para as massas. O batismo no Espírito Santo e os dons de cura são ênfases que serão vistas posteriormente em ramificações que saíram do metodismo quando ele chegou aos EUA.

O movimento metodista ganhou novas configurações quando se deslocou para a América, assim como outros grupos com características “avivalistas”. Se no movimento metodista wesleyano original a busca pela “santificação” viria pela busca racional da “perfeição cristã”, nos EUA, esse processo teve características emocionais reais, de modo que a ideia de arrependimento das ações não envolveria mais uma ótica racional no entendimento do erro, mas seria pautada em emoções, com profundos momentos de êxtase. Como salienta Weber:

E a ênfase nos sentimentos, despertadas em John Wesley pelas influências moravianas e luteranas, levou o metodismo, que desde o começo viu sua missão entre as massas, a tomar um caráter fortemente emocional, especialmente na América. A realização do arrependimento sob certas circunstâncias envolveu uma luta emocional de tamanha intensidade que levou aos mais terríveis êxtases, que aconteceram frequentemente, na América, em encontros públicos (Weber, 2013, p. 156).

A partir da segunda metade do século XIX, no interior da Igreja Metodista situada nos EUA, passou-se a observar intensos confrontos, o que propiciou o surgimento de igrejas autônomas, que adotaram o nome de *Holiness* (Santidade – tradução livre). Como afirma Synan (2009, p. 300) “de muitas formas, a Igreja Metodista é a mãe de centenas de denominações *Holiness* e pentecostais surgidas no século XIX”. Já Campos (2005, p. 106) descreve que partes do movimento “se tornaram tipicamente pré-pentecostais, quando então já se prenunciava no horizonte um salto de qualidade que se concretizaria com a chegada da ‘era pentecostal’”<sup>39</sup>. O movimento *Holiness* possuía, no início, algumas características do metodismo original, contudo, distanciou-se com o tempo nas suas práticas religiosas.

Entre os pontos de convergência com o metodismo original, destacam-se a espiritualidade e o posicionamento político-social na luta pelos direitos da população negra, no tocante à educação universitária para mulheres e trabalhadores. Por outro lado, o afastamento nas práticas religiosas metodistas dizem respeito à maior preocupação com ênfases relacionadas

---

a Deus e ao próximo como base da doutrina, tendo também tem como característica a racionalização do entendimento do erro (arrependimento) como parte do processo da “santificação”. Como enfatiza John Wesley, citando Matheus: “‘É amar o Senhor, teu Deus, de toda tua alma e de todo o teu entendimento’” (MT.22:37). “Esse é o resumo da perfeição cristã. Tudo está englobado naquela única palavra, amor” (Wesley, 2020, p.174). Essa descrição está presente no livro *Explicação clara da perfeição cristã*, escrito por Wesley entre 1725 a 1777.

<sup>39</sup> Algumas dessas igrejas teriam sido “*Church of God* (Cleveland, 1886); *United Holy Church of America Inc.* (1886); *Fire Baptized Holiness Church* (1898); *Pentecostal Holiness Church* (1899); *Pentecostal Union* (1901)” (Campos, 20005, p. 106).

ao “batismo com o Espírito Santo” (Hollenweger, 1975). Embora a doutrina metodista contemplasse a crença na “segunda bênção”, que se referia ao aperfeiçoamento moral, chamado santidade, no movimento *Holiness*, a ênfase acentuada da “segunda bênção” foi caracterizada como “batismo no Espírito Santo”. Segundo Hollenweger (1975), havia um sentimento claro no grupo: o foco não eram mais as pregações sobre “ir para o céu”, mas em relação ao “poder do Espírito Santo”. Essa mudança não só distanciaria o movimento *Holiness* do metodismo como abriria caminhos para o que seria chamado de “terceira bênção”.

As mudanças promovidas pelo movimento *Holiness* não atingiram apenas o campo das ênfases e das práticas religiosas, mas também as identificações religiosas. Segundo Synan (2009, p. 52), o primeiro acampamento *Vineland*, um acampamento nacional *Holiness*, “estava decidido a mudar a face da religião norte-americana”. Os participantes do acampamento foram convidados a “unir-se num batismo pentecostal do Espírito Santo”. De modo que tudo que chegava às igrejas que fosse oriundo de outros acampamentos era descrito pelo jornal da igreja — o *Guide to Holiness* — como pentecostal. Os sermões eram publicados na sessão “Púlpito pentecostal”, os artigos direcionados às mulheres ficavam na seção “Mulher pentecostal”, as experiências pessoais na seção “Testemunhos pentecostais”. Inclusive, o subtítulo do referido jornal foi alterado de “*and Revival Miscellany*” (e Miscelânea de Avivamento) para “*and Pentecostal Life*” (e Vida Pentecostal) (Daylton *apud* Synan, 2009, p. 54).

#### 1.4.3 O Pentecostalismo Nos EUA: O Começo De Uma Nova Fase

O movimento pentecostal que começou nos EUA no início do século XX tinha como base social grupos populares e negros, além de ter sido considerado um movimento plural e global, com raízes em diversas experiências históricas (Terra, 2020), como vimos anteriormente. Há divergências quanto ao real início do pentecostalismo: algumas linhas mencionam os eventos de Los Angeles, na Rua Azusa, como o marco inicial do pentecostalismo. Outras acreditam que Los Angeles foi uma derivação do movimento ocorrido em Topeska, no Kansas. Contudo, acreditamos haver uma trajetória de eventos que não ocorreram isoladamente, enquanto desenvolvimentos que formaram o pentecostalismo dito “moderno”.

A trajetória cronológica, geográfica e precursora pode ser traçada da seguinte forma: em 1901, em Topeska (Kansas), com Charles Fox Parham; em 1906, em Los Angeles (Califórnia), com William Joseph Seymour; e em 1908, em Chicago com W.H.Durham (Campos, 2005; Hollenweger, 1972; Kay, 2011). A participação de Parham, um pregador *Holiness* em Topeska,

em 1901, apesar de controversa<sup>40</sup>, teria sido importante até mesmo para o desenvolvimento dos eventos ocorridos em Los Angeles. Parham foi quem fez a conexão entre o batismo com o Espírito Santo e a glossolalia. Embora ambos os símbolos já existissem antes, Terra (2020) afirma que a glossolalia, as curas e o “batismo com fogo” eram parte da ação da santificação, isto é, da “segunda benção”. Contudo, Parham, e posteriormente Seymour, abriu espaço para que esses símbolos fossem transformados na chamada “terceira benção”.

Como um dos seguidores de Parham, William Seymour, um pastor negro que iniciou seus trabalhos em um templo abandonado da Igreja Metodista Africana em Los Angeles, aprendeu com seu mestre que a glossolalia era um dos sinais do batismo com o Espírito Santo. Sua teologia pregava que esse processo tinha três fases: salvação pela fé em Cristo; santificação; e o batismo com o Espírito Santo — como uma evidência para a glossolalia que “empoderava” o cristão para o serviço missionário (Kay, 2011). Relatos históricos que apresentam Seymour e seu grupo rapidamente chamaram a atenção da imprensa da época, devido ao modo como conduziam seus cultos. Uma manchete do *Los Angeles Daily* chamou o caso de “Estranha Babel de Línguas” – tradução livre (Kay, 2011), além de caracterizar o movimento como uma “nova seita de fanáticos”, devido aos “gritos, glossolalias, curas, milagres e toda sorte de coisas” (Campos, 2005, p. 110).

“A Rua Azusa tornou-se uma espécie de ‘Jerusalém americana’” (Terra, 2020, p. 175). O movimento liderado por Seymour rapidamente alcançou popularidade, especialmente devido à promoção e o serviço aos marginalizados, em um período de fortes tensões raciais, sociais e econômicas. Além disso, igualou lideranças femininas e masculinas e empoderou minorias étnicas e pobres (Terra, 2020). A popularidade alcançada por Seymour nos EUA permitiu que o avivamento da Rua Azusa tivesse um importante papel na consolidação e propagação do pentecostalismo (Kay, 2011).

A popularidade e propagação do movimento produziram resultados para além da Rua Azusa. W. H. Durham teria tido o primeiro contato com o pentecostalismo em 1907. Quando ele visitou o avivamento na Rua Azusa, passou a “falar em línguas” (glossolalia) e, a partir daí, iniciou o movimento em Chicago, em 1908. Apesar de ter sido introduzido ao pentecostalismo mediante doutrinas de Seymour, Durham não o seguiu completamente. Ele ofereceu uma nova interpretação para a santificação e doutrina pentecostal. Hollenweger (1972) enfatiza que todo

---

<sup>40</sup> A historiografia tende a ocultar e até mesmo ignorar Parham como um dos pioneiros do movimento pentecostal. Isso acontece devido a acusações de homossexualidade, pelas suas inclinações racistas e simpatizantes com a Ku Klux Klan. Além disso, ele foi acusado de defender a doutrina de que os anglo-saxões eram descendentes das dez tribos de Israel que desapareceram do cativo Assírio (Campos, 2005; Hollenweger, 1972)

movimento pentecostal nos EUA ensinava a doutrina pelo viés dos três estágios da salvação (Parham/Seymour); contudo, ressalta que Durham tinha outra interpretação e colocava a salvação no prisma de dois estágios e não de três.

Em síntese, do movimento *Holiness* até Charles Durham, ocorre a seguinte evolução nos estágios das ênfases pentecostais

**Quadro 2** - Estágios das ênfases pentecostais

	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3
Igrejas <i>Holiness</i>	<i>Conversão</i> , também chamada de regeneração.	<i>Santificação</i> , distinta no tempo e no conteúdo da conversão; também chamada 'batismo de Espírito' ou 'segunda benção'. Conhecida como o 'entendimento Wesleyano' de santificação. Santificação em um tempo determinado e fixo.	X
Parham/Seymour	<i>Conversão</i> , também chamada de regeneração.	<i>Santificação</i> , distinta no tempo e no conteúdo da conversão; também chamada de 'segunda benção'. Santificação em um tempo determinado e fixo. O tema pastoral por trás dessa compreensão da santificação é que o Espírito Santo só pode entrar em corações purificados.	<i>Batismo com o Espírito Santo</i> , com glossolalia
Durham	<i>Conversão</i> , também chamada de regeneração.	<i>Batismo com o Espírito Santo</i> , com glossolalia (aqui a santificação é entendida como um processo contínuo ao longo da vida, conhecido como 'entendimento Batista de santificação').	X

**Fonte:** Hollenweger (1972, p. 25)

No Quadro 2, extraído de Hollenweger (1972), é possível observar que a diferença entre Parham/Seymour e Durham reside na interpretação do Estágio 2. Para Parham/Seymour, esse estágio seria um tempo determinado de preparação ou purificação para recebimento do batismo com o Espírito Santo, com a glossolalia. Por outro lado, Durham defendia que a santificação era um processo contínuo, não estabelecida dentro de um tempo determinado, com início e fim. Assim, por ser um processo contínuo, após a conversão (no Estágio 1), o próximo estágio era o batismo com o Espírito Santo, com a glossolalia.

O que realmente importa nessas informações sobre as diferentes ênfases do pentecostalismo originado nos EUA? Pode-se dizer que impactaram o pentecostalismo que chegou ao Brasil, especialmente no que se refere às ênfases de Durham. A importância de Durham e do pentecostalismo de Chicago também está no fato de que, a partir dele, surgiram os movimentos que deram origem às igrejas pentecostais brasileiras — leia-se, Congregação

Cristã e Assembleia de Deus.

Assim, a primeira fase do pentecostalismo brasileiro será composta, doutrinariamente, pelas interpretações de Durham: conversão e batismo com o espírito. (Kay, 2011; Hollenweger, 1972; Campos, 2005). Essa fase foi descrita por Campos como uma continuidade de movimentos já existentes, tanto na fase de formação quanto de expansão: “o pentecostalismo pode ser visto com o olhar da continuidade, pois nos EUA seguiu por picadas abertas por outros movimentos religiosos cristãos que os antecederam: o pietismo alemão, o reavivacionismo anglo-saxão e os movimentos de santidade” (Campos, 2005, p. 110). Quando chegou à América Latina, seguiu os caminhos do catolicismo. Assim, o autor enfatiza que “em sua primeira fase de expansão, o pentecostalismo pescou em aquários onde estavam os peixes colhidos pelo protestantismo histórico” (Campos, 2005, p. 110).

### 1.5 PENTECOSTALISMO NO BRASIL: ORIGENS E TIPOLOGIAS

Até aqui, fizemos uma reconstrução histórica das origens, significados, fundamentos e até mesmo cronologia do pentecostalismo antes dele chegar ao Brasil. Agora, nossa tarefa é explorar as origens do pentecostalismo brasileiro, que teve grande influência no crescimento do movimento evangélico nas últimas décadas. Quando chegou ao Brasil, o pentecostalismo estava no auge da sua infância e, segundo Freston, “isso seria um fator importante para sua autoctonia” (Freston, 1993, p.68). Isso porque, “sem grandes recursos ou denominações estabelecidas, o movimento não estabeleceu as relações de dependência que caracterizavam as missões históricas”. (Freston, 1993, p.68). Assim, torna-se fundamental o entendimento quanto às nuances desse importante movimento religioso no Brasil.

Haveria um consenso, no campo da sociologia da religião brasileira, quanto às classificações das primeiras igrejas pentecostais estabelecidas no Brasil, a Congregação Cristã (São Paulo, 1910) e a Assembleia de Deus (Pará, 1911). Contudo, Mariano (2014) destaca que a tarefa de conceitualização das igrejas pentecostais que surgiram a partir da década de 1950 minou qualquer consenso existente. Até o início dos anos 1990, ainda não havia trabalhos significativos que dessem conta de um mapeamento macro do pentecostalismo no Brasil. Entre os trabalhos existentes, destacam-se os de Brandão (1980), Mendonça (1989) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), os quais são mencionados por Freston (1993) e Mariano (2014)<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Não entrarei nos desmembramentos de cada autor e suas respectivas discussões, Mariano (2014) já realizou esse trabalho.

As fronteiras de cada classificação proposta por Brandão, Mendonça e CEDI são complexas, disputadas por intensos debates, e até mesmo frágeis<sup>42</sup>. Ainda era preciso entender a fundo o que ocorria no fenômeno que continuava a crescer no Brasil e no mundo. Era o momento da sociologia da religião estudar “*as grandes igrejas pentecostais enquanto instituições em evolução dinâmica*” (Freston, 1993, p. 64, grifos do autor). Afinal, essas igrejas não são instituições estáticas que apenas estavam inchando numericamente; elas apareciam vivas, em constante processo de adaptação e mudanças. Além disso, devido à variedade de formas presentes no pentecostalismo, cada nova categoria enterra alguns mitos acerca do que é o pentecostalismo (Freston, 1993). A própria ideia de novas categorias, ou espécies, como descreve Freston, era uma das novidades do seu trabalho; a outra era a utilização da metáfora das ondas.

Para uma apresentação periférica, mas significativa, referimos à utilização da supracitada metáfora nos EUA para classificar os diferentes movimentos de renovação, como a descrição de David Martin sobre a dissidência protestante, a qual teria decorrido de “três ondas [calvinista, metodista e pentecostal]” (Martin, *apud*, Freston, 1993, p. 64). Ou, ainda, a exposição de Burgess e Van de Mass, os quais afirmam que

O século XX testemunhou a emergência e o crescimento do fenômeno dos movimentos *pentecostal, carismático e neocarismático*. Essas *três ondas* do pentecostalismo, que constituem uma das maiores renovações do cristianismo, impactaram todos os segmentos da igreja em praticamente todos os países com nova vitalidade e fervor (Burgess; Van De Mass, 2002, p. 13, grifo nosso).

Nos EUA, a primeira onda representava o pentecostalismo clássico, que se referia ao movimento pentecostal iniciado nas primeiras décadas do século XX por Parham e Seymour. Em 1950, os pentecostais já estavam superando, numericamente, a maioria dos outros grupos cristãos. A segunda onda, o movimento carismático, iniciada nos anos 1960, representou um movimento “transdenominacional”, que enfatizou uma “vida no Espírito” e a importância de exercer os dons do Espírito, como a glossolalia, embora não limitado a ela. Sem raízes fixas, o movimento conseguiu ser reconhecido nas estruturas denominacionais nas quais estava localizado, aplicando as novas experiências dentro de suas próprias tradições (Burgess; Van De Mass, 2002).

A terceira onda, neocarismática, teve início por volta da década de 1980 e trouxe consigo uma variedade de novos padrões de adoração, ações culturais, atitudes eclesiais e métodos de evangelismo. Nessa onda, houve a ênfase no Espírito Santo, nos dons espirituais, nas

---

<sup>42</sup> Ver Mariano (2014, p. 25 - 27).

experiências, sinais e maravilhas e encontros de poder. Apesar disso, os indivíduos permaneceram em suas igrejas não pentecostais, visto que geralmente não se identificam como pentecostais (Burgess; Van De Mass, 2002).

No Brasil, Freston (1993) foi o primeiro a estruturar o movimento pentecostal em ondas a partir de um recorte histórico-institucional. A novidade, nesse caso, reside no desmembramento das igrejas fundadas a partir dos anos 1950 em duas ramificações, e não apenas em um grupo (Mariano, 2014). Posteriormente, Ricardo Mariano, em um diálogo direto com Freston, apresentou o que ele chamou de “classificação do pentecostalismo em três vertentes” (Mariano, 2014, p. 23), a saber: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo.

### 1.5.1 As Tipologias Do Pentecostalismo No Brasil: As Duas Primeiras Ondas

A primeira onda, o pentecostalismo clássico, predominou entre 1910 e 1950, com a chegada da Congregação Cristã em São Paulo em 1910 e da Assembleia de Deus em Belém (Pará) um ano depois. Segundo Freston (1993), essa onda representou o momento de expansão mundial do pentecostalismo, embora, no Brasil, a recepção inicial tivesse sido limitada. O perfil social dessas igrejas era composto majoritariamente por indivíduos pobres e de pouca escolaridade (Mariano, 2014). Hoje, o perfil social dessas igrejas vem passando por um processo de ascensão, ainda que parcialmente e de forma mais específica na Assembleia de Deus.

As ênfases teológicas predominantes nessa onda caracterizavam-se pelas ênfases nos dons do Espírito Santo, especialmente nos “dons de línguas”, na glossolalia, na crença na volta iminente de Cristo e na condução paraíso celestial e no comportamento sectário e ascético de distanciamento do mundo e de suas impurezas. O crente era um ser separado do mundo, logo, não podia com ele se misturar, pois o retorno iminente de Cristo conduziria apenas seus santos à morada celestial. Vale destacar que essa perspectiva sectária e ascética ainda é muito comum, embora já tenha passado por inúmeras modificações e adaptações no tempo presente.

Uma dessas alterações é a flexibilização de usos e costumes. Mariano (2014) observa que a Assembleia de Deus, ao menos desde 1989, tem se mostrado mais flexível e disposta a acompanhar algumas mudanças sociais. Prova disso é o ingresso na política partidária durante a Constituinte e na televisão aberta, em busca de visibilidade pública, poder e respeitabilidade social. Ao lado de outras transformações, ele evidencia a tendência à adaptação social e à dessectarização desses grupos.

O deuteropentecostalismo, como o próprio nome revela, parte do radical *deutero*, também presente no título de *Deuteronômio*, quinto livro do Pentateuco (Mariano, 2014). A segunda onda teve início na década de 1950 e 1960, na cidade de São Paulo, quando o campo pentecostal se fragmentou. Parte disso esteve relacionado ao novo modo de se propagar da religião, disseminado pelos missionários norte-americanos Harold Williams (1913-2002) e Raymond Boatright (1934-2009), vinculados à *International Church of The Foursquare Gospel* (Igreja do Evangelho Quadrangular). Eles trouxeram inovações como a utilização do rádio, como moderno meio de comunicação da época, e lideraram o movimento chamado Cruzada Nacional de Evangelização. Uma das principais estratégias que adotaram foi a evangelização itinerante em tendas. Williams e Boatright convidavam as pessoas por meio de um contato individual e difundiram o lema “Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e será eternamente”<sup>43</sup>.

Além disso, Williams e Boatright tinham em seu portfólio de novidades mensagens sedutoras e a ênfase nos dons de cura. Essa ênfase, segundo Mariano (2014, p. 31), foi “crucial para a aceleração do crescimento e diversificação institucional do pentecostalismo brasileiro”. Todas essas inovações atraíram fiéis e pastores de outras denominações evangélicas, inclusive não pentecostais, e também indivíduos de camadas mais pobres da população e migrantes nordestinos.

À medida que essa onda se expandiu, o pentecostalismo brasileiro foi se fragmentando (Mariano, 2014). O campo pentecostal, que dispunha apenas da Congregação Cristã e da Assembleia de Deus, assistiu, então, ao surgimento de três grandes grupos (e vários outros menores): Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955), Deus é Amor (1962) e, posteriormente, a Casa da Benção (1964). Segundo Freston (1993), parte desse processo de pulverização foi impulsionado pelo período de urbanização, pela formação de uma sociedade de massas e pela adaptação ao estilo da sociedade urbana.

A principal diferença entre a primeira e a segunda onda, além do período de 40 anos que as separa, é a ênfase que conferem ao seu objeto central. Isto é, a primeira onda, aos dons do Espírito Santo, a segunda onda, aos dons de cura. O que não significa dizer que não existiram outras diferenças internas entre as igrejas pentecostais. Contudo, Mariano (2014) observa que parte dessa homogeneidade, dentro núcleo teológico, está relacionada ao fato de que a segunda onda teve origem no mesmo corpo doutrinário dos missionários norte-americanos que implantaram a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus, isto é, foram influenciados por Durham. Mariano (2014) defende não haver diferenças teológicas significativas entre as ondas,

---

<sup>43</sup> Disponível em <https://www.quadrangular.com.br/Artigo/6845/Nossa-historia> Acesso em 21 set. 2023.

visto que a segunda mantém o núcleo do pentecostalismo clássico, embora tenha implantado propriedades evangelísticas e teológicas próprias.

### 1.5.2 Neopentecostalismo: Características E Concepções Teológicas

A terceira onda do pentecostalismo teve início no final dos anos 1970 e se fortaleceu nas décadas de 1980 e 1990. Das três, essa onda seria a mais complexa. Por isso, optamos por desmembrá-la em outra chave de debates, especialmente porque tanto a definição quanto as dinâmicas teológicas que foram “acrescentadas” a esse universo são elásticas. Nem mesmo a nomenclatura das três ondas escapa às disputas internas. É fato que o termo “neopentecostalismo” já é consagrado pela literatura e se refere, no prefixo “neo”, ao caráter inovador do movimento (Mariano, 2014). Contudo, isso não impediu o surgimento de divergências quanto ao vocábulo escolhido para caracterizar o fenômeno<sup>44</sup>.

A terceira onda tem lugar “após a modernização autoritária do país, principalmente na área das comunicações, quando a urbanização já atingia dois terços da população, o milagre econômico está exaurido e a ‘década perdida’ dos 80 se inicia” (Freston, 1993, p. 66). Ela concretiza um importante movimento de ruptura teológica. Das características extraídas do neopentecostalismo, ao menos três sinalizam momentos de ruptura: primeiro, os dons do Espírito Santo e os dons de cura são substituídos pela ênfase na guerra Santa (Deus x Diabo); segundo, a Teologia da Prosperidade teve maior importância na condução das liturgias; terceiro, a liberalização dos usos e costumes. Como também destacam Guadalupe Perez e Carranza (2020):

A Teologia Da Prosperidade, a teologia do cuidado espiritual e a Teologia do Domínio (ou, a visão construcionista do mundo) são as três características mais marcantes do neopentecostalismo (e também as características que mais o diferenciam do pensamento pentecostal clássico) (Guadalupe Perez; Carranza, 2020, p. 66).

---

<sup>44</sup> Uma dessas divergências é aquela apontada por Siepierski, que substituiu o termo “neopentecostalismo” por “pós-pentecostalismo”. Para ele, Mariano teria escorregado ao usar o prefixo “neo” em uma caracterização que representa um “distanciamento substancial dos novos pentecostalismos em relação aos precedentes” (Siepierski, 1997, p.51). Dessa forma, argumenta que esse distanciamento, provocado pelas novas ferramentas neopentecostais, como Teologia da Prosperidade, a ênfase na guerra espiritual, a Teologia do Domínio e afins, faz com que o fenômeno não seja apenas simplesmente uma nova forma de pentecostalismo, ou “neopentecostalismo”, mas um “pós-pentecostalismo”. Logo, para Siepierski, o termo significaria continuidade e não ruptura. Entretanto, Mariano (2014) responde afirmando que o prefixo “neo” é justamente para expressar tanto continuidade quanto mudança e novidade. E acrescenta que o termo “pós”, que Siepierski defende, está muito mais relacionado a uma ruptura radical, que transforma o pós-pentecostalismo em uma nova religião, mas que, para Mariano, na prática, não se configura dessa forma. Assim, para evitar qualquer confusão conceitual, utilizaremos o termo “neopentecostalismo”, principalmente por estar longe de dúvidas quanto a sua validade.

As rupturas com o sectarismo (afastamento do mundo) e ascetismo (comportamento de renúncia e disciplina) são também mudanças provocadas pelo neopentecostalismo no movimento pentecostal. Se, no pentecostalismo clássico, e até mesmo no deuteropentecostalismo, havia a negação das vaidades, prazeres e modismos mundanos, com a ruptura com o sectarismo e o ascetismo, o neopentecostalismo se aproxima e se acomoda a uma sociedade inclusiva, à cultura e à religiosidade popular (Mariano, 2014). A partir de então, os crentes não precisavam mais se afastar do mundo para garantir sua salvação: eles podiam participar do mundo e desfrutar de suas benesses.

O sucesso do neopentecostalismo, especialmente propagado pelas igrejas percussoras mais conhecidas, como Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus, pode levar ao equívoco de se restringir a terceira onda apenas a essas igrejas e suas doutrinas. Contudo, ao olharmos mais de perto, vemos, primeiro, que o neopentecostalismo é composto internamente por inúmeras vertentes menores; segundo, essa pulverização de vertentes ajuda a diversificar o neopentecostalismo em termos teológicos, embora isso não seja uma característica exclusiva, visto que o pentecostalismo clássico e o deuteropentecostalismo também não são homogêneos; terceiro, o neopentecostalismo não está restrito às igrejas genealogicamente neopentecostais. Há uma crescente influência do neopentecostalismo em igrejas de outras denominações, inclusive naquelas do protestantismo histórico.

Algumas dessas influências podem ser encontradas em alguns elementos, como nas campanhas e seminários de prosperidade e Batalha Espiritual; nos encontros de renovação espiritual que utilizam os mais variados rituais místicos; no movimento gospel, que transformou os cultos em shows de rock, com baterias e guitarras, pregou o uso de trios elétricos, blocos de carnaval e outras adaptações seculares como recurso evangelístico, além das músicas que enfatizam o individualismo humano e pregam mais conforto para a vida física e espiritual, e as músicas de *worship*<sup>45</sup>, que, com improvisos vocais, poucas letras e com muitas repetições, promovem intensos momentos de êxtase; na Teologia do Domínio, caracterizada como “influência na sociedade”; nas Igrejas divididas em “células”, como parte de estratégia de discipulado para o crescimento da igreja; na utilização de mídia eletrônica, que começou pela televisão e, no século XXI, chegou às plataformas digitais. Esses são alguns poucos exemplos dos modismos teológicos que caracterizam as diferentes faces do neopentecostalismo e que não estão restritas às igrejas neopentecostais.

---

<sup>45</sup> O *Worship* é um movimento musical surgido na década de 1980 que atrai principalmente jovens por possuir um estilo despojado e mesclar pop, rock, folk e/ou eletrônica. Também envolve dançarinos, desenhistas e pintores que expressam sua arte durante o momento de louvor.

Weber (1991) faz uma observação que revela um elemento característico da teologia neopentecostal: o dualismo hierárquico entre Deus e o Diabo. Ele afirma:

Na prática, o que sempre importou e ainda importa é quem mais interfere nos interesses do indivíduo na vida cotidiana, se o deus teoricamente “supremo” ou os espíritos e demônios “inferiores”. Se são os últimos, então a religiosidade cotidiana está determinada sobretudo pela relação com estes, independentemente de como se apresente o conceito oficial do deus da religião racionalizada (Weber, 1991, p. 289)

Esse dualismo tem sido o combustível para o surgimento e a perpetuação das diferentes “inovações teológicas” neopentecostais, que relacionam esse dualismo e oferecem “soluções” para os variados problemas enfrentados pelos fiéis em sua vida cotidiana. Entre as rupturas provocadas pelo neopentecostalismo em relação ao pentecostalismo clássico, estão as “novas” concepções teológicas que surgiram nessa onda e ganharam espaço nos púlpitos e nos debates acadêmicos. Ao longo das décadas, o neopentecostalismo demonstrou sua capacidade de “autotransformação” e de adaptação às demandas dos fiéis.

Como vimos anteriormente, essa é uma de suas características distintivas. Investigar as concepções teológicas que se originaram nesse contexto neopentecostal e se espalharam para outras denominações nos ajudará a compreender melhor a atuação dos evangélicos nos campos político e social. No Brasil, a Teologia da Prosperidade e a Batalha Espiritual são amplamente conhecidas, como poderemos observar no Capítulo 4. Contudo, há de se observar a Teologia do Domínio, na qual a Batalha Espiritual está inserida e que também desenvolveu a ideia de “cristianização da sociedade”.

#### 1.5.2.1 Teologia da Prosperidade

A Teologia da Prosperidade talvez seja uma das correntes teológicas do pentecostalismo mais estudadas nas ciências sociais, e também um dos elementos mais utilizados para caracterizar o neopentecostalismo no Brasil. A *Revista Ultimato* descreveu em março de 1994 o fenômeno da Teologia da Prosperidade da seguinte forma:

“Até bem pouco tempo atrás, uma fatia respeitável da igreja cristã empurrava todas as bem-aventuranças para o céu e para a eternidade. Dizia-se então que era necessário suportar pacientemente o sofrimento presente (...). A Teologia da Prosperidade está trazendo o celeste porvir para o terrestre presente. Para comermos a melhor comida, para vestirmos as melhores roupas, para dirigirmos os melhores carros, para termos o melhor de todas as coisas, para adquirir muitas riquezas, para não adoecermos nunca, para não sofrer qualquer acidente, para morrermos entre 70 e 80 anos, para experimentarmos uma morte suave — basta crer no coração e decretar em voz alta a posse de tudo isso. Basta usar o nome de Jesus com a mesma liberdade com que usamos nosso talão de cheques (Ultimato *apud* Mariano, 2014, p. 147).

Como vimos em outras seções, o pentecostalismo se estabeleceu e se firmou entre as camadas pobres e marginalizadas da sociedade. Entre as heranças teológicas, herdaram o afastamento e as privações das benesses econômicas, sociais, culturais e educacionais que o mundo poderia lhes oferecer. Contudo, os rumos do processo de modernização no Brasil, a partir da década de 1970, começaram a intensificar algumas tensões religiosas. Afinal, alguns fiéis estavam ascendendo socialmente e outros buscando tal feito, e o ascetismo e sectarismo em relação às coisas do mundo seria cada vez mais difícil e menos desejado.

A Teologia da Prosperidade e o neopentecostalismo chegaram ao país em um momento economicamente complexo. Após o período de industrialização e relativo progresso econômico nas décadas 1960 e 1970, o Brasil viu, junto à chegada dos anos 1980, a chegada da designada década perdida, assim como vários outros países da América Latina. Na esteira desses acontecimentos, Guadalupe Perez e Carranza (2020) observam que a Teologia da Prosperidade vigorou como um dos principais itens a liderar a agenda neopentecostal na América Latina a partir da década de 1990, cuja a expansão, segundo os autores, coincidiu também com a expansão do pensamento político neoconservador na região. Antes de entrarmos na atuação da Teologia da Prosperidade no Brasil, propomos analisar suas origens.

A definição de um período exato de quando surgiu a Teologia da Prosperidade é complexa, especialmente porque, entre os autores, há divergência quanto às décadas exatas em que o ensino começou a ser propagado. Segundo Burnett (2011, p. 181), “a manifestação moderna da “Teologia da Prosperidade” data do início do século XX”, em desdobramento dos eventos ocorridos na Rua Azusa. Já Kay (2011) argumenta que, se fosse buscar o período em que o ensino da prosperidade começou a aparecer no Pentecostalismo, seria provavelmente a partir da década de 1930, no pós-Crise de 29. Mariano (2014), contudo, apresenta que os ensinamentos com as crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé surgiram na década de 1940, mas apenas na década de 1970 passaram a se constituir como movimento doutrinário. Ademais, acrescenta que, nos EUA, Teologia da Prosperidade costuma ser chamada por seus críticos de *Health and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doctrines* ou *Positiv Confession*.

A Teologia da Prosperidade trouxe consigo algumas “inovações”, como a utilização da Confissão Positiva<sup>46</sup> (*Positiv Confession*) e o uso do televangelismo. O termo Confissão

---

<sup>46</sup> O movimento da confissão positiva tinha uma ideia que girava em torno de declarações nas quais os indivíduos que as proferiram tinham o poder de determinar as bênçãos em suas vidas e de mudar qualquer situação. Acreditava-se que a fé, ao ser confessada, isto é, proferida, podia trazer existência às coisas que não existiam, como saúde, prosperidade financeira, felicidade. Diferente da pobreza, do sectarismo e do ascetismo que existia entre os pentecostais, a nova pregação construiu um caminho para o “evangelho da riqueza”, ou “evangelho da

Positiva refere-se “à crença que os cristãos detêm o poder — prometido nas Escrituras e adquirido pelo sacrifício vicário de Jesus — de trazer à existência, para o bem ou para o mal, o que declaram, decretam, confessam ou determinam com a boca em voz alta” (Mariano, 2014, p. 152 – 153). Isto é, a crença de que a fé é constituída de um poder sobrenatural que permite liberar, por meio da palavra falada, qualquer desejo do coração, seja ele material ou não. Synan (2008) observa que, à medida que o movimento carismático cresceu, o “movimento da fé” o seguiu.

Outra “inovação” foi o uso do televangelismo. O televangelista Oral Roberts (1918-2009) foi o principal personagem que deu início à pregação da doutrina da prosperidade na televisão. Ele, aliás, teria sido um dos mais bem-sucedidos da sua época. Com o crescimento das transmissões religiosas, foi necessário obter dinheiro para manter-se no ar. Roberts condicionou a existência dos programas à obtenção de “ofertas”, isto é, à pregação em troca de dinheiro e vice-versa. Apesar de poder soar “mercenário”, isso não era percebido dessa forma, pelo contrário, era visto como uma via de mão dupla em que “dando se receberia de volta”. Desse modo, o uso do televangelismo foi uma importante ferramenta para a propagação das ideias de prosperidade nos EUA e, posteriormente, no Brasil.

O movimento da prosperidade justificaria sua existência com base em algumas premissas bíblicas, como os textos de Gênesis, nos quais os comandos de Deus sobre o povo Hebreu indicam bênção ou julgamento. Além disso, outra interpretação complementar afirma que “Se, em um desenvolvimento posterior dessa crença, Deus deu a Adão o governo legal de todo o mundo, então os que foram redimidos podem recuperar a autoridade perdida pelo pecado de Adão” (Kay, 2011, p.70). Assim, pela fé, os cristãos podem possuir tudo que desejarem e tudo o que possuem por “direito”, como cura, prosperidade, vitórias e felicidades, desde que isso não infrinja a moralidade bíblica e cristã. Apesar de o fato depender de uma interpretação literal de Gênesis, a interpretação e o movimento (“da fé”) ganharam adeptos e seguidores em diversas partes do pentecostalismo (e fora dele), especialmente porque revelava uma técnica que poderia ser usada tanto para a busca de cura quanto para a prosperidade (Kay, 2011), isto é, a reciprocidade embutida no dar e receber de volta.

No Brasil, o movimento da prosperidade penetrou em muitas Igrejas e ministérios por meio do neopentecostalismo, como a IURD, Internacional da Graça de Deus, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida, Missão Shekinah e Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep) (Mariano, 2014). Mas não apenas nessas: também

---

prosperidade” (Kay, 2011; Synan, 2008).

conseguiu, junto à neopentecostalização, penetrar em igrejas adeptas do protestantismo histórico. O processo de inserção não foi homogêneo em todas as denominações, pelo contrário, ele ocorreu diferente a depender de aspectos doutrinários, de crença e até mesmo de consenso em cada tipo de igreja. Por isso, não podemos atrelar a Teologia da Prosperidade e neopentecostalismo a apenas um estilo teológico ou denominacional, pois eles foram se flexionando com o tempo, lugar e personalidade de cada igreja.

A Teologia da Prosperidade também promove rupturas com o pentecostalismo clássico, com o protestantismo histórico e até mesmo com o cristianismo originário, entre os quais destacamos três. Primeiramente, como já mencionado diversas vezes, teve-se a rejeição ao afastamento e privações econômicas, sociais, materiais, culturais, as ditas “coisas do mundo” e o envolvimento com as realidades deste mundo. Os(as) cristãos(as) podem e devem “usufruir do melhor da terra”, afinal isso lhes é garantido por “direito” concedido por Deus. Essa perspectiva se encaixava, segundo Mariano (2014), com as demandas de consumo que estavam surgindo, pois legitimava biblicamente a riqueza, a felicidade e o consumo, de modo que possuir riquezas não era pecaminoso e impróprio, mas um desejo de Deus para seus(suas) filhos(as).

Depois, deixou-se de lado a vida protestante sóbria, virtuosa e ascética da ética protestante. Este, aliás, é um alerta feito por Mariano (2014) e Guadalupe Perez (2020). Os autores afirmam que, no neopentecostalismo e, conseqüentemente, na Teologia da Prosperidade, os(as) cristãos(as) não buscam riqueza para comprovar seu estado de graça, ou, no trabalho, uma vida austera, economizar para obter um crescimento econômico decorrente de uma vida dedicada a Deus, como na ética protestante. Na Teologia da Prosperidade, o enriquecimento é para consumo, para usufruir das coisas deste mundo. O sucesso econômico e o progresso social são sinais de bênção divina, alcançados sem qualquer esforço ou austeridade, mas como recebimento de uma suposta promessa com Deus. Esse rompimento demonstra que a Teologia da Prosperidade em nada mais se assemelha ao espírito originário do capitalismo, mas gera em si uma nova ética protestante (Mariano, 2014; Guadalupe Perez, 2020). Por último, nota-se a ruptura com a submissão do(a) cristão(ã) a Deus para atos imperativos. Os(as) cristão(as) são desencorajados a pedir, suplicar, implorar; essas atitudes são vistas como demonstrações de pouca fé e que não os conduzirá a bênçãos. Eles devem decretar, determinar, exigir, reivindicar em nome de Jesus.

Entretanto, o que acontece com aqueles(as) que não alcançam ou tomam posse de bênçãos? Por que ainda há sofrimento, enfermidades, mazelas, miséria e outros males entre os cristãos? Essas questões podem surgir quando os fiéis, especialmente os provenientes das

camadas mais baixas da sociedade, não alcançam as bênçãos supostamente prometidas nas Escrituras. Para resolver isso, a Teologia da Prosperidade alega que a responsabilidade pelo “insucesso”, ou por não alcançarem bênçãos, é culpa do homem e da sua falta de fé, por cometer pecados ou por força do Diabo e sua legião de demônios. Afinal, o que pertence ao ser humano já foi conquistado na cruz por meio do sacrifício vicário de Jesus Cristo, agora os crentes precisam fazer valer seus “direitos”.

#### 1.5.2.2 Teologia do Domínio

A Teologia do Domínio, também conhecida como Dominionismo ou Reconstrucionismo, ganhou destaque a partir das décadas de 1970 e 1980. Para compreendermos a origem dessa corrente, é necessário analisarmos o panorama religioso tanto dos Estados Unidos como do Brasil nesse período. Como já mencionado, no Brasil, esses anos foram marcados pelo surgimento do neopentecostalismo, em particular, pelo advento da Teologia da Prosperidade.

Nos Estados Unidos, por sua vez, tanto a Teologia do Domínio quanto a Teologia da Prosperidade se desenvolveram simultaneamente. Durante o período de 1970 e 1980, uma aliança entre políticos conservadores e líderes religiosos, chamados “evangelicalistas”, emergiu nos Estados Unidos. Os discursos desses líderes legitimaram, à época, as ações de políticos (Barbosa Junior, 2017). Por outro lado, no Brasil, a Teologia do Domínio começou a ganhar espaço no início dos anos 1990, a partir da concepção de Batalha Espiritual. Assim, é pertinente incluir essa corrente no debate sobre a Teologia do Domínio.

O esforço para compreender a Teologia do Domínio também reside na falta de homogeneidade interna nas diferentes formas de interpretação, entendimento e desdobramentos entre os chamados dominionistas. De acordo com Ice (2009), a Teologia do Domínio conseguiu incorporar uma “mistura única de teologias” provenientes de duas correntes de pensamento: o calvinismo reformado e a tradição pentecostal/carismática. Além disso, chegaram a conclusões semelhantes em relação a dois pontos principais: primeiro, no que diz respeito à maneira como lidam com o Antigo Testamento, segundo, no atinente à crença compartilhada de que esta era atual em que estamos vivendo é a expressão plena da manifestação do Reino de Deus. Acreditam, ainda, que Cristo não pode retornar à Terra até que a Igreja atinja um determinado nível de maturidade e de desenvolvimento.

De modo geral, a Teologia do Domínio defende que “o *domínio* sobre todas as áreas da vida foi *restaurado* pela primeira vinda de Cristo” (Ice, 2009, p. 6, grifos nosso). Quanto ao

domínio, os dominionistas se apoiam em dois textos presentes no livro bíblico de *Gênesis*. O primeiro, em Gn 1,26, Deus teria dito: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra”. O segundo, Gn 1,28 (grifos nosso), relata que “Deus os abençoou, e lhes disse: ‘Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem e *subjuguem* a terra! *Dominem* sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra’”.

No que se refere à restauração pela vinda de Cristo, os dominionistas acreditam que, devido ao pecado original, Adão e toda humanidade perderam o domínio concedido por Deus no Éden, durante a criação. No entanto, por meio do sacrifício vicário de Cristo, os cristão têm a possibilidade de recuperar esse domínio.

Portanto, a ideia por trás disso teologicamente é que eles acreditam que precisam retomar o domínio que Satanás roubou de Adão no Jardim do Éden. Agora, desde que Jesus veio, eles acreditam que podem retomar esse domínio e *promover o reino de Deus socialmente*, não apenas fazendo conversões individuais. (Christerson; Flory, 2017, p. 91, grifos nosso).

A ideia de promover o reino de Deus socialmente pareceu ser bem atrativa, especialmente entre grupos de jovens evangélicos. A promessa de não apenas serem curados ou salvos, mas de fazer parte de uma transformação total, tem incentivado jovens a se engajarem ativamente na promoção da “justiça social”. Embora essa expressão seja vagamente definida, ela se refere principalmente à atividade de caridade e serviço, e não tanto à defesa política. No entanto, entre os grupos adeptos ao dominionismo, há uma ruptura com a visão tradicional do interesse evangélico em ministérios de caridade e de serviço social. Eles enxergam essa oportunidade como um meio de trazer o “céu à terra” mediante designados líderes que transformarão cidades, culturas, governo e nações (Christerson; Flory, 2017).

Se a Igreja Evangélica era conhecida pelo seu apatismo e sectarismo em relação às “questões do mundo”, a Teologia do Domínio surge com o objetivo de a posicionar como vencedora no mundo. Conforme argumenta David Chilton, em seu livro *Paradise restored: a biblical theology of dominion*:

Por muito tempo, os cristãos foram caracterizados pelo desespero, derrota e recuo. Por muito tempo, os cristãos deram ouvidos à falsa doutrina que ensina que estamos fadados ao fracasso, que os cristãos não podem vencer - a noção de que, até que Jesus volte, os cristãos perderão terreno para o inimigo. O futuro da Igreja, disseram-nos, será uma queda constante para a apostasia. [...]. Em vez de uma mensagem de derrota, a Bíblia nos dá esperança, tanto neste mundo quanto no próximo. A Bíblia nos dá uma *escatologia de domínio*, uma *escatologia de vitória*. Este não é um tipo de otimismo cego do tipo “tudo vai dar certo de alguma forma”. É uma garantia sólida, confiante e baseada na Bíblia de que, antes da Segunda Vinda de Cristo, o evangelho será

vitorioso em todo o mundo (Chilton, 1994, p. 5, grifos nosso).

Para compreendermos melhor sobre a Teologia do Domínio, é importante destacarmos alguns elementos-chave frequentemente abordados quando se discute o domínio. Embora não sejam abordados simultaneamente, eles são fundamentais na Teologia do Domínio.

O Reconstrucionismo, embora seja um dos nomes da Teologia do Domínio, é uma das suas características. Como indica a palavra, a ideia é de reconstrução, a reconstrução do domínio. Essa característica se apoia no texto bíblico de Gn 1,26. Contudo, como dito anteriormente, a autoridade foi restaurada por Jesus Cristo. Assim, a prática do evangelismo pela Igreja promoveria uma gradual expansão por toda a terra antes da volta de Cristo (ICE, 2009). Essa talvez seja a visão mais conhecida da Teologia do Domínio e que, por vezes, pode ser confundida com a grande Comissão pregada comumente pelos protestantes, já que defende que, à medida que a igreja evangeliza o mundo, gradualmente ela se expandirá e cobrirá toda a Terra antes do retorno de Cristo (Ice, 2009).

Teonomia é aquela forma de governo organizada com base na lei divina, como uma teocracia cristã. Ice (2009) argumenta que os reconstrucionistas costumam sustentar a teonomia por meio da obrigação de guardar e aplicar algumas leis mosaicas do Antigo Testamento no tempo presente, exceto quando as leis do Novo Testamento as suprimem. Os que defendem a teonomia defendem que Deus é imutável; a lei de Deus reflete seu caráter perfeito; as leis de Deus são, portanto, imutáveis e obrigatórias em todos os esforços humanos desde o momento em que essas foram dadas até o presente. Além disso, também se apoiam no texto bíblico de Mateus 5: 17–19, no qual Jesus afirma que Ele não veio para abolir a lei, mas para cumpri-la. Logo, ainda hoje as leis do Antigo Testamento podem estar em vigor.

A Teologia da Aliança, chamada por críticos como Teologia da Substituição, ou Supersessionismo, seria um dos pontos complexos da Teologia do Domínio. A aliança é um assunto extremamente importante para os cristãos, pois acreditam que ela é usada como instrumento de Deus para se relacionar com a humanidade. Inserida na Teologia do Domínio, a teologia da aliança argumenta que a Igreja herdou de Israel a aliança feita por Abraão com Deus.

O Knox Theological Seminary publicou a seguinte mensagem, intitulada “Uma carta aberta aos evangélicos e outras partes interessadas: o povo de Deus, a terra de Israel e a imparcialidade do Evangelho”:

As promessas de herança que Deus fez a Abraão tornaram-se efetivas por meio de Cristo, a *Verdadeira Semente de Abraão*. [...] Em vez disso, a promessa da herança é feita apenas àqueles que tem fé em Jesus, o Verdadeiro Herdeiro de Abraão. (Sendo)

Jesus o Mediador das alianças Abraâmicas, todos os que o abençoam e ao seu povo serão abençoados por Deus. (Assim), essas promessas não se aplicam a nenhum grupo étnico específico, mas à igreja de Jesus Cristo, o verdadeiro Israel (Brady, 2002, p. 1-2, § VI, grifo e tradução nossa).

Segundo Loraine Boettner (1958 *apud* VLACH, 2009, p. 60), quanto à passagem de Mateus 21.43, descrita nas Escrituras (“Portanto, eu vos digo que o reino de Deus vos será tirado [dos judeus] e será dado a uma nação que dê os seus frutos [a Igreja]”), defende que “a missão foi tirada deles [judeus] e dada à Igreja Cristã”. Já Vlach (2009, p. 60) afirma que, no contexto da relação Igreja-Israel, o Novo Testamento daria sinais quanto a esse movimento de substituição: “A Igreja do Novo Testamento é o novo e (ou) verdadeiro Israel que suplantou para sempre a nação de Israel como povo de Deus”. Assim, a Igreja Cristã tornou-se o Novo Israel e, conseqüentemente, a única herdeira de todas as promessas e bênçãos da Aliança de Deus, originalmente prometidas a Israel. Segundo Richardson (2019), um dos principais problemas dessa abordagem é quanto à promoção do ódio aos judeus, já que foram substituídos pela Igreja como povo escolhido de Deus.

A interpretação preterista diz respeito à crença de que a maioria das profecias futuras bíblicas já ocorreram. Segundo o preterismo, eventos comumente associados como “prenúncios da volta de Jesus” já aconteceram, seja de forma total ou parcial. No entanto, dentro dessa corrente, não há um consenso sobre o quanto das profecias já foram cumpridas, conforme exemplificam Ice (2009) e Richardson (2019). A seguir, constam alguns eventos destacados pelos autores, considerados como profecias bíblicas futuras, mas que, segundo os preteristas, já ocorreram.

- A Grande Tribulação, os Últimos Dias e a Grande Apostasia são eventos que ocorreram com a destruição de Jerusalém e do Templo Judaico, em 70 d.C. Em especial, no que se refere a apostasia, por já ter ocorrido, agora haverá uma crescente cristianização do mundo e não apostasia (Ice, 2009).
- O Anticristo não se refere a uma pessoa, mas sim à apostasia da Igreja antes da queda de Israel. Já a besta representava Nero e o Império Romano.
- O arrebatamento<sup>47</sup>, que é de extrema importância para a corrente pré-milenista dispensacionalista (também conhecida como pré-tribulacionista dispensacionalista), ocorrerá no mesmo momento da Segunda Vinda de Cristo e não é um evento separado. Quanto ao “milênio”, refere-se ao reinado atual dos

---

<sup>47</sup> Na noção Dispensacionalista acredita-se que os crentes que permanecerem fieis à crença cristã (evangélica) ao serem retirados secretamente e subitamente da terra, serão transportados para o céu. Segundo essa perspectiva, esse arrebatamento secreto será antes do período tribulacional e findará a “dispensação” da graça.

cristãos na terra, que foi estabelecido por Cristo durante sua Primeira Vinda – o Reino é Agora! Assim, a noção temporal do milênio não representa necessariamente um período específico de mil anos, mas pode abranger milhares ou milhões anos.

- A visão preterista total, que acredita que todas as profecias já ocorreram, defende que a volta de Jesus já se deu de forma metafórica no ano 70 d.C, quando da destruição de Jerusalém.
- E a Nova Jerusalém é a Igreja, tanto no presente como no futuro.

Por fim, a chave de interpretação pós-milenista está associada a uma tipologia escatológica específica e teria uma abordagem mais vitoriosa e triunfalista dos eventos que envolvem a volta de Jesus. Segundo Ice (2009), a interpretação pós-milenista acredita que Cristo já estabeleceu Seu Reino em sua primeira vinda, mas que a manifestação completa ainda não atingiu seu ápice. Esse ápice viria com a pregação do Evangelho, por meio da atuação da Igreja, o que promoveria a expansão gradual do Reino de Deus na terra.

A interpretação pós-milenista “enxerga que a grande ênfase da profecia bíblica está nos eventos futuros relacionados ao retorno de Jesus” (Richardson, 2019, p. 27). Já para Eberle e Trench (2014, p 31), “a visão futurista considera que praticamente todas as profecias de Mateus 24 e do livro de Apocalipse se cumprirão no futuro”. Para esses autores, essa visão teria ganhado maior destaque no cristianismo a partir dos últimos 60 anos, mas atingiu seu ápice de popularidade no final da década de 1990, com a possibilidade de o mundo acabar em 2000 com o Bug do Milênio (Richardson, 2019, p. 30).

Para compreender melhor os desdobramentos da Teologia do Domínio, especialmente no Brasil, propomos separar a análise em duas abordagens: a Batalha Espiritual, que teria popularizado a Teologia do Domínio; e a cristianização da sociedade e a estratégia dos sete montes.

#### *1.5.2.2.1 Batalha Espiritual*

A Teologia do Domínio teria feito sua primeira aparição no Brasil por meio da representação teológica da Batalha Espiritual. Embora tenha surgido nas décadas de 1970 e 1980, foi apenas por volta de 1989 que a batalha começou a ser mais bem aceita e encontrou espaço entre os cristãos neopentecostais e carismáticos (Debernard, 1999). Segundo Oro e Tadvald, a Batalha Espiritual pode ser definida como sinônimo para o fenômeno que

Sustenta que o mundo é um campo de batalha entre as forças do bem e do mal. Acreditam que as forças do mal se apoderam dos fiéis e provocam todos os problemas e desgraças, os quais requerem por parte dos líderes religiosos atos de exorcismo e cultos de libertação, isto é, a expulsão de demônios. Ademais, esta teologia defende que são os demônios que impedem a prosperidade dos fiéis. Por esta razão, a “libertação dos demônios” se converte em uma condição indispensável para alcançar a cura e a prosperidade. Em outras palavras, o acesso às bênçãos depende da superação das forças demoníacas (Oro; Tadvald, 2019, p. 57).

Não se pode negar que a relação dualista entre Deus e o Diabo é uma parte importante da teologia cristã, especialmente na vertente evangélica/protestante. Na Bíblia, essa crença desempenha um papel significativo, pois Cristo não apenas se opõe ao Diabo, mas também veio ao mundo para salvar a humanidade do seu poder (Mariano, 2014). Como exemplo, podemos destacar os relatos que descrevem Jesus expulsando os demônios e mencionado Belzebu<sup>48</sup>, bem como falando sobre o fogo eterno preparado por Satanás e seus demônios<sup>49</sup>. Também encontramos a tentação de Jesus pelo diabo no deserto<sup>50</sup>. Além disso, existem passagens que instruem os discípulos a expulsarem demônios em nome de Jesus<sup>51</sup>, as quais são frequentemente utilizadas para fundamentar os mitos, crenças e práticas mágicas dos cristãos, com o objetivo de enfrentar o seu maior inimigo, o Diabo.

Assim, não há novidade no dualismo Deus versus Diabo. O pentecostalismo clássico aborda esse tema na doutrina da demonização individual, que sustenta a ideia de que os indivíduos podem ser expostos a forças malignas espirituais e, conseqüentemente, desenvolver relações de influência, opressão ou possessão (Guadalupe; Carranza, 2020). A novidade reside na paridade ontológica entre Deus e o Diabo. Nessa perspectiva, a luta dos(as) cristãos(as) contra o Diabo na guerra é direcionada especificamente aos demônios, que atuam por meio de espíritos e exercem influência em diversas áreas da vida humana, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Segundo Semán (2019), o Diabo é colocado em um novo papel, deixando de ser apenas uma metáfora para se converter em uma força espiritual ameaçadora da saúde, bem-estar e prosperidade dos fiéis.

Considerando que o tema Batalha Espiritual já foi amplamente debatido nas ciências sociais<sup>52</sup>, vamos concentrar nossos esforços na parte que se relaciona com a cristianização da sociedade e com a estratégia dos sete montes: a libertação dos territórios. Segundo Ice e Dean

---

<sup>48</sup> Mc 1,39; Mc 1,34; Lc 11,19; Mt 9,33; Mt 8,31; Mc 7,26

<sup>49</sup> Mt 25,41

<sup>50</sup> Mt 4,1-11

<sup>51</sup> Mc 3,15; Mt 17,21; Lc 9, 40-42

<sup>52</sup> Mariano(2014); Guadalupe; Carranza (2020); Oro; Tadvald (2019); Semán (2019); Paula (2011); Sant’ana (2017), entre outros(as) autores(as).

Jr. (1995), uma das principais teses defendidas por Peter Wagner<sup>53</sup> era a visão da “derrota de espíritos territoriais como ponto central para cumprimento da Grande Comissão”<sup>54</sup>. Acredita-se que os territórios, assim como os indivíduos, possam ser influenciados por forças demoníacas. Esses espíritos atuam em espaços geográficos e ocupam uma posição hierárquica elevada. A presença desses espíritos dificulta a pregação do Evangelho, o progresso da Igreja e até mesmo o desenvolvimento da cidade ou nação (Romeiro, 1999).

Para libertar esses lugares, é necessário identificar os espíritos e expulsá-los por meio de intercessões nos cultos, principalmente no próprio local ou território que se deseja libertar. Um território só pode ser evangelizado se for, primeiramente, libertado. Conforme afirma Mariano (2014, p. 138): “Se determinado território, ou as pessoas nele presentes, não estiver liberto da presença demoníaca, não há como evangelizá-lo”.

A partir desse contexto, surgiram diversas práticas para “libertar os territórios” da influência dos espíritos malignos, entre as quais estão os atos proféticos. Esses atos são uma forma simbólica de comunicar uma mensagem ou visão de Deus, tendo como objetivo invocar a sua presença e declarar a Sua vontade, como a Confissão Positiva, sobre um evento ou espaço específico, podendo ser tanto em âmbito individual quanto coletivo. A Marcha para Jesus é um conhecido evento que se caracteriza como uma forma de ato profético, em que os fiéis marcham pelas ruas de uma cidade acreditando que estão destruindo influências malignas e declarando a soberania de Deus (Paula, 2011; Sant’ana, 2017). Embora sejam comuns em igreja neopentecostais, os atos proféticos também podem ser encontrados em igrejas denominadas “tradicionais/históricas”<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> Charles Peter Wagner (1930-2016) foi um dos principais articuladores da Teologia do Domínio. Ele é conhecido por ter criado o termo “Terceira Onda” na década de 1980, para se referir às igrejas neopentecostais. Wagner defendia que, nessa onda, haveria uma renovação do Espírito Santo e que a proclamação do evangelho seria acompanhada de “sinais, maravilhas e crescimento da Igreja”. Esses temas foram abordados em seu conhecido curso MC510 - sinais, maravilhas e crescimento da Igreja. Wagner também é autor de livros populares sobre Batalha Espiritual e atuou como professor do Fuller Theological Seminary. Além disso, ele foi presidente do Global Harvest Ministries e um dos líderes da Nova Reforma Apostólica (NRA), um movimento cristão carismático que defende a influência cristã nos negócios, cultura e política como uma preparação para o apocalipse e a segunda vinda de Jesus. A partir dessa perspectiva, surgiu a ideia de cristianização da sociedade e estratégia dos sete montes. A influência de Wagner e da perspectiva norte-americana sobre a Batalha Espiritual e domínio chegou ao Brasil por meio de conhecidas figuras evangélicas, como Neuza Itioka (1942 -2024) e Valnice Milhomens (1947 -).

<sup>54</sup> Para os cristãos protestantes, a Grande Comissão refere-se ao comissionamento dado por Jesus a seus discípulos antes de ser ascendido aos céus. Representado pelo versículo bíblico, “Ide por todo mundo e pregai o evangelho a toda criatura”, a Grande Comissão é considerada o principal lema da missiologia cristã. Tal relato está disposto nos evangelhos de Mt 24,14; Mc 16,15

<sup>55</sup> Um exemplo dessas práticas em igreja denominadas tradicionais/históricas ocorreu na Igreja Metodista, no estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2007 e 2008. Em 2007, várias igrejas metodistas se reuniram no Maracanãzinho para lançar a Campanha Evangélica de 1 milhão de discípulos até o ano de 2014. Nesse evento, cerca de 20 mil metodistas participaram de um Ato Profético convocado pela liderança da Igreja no Rio de Janeiro. Durante essa ocasião, foram realizadas orações por paz nas cidades do estado. Em 2008, os fiéis metodistas se

### 1.5.2.2.2 *Cristianização da sociedade e a estratégia dos sete montes*

A Batalha Espiritual e seu impacto nos territórios podem ser considerados o ponto de partida para a nova fase de atuação dos evangélicos na esfera pública. No entanto, o que inicialmente parecia ser apenas uma representação teológica, abordando a luta cósmica entre Deus e o Diabo, bem como a escatologia relacionada ao retorno de Jesus, passou a refletir também princípios de dominação sociopolítica (Cox *apud* Mariano, 2014, p. 44). De acordo com Romeiro (1999, p. 141), a posição escatológica do pós-milenismo defende que “a Igreja vai conquistar o mundo antes do retorno de Cristo. Assim, o alvo dos reconstrucionistas é o de controlar as instituições do mundo e convertê-lo ao cristianismo”.

O despertar real da mobilização eleitoral evangélica reflete, segundo Kepel (1995), concepções de recristianização da sociedade “pelo alto”. Essa abordagem busca alcançar influência política e midiática por meio da crescente influência na esfera político-partidária e na mídia eletrônica, com destaque para a televisão na época. Como ele argumenta:

O despertar real da mobilização eleitoral evangélica reflete a crescente influência dos partidários da “recristianização de cima” agora arrastados pela nova direita cristã, em detrimento da mera ressocialização dos eleitos nas comunidades petistas. [...]. O renascimento político do evangelismo americano desde a segunda metade da década de 1970 é um fenômeno multidimensional: sem dúvida marca uma virada teológica, também expressa projetos socioculturais correspondentes ao novo tipo de inserção dos evangélicos na sociedade global (Kepel, 1995, p. 117).

Essa parte da Teologia do Domínio, que aborda a cristianização da sociedade, não suplanta a Batalha Espiritual, é mais uma forma de “atualização” popularizada a partir dos anos 2000. Andreas Heuser argumenta que “a Teologia do Domínio emerge como uma fórmula profeticamente condensada para justificar a cristianização de uma sociedade” (Heuser, 2021, p. 188). A conexão entre a Batalha Espiritual e a cristianização da sociedade está na ideia de que, por meio dessa batalha travada em um reino invisível, o Diabo exerce controle sobre as instituições sociais, enquanto os crentes possuem o poder de derrotar as forças inimigas e estabelecer o Reino de Deus na Terra (Christerson; Flory, 2017).

No Brasil, essa ideia de “domínio por poder político” teria chegado a partir de líderes religiosos influentes que pregavam maior engajamento da igreja nas instituições sociais e políticas. Segundo Romeiro (1999), no Brasil, surgiram vozes a favor do domínio da Igreja sobre as instituições sociais e políticas. Anos antes da publicação de seu livro, o autor destacou

---

reuniram para mais um ato profético na Praça da Apoteose, também conhecida como Sambódromo, na capital fluminense. Para obter mais informações sobre o Ato Profético Metodista no Maracanãzinho. Disponível em <http://www.metodistavilaisabel.org.br/artigosepublicacoes/descricaovistas2.asp?n=4>. Acesso em 15 jul. 2023

uma frase se popularizou no programa de televisão de Valnice Milhomes<sup>56</sup>: “O Brasil é do Senhor Jesus. Povo de Deus, declare isso!”. Com o tempo, a frase começou a aparecer em adesivos de carros. Não se pode esquecer também do engajamento da IURD de Edir Macedo e de pastores como Silas Malafaia, dos eventos como a Marcha para Jesus e shows proféticos.

É importante abrir um parêntese, aqui, para abordar que haveria dois grupos que teriam aberto caminho nos EUA para a posição doutrinária da Teologia do Domínio, que busca o poder terreno: o Reconstrucionismo Cristão e o Reino Agora (Romeiro, 1999). O Reconstrucionismo, como mencionado anteriormente, é um dos elementos-chaves para compreender a Teologia do Domínio. O Reconstrucionismo Cristão, idealizado por R. J. Rushdoony (1916-2001), Greg Bahse (1948-1995) e Gary North (1942-2022), baseia-se na interpretação pós-milenista da escatologia, segundo a qual a Igreja irá conquistar o mundo antes do retorno de Cristo, promovendo a conversão das instituições do mundo ao cristianismo. O segundo grupo, denominado *Kingdom Now*, ou Reino Agora (tradução livre), foi organizado por Earl Paulk (1927-2009), pastor de uma igreja em Atlanta, EUA. Ele defendia a ideia de que a Igreja deveria se unir e amadurecer sob a liderança de apóstolos e profetas carismáticos, infiltrando-se nas instituições do mundo como representante de Jesus Cristo (Romeiro, 1999).

Outro grupo importante no contexto do domínio que, embora não tenha sido pioneiro, desempenhou um papel significativo na operacionalização da ideia do domínio, é o *New Apostolic Reformation* (NRA – Nova Reforma Apostólica, tradução livre). A NRA é um movimento apostólico com um projeto bem definido de dominação política, que se caracteriza pelo resgate das funções de apóstolo e profeta, pelo desenvolvimento da Batalha Espiritual e pela conexão desses elementos com o objetivo de promover transformação social e alcançar dominação sociopolítica (Barbosa Junior, 2017). Peter Wagner é reconhecido como o principal articulador da NRA e aquele que cunhou o nome do movimento, embora negasse ser o seu fundador ou líder (Barbosa Junior, 2017; Christerson; Flory, 2017). Christerson e Flory descrevem que um líder, sem nome mencionado, do NRA afirmou que o objetivo do movimento é:

Transformar unidades sociais como cidades, grupo étnicos, nações ao invés de

---

<sup>56</sup> Valnice Milhomen, doutora em Teologia e Ministério Pastoral, pela *Latin University of Theology*, é fundadora e presidente do Ministério Palavra de Fé, que inclui a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo como uma de suas ramificações. Além de ser autora de diversos livros na área de oração, Milhomen foi uma das primeiras mulheres a utilizar o televangelismo e, ao longo dos anos, expandiu seu trabalho para treinamento de lideranças na internet, inclusive um curso de teologia livre. Ela é uma líder exponente da Batalha Espiritual no Brasil e “treinou” outros líderes e pastores, incluindo os irmãos Ana Paula e André Valadão, do grupo Diante do Trono. Além disso, Milhomen costuma participar de eventos organizados pela Igreja Zion, de Teófilo Hayashi, organizadora do The Send Brasil.

indivíduos. Isso realmente decolou nos últimos 10 anos ou mais entre grupos carismáticos independentes que não são afiliados a uma denominação específica”. E isso tem sido desenvolvido através do que chamam de “mandato das 7 montanhas (Christerson; Flory, 2017, p. 91).

A promessa de não apenas testemunhar a cura e salvação individual, mas também de participar de uma transformação social total, atrai multidões de jovens evangélicos que desejam se envolver em atividades de “justiça social”. Embora o termo justiça social seja vagamente definido nos círculos evangélicos, ele se refere principalmente à caridade e ao serviço social, em vez de uma defesa política, conforme já apontamos. No entanto, há grupos dominionistas que acreditam que a transformação social vai além da caridade, sendo vista como uma oportunidade de estabelecer o Reino de Deus na Terra (Christerson; Flory, 2017). Para isso, é necessário uma estratégia adequada, que envolva o estabelecimento de pessoas com uma “mentalidade do Reino” e que defendam os “valores do Reino” em posições de poder e influência. No entanto, tanto a “mentalidade do Reino”, quanto os “valores do Reino” não são completamente explicados<sup>57</sup>.

A estratégia adequada resultou no que seria conhecido como “mandato das sete montanhas”, também chamado de “profecia” ou, como já indicamos, estratégia das 7 montanhas, ou montes. Embora seja difícil rastrear o exato momento em que o conceito das sete montanhas da sociedade começou a ser propagado, Lance Wallnau (1956)<sup>58</sup> afirmou que teve uma conversa com Loren Cunningham (1935 - 2023), fundador da *Youth With a Mission* (YWAM), conhecida no Brasil como Jovens Com Uma Missão (JOCUM), no ano 2000. Durante essa conversa, Cunningham compartilhou que havia tido uma conversa com Bill Bright (1921-2003) e que ambos tiveram a mesma revelação nas mesmas 24 horas. Eles acreditavam que Deus havia dado uma mensagem a cada um deles para que falassem um ao outro.

Atualmente o Espírito está trazendo uma palavra crucial relacionada com o desejo de Deus para a igreja, é para seu povo tomar domínio sobre cada área de nossa sociedade. O melhor modelo de *planejamento estratégico* é conhecido como as sete montanhas ou as sete naturezas da cultura (Wagner, 2008, p. 4, grifos nossos).

É importante ressaltarmos que, devido às diversas possibilidades de nomenclatura relacionadas ao conceito das Sete Montanhas, optamos, nesta pesquisa, por utilizar o termo estratégia dos 7 Montes. Essa escolha se baseia na interpretação do conceito, que estaria mais próximo de uma estratégia do que uma teologia ou teoria, e nos próprios adeptos, que também

<sup>57</sup> Para tentar solucionar, ainda que parcialmente, essa questão em discussão, vamos retomar, no Capítulo 5, o tema dos “valores do Reino”, articulando-os com as respostas dos participantes da enquete.

<sup>58</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3NDNFe2FtIQ> : Acesso em 18 jun. 2023

se referem a ele como “estratégia”<sup>59</sup>.

A principal base da estratégia dos sete montes está no princípio fundamental da Teologia do Domínio, embora o termo domínio esteja cada vez menos sendo utilizado<sup>60</sup>. O domínio dado por Deus à humanidade foi perdido por Adão e Eva. Jesus Cristo, em seu sacrifício vicário, recuperou-o. A mensagem descrita na Grande Comissão<sup>61</sup> vai além do que a Igreja, e os cristãos, estão acostumados a conceber. Segundo Enlow (2008), em Apocalipse 5,12, constam os 7 atributos pelos quais Jesus é digno de receber, e cada um deles coincide com os sete pilares culturais da sociedade de cada nação. O texto de Apocalipse afirma:

“E cantavam em alta voz: “Digno é o Cordeiro que foi morto de receber *poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor!*”. Assim, “poder” se refere à montanha do Governo; “riqueza”, à Economia; sabedoria se refere à Educação; “força”, à Família; “honra”, à Religião; “glória”, ao Entretenimento; e “benção” se refere ao monte da Mídia (Ap 5,12, grifos nosso).

Embora nenhuma montanha esteja acima da outra, em termos de prioridade de estratégia, observa-se, com base no exposto por Wallnau (2015), que o monte “governo” seria mais o ponto central para as demais. Ele afirma:

Estamos agora vivenciando uma “recessão global da democracia” – não da economia – Isso significa que a *democracia está falindo*. E isso é preocupante. Porque se a democracia falha na velocidade que está, significa que a economia não vai operar nessas nações. [...]. Uma organização, que sou parte, conseguiu transformar desde sistema carcerários da Colômbia até a Suprema Corte da Guatemala, trabalhando com o FBI agora mesmo no México [...] colocando fundamento bíblicos debaixo dessas montanhas. Se você quer ter uma democracia não se trata de uma ideia econômica mais inteligente, ao contrário do que muitos economistas liberais nos EUA pensam. Na verdade, você precisa perceber que onde o Espírito do Senhor está há liberdade. E se você quer ver liberdade econômica, cultural ou política é necessário honrar a Deus, *porque Satanás, com suas potestades no segundo céu, está apenas esperando as democracias falharem*, para que ele possa levantar movimentos populares totalitários que vão reivindicar o poder de fala pela frustração das massas. Sabe qual é o problema? As elites que estão nos topos dessas montanhas agora são egoístas. O que eles têm é um sistema para prosperidade, mas o que eles não têm é um sistema de ética e valores. Eles não têm um *sistema de valores do Reino* (Wallau,

<sup>59</sup> Na Enquete 1, perguntamos aos participantes como eles consideravam a nomenclatura dos 7 Montes: “estratégia”, “teologia” ou “teoria”. Dos 53 participantes que declararam conhecer os 7 Montes (fossem adeptos ou não), 36 participantes, ou 68%, escolheram a opção “estratégia”. Neste grupo, 16 participantes haviam declarado não ser adeptos dos 7 Montes e 10 declaram ser adeptos da estratégia. Além disso, a própria descrição de Peter Wagner (2008), apresentada anteriormente, refere-se a um “modelo de planejamento estratégico”.

<sup>60</sup> No primeiro livro de John Enlow, lançado em 2008, a palavra “domínio” é frequentemente utilizada. No entanto, ao observar a edição em português do livro de 2018, nota-se que a ideia de “domínio” foi substituída por “influência”. Essa mudança também é evidenciada na aula ministrada por Lance Wallnau, a qual utilizamos como referência e foi extraída do YouTube. Nessa aula, Wallnau não faz uso da palavra “domínio”. Essa alteração pode ser explicada pelo fato de que o termo domínio passou a soar muito forte dentro da comunidade evangélica. A ideia de dominar outros seres humanos não foi bem aceita, o que levou o grupo a remodelar suas expressões.

<sup>61</sup> A mensagem da Grande Comissão está apoiada no texto de Mt 28,19-20: “Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a obedecer a tudo o que eu lhes ordenei. E eu estarei sempre com vocês, até o fim dos tempos”. O mesmo texto pode ser encontrado em Mc 16,15-16.

2015)<sup>62</sup>.

O fragmento extraído da aula de Wallnau apresenta alguns pontos interessantes. Primeiramente, destaca-se a importância do tema governo no contexto da democracia. Em segundo lugar, há a abordagem sobre as elites, que não possuem um sistema de valores do Reino, mas sem a devida explicação sobre quais seriam esses valores. Essa lacuna despertou perguntas em nosso Enquete, e temos a intenção de abordar esse tema de forma mais detalhada no nosso quinto capítulo. Por fim, a menção a Satanás aguardando o fracasso das democracias evidencia a existência da conexão entre a Batalha Espiritual e a ideia de cristianização da sociedade dentro da Teologia do Domínio.

Essa conexão acontece à medida que os cristãos promovem a noção de transformação social, atuando em esferas específicas. Esse esforço está inserido em um projeto semelhante ao da Batalha Espiritual, que ocorre em um reino invisível, no qual Satanás controla as instituições da sociedade. Argumenta-se que os crentes possuem poder espiritual, conquistado por meio de Jesus, para derrotar essas forças demoníacas e assumir postos de autoridade, permitindo que o Reino de Deus seja estabelecido na Terra (Christerson; Flory, 2017). Dessa forma, são unidas as duas fases da Teologia do Domínio, que envolvem o que é chamado de “guerra espiritual de nível estratégico” e segue um protocolo de três etapas: pesquisa, profecia e intercessão (Christerson; Flory, 2017).

Acredita-se, então, que os cristãos devem influenciar cada uma das Sete Montanhas. Além disso, eles devem aspirar alcançar o topo dessas montanhas, pois é somente assim que a sociedade será completamente transformada. A transformação incluiria a adoção de valores morais bíblicos, os chamados “valores do Reino de Deus”, a procura da harmonia e paz e a erradicação da pobreza. Essa teologia, que orienta os crentes na busca do Reino e a serem cheios do Espírito Santo para assumir lideranças nas diferentes esferas da sociedade, representa um afastamento da teologia pentecostal clássica (Christerson; Flory, 2017).

Esse afastamento se refere não apenas ao papel mais ativo da Igreja nas esferas sociais, mas também a uma visão escatológica. No pentecostalismo clássico, a corrente escatológica dominante é geralmente pré-milenista, que possui pouca esperança de melhoria social na condição humana até o milênio, ou até a volta de Jesus. Nesse contexto, o foco da Igreja não é tanto o aprimoramento social, mas sim a salvação de almas individuais e a preparação para a volta de Cristo e vida futura. Por outro lado, na Teologia do Domínio e na estratégia dos 7

---

<sup>62</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3NDNFe2FtIQ> : Acesso em 18 jun. 2023.

Montes, a tendência é ser majoritariamente pós-milenista, acreditando que Deus capacitou os crentes por meio do Espírito Santo para estabelecer, de forma literal, o Reino de Deus na terra mediante o avanço de diversos setores da sociedade. Para entendermos melhor esse debate, exploraremos esses contornos escatológicos no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3 - “BREVE JESUS VOLTARÁ!”: O DISCURSO ESCATOLÓGICO E SEUS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS NAS PERSPECTIVAS RELIGIOSAS DE EVANGÉLICOS

A transição do século XX para o século XXI revelou o medo apocalíptico do fim do mundo. Diversos foram os profetas do apocalipse que “garantiam” que o ano 2000 não existiria. A teoria do Bug do Milênio talvez seja uma das mais conhecidas e temidas daquele período. O ano de 2000 não foi o único instante que despertou o medo e a ansiedade do fim do mundo: profecias apocalípticas surgem periodicamente nos registros da Igreja e da humanidade<sup>63</sup>. Contudo, apesar de toda a revolução tecnológica e científica da sociedade pós-industrial, ainda é possível encontrar sentimentos de medo e de esperança quanto à extinção dos seres humanos.

A indústria cinematográfica, particularmente a norte-americana, teve participação nesse processo de construção de um imaginário e de sentimentos em relação ao fim do mundo. Há vários exemplos de filmes que representam o extermínio da vida a partir de guerras, catástrofes naturais ou civilizações extraplanetárias<sup>64</sup>. Além disso, tais produções também contribuíram para o processo de secularização e expansão de ideias apocalípticas e do Milênio (Valle, 1998). A indústria cinematográfica cristã seguiu o mesmo caminho, adotando uma visão bíblica para descrever como se dariam os eventos dos “últimos dias”.

Um exemplo bem conhecido é a trilogia *Left behind* (Deixados para trás - 2001). O thriller religioso, baseado nos livros de Tim LaHaye (1926-2016) e Jerry Jenkins (1949 -), apresenta os eventos que ocorrem durante e depois do arrebatamento, quando diversas pessoas somem inexplicavelmente e uma grande anarquia é vivenciada na Terra. Os personagens

---

<sup>63</sup> Há pelo menos outros sete momentos em que eventos provocaram a imaginação da humanidade quanto ao fim do mundo. O primeiro teria sido na transição do século 999 para o século 1000, em referência clara aos evangelhos apócrifos. Segundo, em 1666, chamado o “ano de demônio”, como uma alusão ao número 666 que, na Bíblia, remete ao Anticristo. Terceiro, em 1806, na cidade de Leeds, Inglaterra, uma galinha teria posto um ovo com a frase “Cristo está voltando”. Por algum motivo, isso foi atrelado ao sinal do apocalipse, contudo, posteriormente, ficou comprovada a brincadeira. Quarto, em 1910, durante a passagem do cometa Halley na Terra. Os detritos deixados pelo cometa foram objetos de especulação quanto à possibilidade de caírem na Terra e disseminarem gases asfixiantes. Tal hipótese acabou refutada. Quinto, o Bug do Milênio. Em 1999 houve a especulação que os computadores seriam dizimados pelo YK2Bug, o nome do tal bug. Essa tese nasceu da imaginação de que, como a maioria dos computadores registravam dois dígitos, os sistemas colapsariam quando o calendário se transformasse em 00. O Bug do Milênio foi a primeira profecia para o século XXI e causou bastante pânico na época. Sexto, em 2008, um experimento reproduziu o estado cósmico do Big Bang. Surgiu, então, a teoria de que minibiracos negros engoliriam a Terra. Contudo, também foi outra “profecia” refutada. O sétimo momento ocorreu em 2012. Segundo uma interpretação do Calendário Maia, o fim do mundo ocorreria em 21/12/12. O curioso “fato” foi transformado no filme “2012”. Disponível em <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/sete-vezes-em-que-se-pensou-que-o-mundo-iria-acabar.ghtml> Acesso em 11 nov. 2023

<sup>64</sup> Tais como *Independence day* (1996), *O inferno de Dante* (1997), *Armagedon* (1998), *Impacto Profundo* (1998), *O dia depois de amanhã* (2004), *Eu sou a lenda* (2008), o filme de animação *Wall-E* (2008), *2012* (2009) e *Destruição total – o último refúgio* (2020).

procuram, na religião cristã, as respostas necessárias para descobrir o que aconteceu. Apesar das críticas<sup>65</sup>, a série foi bem recebida pelo público evangélico e ganhou outras cinco adaptações<sup>66</sup>.

Parte do sucesso de *Deixados para trás* estaria atrelado à sua interpretação pré-milenista dispensacionalista, que se espalhou (e ainda atua com força) entre evangélicos, sobretudo entre evangélicos brasileiros. Do mesmo modo, o filme foi crucial para a disseminação do pré-milenismo dispensacionalista e de sua aplicação no mundo atual (Rocha, 2018). Apesar de ter uma mensagem específica, o filme permitiria que evangélicos vislumbrassem de forma “realista” como seriam os eventos descritos na Bíblia, em especial, aqueles indicados no livro do *Apocalipse*.

A volta de Cristo é um dos temas centrais da fé cristã. A convicção de que Jesus voltará para levar “seus Santos”, ou seja, sua igreja, seria um dos principais elementos que mantêm a “perseverança” religiosa evangélica. No entanto, as explicações sobre como Jesus retornará estão sujeitas a diversos debates e teorias. Assim, pretendemos examinar as influências que as expectativas a respeito da “segunda vinda de Cristo” podem ter na experiência religiosa e, posteriormente, político-social de evangélicos.

Este capítulo está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte, trataremos do tema da escatologia, sua definição e significados. Ainda nessa seção, apresentaremos brevemente o desenvolvimento da corrente escatológica no século XX e nos concentraremos no tema da esperança. A segunda seção será dedicada ao fenômeno do Reino de Deus e suas implicações para o tema da escatologia. A terceira seção tratará do milênio, crucial para compreendermos os sistemas milenistas escatológicos<sup>67</sup>. Nessa mesma seção, explicaremos a temporalidade relacionada à “era presente” e à “era por vir”. Na quarta seção e última seção, discutiremos sobre os quatro sistemas escatológicos.

---

<sup>65</sup> À exemplo, podemos citar a crítica do The Washington Post em 2001, que classificou o filme como “desajeitado, de escrita banal e direção sem inspiração”, embora deixe a entender que não está criticando a crença religiosa, mas a forma como o primeiro filme foi produzido. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/entertainment/movies/reviews/leftbehindhowe.htm> Acesso em 11 nov. 2023

<sup>66</sup> Em 2002; 2005; 2014 e 2022.

<sup>67</sup> De acordo com Moltmann (2004, p.147), “a expectativa do império de mil anos é denominada *milénarismo* (*millenarism*) ou *milenismo* (*millennialism*), do latim, ou quiliassmo, do grego”. A literatura europeia prefere o termo quiliassmo, enquanto a inglesa prefere os termos latinos milénarismo/milenismo. No Brasil, é possível encontrarmos traduções que usam tanto milénarismo, mais comum que milenismo, ambas aceitas e com o mesmo significado escatológico. Nesta tese, optamos pelo uso do vocábulo milenismo.

### 3.1 ESCATOLOGIA

Ao longo dos séculos, houve diferentes interpretações do que seria a escatologia. Para compreendermos os comportamentos e as orientações políticas dos evangélicos participantes da pesquisa, é necessário considerarmos os elementos de sua fé (Rocha, 2010). De acordo com Rocha, existe uma relação bilateral entre as convicções religiosas e os contextos políticos, econômicos e sociais, em que ambos se influenciam mutuamente e se apresentam como forças relevantes na definição de visões de mundo e projetos políticos. Dentro dessas convicções religiosas, encontramos a escatologia, que, ao longo dos séculos, tem recebido variadas definições para o seu significado, por isso a complexidade e as divergências inerentes ao tema.

Ainda há discussões quanto ao primeiro momento em que o termo escatologia foi utilizado na literatura teológica. Jacques Le Goff sustenta que não é possível informar com precisão quando a palavra apareceu na linguagem teológica cristã e na história das religiões, ou, ainda, quando foi popularizada. O autor defende que o vocábulo foi introduzido recentemente na cultura ocidental, em sua percepção, por volta do final do século XIX, tornando-se uma corrente no século XX (Le Goff, 1990). Contudo, Claus Schwambach (2006) lembra que o tema da “esperança cristã”, apesar de ter sido tratado desde os primórdios da Igreja, ganhou maior relevância nos séculos XVIII e XIX, tendo sido discutido desde então. Ele sustenta que o termo escatologia apareceu pela primeira vez no quinto volume da *Dogmática* de Ph. H. Friedlieb, em 1644. De acordo com Schwambach, Friedlieb apresentou seis temas relevantes para a escatologia: morte, ressurreição dos mortos, juízo final, fim do mundo, inferno (morte eterna) e vida eterna.

No volume 5 da dogmática, Friedlieb não especificou o que entendia por escatologia. Todavia, é possível que seu trabalho seja inspirado no texto de 1 Coríntios 1.26<sup>68</sup>. Johan Gerhard, teólogo da ortodoxia luterana, também teria tratado os seis temas em sua obra “*De novissimis*” (*Sobre as últimas coisas* - 1521). Apesar de não empregar a palavra escatologia, a sua abordagem seria semelhante ao conteúdo apresentado por Friedlieb quanto a tal ideia. Somente no século XVII o termo “escatologia” surgiria como um tópico independente de outros assuntos doutrinários (Schwambach, 2006).

Em geral, a escatologia é usada para falar sobre as “últimas coisas”, sobre o futuro da humanidade, em uma perspectiva religiosa teológica. Jurgen Moltmann, contudo, aponta que conceber a escatologia como relativa às “últimas coisas” poderia se revelar simplista. Para ele,

---

<sup>68</sup> “O último inimigo a ser destruído é a Morte”. (1Co 15,26).

observar os eventos que incidirão sobre os indivíduos, a história e o mundo no final dos tempos inclui observar o retorno de Cristo, o julgamento do mundo, a consumação do reino, a ressurreição dos mortos e a nova criação, tais como os temas abordados na dogmática de Friedlieb. Moltmann não discorda das “últimas coisas”, mas enfatiza o processo, a esperança, do que está por vir, e não o final. “Cristianismo é escatologia”, ou seja:

Do começo ao fim, e não apenas do epílogo, o Cristianismo é escatologia, é *esperança*, olhar e andar para frente e, por causa disso, também, é revolucionar e transformar o presente. O escatológico não é um dos elementos da Cristandade, mas é o agente da fé cristã em si, a chave à qual tudo está ajustado... Por isso, escatologia não pode realmente ser apenas uma parte da doutrina cristã. Antes, a perspectiva escatológica é característica de toda a proclamação cristã, de cada existência cristã e de toda a Igreja (Moltmann, 1965, p. 16, grifo nosso).

Encontrar um consenso sobre o que escatologia significa seria praticamente impossível. De acordo com Rocha, “no pensamento teológico, a escatologia é a doutrina que trata das relações entre a fé cristã e o futuro da humanidade” (Rocha, 2010, p. 204). Segundo Valle, “a escatologia aponta para o fim último, para as coisas que levam ao fim dos sofrimentos, à realização plena e terrível do que nos espera no fim” (Valle, 1998, p.7). Dessa forma, considerando todas essas perspectivas, podemos chegar à conclusão de que a escatologia é a doutrina que trata da fé cristã em relação às últimas coisas que virão e ao futuro final da humanidade.

A etimologia do termo escatologia remonta ao grego. De acordo com Le Goff (1990), a palavra pode ser usada tanto no plural, *tá escháta*, que significa “as últimas coisas”, quanto no singular, *eschaton*, cujo sentido é “o acontecimento final”. Hoekema (1974) argumenta que a escatologia, sendo a doutrina das últimas coisas, pode ser entendida como algo que virá a acontecer com o indivíduo e o mundo, dentro de uma temporalidade expressa no passado, presente e futuro, com características de natureza cósmica e física.

Com relação ao indivíduo, é dito que a escatologia se ocupa de assuntos tais como morte física, imortalidade, e o assim chamado “estado intermediário” — o estado entre a morte e a ressurreição geral. Com relação ao mundo, a escatologia é vista como tratando da volta de Cristo, da ressurreição geral, do juízo final e do estado final das coisas. Mesmo concordando em que escatologia bíblica inclui os tópicos acima mencionados, nós temos de insistir em que a mensagem da escatologia bíblica será seriamente empobrecida se nela não incluirmos a situação presente do crente e a fase atual do Reino de Deus. Em outras palavras, a escatologia bíblica completa precisa incluir tanto o que podemos chamar de escatologia “inaugurada” como a escatologia “futura” (Hoekema, 1979, p.6).

Ao analisar o termo a partir da raiz grega, três nuances de significados são apontadas por Schwambach (2006). A primeira se refere ao estudo ou à doutrina sobre o “último”, que, neste caso, é entendido como uma pessoa do sexo masculino e se refere a Jesus Cristo. Nesse

aspecto, os temas do fim estão, de certa forma, ligados à pessoa e à obra de Jesus Cristo. Em segundo lugar, a instrução ou a doutrina a respeito da “última coisa”, no singular, refere-se ao evento, acontecimento ou situação, podendo ser ligados tanto ao sentido pessoal quanto ao cósmico da morte, ressurreição ou juízo, no sentido do tempo cronológico, ou seja, depois da morte. Terceiro, o conhecimento ou a doutrina sobre “os últimos eventos” ou “estado final”, no plural.

A escatologia pode ser pensada como uma estrutura de três pilares. De acordo com Voss (2018), *eschata* seriam as “últimas coisas”, *eschaton* seria o futuro absoluto e *eschatos* seria “o último Jesus”. Além disso,

Sentido *amplo* e *restrito*; em sua dimensão *individual, coletiva, histórica e universal-cósmica*, ou ainda lê-la como *juízo* ou *salvação*. Pode-se examinar a escatologia em sua confluência crítica e nexos de continuidade e descontinuidade entre a *velha* e a *nova criação*, em sua temporalidade *preterista-presente-futurista*, ou mesmo investigá-la a partir de suas plurais escolas tipificadoras (Voss, 2018, p. 3, grifos do autor).

Max Weber também ofereceu uma interessante contribuição sociológica para o esclarecimento do conceito. Apesar de não ter apresentado uma explicação etimológica para a palavra, o autor elaborou a seguinte interpretação para a escatologia messiânica:

Um modo de estabelecer o justo equilíbrio consiste na referência a uma *compensação futura neste mundo*: escatologias messiânicas. O *processo escatológico* consiste então numa *transformação política e social deste mundo* — e colocará seus adeptos na posição que merecem no mundo[...]. O *desejo de participação no reino messiânico* leva à *intensificação das atividades religiosas*. Nasce uma enorme excitação religiosa quando parece *imminente o advento* do reino divino neste mundo. Sempre de novo aparecem profetas que o anunciam. No entanto, se demora demasiadamente esse advento, é quase inevitável a consolação com as esperanças de *um futuro no “além”* (Weber, 2015, p. 351 — 352, grifos nossos).

Observemos que, teologicamente, a explicação para a escatologia geralmente diz respeito à questão das “últimas coisas”, embora a compreensão sobre isso possa variar conforme a escola escatológica. No entanto, em termos sociológicos, Weber nos dá mais elementos para uma movimentação de ação temporal entre o presente, quanto à “transformação política e social deste mundo”, à “posição que merecem no mundo” e à intensificação das atividades religiosas”, além da expectativa do futuro quanto ao “advento iminente” ou na esperança de um “futuro ‘no além’”.

A escatologia descrita por Weber indica uma ideia messiânica. Valle (1998) sustenta que o messianismo, a escatologia e o milenismo seriam três elementos que se complementam. De acordo com o autor, “o messianismo corporifica a expectativa do grupo em uma mensagem ou pessoa dotada de força e ungida para encaminhar os fatos em direção ao futuro definitivo”

(Valle, 1998, p.7). Apesar de não abordarmos o conceito de messianismo com profundidade, não podemos deixar de mencionar sua importância. A partir desse tema, vários trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos para compreender o fenômeno<sup>69</sup>.

As diferentes interpretações para a escatologia resultaram nas muitas vertentes que tratam dos temas escatológicos. Seria praticamente impossível, e nos faria perder o foco, mapear com exatidão as diversas correntes escatológicas. Entretanto, antes de prosseguirmos, faremos breves apresentações de algumas das correntes mais relevantes do século XX, para que possamos ter uma visão ampliada de como alguns debates escatológicos desenvolvidos no século XX ligam-se à análise empreendida nesta tese.

### 3.1.1 O Desenvolvimento Da Escatologia No Século XX: Breves Apresentações

O século XX foi inovador e contou com muitas reflexões escatológicas, as quais foram impulsionadas por um crescente interesse no tema. Diversas perspectivas escatológicas surgiram, revelando um aspecto curioso sobre o fenômeno. Conforme Schwambach (2006, p. 137): “O debate recente é marcado por um leque de abrangência e por uma variedade de opiniões realmente incomum em relação a outros temas da teologia”. Essas diferentes percepções da escatologia teriam um objetivo comum: “recuperar a história da reflexão escatológica” (Voss, 2018, p. 18). Esse aumento pelo interesse em refletir sobre a escatologia fez com que diversas linhas de pensamento surgissem praticamente uma na sequência da outra, como resultado de pesquisas na esfera do Novo Testamento, de modo que marcaram época no século XX. Entre tais teorias, selecionamos aquelas consideradas as principais representantes do tema<sup>70</sup>: Transcendental (Barth); Consequente (Schweitzer); Esperança (Moltmann); Existencial (Bultmann); Histórico Salvífica (Cullmann); Política (Metz) e da Libertação (G. Gutiérrez); Processo (Cobb. Jr e Hick); e Realizada (Dodd).

---

<sup>69</sup> Como exemplo, podemos mencionar o célebre livro de Maria Isaura de Queiroz, intitulado *Messianismos no Brasil e no mundo*, no qual ela detalhou alguns surtos messiânicos no Brasil de uma forma incomparável. A pesquisadora teria observado o messianismo enquanto um movimento social que é movido pela expectativa da aparição de uma figura salvadora. Esse messias seria uma pessoa que acredita ter atributos sobrenaturais e prediz catástrofes futuras das quais somente seus seguidores serão salvos (Queiroz, 1976 *apud* Valle, 1998, p. 117).

<sup>70</sup> Como temos dito até aqui, a escatologia possui intrinsecamente diversas possibilidades de interpretação. Essa característica permite que diferentes pontos de vista possam ser considerados, ampliando o leque de compreensões. Nesse sentido, resgatamos perspectivas que marcaram época e são consideradas as principais correntes da escatologia, conforme encontramos em Schwambach (2006), Runia (1997), Voss (2018) e outros autores que mencionaremos ao longo deste bloco. Além disso, é relevante destacarmos que essas correntes surgiram ao longo do século XX, apresentando-se de forma sequencial. Para mantermos uma coerência na apresentação, abordaremos as correntes em ordem alfabética, com exceção da escatologia Transcendental, considerada uma das primeiras linhas de discussão a emergir.

Karl Barth (1886-1968) foi um dos primeiros teólogos a abordar o tema da escatologia no século XX. Sua escatologia, chamada Transcendental, extrapolou os muros da teologia e chegou à cultura com uma frase estampada na capa da revista norte-americana *Time*, em abril de 1962: “o objetivo da vida humana não é a morte, mas a ressurreição”<sup>71</sup>. Na verdade, Barth trouxe algumas contribuições inovadoras para a teologia. Ele não considerava a escatologia somente um “último capítulo” ou “as últimas coisas”, isto é, em relação ao futuro do mundo e dos indivíduos. A escatologia de Barth teve dois momentos. No primeiro, ele referiu-se ao *eschaton* como “a crise existencial do homem vivendo constantemente nos limites da eternidade de Deus” (Barth, 1933 *apud* Runia 1997, p.53). Mais tarde, teria alterado sua opinião ao dizer que a escatologia era determinada pela Cristologia: “O *eschaton* é a ‘re-velação’ (o des-velar) do que Deus, desde toda a eternidade, decidiu fazer em Cristo” (*Ibidem*). Como Hoekema descreve:

Escatologia não mais significa aguardar certos eventos que acontecerão no futuro mas, antes, significa temer a Jesus Cristo em arrependimento e fé, em cada momento em que o defrontamos. Podemos denominar isso uma espécie de “Escatologia atemporal”, na qual a Parousia não mais é entendida como a volta futura de Cristo, mas antes como “um símbolo atemporal da realidade infinita da eternidade em cada situação existencial”. Também podemos denominar isso como uma espécie de Escatologia “vertical”, em distinção à “horizontal”. O Eterno é considerado como estando sempre sobre nós; temos de responder a ele quando ele nos fala; no momento em que o fazemos, a eternidade interseccionou-se com o tempo - e isso é Escatologia (Hoekema, 1984, p. 61).

A interpretação de Barth ia contra o sentido tradicional da escatologia, que seria a expectativa de eventos futuros, mas significava temer Cristo a todo momento. No entanto, Voss salienta que, uma vez que Barth não deu importância para o futuro, ou seja, para o final da história, elemento central da escatologia, então recebeu críticas e, conseqüentemente, precisou fazer uma “retratação” (Voss, 2018).

A segunda abordagem da escatologia é designada Consequente, representada pelos escritos de Albert Schweitzer (1875-1965), Fritz Buri (1907-1995) e Martinr Werner. Para Schweitzer, a mensagem de Jesus era centralizada no ensino de que a vinda do Reino de Deus era algo iminente, de modo que a vida e o ensino de Jesus não poderiam ser entendidos de forma não escatológica. Isto é, tal ensino seria a própria revelação da escatologia, daí a ideia de consequência (Runia, 1997).

Para essa corrente, o próprio Jesus teria esperado o final dos tempos no decorrer de sua própria vida ou, ainda, com a culminância de sua morte. No entanto, como isso não se

---

<sup>71</sup>Para mais informações ver: <https://content.time.com/time/covers/0,16641,19620420,00.html> .Acesso em 10 jun. 2023.

concretizou, ou seja, como não houve o fim e nem a vinda do Reino de Deus, a mensagem neotestamentária precisou ser desvinculada da escatologia. Embora isso não signifique afirmar que o ensino de Jesus não seja visto como escatológico, o problema residirá na aniquilação do tempo final não cumprido (Schwambach, 2006).

A terceira interpretação que surgiu no século XX é a da Esperança. Jürgen Moltmann (1926-2024) é reconhecido como um de seus principais precursores. Em relação às demais interpretações, a escatologia da Esperança seria a que mais se relaciona a perspectiva evangélica, uma vez que uma de suas principais características é a confiança no que se aguarda e não no que se tem no presente. Ou seja, o crente espera, com confiança, que Deus o guie para o futuro. A esperança pode não ser uma questão partilhada por todos os teólogos que estudam a escatologia, mas não se pode negar que o tema esperança está, de certa forma, muito presente nos símbolos e virtudes do cristianismo, ao lado da fé e do amor. De acordo com o *Novo Dicionário de Teologia* (2009), a palavra esperança possui dois sentidos principais na teologia. Primeiro, refere-se ao objeto da esperança, ou seja, Cristo, e tudo aquilo que está ligado à sua vinda. Em segundo lugar, diz respeito ao ato de aguardar (Ferguson *et al.*, 2009).

A ação de esperar parece ser o ponto central da tese da esperança teológica, embora também faça parte da definição de esperança. No cristianismo, o ato de esperar é olhar para o futuro com a expectativa de que Deus fará algo. Entre as principais expectativas, estão a ressurreição dos fiéis e a instauração definitiva do reinado de Deus. A esperança de que, em um reino celestial, não haverá mais problemas nem dificuldades, tal como existem aqui na Terra. É a crença nesses princípios que faz com que os fiéis aguardem a ação de Deus. A perspectiva da Esperança exerceu uma grande influência nas teorias escatológicas dos anos de 1960. A simultaneidade do presente e futuro tornou-se um importante elemento dentro dessa perspectiva, de modo que a esperança futura já se cumpriu parcialmente no presente. No entanto, a completude se realizará apenas no futuro (Schwambach, 2006).

A esperança dos cristãos é sempre a esperança também para Israel; a esperança dos judeus e cristãos é também sempre a esperança para os povos do mundo; e a esperança dos povos do mundo é também sempre a esperança para esta terra e tudo o que nela vive. E a esperança para toda a comunidade da criação é, em última análise, a esperança de que seu Criador e Redentor chegue ao seu objetivo e encontre na criação seu lar (Moltmann, 2004, p. XIII).

Essa ideia de Moltmann foi, em larga medida, influenciada pelo filósofo marxista Ernest Bloch, citado por Moltmann (2004). Runia (1997) comenta que Moltmann teria utilizado a ideia do princípio da esperança de Bloch, apesar de ter feito algumas adaptações, ao correlacionar o recado bíblico de um Deus que, desde o começo, está focado no futuro: “A fé de Israel,

entretanto, era claramente orientada para o futuro. [...] Tudo isso é muito claro na *tradição profética*, fortemente direcionada para o futuro” (Runia, 1997, p. 60, grifos nossos). Ou, como diria Moltmann: “Essa glorificação de Deus no mundo abrange a salvação e a vida eterna dos seres humanos, a libertação de todas as coisas criadas e a paz da nova criação” (Moltmann, 2004, p. xvi).

Moltmann cita os quatro pilares da escatologia da Esperança: pessoal, histórico, cósmico e divino. O primeiro impacto da doutrina escatológica é a fé individual, que motiva o cristão a uma existência no mundo físico. Dessa forma, surge a esperança de que o corpo seja redimido e de que haja uma nova vida cósmica, e, finalmente, a esperança de que este mundo seja transformado no Reino de Deus (Moltmann, 2004). No que se refere à transformação deste mundo, a Teologia da Esperança seria uma escatologia política, aproximando-se da Teologia da Libertação<sup>72</sup>. A crença de que a salvação está acessível por intermédio de Jesus Cristo, além de poder envolver toda a existência humana (esperança pessoal) e toda a sociedade (esperança histórica), proporcionou que a salvação tivesse aspectos revolucionários. Além disso, o Reino de Deus teria um importante papel de agente de mudanças na sociedade ao colaborar no processo de salvação escatológico. Voltaremos ao tema do Reino de Deus posteriormente.

A quarta perspectiva escatológica é a de Ruldoff Bultmann (1884-1976). Contemporâneo de Barth, Bultmann teria começado o que se tornaria a escatologia Existencial e seria um dos que utilizaram o método histórico crítico na escatologia. As duas principais contribuições de Bultmann são: a ênfase na escatologia presente e a “demitologização” do Novo Testamento. Na primeira, o Reino de Deus não é algo que virá no futuro, mas parte das decisões atuais de cada indivíduo. O *eschaton* e a salvação estão presentes aqui e agora, sendo existenciais e postos mais como parte do juízo do que da esperança (Voss, 2018; Schwambach, 2006).

Na segunda, o vocábulo demitologização, que pode soar estranho, diz respeito à tentativa de interpretação do significado real do Novo Testamento, para além da linguagem mitológica. De acordo com Runia (1997), Bultmann sustentava que o Novo Testamento estava imerso em imagens mitológicas que não seriam toleradas pelo homem contemporâneo, dado que os autores do Novo Testamento elaboraram os textos em uma perspectiva ultrapassada.

Bultmann defende que os temas como Reino de Deus e a Parusia (volta de Cristo) sejam

---

<sup>72</sup> A Teologia da Libertação teve uma grande repercussão na América Latina e no Brasil, especialmente nos anos 1960, movida pela tradição católica romana, embora também tenha alcançado as igrejas evangélicas. Seu objetivo primordial é interpretar a fé cristã sob a perspectiva dos pobres oprimidos e dos marginalizados. A Teologia da Libertação tem raízes na Teologia da Esperança de Moltmann. No Brasil, há alguns teólogos da Libertação bastante conhecidos, tais como Leonardo Boff, Dietrich Bonhoeffer, Gustavo Gutiérrez, entre outros.

entendidos de forma antropológica, não cosmológica. Isso porque o próprio conceito do Reino de Deus, fundado por Jesus, em termos futurísticos e cósmicos era, para o apóstolo Paulo, de caráter fantasioso (Voss, 2018). Dessa forma, ao dar importância ao presente, ao agora, a escatologia bultmanniana se tornou “uma questão existencial do presente” (Schwambach, 2006, p. 140). Os elementos míticos não são excluídos, mas existencializados, e, focando nisso e no presente, o futuro desaparece (Runia, 1997). Assim como a de Barth, sua posição também foi alvo de grandes críticas (Schwambach, 2006).

A quinta perspectiva a ser considerada é a abordagem da escatologia Histórico-salvífica e seu principal expoente seria Oscar Cullman (1902-1999). A interpretação de Cullman parece ir um pouco além da de Barth ao incluir elementos futurísticos em seus escritos. A “História da salvação” é conceituada como “posição de que Deus tem-se revelado na história através de uma série de atos redentores, no centro dos quais está a encarnação, crucificação e ressurreição de Jesus Cristo, e por meio dos quais ele traz a salvação a seu povo” (Hoekema, 1974, p. 339). A história da salvação teria três aspectos. Primeiro, a história de Israel tem como foco a preparação e a expectativa para Cristo. Segundo, a história de Jesus Cristo como foco central. Terceiro, a história depois de Cristo, a Igreja, e os eventos que resultarão na segunda vinda (Runia, 1997).

A escatologia Política e da Libertação é a sexta a ser apresentada e seria a abordagem de maior atuação na sociedade. Ela é representada por Johann Baptist Metz (1928-2019) e Gustavo Gutiérrez (1928-) e defende o caráter transformador do mundo e da sociedade. O ser humano é um agente ativo no processo escatológico da salvação por meio de sua atuação junto à sociedade em que vive. Há uma importante presença da ideia do caráter transformador que existe no Reino de Deus, conceito central nas articulações dessa abordagem. Os seres humanos devem manifestar a presença do Reino de Deus na Igreja e na sociedade, sendo agentes colaboradores na mudança do *status quo* social e celestial, especialmente junto aos pobres e marginalizados (Schwambach, 2006). Essas características podem levar à conexão com a Teologia do Domínio, mas essa abordagem estaria mais propensa à transformação social e à justiça social junto aos oprimidos, como defendido pela Teologia da Libertação, do que em relação à implementação do Reino de Deus para cristianizar e conquistar a sociedade.

A sétima interpretação é a escatologia do Processo e é defendida por John B. Cobb Jr. (1925-) e John Hick (1922-2012). Essa perspectiva costuma discorrer sobre a escatologia cristã a partir da visão de grandes religiões mundiais e de uma esperança universal. Sendo uma abordagem não exclusivista da escatologia cristã, ela estabelece conexões no contexto da história das religiões para o surgimento de uma escatologia global. Essa perspectiva foi duramente criticada por retirar o caráter exclusivista cristão da escatologia, mas possui suas

virtudes ao propor que a escatologia cristã, embora não seja exclusiva, possui validade universal e é capaz de dialogar com outras religiões (Schwambach, 2006).

A oitava e última abordagem a ser descrita é a de Charles Dodd (1884-1973), geralmente chamada de escatologia Realizada. Nessa perspectiva, o *eschaton* teria ocorrido no passado. Isto é, as profecias do Antigo Testamento se concretizaram com a vinda de Jesus Cristo (Hoekema, 1974), e, por meio dele, “a eternidade entrou e irrompeu definitivamente no tempo e na história” (Schwambach, 2006, p.141). Sendo assim, o Reino de Deus não é mais aguardado como algo que está para acontecer, mas sim como algo que aconteceu com a chegada de Cristo. A perspectiva de Dodd contribuirá para o embate entre o “já” e o “ainda não”, de forma que, segundo a linguagem escatológica, a vida da “era por vir” e a vida eterna já estão presentes agora, com a presença de Cristo e do Espírito Santo na igreja.

A posição básica de Dodd, sobre Jesus e o Reino, poderia ser resumida como se segue: “Ele [Dodd] argumentava que para Jesus o Reino era presente, que Jesus ensinava a realidade do Reino como realizada em seu próprio ministério, [e que] a Escatologia de Jesus é uma ‘Escatologia realizada’” [...] Após citar várias passagens do Novo Testamento, ele [Dodd] diz: “Fica certamente claro nestas e em muitas passagens semelhantes, que, para os escritores neotestamentários em geral, o *eschaton* ingressou na história; o governo oculto de Deus foi revelado; a Era do Vir veio. O Evangelho do Cristianismo primitivo é um Evangelho de Escatologia realizada” (Hoekema, 1974, p. 331).

Cada uma das abordagens descritas podem ser vistas como chaves de interpretação da escatologia e isso faz com que não haja superioridade teológica entre elas, mesmo em relação às que sofreram críticas ao longo dos anos. O que se poderia observar é que haveriam interpretações que foram melhor aceitas e trazidas com maior intensidade para o âmbito das Igrejas, não ficando apenas no plano teórico, e esse seria o caso da escatologia da Esperança. Como apresentado, embora não seja partilhado por todos os teólogos da escatologia, a ideia da Esperança tem um significado importante para o cristianismo, seja por meio dos símbolos e/ou das virtudes. Dentro do tema da escatologia da Esperança, o tema do Reino de Deus possui uma grande relevância.

Afinal, os cristãos esperam a chegada do Reino de Deus na esfera pessoal, mas também a sua materialização na sociedade, seja no presente, seja no futuro. As percepções de como essa materialização, real ou simbólica, irá ocorrer revela a tipologia dos sistemas escatológicos milenistas e também a forma como os cristãos irão se comportar e se posicionar na sociedade. Por isso, a seguir trataremos do tema do Reino de Deus no interior da escatologia da Esperança e o apresentaremos de forma a desvendarmos esse importante elemento para a crença cristã, especialmente evangélica.

### 3.2 “QUE VENHA O TEU REINO!”: O ENTENDIMENTO SOBRE O REINO DE DEUS

Na conhecida oração “Pai nosso”, proferida tanto por católicos quanto por evangélicos, há uma parte em que se diz “que venha o Teu Reino”. A menção ao Reino de Deus na oração, que é considerada modelo para os cristãos, ajudou a transformar o tema do em um dos mais fundamentais e relevantes da Bíblia. Afinal, tal relevância pode ser notada em passagens bíblicas que versam sobre o assunto. De acordo com Hoyt (2021), a palavra “reino” aparece mais de quatrocentas e cinquenta vezes na Bíblia, cerca de duzentas delas descrevem um reino divino e escatológico. A ideia do Reino de Deus está presente em toda a narrativa bíblica.

A concepção bíblica do Reino de Deus teria raízes profundas no Antigo Testamento. As referências a Deus como rei e seu governo no Antigo Testamento são fundamentais para a noção do Reino de Deus no Novo Testamento, e se fundamenta “na certeza de que existe um Deus vivo e eterno, o Deus que se revelou aos homens e que tem um propósito para raça humana, propósito esse que ele [*Deus*] escolheu realizar por intermédio de Israel” (Ladd, 2008, p. 14). A “fé hebraica-cristã expressa sua esperança em termos do Reino de Deus” (Ladd, 2008, p. 14), como também aponta Bright:

Porque o conceito do Reino de Deus envolve, num sentido real, a mensagem total da Bíblia. Ele não apenas avulta-se nos ensinamentos de Jesus; encontra-se também de uma forma ou de outra, através da Bíblia em todos os sentidos (...). Assim, o Antigo Testamento e o Novo Testamento combinam-se como os dois atos de um mesmo drama. O Ato I aponta para sua conclusão no Ato II, e sem este, a peça é algo incompleto e insatisfatório. Mas o Ato II deve ser lido à luz do Ato I, ou perderá seu sentido. Porque a peça é uma só, organicamente. A Bíblia é um livro só. Se tivéssemos de dar um título a esse livro, poderíamos justificadamente chamá-lo “O Livro do Reino Vindouro de Deus” (Bright, *apud*, Hoyt, 2021, p. 66).

Apesar de as raízes do Reino de Deus no Novo Testamento estarem no Antigo Testamento, os termos Reino de Deus ou Reino dos Céus não aparecem no Antigo Testamento<sup>73</sup>. O que é abordado são as expectativas de Israel em relação a um reinado em que Deus governa, forte, poderoso e capaz de livrar o povo dos opressores. Esse sentimento de que Deus é um rei surgiu em um momento em que o povo de Israel estava sendo dominado por outras nações e, em alguns períodos, exilado. Conforme salienta Ladd:

---

<sup>73</sup> Às vezes, usa-se o termo Reino de Deus como sinônimo de “reino dos céus”. Isso é notável especialmente no evangelho de Mateus, que usa a expressão reino dos céus. Em outros textos do Novo Testamento, o termo usado é Reino de Deus, podendo ser também “reino de Cristo” ou “reino de nosso Senhor”. A diferença decorre do fato de Mateus ter escrito para judeus, os quais evitavam usar o nome sagrado de Deus e admitiram a palavra “céus” como sinônimo para Deus, apesar de poderem significar coisas diferentes. Guardadas as diferenças, é compreendido que Reino de Deus e reino dos céus são próximos em seu significado (Hoekema, 1974).

Segue-se que a esperança de Israel, pelo Reino de Deus, é uma esperança escatológica, e que esta escatologia é um corolário necessário para a visão de Israel sobre Deus. O antigo criticismo Wellhauseniano insistia que a escatologia era um desenvolvimento tardio que emergiu apenas no período pós-exílio. Recentemente, o pêndulo tem oscilado em outra direção e o caráter fundamental da escatologia israelita tem sido reconhecido. Pode-se citar um número crescente de estudiosos que reconhecem que foi o conceito de Deus que se preocupou com Israel na história redentora que deu origem à esperança escatológica (Ladd, 1974, p. 52).

Como podemos definir o Reino de Deus? Hoekema (1974) sustenta que essa não é uma tarefa simples, pois, Jesus, o primeiro a empregar o termo, não dá uma definição de reino. Dessa forma, os escritos apostólicos posteriores não trazem uma definição nítida. A definição do apóstolo Paulo é a mais “aceita”: “O Reino de Deus não consiste em comida e bebida, mas é justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17). A explicação de Weber parece ter alguma relação com o relato bíblico: “o reino de Deus, já é chegado ou prestes a chegar, de Jesus de Nazaré, era um reino da bem-aventurança neste mundo, livre de todo egoísmo humano, de angústia e miséria, e somente mais tarde destacaram-se o céu e o Hades” (Weber, 2015, p. 356).

A dificuldade de se encontrar uma definição exata para Reino de Deus reside no fato de que, entre os próprios textos dos evangelhos, há diferenças interpretativas. Em *The presence of the future* (1974), George Ladd apresenta um mapa de quatro possíveis contextos (interpretações) para o termo em questão nos evangelhos. Primeiro, em alguns trechos, o Reino de Deus representa o conceito abstrato de reinar, governar, de poder real ou reinado<sup>74</sup>. Depois, refere-se ao Reino como uma ordem apocalíptica futura, na qual os justos entrarão no final dos tempos. Reino de Deus, segundo o autor, nesse caso, é sinônimo de era vindoura<sup>75</sup>.

Em terceiro lugar, o Reino é algo que está presente entre a humanidade, que deve ser recebido agora. O Reino também é considerado um poder ativo no mundo, presente dentro e entre os indivíduos<sup>76</sup>. Por último, há a representação do Reino como um reinado ou esfera atual em que os homens (humanidade) estão entrando. O Reino é agora!<sup>77</sup> Outra interpretação plausível é entender o Reino de Deus como um modelo, ideal, essencialmente para a sociedade humana. A preocupação central não é a salvação pessoal nem a vida após a morte, mas sim os problemas sociais e, não seria descabido acrescentarmos, políticos. Essa perspectiva defende que a humanidade constrói o Reino de Deus ao trabalhar para manter a ordem social e resolver problemas sociais, raciais, de desigualdade, políticos etc. A responsabilidade da Igreja é construir o Reino de Deus (Ladd, 2008).

---

<sup>74</sup> Cf. Lc 19,12 e 15; Jo 18,36.

<sup>75</sup> Cf. Mc 9,47; 10,23-25; Mt 8,11; Lc 13,28.

<sup>76</sup> Cf. Mc 10,15; Mt 11,1;12,28; Lc 17,21.

<sup>77</sup> Cf. Mt 11,11; Lc 16,16; Mt 21,31; Lc 11,25.

Podemos, também, interpretar a relação da igreja com o Reino de Deus de uma forma similar à anterior. Quer dizer, à medida que a igreja cresce, o Reino de Deus também cresce e se dissemina pelo mundo. Isso ocorre conforme a igreja anuncia o Evangelho para todos os povos. Ladd demonstra que uma interpretação otimista – e analisaremos isso com maior profundidade mais à frente – sustenta que a missão da igreja é converter o mundo para Cristo, tornando assim a Terra o Reino de Deus. O Evangelho não se limita apenas à salvação individual, inclui também a transformação do presente, em todas as áreas da vida, de tal forma que o Reino de Deus seja estabelecido em todo o mundo. O Evangelho pode, assim, salvar tanto o indivíduo quanto a ordem econômica, social e política (Ladd, 2008).

Há tantas interpretações e possibilidades para o Reino de Deus, que surge outra questão: o Reino de Deus está no presente ou no futuro? O entendimento a respeito do Reino de Deus passaria pelo dilema do “já-ainda não”. A percepção desse dilema é um dos principais motivos de discordância entre as diferentes tipologias escatológicas. O Reino de Deus, assim como o Milênio, pode ser tanto o presente – já que o Reino foi manifesto, conforme prometido no Antigo Testamento, por meio de Jesus Cristo – quanto uma projeção futura, que se realizará na era que está por vir. Como salienta Ladd:

O Reino de Deus é a esfera da era vindoura, popularmente chamada de céu; assim, devemos entender as bênçãos de seu reinado (reino) na perfeição de sua plenitude. Mas o Reino está aqui agora. Há uma esfera da bênção espiritual na qual podemos entrar hoje e usufruir em partes, mas em realidade, as bênçãos do Reino de Deus (reinado) (Ladd, 2008, p. 23).

O dilema da temporalidade escatológica, que se manifesta tanto no fenômeno do Reino de Deus quanto no do Milênio, viabiliza a existência de uma pluralidade temporal na escatologia, no que se refere às dimensões de passado, presente e futuro, isto é, na tensão desenvolvida entre o “já-ainda não” ou, ainda, entre “esta era” e a “era por vir”.

### 3.2.1 O Dilema da Temporalidade Escatológica

A tensão entre o “já” e o “ainda não” estaria diretamente relacionada à interpretação da escatologia já realizada e à escatologia não realizada. O Novo Testamento, apesar de não explicitar isso diretamente, é um dos pontos de partida para a compreensão do “conturbado” casamento entre o “já-ainda não”, uma vez que este debate está no seu âmago. Essa mensagem, que nem sempre é percebida, é baseada no fato de que o cristão que segue o Novo Testamento está ciente de que o evento escatológico, anunciado no Antigo Testamento, realizou-se com a vinda do rei salvador Jesus Cristo. Por outro lado, ele perceberia que existem outros eventos

apocalípticos que ainda irão suceder (Hoekema, 1974). O Novo Testamento seria tanto o cumprimento quanto a inauguração de eventos.

A ideia de que o futuro pode dar sinais de existência ainda na atualidade estaria presente na escatologia hebreu-judaica do Antigo Testamento. Ou seja, tem um olhar voltado para o futuro, sem deixar de lado o presente. Apesar de as narrativas do Antigo Testamento terem dado sinais de predição, a realização desse futuro só se desenvolveria no Novo Testamento. As profecias que anunciam um novo reino e um novo rei, especialmente nos livros de Daniel e Isaías, só se realizaram na pessoa de Jesus, enquanto personificação do Reino de Deus (Voss, 2018). A discussão entre o “já” e o “ainda não” suscita a questão da separação, ou não, entre o tempo presente e o futuro.

Como mostramos anteriormente, as escolas escatológicas apresentam diferentes perspectivas sobre os eventos, inclusive no que diz respeito à temporalidade. Alguns sustentam que a escatologia, o Reino de Deus e o *eschaton* são revelações que já se cumpriram, portanto, não há nada a ser esperado. Em contrapartida, outros dão ênfase à perspectiva futura do Reino de Deus e da “era por vir”; a essência está no futuro, e não no presente. Há, ainda, um terceiro grupo, que sustenta a ideia de que o “já” e o “ainda não” podem ocorrer simultaneamente, a fim de criar uma tensão entre o “já” cumprimento das profecias do Antigo Testamento e o “ainda não” consumado da plenitude do *grand finale* prometido no Novo Testamento.

Essa tensão entre “já-ainda não” originou outra questão: o “já-agora-ainda não”. A interpretação do Reino de Deus pode ser dividida em diferentes interpretações. Conforme Ladd (2008), essas interpretações dão origem a um fenômeno tríplice. Em primeiro lugar, o Reino de Deus existe como um governo (reinado de Deus). Segundo, o Reino de Deus é atual e pode ser experimentado para que se possa desfrutar das bênçãos nele. Terceiro, o Reino de Deus ainda não chegou, virá apenas com o retorno de Jesus, quando finalmente será possível viver plenamente sob o seu governo. Essas perspectivas temporais suscitam outro debate entre a “era presente” e a “era futura”. George Ladd (2008) sustenta que, na linguagem religiosa comum, a simbologia da terra e do céu está geralmente relacionada à vida atual (terra) e à vida futura (céu).

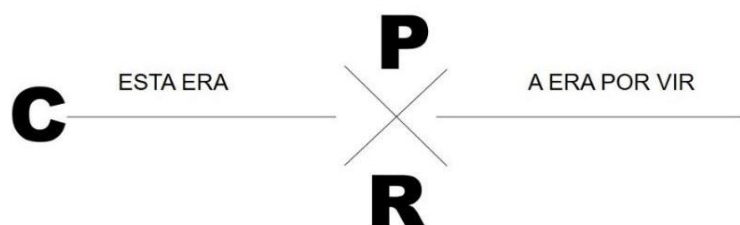
Uma das questões que Ladd levanta é quanto à tradução de duas palavras do Novo Testamento que, por vezes, são vertidas apenas como “mundo”: *kosmo e aion*. *Kosmo* é o mundo compreendido como “a soma e o total de tudo que constitui o universo ordenado” (*ibidem*, p.27). *Aion* derivará a palavra *éon*, que poderia ser traduzida por “era”. Portanto, o termo *éon* no Novo Testamento se relacionaria com o propósito redentor de Deus, que estaria fundamentado em duas eras: “esta era” e a “era por vir”. Portanto, o autor sustenta que os relatos

bíblicos não estão tratando de dois mundos, mas sim de duas épocas.

Como salienta o evangelho de Mateus 12:32: “Se alguém disser uma palavra contra o Filho do Homem, ser-lhe-á perdoado, mas se alguém disser contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem *nesta era*, nem *na era que há de vir*” (grifos nossos). Apesar de sermos induzidos a concluir que “esta era” se refere ao presente e a “era por vir”, ao futuro, o debate está longe de encontrar um consenso. Isso acontece, principalmente, porque a tensão entre o presente e o futuro envolve a percepção de como será o Reino de Deus e do Milênio. Ladd (2008) apresentou três formas de ver essas eras.

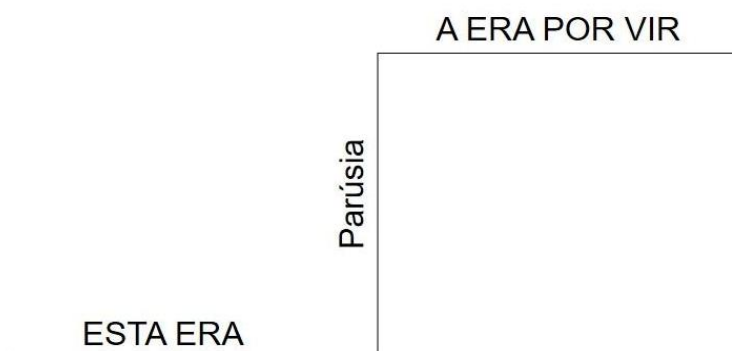
A primeira seria composta por uma estrutura básica que apontaria para o “conflito das eras”. Conforme demonstrado na Figura 1, a denominada “esta era” e a “era por vir” estão em um único nível. “Esta era” teve início com a criação (**C**); a segunda a vinda de Cristo, chamada Parusia (**P**), e a ressurreição dos mortos (**R**) determinarão o seu fim, quando será iniciada a “era por vir”, que será sem fim, isto é, eterna. Tanto o Novo Testamento quanto o judaísmo contemporâneo concordam com essa percepção. “Esta era” seria dominada pela maldade e pela perversidade, ao passo que a “era por vir” seria o Reino de Deus (Ladd, 2008).

**Figura 1** – O Conflito das Eras



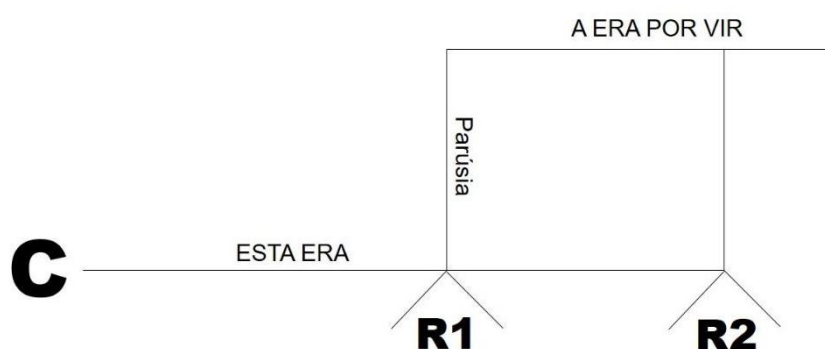
**Fonte:** Ladd (2008, p. 29)

Na segunda possibilidade (Figura 2), “esta era” e a “era por vir” estão em níveis diferentes. De acordo com Ladd (2008), ao concebermos que “esta era” é dominada por Satanás, pela perversidade e que a “era por vir” será a da plenitude do Reino de Deus, percebemos que a “era por vir” está em um nível mais elevado do que “esta era”, embora as duas continuem separadas pela Parusia.

**Figura 2** - A Era por vir acima desta Era

**Fonte:** Ladd (2008, p. 36)

A terceira alternativa acrescentaria uma versão multidimensional mais complexa, uma vez que seria uma combinação das duas formas com a segunda ressurreição e o Milênio. A Figura 3 de Ladd (2008) mostra o início “desta era” a partir da criação. A Parusia e a primeira ressurreição são eventos que, respectivamente, marcam o início da “era por vir” e o início do Milênio para aqueles que não participaram da primeira ressurreição. A segunda ressurreição ocorrerá após o Milênio, enquanto a “era por vir” persistirá para sempre. Ladd argumenta que os eventos terão esse curso, mas isso é bem característico de uma visão pré-milenista.

**Figura 3** - O Milênio e as Ressurreições na separação das Eras

**Fonte:** Ladd (2008, p. 36)

É importante destacar que, na proposta de Ladd, na Figura 3, a Criação (C) é posta no nível “desta era” e não no nível da “era por vir”. Essa situação poderia gerar questionamentos quanto ao fato de que a Criação deveria estar no nível da “era por vir”, por representar a vida no Paraíso, interrompida pela queda. Contudo, o entendimento aqui explicado por Ladd (2008) é que “esta era” iniciou com a Criação e os males que nela existem são resultados da queda. Já

a “era por vir” é compreendida como eternidade, isto é, um tempo que não terá fim. Nesse sentido, embora a Criação possa representar o Paraíso, ela terminou com a queda e está localizada no tempo passado e presente do “esta era”. Já a “era por vir” representa o futuro, o tempo eterno.

A ideia de como os eventos se desenvolvem, da forma como ficou exposta na Figura 3, não é unânime entre todas as tipologias escatológicas, e esse será um dos principais pontos de diferenciação entre os sistemas escatológicos. Embora compartilhem elementos, como o Milênio, as duas ressurreições e o Reino de Deus, as tipologias escatológicas podem ser diferenciadas pelas diferentes percepções dos elementos envolvidos. Entre estes, o que mais nos chama a atenção para essa tese é o Milênio.

### 3.3 O CONCEITO DE MILÊNIO

Já ocorreram diversos debates acadêmicos a respeito do milenismo, também conhecido como milenarismo ou quilianismo<sup>78</sup>. O milenismo pode ser analisado sob dois aspectos. Primeiro, conforme salienta Valle, há um entendimento mais amplo na sociologia da religião, que não segue o marco judaico-cristão e sim a “vivência grupal da pulsão e da certeza escatológica *in actu*” (Valle, 1998, p. 115). Ou, ainda, de acordo com o apontado por Queiroz, “a crença em uma era futura, profana e, sem embargo, sagrada, terrena, mas igualmente celeste. Todos os erros seriam corrigidos (nesta era), todas as injustiças reparadas; as enfermidades e a morte abolidas” (Queiroz *apud* Valle, 1998, p. 115).

O segundo aspecto é analisar o Milênio de maneira mais estrita, tomando o significado literal que é dado pela crença judaico-cristã: “A crença segundo a qual Cristo estabelecerá sobre a terra, após a sua segunda vinda, seu reino de mil anos (o milênio) conforme sua interpretação literal do Apocalipse” (Valle, 1998, p. 115). Mais precisamente, em Apocalipse no capítulo 20:

Ele agarrou o Dragão, que é antiga Serpente – que é o Diabo, Satanás – acorrentou-o por *mil anos* e o atirou dentro do Abismo, fechando-o e lacrando-o com um selo para que não seduzisse mais as nações até que os *mil anos* estivessem terminados. Depois disso, ele deverá ser solto por pouco tempo. Vi então tronos, e aos que neles se sentaram foi dado poder de julgar. Vi também as almas daqueles que foram decapitados por causa do Testemunho de Jesus e da Palavra de Deus, e dos que não tinham adorado a Besta, nem sua imagem, e nem recebido a marca sobre a fronte ou na mão: eles voltaram à vida e reinaram com Cristo durante *mil anos*. Os outros mortos, contudo, não voltaram à vida até o término dos *mil anos*. Esta é a *primeira ressurreição*. Feliz e santa aquele que participar da *primeira ressurreição*! Sobre estes a *segunda morte* não tem poder; eles serão sacerdotes de Deus e de Cristo e com ele reinarão durante *mil anos*. Quando se completarem os *mil anos* Satanás será solto de

<sup>78</sup> Ver nota 67.

sua prisão [...]. (Ap 20,2-7, grifos nossos).

O tema do Milênio, ou seja, dos “mil anos”, é apresentado de forma explícita somente no trecho citado do livro do *Apocalipse*. Seu significado, no entanto, influenciaria as esperanças e o comportamento do fiel no cotidiano, conseqüentemente as perspectivas político-religiosas. Além disso, ele passou a ser um ponto de reflexão para múltiplas crenças, devido ao anseio e expectativa por este evento. Le Goff (1984) salienta que o Milênio teria uma importância dupla, política e religiosa. “Mas não podemos esquecer-nos de que o milenarismo se centra sobre a parte do ‘fim dos tempos’ que precede o fim propriamente dito; o seu programa é quase fatalmente político e religioso e, muitas vezes, confunde estes dois níveis” (Le Goff, 1984, p. 284). Moltmann teria um ponto de vista semelhante a esse ao analisar os símbolos políticos que estão presentes na escatologia.

“Juízo” e “reino” são ideias tomadas do mundo político. A escatologia histórica cujo foco é o “reino eterno” são escatologias explicitamente políticas. Mas as escatologias apocalípticas que se concentram no fim do mundo e no julgamento divino não são menos políticas. Todas as escatologias da história mundial surgiram de experiências e intenções políticas. É verdade que o conceito moderno de história vai além do conceito político: a história é política, mas não apenas política. No entanto, todos os conceitos políticos modernos são conceitos teológicos secularizados, assim como, inversamente, todos os conceitos teológicos da escatologia histórica são conceitos políticos que receberam uma coloração teológica (Moltmann, 2004, p. 151-152).

### 3.4 OS SISTEMAS ESCATOLÓGICOS

Diferentes maneiras de interligar conceitos do mundo político, interpretando o texto de *Apocalipse 20*, fizeram com que a Igreja Cristã desenvolvesse diferentes sistemas para explicar a volta de Cristo, o estabelecimento do seu reino e os eventos finais. São eles: pré-milenista, que se divide em histórico e dispensacionista, depois, pós-milenista e amilenista. Cada um desses sistemas teve, e ainda tem, seguidores no decorrer da história da Igreja. De tempos em tempos, há uma mudança no sistema predominante. A popularidade de uma perspectiva pode aumentar ou diminuir de acordo com o contexto político, social, econômico e eclesiástico vigente.

Ao longo dos séculos, observando a história da Igreja Cristã sem a separação entre católicos e evangélicos, as interpretações escatológicas sempre tiveram seus seguidores e cada perspectiva teve seu momento de auge e queda, embora nenhuma tenha desaparecido completamente. Se voltarmos aos primeiros séculos da era cristã, nos três primeiros, a interpretação dominante era o pré-milenismo. No quarto século, a interpretação amilenista foi adotada. Isso se deu especialmente devido à posição vantajosa que a Igreja conquistou perante

o Imperador Constantino (Clouse, 2021). Como aponta Moltmann (2004, p. 159), “o cumprimento inicial da esperança messiânica no cristianismo foi de natureza política. Como consequência do rumo dos acontecimentos sob Constantino, a velha escatologia mártir apocalíptica foi transformada em uma teologia imperial milenarista”.

A Igreja reinterpretoou o milênio sob seu próprio entendimento, inserindo o reinado milenar de Cristo e sua igreja (indivíduos) como parte da história da Igreja (instituição) na Terra. Constantino foi o “escolhido de Deus que realizaria o divino plano de salvação, que visaria cumprir as promessas e paz no reino messiânico” (Moltmann, 2004, p.161). Apesar de a doutrina ter sido direcionada para a posição amilenista, o pré-milenismo permaneceu existindo em determinados grupos, como descreve Clouse (2021). Aproximadamente no século XVII, a ideia pré-milenista voltou a ser abordada devido a uma reinvenção de seu conceito. Martinho Lutero defendia uma interpretação mais literal das Escrituras, identificando, inclusive, o papado com o Anticristo, tese que ainda é aceita em algumas denominações evangélicas.

Apesar de ter permanecido forte, o pré-milenismo foi perdendo espaço para o pós-milenismo, que se tornou a interpretação escatológica vigente. A ideia de uma cristianização do mundo, a restauração dos judeus, a derrota do Papa, seguida de um período de paz e justiça na Terra e o retorno de Cristo para o juízo final ganharam força ainda no século XVIII (Clouse, 2021). No século XIX, o pós-milenismo teve seu auge, mas foi duramente abalado pelas duas grandes guerras mundiais no século XX. No entanto, isso não seria o bastante para inibir a proliferação de movimentos religiosos que difundiram a ideia de um avivamento na Igreja antes da volta de Cristo (Roldán, 2002).

Não analisaremos todos os detalhes da história da Igreja Cristã nem as doutrinas referentes ao final dos tempos<sup>79</sup>. O que nos interessa mostrar é que, ao longo dos séculos, o domínio de um sistema não se limitou à vontade religiosa da Igreja, mas também abrangeu os interesses políticos e as experiências históricas. Moltmann (2004, p. 160) defende que as “escatologias orientadas para um fim sempre tentaram ordenar a história distinguindo períodos, épocas e tempos. Eles assumiram que o curso da história mundial é articulado de forma unificada”.

A experiência ao longo do século demonstra que a posição escatológica pode ser

---

<sup>79</sup> No livro *The coming of God* (2004), Jurgen Moltmann examina com mais profundidade o tema, o que classifica como “milenarismo político”. Ele descreve alguns estágios da doutrina escatológica da Igreja ao longo da história, como a “virada da perseguição para dominação”, com Constantino, o “Império Santo” e o “milenarismo cristão e a missão violenta”, além de analisar com mais detalhes o caso dos Estados Unidos, como uma “nação redimida”.

influenciada por fatores políticos e de poder vigentes naquele momento da história. No entanto, é possível que, ao mesmo tempo, os fatores políticos sejam influenciados pelas mudanças doutrinárias escatológicas. De acordo com Pérez Guadalupe (2020, p. 37), “à medida em que as igrejas evangélicas assumem mudanças teológicas e de acordo a estas mudanças, mudam também suas atitudes e comportamento em relação ao mundo e à política”.

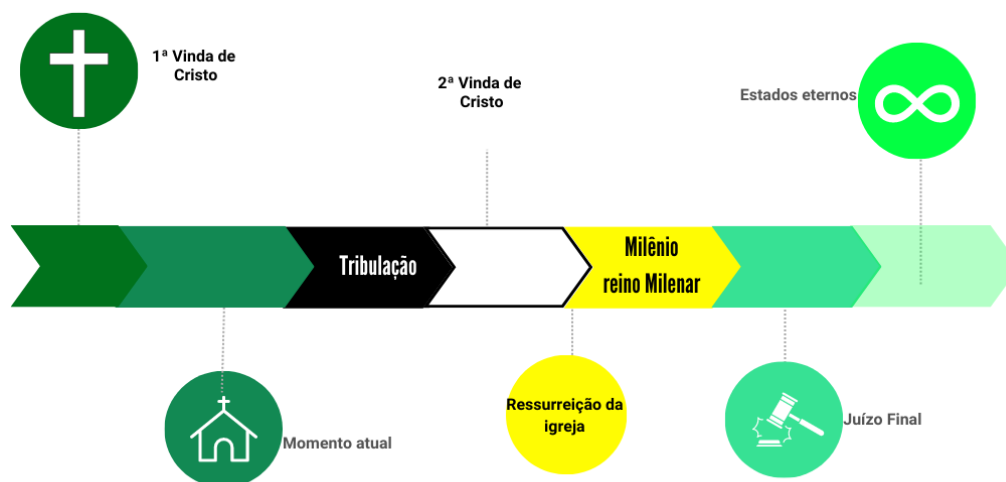
#### 3.4.1 Pré-Milenismo Histórico

O pré-milenismo, na sua vertente denominada histórica, também conhecido como pós-tribulacionista, teria sido o primeiro sistema a surgir e a se tornar predominante por pelo menos os três primeiros séculos da era cristã. Muitos dos primeiros líderes religiosos (católicos), como Papais, Irineu, Tertuliano, Justino Márti, Hipólito e Lactâncio, teriam sido pré-milenistas. Por volta da década de 70 do século XIX, o pré-milenismo teve um crescimento considerável, o que causou uma maior separação entre a Igreja e o mundo (Mendonça, 1984).

A crença pré-milenista defende uma interpretação literal do texto do *Apocalipse 20*, que descreve que Cristo voltará pela segunda vez (a Parusia), como vencedor para destruir seus adversários (Satanás, o Anticristo e a morte). Isso se dará em duas etapas: na primeira, Satanás, depois de ter enganado muitos por meio do Anticristo, será aprisionado por mil anos. Aqui, os santos fiéis que ainda estão vivos ressuscitarão. Esse grupo será parte do reinado milenar de Cristo na Terra durante mil anos. Na segunda etapa, após os mil anos, Ladd (2021) descreve que Satanás será libertado para ser derrotado novamente na “guerra final do fim dos tempos”. Depois disso, ocorrerá a segunda ressurreição, que será uma espécie de segunda chance para aqueles que não foram arrebatados no Milênio.

Após a segunda vinda, Cristo reinará por mil anos na terra com seus “santos”, libertando e derrotando Satanás de uma vez por todas. Aqueles que não foram ressuscitados da primeira vez terão uma nova oportunidade e serão estabelecidos os estados eternos, chamados “novos céus” e “inferno”, na “era que virá” (Moltmann, 2004). Como podemos compreender pela ilustração que segue.

**Figura 4** - Sistema Pré-milenista histórico ou pós-tribulacionista



**Fonte:** A própria autora

Dessa maneira, para o pré-milenismo histórico, o Milênio e a instauração do reino milenar de Cristo serão eventos subsequentes à tribulação<sup>80</sup>, que será vista e vivenciada pela igreja, e à segunda vinda de Cristo, ocorrendo em vinda gloriosa, futuramente.

### 3.4.2 Pré-Milenismo Dispensacionalista

O pré-milenismo dispensacionalista, ou pré-tribulacionista, é uma das versões mais populares dos quatro sistemas. Suas ideias foram amplamente divulgadas por intermédio da cultura evangélica, especialmente a brasileira. A abordagem dispensacionalista se tornou mais popular na Inglaterra e nos EUA a partir do século XVII, devido à sua “interpretação bíblica anti-modernista e um apocaliticismo fundamentalista” (Moltmann, 1996, p. 158). Os dispensacionalistas acreditam que “o plano salvífico de Deus pode ser percebido a partir de sete dispensações ou períodos atestados bíblicamente, pois a Bíblia é o testemunho divino de uma história sucessiva de salvação” (Moltmann, 1996, p. 158-159). O último ato, a grande revelação de Deus, é o final da história descrita no livro do *Apocalipse* (Moltmann, 1996).

Além das diferenças em relação ao sistema histórico, o sistema dispensacionalista também apresenta a ideia de dispensações e arrebatamento. Por dispensações, entende-se os sete períodos em que a humanidade foi testada quanto à sua obediência a Deus<sup>81</sup>. A primeira

<sup>80</sup> A Tribulação ou Grande Tribulação refere-se, na crença pré-milenista um período que antecederia a Parusia (a volta de Cristo), caracterizados por dificuldades, sofrimentos e catástrofes para a humanidade e para o planeta. Na perspectiva histórica, os crentes veriam esse momento. Contudo, na perspectiva dispensacionalista, os crentes seriam arrebatados secretamente antes desse período de sofrimento, não vivenciando os males pré-Parusia.

<sup>81</sup> Esses sete conjuntos de tempos são: Inocência (Éden); Consciência (queda e dilúvio); Governo Humano (entre Noé e Babel); Promessa (Abraão ao Egito); Lei (Moisés a João Batista); Graça (Cristo até o arrebatamento dos

discussão a respeito do arrebatamento surgiu com John Nelson Darby (1800-1882), provavelmente no século XIX. Ele sustentava que a segunda vinda de Cristo seria dividida em duas etapas e ocorreria antes do milênio. Nesse instante, a igreja será removida antes da Grande Tribulação que causará um grande desastre na Terra. Na segunda etapa, Cristo virá com seus fiéis para estabelecer o seu reinado na Terra (Clouse, 2021).

Além dos livros de Darby, muitos outros dispensacionalistas surgiram e produziram materiais ao longo do tempo, como Dwight Lyman (também denominado D. L. Moody), um conhecido teólogo que produziu uma grande literatura teológica, e Cyrus Ingersoll (ou C. I. Scofield), cuja versão da Bíblia (Bíblia Scofield) ajudou a popularizar a visão dispensacionalista entre os cristãos, especialmente entre alguns evangélicos. De acordo com Clouse (2021), o dispensacionalismo teve uma grande importância nas anotações bíblicas presentes na Bíblia Scofield. Impossível não citar os romances de Tim LaHaye e Jerry B. Jenkins, da série já citada *Left behind*. LaHaye não só teve influência no imaginário apocalíptico cristão como também atuava na política estadunidense como uma figura influente da Direita Cristã norte-americana (Urban, 2006).

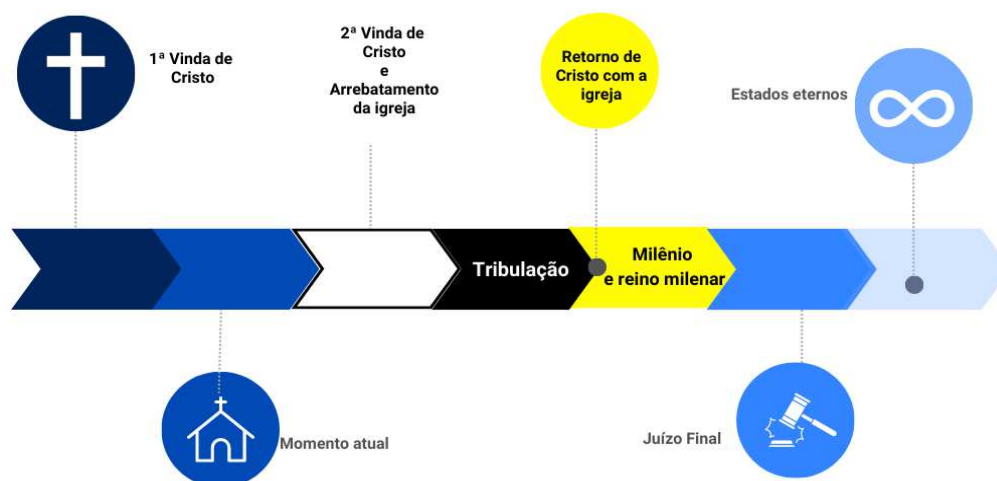
A cultura pré-milenista dispensacionalista teve importantes difusores ao longo das décadas. Isso foi importante para sua popularização e para que se perpetuasse como principal cultura apocalíptica, se podemos assim classificá-la. Apesar de os fiéis não serem familiarizados com o termo pré-milenismo dispensacionalista, uma parcela do grupo evangélico brasileiro ainda associa as ideias do dispensacionalismo às profecias que a Bíblia descreve que acontecerão no apocalipse. Isso ficará mais evidente no quarto capítulo, quando apresentaremos os resultados desta pesquisa sobre os temas ligados aos eventos apocalípticos.

No entanto, ainda pode haver dúvidas quanto à verdadeira diferença entre o sistema histórico e o sistema dispensacionalista. Em suma, a principal diferença está na localização dos elementos: tribulação, igreja (crentes), Milênio e o acréscimo dos fenômenos dispensações e arrebatamento. No sistema histórico, que também pode ser chamado de pós-tribulacional, é defendida a ideia de que os fiéis passarão pela Grande Tribulação, Cristo retornará em sua segunda vinda e aqueles que permanecerem fiéis serão levados por Cristo para viver o reino milenar que será estabelecido na Terra. Após o período de mil anos, haverá a batalha final, seguida pelo juízo final e os estados eternos de céu e inferno (Figura 4).

No sistema dispensacionalista, também denominado de pré-tribulacional, a segunda vinda de Cristo ocorrerá de forma abrupta para os fiéis, após o que se iniciará um longo período

de Tribulação, que será catastrófico para o planeta. Cristo voltará para estabelecer o seu Reino, juntamente com a igreja, na Terra. Aqueles que não estiveram presentes na primeira oportunidade, chamada de primeira ressurreição, terão outra oportunidade, a segunda ressurreição. Somente depois disso haverá o julgamento final e os estados permanentes (Figura 5).

**Figura 5** - Sistema Pré-milenista dispensacionalista ou pré-tribulacionista



**Fonte:** A própria autora

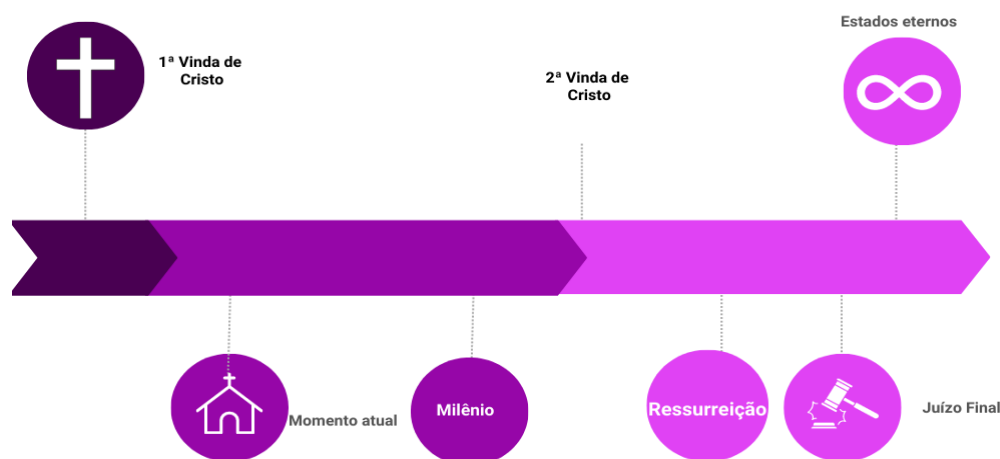
O pré-milenismo era uma reação contra o liberalismo (Mendonça, 1984). A razão para isso é que esse sistema discordava da ideia liberal de que o “Reino de Deus é o produto final de uma cristianização progressiva da sociedade” (Mendonça, 1984, p. 249-238). Segundo o pré-milenismo, o Reino de Deus surgirá por iniciativa divina, não por causa da ação humana; e a responsabilidade da humanidade é estar preparada para a chegada desse Reino. Esse pensamento era importante para contrastar com a ideia de que a humanidade deve “construir” um Reino na Terra, como é difundido pelo sistema pós-milenista.

### 3.4.3 Pós-Milenismo

O pós-milenismo surge paralela e concomitantemente ao pré-milenismo, em suas duas formas. A interpretação pós-milenista é baseada na percepção de que o Reino de Deus está atualmente se expandindo no mundo pela pregação do Evangelho. Dessa maneira, o mundo será cristianizado, haverá um período de calma e justiça, chamado Milênio, e só depois disso Jesus retornará pela segunda vez. O império de mil anos seria parte de uma era histórica que seria vivenciada antes da segunda vinda de Cristo (Boettner, 2021; Moltmann, 2004). Além

disso, no pós-milenismo, os estágios se integram em um. A ressurreição é considerada um único evento, e não em duas fases. O juízo final e o estabelecimento dos estados – céu e inferno – ocorrerão logo após a segunda vinda de Cristo. Na sequência dos eventos, teríamos a seguinte imagem:

**Figura 6 - Sistema Pós-milenista**



**Fonte:** A própria autora

O pós-milenista tem uma compreensão do Milênio distinta daquela que o pré-milenista tem. Para o pós-milenista, o Milênio aguardado é “aura de prosperidade da atual dispensação” (Boettner, 2021, p. 121), ou seja, no atual momento, na era da igreja. Por isso na Figura 6, “Milênio” e “Momento atual” estão localizados dentro do mesmo agrupamento. Enquanto isso, na versão dispensacionalista, o Milênio é a sétima dispensação que ocorrerá no futuro. Apesar de a palavra milênio indicar, de forma automática, um período de mil anos, Boettner diz que ela se refere a uma duração indefinida, que pode ser até maior que os mil anos no sentido literal.

Enquanto o pré-milenismo é pessimista em relação ao *eschaton*, aos últimos dias, que estimula a apatia no envolvimento sociopolítico, o pós-milenismo é o oposto, tendo como foco a mudança que os indivíduos poderão causar na sociedade. A “visão vitoriosa” encoraja as pessoas a serem transformadas para promoverem melhorias políticas, econômicas, sociais e culturais (Boettner, 2021). Uma dessas melhorias é a crença na diminuição do mal e a proliferação dos princípios cristãos como regras sociais, para que Cristo retorne a um mundo “realmente cristão” (Boettner, 2021, p. 122).

O retorno de Cristo estaria sujeito à cristianização, à paz e à diminuição da maldade na sociedade; o mundo seria moral e espiritualmente melhorado. A fé na regeneração da

humanidade, tanto em termos morais quanto espirituais, é um processo longo e demorado, que se estende pelos séculos. Nesse período, houve progresso e prosperidade, mas também houve queda e retrocesso. No entanto, os pós-milenistas afirmam que, nos últimos dois mil anos, desde a primeira vez que Cristo veio à Terra, o saldo foi positivo, com mais conquistas do que derrotas. Apesar de ser assegurado que o pecado não será extinto, a plenitude da perfeição ocorrerá quando o mundo for convertido ao cristianismo, antes do retorno de Cristo. Quando isso ocorrer, os princípios cristãos de comportamento se tornarão, de fato, normas aceitas nos ambientes privado e público (Boettner, 2021).

O estabelecimento do Reino de Deus não será abrupto, selecionando alguns para serem levados em segredo, no arrebatamento, mas sim evolutivo e progressivo, inserindo-se em eventos históricos, sociais e religiosos. O trabalho humano é indispensável para esse processo e acelera o estabelecimento do Reino e o retorno de Cristo. Como aponta Mendonça (1984, p.63): “O Reino de Deus não seria um evento sobrenatural, mas um ápice glorioso da história, mediante os esforços da própria Igreja. O milênio era algo que estava, em boa medida, afeto aos desígnios humanos”. E ainda, nas palavras do autor, “a cristianização da sociedade seria uma preparação para a vinda do Reino de Deus” (Boettner, 2021 p. 55).

Qual é então a diferença entre o pré-milenismo e o pós-milenismo, já que ambos defendem a evangelização da sociedade e o Reino de Deus? A resposta encontra-se na ênfase e nas práticas vividas por cada sistema. De acordo com Mendonça (1984, p. 63), o pós-milenismo ocupa-se com as “mudanças sociais na direção da implantação do Reino de Deus na terra”, enquanto o pré-milenismo se concentra no “discipulado de indivíduos para que o retorno de Cristo se abreviasse” (Mendonça, 1984, p. 63). Apesar de o pré-milenismo ter se focado no discipulado, foi o pós-milenismo que usou a educação como uma ferramenta para a cristianização da sociedade (Mendonça, 1984).

Apesar de as diferenças parecerem insignificantes, o conhecimento desses dois sistemas será relevante para termos uma melhor compreensão do comportamento político-social dos evangélicos estudados nessa pesquisa. Como pontua Moltmann, “a distinção entre o pré-milenarismo e o pós-milenarismo não deve ser subestimada, pois o lugar dado ao presente na história da salvação e na história do mundo depende se alguém vê o reino de Cristo à frente ou se olha para trás.” (Moltmann, 1984, p. 63). Posteriormente, analisaremos como essa interação se dá na prática e os efeitos que ela provoca. No entanto, antes, precisamos explicar o quarto sistema escatológico: o amilenismo.

### 3.4.4 Amilenismo

O sistema amilenista é semelhante ao sistema pós-milenista. Em diálogo com Boettner, Hoekema (2021, p. 155) observa que “há muita coisa em que eles concordam”, especificamente no que diz respeito ao crescimento do Reino de Deus no mundo atual, mediante a difusão do Evangelho, e às pessoas que estão sendo salvas. Concordam também que Cristo voltará pessoalmente e sobre como os eventos finais se desenvolverão. Ou seja, sua vinda será acompanhada dos eventos finais, como a ressurreição dos crentes, o julgamento e a determinação dos estados eternos que ocorrerão simultaneamente. Por fim, concordam que o Milênio não é um prazo estabelecido de mil anos, mas um longo período. A diferença de opinião é justamente quanto à localização do Milênio.

Para compreender o que os amilenistas defendem, precisamos primeiro aprender o significado da palavra amilenismo. De acordo com Moltmann (2004), o amilenismo rejeita a ideia de qualquer Milênio, apesar de, eventualmente, assumir a negação do Milênio futuro, enquanto reconhece que, tanto no passado quanto no presente, há algum milênio. A perspectiva de Moltmann, porém, seria descrita por Hoekema como uma confusão e um engano causados pelo tema.

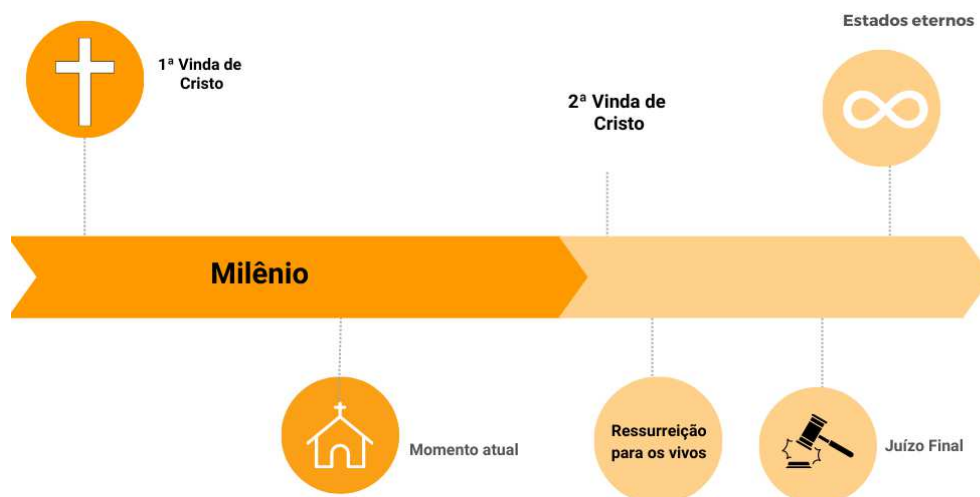
Seria equivocado imaginar que os amilenistas não acreditam em nenhum tipo de milênio ou mesmo que desconhecem os seis primeiros versículos de *Apocalipse 20*. De acordo com Hoekema (2021), essa afirmação seria incorreta, uma vez que, apesar dos amilenistas não acreditarem num reino terrestre literal de mil anos que surgirá após o segundo advento de Cristo, eles defendem a ideia de um milênio. Para ele, o termo mais adequado seria aquele apresentado por Jay E. Adams, que substituiu amilenismo por “milenismo realizado”.

Para os amilenistas, o Milênio, descrito em *Apocalipse 20*, não é algo que acontecerá no futuro, mas está sendo em “processo de realização” (Hoekema, 2021). Hoekema aponta dois fenômenos que são relevantes quando consideramos a dinâmica do amilenismo. Primeiro, acreditam que o Reino de Deus é algo que pertence ao passado e ao futuro. O Reino de Deus foi fundado por Cristo, atua na História e será revelado, plenamente, no futuro. Segundo, o fim dos tempos está próximo, embora ainda venha a ocorrer em algum momento no futuro. O intervalo entre a primeira e a segunda vinda está encurtando. A era atual é o milênio! O milênio descrito na Bíblia é considerado como simbólico.

Os primeiros versos do vigésimo capítulo de *Apocalipse* estão relacionados à era atual da igreja. Os cristãos que hoje estão vivos já estão usufruindo dos benefícios do milênio e os que já morreram já estão vivendo e reinando com Cristo. O amilenismo sustenta que o Milênio

e a narrativa do *Apocalipse* são metáforas, não literais, pois os cristãos já se beneficiam do Milênio. Sendo assim, o Milênio descrito na Bíblia é considerado simbólico! Se considerarmos uma trajetória do pensamento amilenista, teríamos a seguinte imagem:

**Figura 7 - Sistema Amilenista**



**Fonte:** A própria autora

Como é possível observar na figura anterior, não há um Milênio futuro, a “contagem” começou com a primeira vinda de Cristo. O momento atual é a era do Milênio! E por isso eles estão no mesmo plano. Apesar de crerem que os mortos estejam vivendo e reinando com Cristo, em um plano cósmico, os amilenistas também defendem que haverá uma segunda ressurreição para os que ainda estão vivos na Terra. A segunda ressurreição será na segunda vinda de Cristo, com o juízo final e a determinação dos estados eternos de céu e inferno.

O amilenistas se fixariam na posição de equilíbrio entre as quatro correntes, não tendo a mentalidade pessimista dos pré-milenistas ou o otimismo exagerado dos pós-milenistas. Embora acreditem na apostasia e na tribulação final, e que não haverá uma sociedade perfeita nesta era, sua principal crença é a de que Cristo já venceu e está sentado em seu trono. Os amilenistas consideram-se, portanto, “otimistas ponderados ou realistas”, segundo Hoekema (2021).

Neste capítulo, investigamos alguns tópicos da escatologia, como seu significado e sua evolução ao longo do século XX, bem como fenômenos religiosos, como esperança, volta de Cristo, Reino de Deus, Milênio e os sistemas escatológicos. Dedicamos um capítulo à escatologia porque acreditamos que o tema da volta de Jesus é importante para a crença e atuação política evangélica. No entanto, após essa exposição teórica e histórico-conceitual feita nos capítulos dois e três, apresentaremos, no próximo capítulo, os achados das *Enquetes 1 e 2*.

Nesse sentido, observaremos como as interações que foram abordadas até aqui se revelam na prática, ou seja, sob a perspectiva dos(as) participantes das *Enquetes*.

## **CAPÍTULO 4 CONHECENDO OS RESULTADOS DA PESQUISA: CRENÇAS RELIGIOSAS, PRÁTICAS POLÍTICAS E MORALIDADE**

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada em duas fases, nomeadas como *Enquete 1* e *Enquete 2*. O objetivo deste capítulo é expor as respostas e as opções dos participantes, para compreendermos os possíveis impactos da crença cristã na formação política e social dos evangélicos estudados nesta pesquisa. Primeiramente, serão apresentados os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa, tais como tipo de pesquisa, a população da análise, os critérios de inclusão e exclusão, os detalhes da aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, os instrumentos e a explicação da coleta de dados, assim como a descrição de como foi realizada a análise dos dados. Em seguida, serão apresentados os dados analisados na pesquisa.

### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para coleta e análise dos dados desta pesquisa, utilizamos técnicas relacionadas à pesquisa qualitativa. Esse tipo de investigação busca a compreensão aprofundada dos significados e características de um determinado fenômeno. De modo a explorar também o universo de crenças, valores e atitudes dos fenômenos, a partir do ponto de vista dos sujeitos estudados. Como descrito por Sampieri e Collado (2014, p. 358), o uso do enfoque qualitativo ocorre “quando o objetivo é examinar a forma em que os indivíduos percebem e experimentam os fenômenos que os rodeiam”. Assim, nesta seção, apresentaremos os procedimentos metodológicos realizados durante a pesquisa.

Uma das características na pesquisa qualitativa é que, segundo Sampieri e Collado (2014), por não se pretender realizar generalizações dos resultados obtidos em uma amostra, torna-se possível selecionar alguns casos para serem analisados intensamente. Dessa forma, esses casos são representativos, não do ponto de vista da estatística, como na pesquisa quantitativa, mas de suas qualidades para a investigação. A amostragem foi constituída por dois grupos. O primeiro grupo inclui aqueles que declararam frequentar regularmente alguma Igreja Evangélica, que nomeamos como “ativos institucionalmente”. O segundo grupo é composto por aqueles que afirmaram já ter participado de alguma Igreja Evangélica, mas que, no momento, não se encontravam filiados a nenhuma dessas instituições, identificados aqui como

“não ativos institucionalmente”<sup>82</sup>.

O processo de seleção da amostra também pode ser observado a partir de características qualitativas. Sampieri e Collado (2014) afirmam que na seleção da amostra desse tipo de investigação, o tamanho da amostra pode ser determinada com base no contexto e necessidades da pesquisa. Com isso, tanto o no que se refere ao tamanho da amostra quanto aos critérios de inclusão e exclusão foram moldados conforme as necessidades que se desenhavam durante a pesquisa. Não estabelecemos um limite máximo de participantes para a pesquisa, o número de participantes atingidos foi definido de acordo com o período estipulado. O período de coleta foi de maio de 2021 a janeiro de 2022 (*Enquete 1*) e de setembro de 2022 a março de 2023 (*Enquete 2*).

Os critérios de inclusão estabelecidos para a pesquisa foram os seguintes: ser maior de 18 anos, ser participante ou já ter participado anteriormente de alguma igreja evangélica e ter residência no Brasil. Com base nesses critérios, foram excluídos os participantes de outras igrejas não consideradas evangélicas, bem como aqueles que indicaram residência no exterior. Na *Enquete 1*, havia uma questão “Você é pastor (a) de alguma igreja ou apenas membro?” e a opção “não desejo responder”. Aqueles(as) que optaram por não desejar responder foram direcionados para o final do questionário e as suas respostas foram excluídas. Além destes, também excluímos aqueles(as) que se declararam pastor(a), uma vez que os questionários já não respondiam mais aos interesses de pesquisa.

O instrumento utilizado para coletar os dados foram questionários abertos e fechados, divididos em duas fases, denominadas *Enquete 1* e *Enquete 2*. Embora, com tais instrumentos, tenha sido possível alcançar um número maior de pessoas, economizar tempo ou mesmo evitar interferências, reconhecemos que esse recurso oferece algumas limitações<sup>83</sup>. No entanto, mesmo assim, tal escolha foi a que melhor se adequou ao momento de formulação da pesquisa.

---

<sup>82</sup> Na *Enquete 2*, ampliamos o grupo amostral, convidando indivíduos que já haviam participado de alguma igreja evangélica. Oferecemos a opção de resposta “no momento, não estou frequentando nenhuma igreja” para sua identificação. Essa modificação foi realizada com o propósito de enriquecer a compreensão dos temas abordados na tese, reconhecendo a importância de compreendermos o posicionamento desse grupo, comumente referido como “desigrejado”. Vale ressaltar que, embora o termo “desigrejado” seja reconhecido, optamos por utilizar “não ativos institucionalmente”, com o objetivo de evitar potenciais estigmatizações. Esses indivíduos podem se considerar evangélicos ou parte de um grupo evangélico mesmo que não estejam ativamente envolvidos com alguma instituição religiosa.

<sup>83</sup> Por exemplo, em questionários fechados, pode haver restrição quanto à possibilidade de outras respostas. Em contrapartida, entrevistas com perguntas em formato aberto podem conceder maior liberdade de respostas e ampliar as possibilidades de compreensão sobre o tema. Além disso, surge a questão da veracidade das respostas fornecidas: será que elas realmente refletiram o que os(as) participantes desejavam ou houve ocultação de informações para evitar constrangimento? Não podemos deixar de considerar o fator compreensão do(as) participantes em relação às perguntas elaboradas.

Para a coleta da amostra da pesquisa foi utilizada a técnica “bola de neve”<sup>84</sup> em ambas as fases das Enquetes. Na *Enquete 1*, utilizou-se exclusivamente a plataforma on-line Google Forms. O contato com os(as) participantes ocorreu por meio de convites enviados em redes sociais (Facebook e Instagram), além do uso de aplicativo de mensagens (WhatsApp).<sup>85</sup> Já na *Enquete 2*, além do Google Forms, também foram aplicados questionários impressos, extraídos da plataforma, que foram posteriormente catalogados no já referido Google Forms. A seleção dos(as) participantes, com base nos critérios pré-estabelecidos, ocorreu após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL)<sup>86</sup>. Em seguida, entramos em contato com a nossa rede pessoal, em busca de possíveis participantes. Além disso, foi solicitado aos participantes que repassassem o formulário para amigos e familiares evangélicos, ampliando, assim, a rede de participantes captados.

Durante o período de coleta da *Enquete 1*, elaboramos um diário de pesquisa com o objetivo de observar os métodos mais eficazes para recrutar participantes, caso fosse necessária uma segunda fase de questionários. Nesse momento da *Enquete 1*, fizemos o envio dos questionários apenas por aplicativos de mensagens e por redes sociais, em mensagens privadas. Observamos que não obtivemos muito sucesso no retorno de mensagens enviadas pelo Facebook Messenger. Por outro lado, o *direct* do *Instagram* se mostrou mais eficaz. Paralelamente, ampliamos o foco de divulgação pelo aplicativo de mensagem WhatsApp.

Para mantermos um controle, e devido às restrições do aplicativo, no que se refere ao (re)compartilhamento de mensagens, iniciamos um “teste” com os contatos de letras A e B no aplicativo e sucessivamente enviamos o questionário para cada um dos demais da minha lista. Utilizamos um texto padrão, no qual nos apresentávamos com nome e filiação institucional, explicávamos nossos objetivos de estudo e convidávamos a pessoa para participar da pesquisa, perguntando, ainda, se o(a) participante poderia compartilhar o questionário com seus contatos. Essa estratégia foi a que trouxe melhores resultados.

No nosso Exame de Qualificação, recebemos novas orientações, o que exigiu uma reestruturação do questionário. Após meses de leituras e esboços, finalizamos uma versão de *Enquete 2*. Com o fim das restrições da pandemia de Covid-19, conseguimos estabelecer um

---

<sup>84</sup> Nesta técnica, os primeiros participantes são agregados a amostra e são perguntados se eles conhecem outras pessoas de seu grupo social que poderiam participar da pesquisa, a fim ampliar as informações a serem obtidas (Sampieri; Collado, 2014).

<sup>85</sup> Durante essa fase da pesquisa, ainda estávamos sob as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, por isso o contato com os participantes foi totalmente on-line.

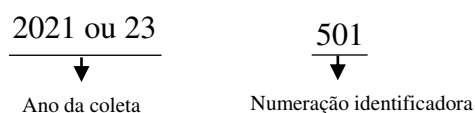
<sup>86</sup> A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) em 18 de março de 2021 e recebeu aprovação do Comitê em 29 de abril de 2021, sendo identificado com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº: 44646521.2.0000.5231. O parecer pode ser encontrado no anexo A.

contato direto com potenciais participantes, para além de utilização dos meios de comunicação on-line. No entanto, no final de setembro de 2022, deparamo-nos com as eleições presidenciais. Notamos certa resistência por parte de alguns possíveis participantes, especialmente nos contatos pessoais. Foi necessário reduzirmos o ritmo da pesquisa e aguardarmos o término do processo eleitoral, retomando nossas investigações em novembro do referido ano.

Em janeiro de 2023, após uma análise inicial dos primeiros resultados obtidos, observamos que o nosso público era formado principalmente por indivíduos com escolaridade de nível superior e pós-graduação. Isso nos levou a concluir pela necessidade de alcançar os demais níveis educacionais. Decidimos, então, lançar o questionário também em formato impresso, coletando as informações manualmente e registrando-as no Google Forms. A abordagem dos(as) participantes seguiu o mesmo método on-line: começamos pela nossa rede de contatos pessoais e solicitamos que esses(as) participantes indicassem outros participantes. Com essa estratégia, notamos a participação de indivíduos de outros níveis educacionais e rendas salariais.

Periodicamente, os dados eram baixados da plataforma Google Forms para um computador, a fim de evitar qualquer perda. Após o término da coleta e o salvamento das últimas amostras, os dados, que já estavam separados no Excel, foram limpos, organizados e analisados. Para esse processo, utilizamos o software Rstudio, versão - 4.2.1 (2022-06-23 ucr) - "*Funny-Looking Kid*". Durante a análise, utilizamos especialmente os pacotes, "*tidyverse*", "*dplyr*", "*esquise*" para confecção dos gráficos.

Iniciamos pela exclusão dos casos que não se enquadravam nos critérios pré-estabelecidos. Em seguida, a organização das *Enquetes* ocorreu em duas etapas. Na primeira, cada caso foi catalogado com uma numeração chamada de "código de identificação". Esse código é importante, especialmente para a identificação dos casos em que utilizaremos as respostas dos participantes de forma direta. O código era formado pelo ano da coleta, seguido por uma numeração iniciada em 501. Por exemplo:



A segunda etapa da organização consistiu em padronizar as perguntas e respostas utilizando códigos ou siglas, visando facilitar a análise e, inclusive, a descrição dos resultados. Na *Enquete 2*, as afirmativas 15 a 27 foram abreviadas como Frase Temática (FT). As perguntas 30 a 32 foram abreviadas como Pergunta Escatológica (PE) 1, 2 e 3. Já as respostas foram

representadas pelas siglas correspondente ao tipo escatológico que a representava: premilhis (pré-milenismo histórico), premildis (pré-milenismo dispensacionalista), posmil (pós-milenismo). Todas as opções teológicas das perguntas 33 a 34 também foram transformadas em siglas. Além disso, a padronização das informações socioeconômicas possibilitou a fusão das *Enquetes*.

Como mencionado previamente, a pesquisa consistiu em dois questionários aplicados em duas etapas distintas. Ambos os questionários continham perguntas destinadas a descrever o perfil socioeconômico dos participantes. Essas perguntas permaneceram inalteradas em ambos os questionários, exceto por algumas opções adicionadas no segundo questionário, como será destacado na apresentação. Além disso, houve uma modificação na ordem das perguntas da seção socioeconômica no *Enquete 2*, porém isso não afetou a apresentação dos resultados, como se pode conferir nos questionários completos nos apêndices A e B.

Após a conclusão da organização, dividimos a análise em três tópicos gerais: perfil sociodemográfico e religioso dos participantes. Crenças em foco: revelações da pesquisa. E, Tendências Emergentes nas *Enquetes 1 e 2*: crenças religiosas, política e comportamento social. Cada um dos blocos foi construído com perguntas referentes as *Enquetes 1 e 2* ou combinando perguntas de ambos os questionários a partir de temáticas similares.

Feita essas apresentações quanto à organização dos procedimentos, a pesquisa obteve 547 participantes nas duas fases, isto é, nas *Enquetes 1 e 2*. Destes, 310 participaram da *Enquete 1* e 237 da *Enquete 2*. Após a aplicação dos primeiros critérios de inclusão e exclusão, 532 amostras foram consideradas válidas e 15 foram excluídas, representando 2,7% do total. Na *Enquete 1*, durante a coleta dos dados, separamos os participantes em membros e pastores. A estes, perguntamos se conheciam e eram adeptos ou não da teologia dos 7 Montes. Nessa organização inicial, observamos que quatro grupos haviam sido formados, apresentando questionários diferentes. Durante a análise dos dados e a organização da investigação, vimos que os objetivos de pesquisa não se encaixavam mais com os grupos dos pastores, por isso, para a análise, decidimos os retirar.

Na *Enquete 2*, os participantes foram questionados se tinham participado da primeira fase da pesquisa. Dos 233 participantes, 46 responderam afirmativamente, enquanto 187 responderam negativamente, indicando que a *Enquete 2* foi a primeira participação deles na pesquisa. Durante a análise, não conseguimos rastrear as respostas desses 46 participantes da *Enquete 1*. Isso ocorreu porque, uma vez que os questionários eram anônimos, não incluímos uma “pergunta-controle” que pudesse ser usada como identificador em ambas as fases.

Devido a isso, na análise e na apresentação dos dados do perfil socioeconômico,

retiramos as 46 amostras que declararam ter participado das duas fases da pesquisa. Essa ação foi necessária para evitar duplicações de resultados. No entanto, como os questionários possuem perguntas diferentes, as 46 amostras retornaram para a análise na *Enquete 2*. Após nova de avaliação de critérios, a amostra geral da pesquisa foi de 445 participantes, dividimos em 258 (*Enquete 1*) e 233 (*Enquete 2*)<sup>87</sup>.

É importante explicar que, em diferentes momentos da apresentação dos resultados, apresentaremos apenas dados de uma *Enquete*. Ou seja, a depender do tópico, será apresentado apenas dados da *Enquete 1* e, em outros momentos, apenas dados da *Enquete 2*. Para que não haja dúvidas, sempre indicaremos a qual *Enquete* estamos nos referindo.

#### 4.2 O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES

Nesta seção, descreveremos os perfis socioeconômicos e religioso dos participantes das duas fases da pesquisa. Para elaborar esse tópico, agregamos as duas *Enquetes*, uma vez que, no que se referia aos aspectos socioeconômicos, ambas as fases tinham as mesmas perguntas. No entanto, em relação ao perfil religioso, as perguntas foram diferentes em ambas as fases. Assim, apresentaremos as nuances de cada uma, o que nos permitirá ter uma compreensão mais abrangente do perfil dos participantes. Dessa forma, podemos analisar a composição sociodemográfica dos participantes da pesquisa, levando em consideração idade, gênero, renda mensal, escolaridade e localização geográfica.

No item atinente a idade, é importante ressaltar que, nas *Enquetes 1 e 2*, foram apresentadas faixas etárias distintas. Durante a reelaboração da *Enquete 2*, os grupos foram reagrupados para tentarmos melhorar a classificação das gerações. Não houve uma razão específica para essa mudança, mas ela se mostrou necessária para uma análise mais aprimorada dos resultados. Observou-se que a faixa etária mais expressiva da pesquisa é a 35 a 44 anos, com 120 respondentes nas duas *Enquetes* (58 na *Enquete 1* e 50 na *Enquete 2*), representando 24,3% do total. Quando analisamos de forma específica os questionários, a *Enquete 1* alcançou mais participantes na faixa 50+, com 70 participantes. A *Enquete 2* teve mais participantes nas faixas de 45-59 (56 participantes) e 35-44 (50 participantes).

Quanto ao sexo/gênero, a maioria dos participantes foi de mulheres, representando 63,4%. Na *Enquete 1*, essa questão não foi formatada no Google Forms como “obrigatória”,<sup>88</sup>

---

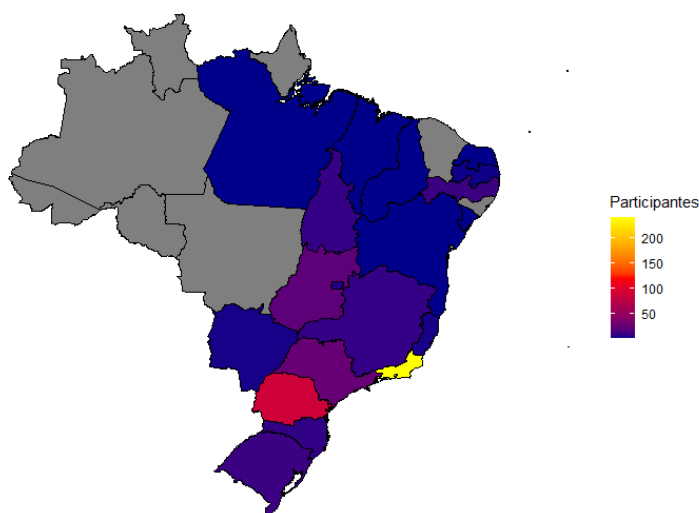
<sup>87</sup> Na *Enquete 2*, devido a necessidade de exclusão das 46 amostras, no perfil socioeconômico, a amostra possui 187 participantes.

<sup>88</sup> Essa não obrigatoriedade da questão na *Enquete 1* não foi motivada por decisão metodológica. Tal situação só foi percebida durante a análise dos dados.

o que permitia ao participante não a responder. Assim, observamos que houve duas respostas ausentes. No entanto, não sabemos se essa ausência foi resultado de um lapso no preenchimento ou se o(a) participante não se identificou com alguma das opções. Já os participantes do sexo masculino representavam 36,2%.

A renda mensal dos participantes da pesquisa foi fracionada nas opções de 2 a 4 salários, 0 a 2 salários, e 4 a 10 salários.<sup>89</sup> A representação foi de 33,9%, 30% e 24,3%, respectivamente. A faixa de renda de 10 a 20 salários representou 9% e obteve baixa representação em ambas as fases da pesquisa. Aqueles participantes que possuíam faixa salarial acima de 20 salários mínimos foi de 1,3%. Por fim, 5 participantes optaram por não responder a essa questão. Na categoria de escolaridade, o maior grupo está concentrado entre participantes com pós-graduação (36,9%) e ensino superior (35,3%), representando juntos 72,2% dos participantes. Os níveis “ensino médio” e “ensino fundamental” tiveram, respectivamente, 23,1% e 4,7% de representação. No que se refere a localização geográfica, os participantes se dividiram da seguinte forma:

**Figura 8:** Distribuição dos participantes por estados no Brasil



**Fonte:** A própria autora

O total de participantes da *Enquete 1* variou entre 0 e 105, enquanto, na *Enquete 2*, variou de 0 a 137, com porcentagens que variaram de 0,2% a 55%, como é possível observar na Figura 8. A representação percentual dos participantes por região do Brasil ficou da seguinte forma: 63,5% no Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) e 23,9% no Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Os dados mostram que, majoritariamente,

<sup>89</sup> É importante explicar que nas enquetes não inquirimos se a faixa de renda representava ou não renda familiar do participante, apenas sobre a renda mensal dele(a).

os participantes se concentram nas regiões Sudeste e Sul, com 87,4%. Além disso, Rio de Janeiro e Paraná são os estados com maior número de participantes, representando, juntos, 75% do total. No mais, as representações foram de 6,6% no Centro-Oeste (DF, Goiás, Mato Grosso do Sul), 3,8% no Nordeste (Bahia, Maranhão, Paraíba Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí) e 1,8% no Norte (Amazonas, Tocantins e Pará). Assim, embora com baixa representatividade, observamos a participação de indivíduos de diversos estados do Brasil, abrangendo todas as cinco regiões do país.

#### 4.3 PERFIL RELIGIOSO DOS PARTICIPANTES

No que se refere à composição religiosa, estruturamos, nos dois questionários, perguntas que envolviam filiação institucional e denominacional, e frequência semanal<sup>90</sup> na igreja. Além disso, perguntamos sobre a autoclassificação religiosa dos participantes, que se descreveram como evangélicos, protestante, discípulo de Jesus ou outra caracterização.

Nos dois questionários, a pesquisa obteve participantes de 74 denominações. Na *Enquete 2*, os participantes foram questionados sobre qual tipologia definiriam para as suas igrejas. Entre as opções fornecidas, constatou-se que 50,6% participantes classificaram suas igrejas como “tradicional/histórica”, 29,6% participantes classificaram-nas como “pentecostal”, 3,8% como “neopentecostal”, 3,4% escolheram a opção “outros” e 12,4% não responderam. Chama a atenção a ocorrência de alguns participantes oriundos de denominações conhecidas, por pertencerem a uma tipologia sociológica específica e classificarem as suas igrejas de formas diferentes. Por exemplo, cinco metodistas classificaram suas igrejas como “pentecostal” ou “neopentecostal” e três participantes da Assembleia de Deus a classificou como “tradicional/histórica”.

No que se refere ao tempo de participação, questão que estava apenas na *Enquete 1*, a maioria dos 258 participantes (69,4%) possuía mais de 10 anos de participação em alguma igreja evangélica. Já os participantes com menos de 5 anos, nas faixas de 0 a 1 (1,9%), 1 a 2 (4,3%) e 3 a 5 (13,6%), compuseram juntos 19,8%. Assim, aqueles que, na época, participavam há pelo menos 5 anos da sua igreja, foram de 10,9% (5 a 10) e de 80% (mais de 10 anos).

Quanto à frequência semanal dos participantes em suas respectivas igrejas, questão

---

<sup>90</sup> A utilização da frequência semanal enquanto uma categoria de análise baseia-se na pressuposição de que o envolvimento frequente dos indivíduos pode contribuir para seu aprofundamento e engajamento na fé e nas atitudes sociopolíticas, relacionando-as com as crenças. Ou seja, indivíduos que frequentam a Igreja mais vezes por semana tenderiam a incorporar mais elementos da crença nas suas visões sociopolíticas do que aqueles que frequentam menos vezes que não estão ativos institucionalmente. Além disso, mesmo dentro deste último grupo, os “não ativos institucionalmente”, seria possível encontrar a integração das crenças cristãs nas visões sociopolíticas.

presente na *Enquete 2*, não perguntamos quais cultos os participantes frequentavam. No entanto, observamos que os resultados se dividiram em 1, 2 ou 3 vezes por semana e “não estou frequentando nenhuma igreja, no momento”. Entre os 233 participantes,<sup>91</sup> aqueles que frequentam uma igreja ao menos 2 vezes por semana representaram 35%, já os que frequentam 3 vezes ou mais, somaram 30%, e os que frequentam apenas 1 vez por semana foram 25%. Já os que não estavam frequentando nenhuma igreja no momento eram 10% da amostra.

A caracterização religiosa é uma questão que estava presente nas duas *Enquetes*, na pergunta sobre a autoclassificação religiosa do participante. A diferença é que na *Enquete 2*, além das três opções apresentadas na *Enquete 1*, concedemos aos participantes a alternativa “outro”. Caso nenhuma das descrições fornecidas os contemplasse, eles poderia escolher uma definição alternativa. No entanto, para a análise dos dados, utilizaremos apenas os resultados oriundos da *Enquete 2*.<sup>92</sup> Desse modo, 94 participantes (40,3%) se autoclassificaram como “evangélicos”, 79 participantes (33,9%) se identificaram como “discípulos de Jesus” e 46 participantes (19,7%), como protestantes. A opção “outros” foi escolhida por 14 participantes, ou seja, 6,1%. Entre as respostas, encontramos as seguintes classificações: “cristã”, “cristão metodista”, “filhos de Cristo” e resposta ausente.

Para uma melhor compressão dessas categorias, questionamos os participantes sobre a descrição que davam à opção escolhida em relação à sua autoclassificação. Na nossa análise, indagamos: como eles explicam o que são? Para responder a essa pergunta, essa análise se concentrou na descrição de alguns apontamentos feitos pelos participantes, além de algumas de suas respostas.

Observamos que em nenhuma das opções foi majoritária, pelo contrário, os participantes se dividiram pelas opções concedidas. No entanto, os dados apontaram que o termo “evangélico” foi o mais escolhido entre as opções disponíveis. Quanto às justificativas, diversos participantes justificaram sua escolha fazendo referência à sua vivência do Evangelho e dos ensinamentos de Cristo. O participante 23572 afirmou: “me considero evangélico por conta de seguir os ensinamentos de Jesus assim como os discípulos descrevem em seus evangelhos”. Algo semelhante foi descrito pela participante 23502: “Evangélica porque tenho como base da minha fé a Bíblia em especial os evangelhos do novo testamento que fala sobre Jesus o meu Salvador”.

---

<sup>91</sup> Aqui estamos considerando também aqueles(as) que declaram ter participado do *Enquete 1*, uma vez que essa não estava presente na primeira fase não ocorrendo duplicação de resultados.

<sup>92</sup> Devido à questão de duplicação de respostas, observamos que, metodologicamente, seria mais coerente utilizar apenas os dados da *Enquete 2*. Assim, não foi necessário excluirmos as 46 amostras duplicadas. Logo, nossa amostragem, aqui, refere-se a 233 participantes.

O termo também foi relacionado à evangelização e à missão atribuída por Jesus, como evidenciado em algumas justificativas. A participante 23568 afirmou: “Expansão do Evangelho, através da evangelização, levar ao mundo a conhecer a verdade da salvação”. Corroborado pela participante 23578: “Proposta de Jesus ide por tudo mundo e pregai o evangelho”. O participante 23622, por sua vez, disse: “é a nossa missão que Jesus nos confiou: evangelizar, divulgar e proclamar as boas novas da sua palavra”.

A noção de identificação social consolidada entre os praticantes da fé cristã evangélica em relação aos não praticantes também foi uma das explicações dadas pelos participantes. O participante 23637 disse: “entendo como forma de ser chamado quando descrevem o que eu sigo sendo a minha fé”. No entanto, o “evangélico” também foi percebido como uma alternativa ao protestantismo. O participante 23692 afirmou: “protestante me dá a sensação de que estou protestando contra a Igreja Católica até hoje e não é assim seguimos nosso caminho”. Algo semelhante foi descrito pela participante 23698: “acho que define melhor a igreja metodista não deriva das igrejas da reforma”.

Na segunda opção mais escolhida pelos participantes, qual seja, “discípulo de Jesus”, algumas descrições atrelavam a ser um seguidor(a) e imitador(a) de Jesus e daquilo que Ele ensinou. A participante 23565 afirmou: “Discípulo de Jesus, é aquele que busca trilhar os passos que Ele trilhou, sendo seus imitadores. Ou também Cristão, que significa pequeno Cristo”. O participante 23527 respondeu: “apesar de fazer parte de uma denominação evangélica com a qual me identifico o que me define é seguir os ensinamentos de Jesus Cristo e buscar ser como ele”.

Por outro lado, o termo “discípulo de Jesus” também apresentou-se como uma alternativa para religiosidade presente nos termos “evangélico” e “protestante”. O participante 23618, por exemplo, afirmou não seguir uma religião, mas os fundamentos de Cristo: “Eu não sigo a uma religião, eu sigo os fundamentos que Jesus me orientou a seguir”. Ou, como descrito pela participante 23506: “pelo fato de não associar nenhuma instituição”. O participante 23555 também realizou uma associação semelhante, numa busca de afastamento dos termos: “Jesus nos chamou para sermos seus discípulos não evangélico, gospel etc.”

Já o termo “protestante” foi relacionado a raízes históricas e a Martinho Lutero, conforme as respostas de alguns participantes. O participante 23559 afirmou: “protesto as teses de Martinho Lutero”. Algo semelhante foi dito pelo participante 23545: “sigo protesto de Martinho Lutero principalmente agora onde muitos se dizem evangélicos, mas têm pouco de Jesus de Cristo em suas atitudes”. A participante 23558 afirmou: “protestante é alguém que pertence a alguma denominação derivada da reforma protestante e conserva os cinco solas”.

Algo também indicado pela participante 23668: “o termo protestante acarreta uma perspectiva mais histórica e revolucionária quanto aos valores cristãos”.

No entanto, o termo em questão também foi percebido em oposição ao catolicismo, à religiosidade e até mesmo ao evangelicalismo brasileiro, como podemos observar em algumas descrições. Quanto à oposição ao catolicismo, o participante 23710 afirmou: “o protestantismo foi um movimento cristão que surgiu com a reforma protestante por discordar de uma série de ações e doutrinas da Igreja Católica, dentro das subdivisões das igrejas está a metodista, que foi formada a partir da reforma protestante”. Já a participante 23616 declarou: “como eu era católica, protestante, faz mais sentido para mim”.

Quanto à distinção da religiosidade, o participante 23536 afirmou que ser protestante é uma “luta contra o monopólio da religião”. A participante 23525 declarou que o termo quebra “paradigmas e dogmas tradicionais”. Em se tratando da oposição ao perfil do evangelicalismo brasileiro, a participante 23560 descreveu: “o movimento evangélico brasileiro flerta com o fundamentalismo, não me encaixo, sou apenas cristã.” E o participante 23573 afirmou: “não gosto mais de me associar ao termo evangélico, embora não o considere errado”. No entanto, o termo também foi utilizado por um participante oriundo de igreja pentecostal. O participante 23591 disse: “apesar de pertencer a uma igreja pentecostal, me simpatizo e compartilho muito mais com a ideologia protestante histórica, principalmente quando se trata das *solas*”.

Por fim, entre aqueles que escolheram a opção “outros”, observamos que, entre as respostas dos participantes, os termos cristã/cristão foram os mais mencionados. Dentro das justificativas, encontramos duas que englobam questões como a inclusão do termo e a separação em relação à religiosidade. A participante 23501 declarou: “cristã é aquela que se identifica com os preceitos de Cristo sem mediação ou interpretação de líderes religiosos”. Já para o participante 23503, o termo “é simples, bíblico e não exclui irmãos de outras tradições, como os católicos, por exemplo”. Para os demais participantes, o termo foi justificado como sendo designativo das ações de acreditar, imitar, seguir e/ou servir a Cristo.

Para aqueles(as) que não escolheram a definição “evangélico”, perguntamos se, caso o termo não tivesse relação com a política, considerariam a seleção desse termo. Observamos que 38,2% dos participantes afirmaram que não escolheriam o termo, 35,2% afirmaram que sim e 26,4% afirmaram que talvez pudessem considerar a escolha. Embora nenhuma das opções tenha obtido maioria, podemos observar que os participantes se dividiram entre não e sim, levando-nos a refletir sobre a capacidade que o termo “evangélico” possui para unificar o grupo internamente.

A compressão do papel das crenças cristãs, com foco especialmente naquelas

relacionadas aos valores cristãos e ao retorno de Jesus, que aparecem na formação de visões político-sociais, envolve compreender como essas crenças são percebidas por alguns evangélicos. Para atingir esse entendimento, formulamos perguntas que se relacionavam especificamente com termos religiosos, com o objetivo de conhecer como os entrevistados compreendiam algumas das suas crenças.

#### 4.4 CRENÇAS EM FOCO: REVELAÇÕES DA PESQUISA<sup>93</sup>

O processo de compressão do papel das crenças cristãs, com foco especialmente naqueles relacionados aos valores cristãos e ao retorno de Jesus na formação de visões político-sociais, envolve compreender como essas crenças são percebidas pelos evangélicos participantes. Para atingir esse entendimento, nesta seção, apresentaremos os resultados que envolvem diretamente a compreensão dos entrevistados no que se refere a algumas de suas crenças religiosas.

Na *Enquete 1*, nossas preocupações de pesquisa era compreender se a estratégia dos 7 Montes era conhecida entre os entrevistados, a fim de investigar se ela poderia ser um elemento que influenciava preferências. Inicialmente, tínhamos a hipótese de que a estratégia dos 7 Montes era conhecida pelos(as) participantes e que havia um número considerável de adeptos entre os participantes. No entanto, ao questionarmos se eles(as) eram adeptos(as) dessa corrente, 79% dos(as) entrevistados(as) responderam que desconheciam a estratégia dos 7 Montes. Por outro lado, 16% afirmaram não ser adeptos da estratégia, enquanto 5% afirmaram ser adeptos.

Direcionamos, então, a nossa análise para o tempo de participação, buscando observar se ele teria algum impacto nos resultados obtidos. Se considerarmos apenas os participantes que responderam à pergunta acerca do conhecimento sobre a estratégia dos 7 Montes, observamos que, de modo geral, o tempo de participação em alguma Igreja Evangélica não teve influência significativa no conhecimento sobre os 7 Montes. Entre aqueles que afirmaram ter 10 anos ou mais de participação em alguma Igreja Evangélica, 80,4% declaram desconhecer os 7 Montes, enquanto 20% afirmaram ter conhecimento. Destes, 13,9% declararam não ser adeptos do referido mandato e outros 5,5% afirmaram ser. Apesar de a estratégia dos 7 Montes estar em

---

<sup>93</sup> Como apontado em outro momento, como as enquetes possuem questões diferentes, não se fez necessário excluir os participantes que participaram nas duas enquetes. Com isso, usamos a totalidade dos dados da *Enquete 2*. Desse momento em diante, as informações sobre os dados se referirão a *Enquete 1* ou a *Enquete 2*, de modo que os dados não se aplicarão ao total dos 455 participantes, mas sim a um grupo de 258 e 233, respectivamente. É importante ainda salientar que apontaremos sobre qual *enquete* estamos nos referindo para evitar confusões metodológicas.

circulação pelo menos desde a década de 90, o fato de participarem da Igreja Evangélica há pelo menos 10 anos não resultou em um conhecimento mais amplos sobre a estratégia, representando apenas 4,7% dos entrevistados.

Como a estratégia dos 7 Montes não era conhecida entre participantes da pesquisa, inclusive entre aqueles com mais tempo de participação em alguma Igreja Evangélica, ampliamos nossa busca na *Enquete 2* e incluímos outras teologias populares do neopentecostalismo. A parte final do capítulo dois explora algumas teologias que emergiram no contexto do neopentecostalismo e já se difundiram em igrejas não vinculadas a essa corrente. Para verificar a extensão dessa influência e avaliar os possíveis impactos dessas teologias, consultamos os(as) entrevistados(as) sobre seu conhecimento, pelo nome, de algumas delas. Embora reconheçamos a vastidão de teologias e doutrinas existentes no cenário cristão-evangélicos, direcionamos nossa atenção, na *Enquete 2*, para quatro teologias específicas abordadas nesta pesquisa, no Capítulo 2: “Batalha Espiritual”, “Teologia da Prosperidade”, “Teologia do Domínio” e “estratégia dos 7 Montes”.

Das quatro teologias apresentadas, observamos que a Batalha Espiritual é a corrente mais conhecida entre os participantes. Entre os 233 participantes da *Enquete 2*, 202 (86%) apontaram conhecer a Batalha Espiritual.<sup>94</sup> Já a Teologia da Prosperidade foi apontada como conhecida por 187 participantes (80%). A Teologia do Domínio e a estratégia dos 7 Montes foram, respectivamente, apontadas como conhecidas por 49 (21%) e 36 (11%). Aqueles que apontaram conhecer todas as teologias foram 23 participantes (9%), enquanto 9 participantes (4%) afirmaram não conhecer nenhuma das opções apresentadas.

Quando perguntamos aos entrevistados quais das teologias apresentadas influenciavam suas vidas, 57% afirmaram que apenas a Batalha Espiritual exercia influência. Por outro lado, 30% deles declararam que nenhuma das teologias apresentadas teve alguma influência em suas vidas. Para compreender onde se situavam essas interações, separamos esses dados com base na frequência semanal. Entre aqueles(as) que afirmaram que apenas a Batalha Espiritual influenciava a sua vida, 74% frequentavam uma igreja evangélica três vezes por semana ou

---

<sup>94</sup> Para analisar o conhecimento das teologias pelos participantes, adotamos um método que permitiu a escolha de mais de uma opção de resposta. Para tabular os resultados, contabilizamos separadamente cada opção selecionada pelos participantes, mesmo que tenham escolhido mais de uma teologia. O nosso objetivo foi compreender o quão conhecidas as teologias eram pelos participantes. Por exemplo, a Batalha Espiritual foi escolhida como única opção por 32 participantes, no entanto, ela também foi apontada como conhecida junto a outras teologias, como no caso da Teologia da Prosperidade. Desse modo, 116 participantes apontaram conhecer as duas teologias. Assim, ao somar as ocorrências individuais das duas teologias, observamos que pelo menos 148 pessoas indicaram conhecer a Batalha Espiritual, sendo que 116 dessas também apontaram conhecer a Teologia da Prosperidade. Para calcular as porcentagens, dividimos o número total de participantes em cada opção pelo total de participantes (233).

mais. Destaca-se que foi na interação de três vezes por semana que a influência da Batalha Espiritual se consolidou. Nas frequências de um ou duas vezes por semana, a Batalha Espiritual dividiu espaço com a opção “nenhuma”. Notavelmente, na frequência de duas vezes por semana, a influência da Batalha Espiritual é maior do que na frequência de uma vez, sendo, respectivamente, 58% e 47%. Já entre aqueles que não estão frequentando uma igreja no momento, observamos que a resposta “nenhuma influência” representou 58% dos entrevistados(as). Dentro desse grupo, 4,3% afirmaram que a estratégia dos 7 Montes teve influência na sua vida.

Conhecido os termos teológicos que os participantes conhecem e as estratégias que exerceram influência em suas vidas, voltamos nossa atenção para as questões sobre a crença em alguns valores cristãos. Para conhecer os possíveis entendimentos da crença cristã na concepção dos participantes, elaboramos, na *Enquete 1*, questões que dialogavam com a presença da crença em valores cristãos e com a possível necessidade desses valores na política e na cultura.

Perguntamos aos participantes na *Enquete 1*, se eles(as) consideravam que os valores morais da sociedade brasileira estão corrompidos. 64% dos entrevistados(as) afirmaram positivamente que os valores morais da sociedade brasileira estavam corrompidos. 31% afirmaram que alguns valores estavam corrompidos e 5% optaram pela opção “não”, ou seja, disseram que os valores não estavam corrompidos. Para aqueles que responderam “alguns” solicitamos que descrevessem quais seriam esses valores que consideravam corrompidos. Observamos que os participantes não elaboraram frases explicativas, em vez disso, limitaram-se a descrever os valores que consideravam corrompidos.

Para visualizar as repostas, formamos uma nuvem de palavras que mostra ao menos seis palavras com mais menções: “respeito” com 18 menções; “próximo”, com 15 menções; “honestidade”, com 14; “amor” e “família”, com 13 menções cada; e “empatia”, com 9 menções. Como podemos observar a imagem abaixo:





saudável”. Outro posicionamento que se destacou foi da participante 2021589, que afirmou “Orar a Deus e orar pela vida do presidente do país. Pois a bíblia ensina, que devemos orar pelas autoridades do país”.

Já entre o grupo daqueles que se autodeclararam “discípulos de Jesus”, as temáticas “amor ao próximo”, respeito e honestidade também apareceram. No que se refere à família, demonstraram ser contrários à questão de gênero. No entanto, destacam-se ideias como a valorização dos princípios cristãos na sociedade e questões de ética. A participante 2021574 afirmou: “Um deles é ter a Bíblia como um livro de ensino e prática na vida de cada cidadão brasileiro; ela tem muitos ensinamentos para todas as atuações de cada ser humano seja político, familiar, moral, bons costumes e etc.”. A participante 2021623, por sua vez, disse:

Acho muito importante nas escolas ensinassem as crianças a fazer orações todos os dias no início da aula, nem que seja a oração do Pai Nosso, que todos deveriam aprender desde pequenos, agradecer a Deus pela merenda, e também acho que deveria voltar aqueles tempos onde a gente cantava o hino nacional brasileiro, nem que fosse uma vez por semana, em respeito à Pátria.

Para além de indagar acerca dos valores morais ou cristãos, abordamos também o tema política, para compreender se os entrevistados acreditavam que ela era uma esfera que necessitava do estabelecimento dos valores do Reino. Embora tenha sido uma porcentagem menor em comparação com a pergunta anterior, 68% acreditavam que sim, enquanto 30% acreditavam que não. Observa-se que, majoritariamente, os participantes concordam que diversas esferas da sociedade precisam incorporar os valores do reino/cristãos para potencialmente tornarem-se um lugar melhor. Nas respostas justificadas, observamos diversas menções à frase “feliz é a nação cujo Deus é o senhor”. Houve também ideias e afirmações de que a incorporação dos valores do Reino na sociedade traria mais paz, honestidade e prosperidade ao Brasil. O argumento foi que esses valores podem ser usados como base pela sociedade.

Para ilustrar alguns dos posicionamentos dos entrevistados, selecionamos algumas declarações. O participante 2021737 afirmou: “Somos uma nação com fundamentos cristãos historicamente. Cabe a nós influenciarmos com nosso testemunho na fundamentados na bíblia que é a palavra de Deus a nossa nação em todas as esferas”. Algo semelhante foi justificado pelo participante 2021721: “Hoje ouvimos que nosso Estado é laico, entretanto, os valores cristãos não tem relação com a religião a ser seguida, mas sim a pregação de seus princípios, sendo estes comuns entre várias religiões”.

No entanto, também solicitamos justificativas daqueles que escolheram a opção “não”. Observamos entre eles uma defesa mais acentuada da laicidade do Estado e da separação entre

Igreja e Estado. Houve também a percepção de que os chamados “valores do Reino” podem ser excludentes, dependendo de como são mobilizados, e a crença de que esses valores não se misturam com a política. O participante 2021549, de forma resumida, disse: “Não se misturam. O Estado é laico. E não foi especificado qual Deus”. A participante 2021531 fez uma interessante consideração:

Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Mas nós não devemos esperar que a política brasileira represente o que apenas a Igreja pode trazer e posicionar. Esperamos por um governo justo que trabalhe a favor das pessoas e as façam viver de forma digna. A moralidade cristã estará presente na sociedade, que se diz cristã, quando a Igreja se posicionar nisso e representar isso, diferente de cobrar ou exigir isso dos outros.

No entanto, também é interessante notar que alguns participantes, embora tenham escolhido a opção “não”, mobilizaram de alguma forma a presença, ainda que sutil, dos valores do Reino na sociedade, especialmente por meio da atuação dos cristãos. No entanto, isso não seria feito de forma impositiva, mas como parte da pregação do evangelho.

Para o participante 2021684 afirmou: “[...] a política é uma esfera que não precisa de valores que privilegiem um grupo específico de pessoas. Ela tem que pensar no bem da sociedade como um todo, contudo não vejo problema em ter valores cristãos inseridos nesse contexto, desde que os que pensam diferente sejam respeitados”. O participante 2021675 foi mais incisivo em sua justificativa, afirmando: “Valores cristãos são a base da ordem em todo o mundo, presente nas leis dos países. A política precisa de homens e mulheres verdadeiramente voltados para Deus, pessoas corretas para guiar a nação no caminho justo e correto.”

Essas explicações nos auxiliam na obtenção de uma noção mais exata de como os entrevistados, representando uma parcela do grupo evangélico, compreendem e podem articular seu posicionamento político-social com base em suas crenças. A observação de suas respostas nos conduz a diferentes *insights* sobre como a crença pode se revelar em ações práticas.

#### 4.5 “AINDA QUE DEMORE, CREMOS QUE JESUS VOLTARÁ”: A CRENÇA NA VOLTA DE JESUS

Uma importante crença para os evangélicos é a volta de Jesus. A crença em que Jesus retornará para buscar aqueles que acreditam Nele e os levará para viver em um lugar onde não haverá dificuldades e problemas da vida humana é a principal força motivacional do grupo. Na *Enquete 2*,<sup>95</sup> nossos interesses de pesquisa se concentraram em entender essa crença e como ela pode se revelar no comportamento político-social de certo grupo. Afinal, uma vez que se espera

---

<sup>95</sup> Para evitar repetições, é válido explicarmos que, a partir desse momento, referir-nos apenas aos dados do *Survey 2*.

que sairão dessa vida terrena para desfrutarem de uma outra vida, a “vida eterna”, as atitudes e comportamentos no presente podem ser impactado por expectativas futuras, como já discutimos no capítulo anterior.

O primeiro resultado que precisamos conhecer é a consideração sobre se a volta de Jesus está próxima. Assim, perguntamos aos participantes: “Em sua opinião, a volta de Jesus está próxima?”. Os dados revelaram que 78% afirmaram que sim, 17,5% acreditavam que talvez e 3,8% acreditavam que não está próxima. Quando avaliamos o mesmo tópico com base na frequência semanal, entre aqueles que escolheram “sim”, as maiores porcentagens se concentraram entre os indivíduos que frequentavam a igreja ativamente, ou seja, ao menos uma vez por semana. Cerca de 41% dos que disseram “sim” afirmaram frequentar a igreja duas vezes por semana. Aqueles que frequentavam a igreja 3 vezes ou mais por semana foram de 32% e de 23% entre os que a frequentavam uma vez por semana. Os que não estavam frequentando nenhuma igreja evangélica, o percentual foi de 3,8%. Já a opção “talvez” foi preferida por 34% dos que frequentavam uma vez por semana. Além disso, os 31% dos entrevistados que fizeram essa escolha afirmaram não estar frequentando uma igreja evangélica naquele momento. Os que frequentavam uma igreja evangélica 2 ou 3 vezes mais por semana somaram 17% cada. Embora a opção “não” tenha sido a menos escolhida, ela sobressaiu entre aqueles que não estavam frequentando alguma igreja naquele período (44%).

Para conhecermos o entendimento da parcela evangélica estudada sobre o tema da volta de Jesus, perguntamos aos entrevistados o se eles(as) conheciam as quatro tipologias escatológicas: pré-milenismo histórico (premilhis), pré-milenismo dispensacionalista (premidis), pós-milenismo (posmil) e amilenismo (amil). Não fornecemos a eles(as) nenhuma definição, apenas perguntamos se eles(as) já tinham ouvido falar sobre essas tipologias. Observamos que 42% dos participantes desconheciam os nomes apresentados e 27% conheciam todas as opções de vertentes concedidas. Quando analisamos essas interações a partir da frequência na igreja, observamos que a alternativa “todas” aparece com maior intensidade entre os que as frequentam três ou mais vezes (36%). Por outro lado, a opção nenhuma se destaca nas frequências uma vez (43%), duas vezes (43%) e entre aqueles que não frequentam igreja nenhuma (82%). É importante salientar que concedemos a opção “outro” caso algum participante sinalizasse outra tipologia escatológica. No entanto, nesse ponto não obtivemos nenhuma resposta.

O fato dos participantes, e possivelmente outros evangélicos, não estarem familiarizados nominalmente com as abordagens escatológicas não significa que não tenham uma preferência específica, ou ainda algum imaginário quanto ao que acontecerá na volta de Jesus. Foi possível

identificarmos alguns traços consistentes dentro de algumas das crenças acerca do que ocorrerá na segunda vinda de Cristo. Além disso, pudemos observar algumas distinções nos resultados das Perguntas Escatológicas da *Enquete 2*. Em cada uma das três perguntas, oferecemos opções de respostas que possuíam possíveis características teológicas e sociopolíticas atreladas a três das quatro tipologias escatológicas investigadas neste estudo.<sup>96</sup>

Na pergunta escatológica 1 (PE1), indagamos os participantes sobre os eventos relacionados à segunda vinda de Jesus. Em síntese, as opções apresentadas aos participantes abordavam os seguintes temas: a igreja verá e passará a Grande tribulação (premilhis); a igreja será arrebatada antes da Grande tribulação e depois Cristo voltará com ela e estabelecerá seu reino (premildis); e a igreja é um agente na solução dos problemas sociais, o mundo será cristianizado e o período final se dará com a vinda de Cristo, a ressurreição dos mortos, julgamento e estado final (posmil).<sup>97</sup> Observamos que a perspectiva dispensacionalista foi a que obteve maior adesão, com 67% das respostas, seguida da abordagem histórica, com 24%, e da perspectiva pós-milenista, com 9%.

Ao analisarmos os resultados dessa pergunta em comparação com a frequência semanal dos entrevistados em alguma igreja, notamos que, em todas as frequências, incluindo a não frequência na igreja no momento, a maioria das respostas favoreceu a crença no arrebatamento pré-tribulacional. Destaca-se, assim, que, como em outros contextos, os índices de adesão ao dispensacionalismo diminuem à medida que a frequência na igreja diminui. Entre os que disseram frequentá-la três ou mais vezes por semana, a adesão à resposta foi de 76%, diminuindo gradativamente para 66% e 63% nas frequências de duas e uma vez por semana, respectivamente, chegando a 50% entre os que não frequentavam a igreja na época.

Embora, na PE1, tenha havido uma descrição do estabelecimento do Reino de Deus em uma das opções, a Pergunta Escatológica 2 (PE2) concentrou-se em questionar como os participantes compreendiam que o Reino de Deus seria estabelecido na terra. Na primeira opção, premilhis, afirmou-se que o Reino só seria estabelecido após um período de paz e justiça, mas antes do fim do mundo. Na resposta premildis, argumentou-se que esse Reino seria estabelecido na terra depois que Cristo retornasse com sua igreja, conseqüentemente depois da

---

<sup>96</sup> Embora tenhamos perguntado aos entrevistados sobre a nomenclatura do “amilenismo” e explicado sobre ele no capítulo três desta tese, observamos que as características e possíveis descrições poderiam gerar confusões nos participantes, isso devido a algumas semelhanças com o pós-milenismo.

<sup>97</sup> É importante explicarmos que não apresentamos as características do amilenismo em nenhuma das três PEs. Embora, em termos descritivos, possuam diferenças, como as apontadas no nosso capítulo três, ao avaliarmos os atributos da volta de Jesus e as possíveis características do posicionamento político-social, o amilenismo se assemelhou a outras abordagens, como ao pós-milenismo. Por isso, a fim de evitar possíveis confusões para os participantes, decidimos não o acrescentar nas opções. Apenas acrescentando as abordagens mais distintas entre si.

tribulação. Por fim, na posmil, a resposta foi que o Reino é agora, ele já está sendo distribuído na terra por meio do ensino do Evangelho. Nessa questão, vimos que a resposta dispensacionalista teve uma ligeira queda em relação a PE1. Ainda assim, 60,5% dos entrevistados escolheram a resposta premildis, enquanto a resposta posmil foi escolhida por 26,6% dos entrevistados, representando um aumento de 17,6%. Por outro lado, a resposta premilhis teve uma queda de 11,3%, representando, na PE2, apenas 12,8% dos entrevistados.

Ao avaliarmos as distribuições por frequência semanal, notamos um aumento nas respostas pós-milenistas, indicando uma migração do dispensacionalismo para o pós-milenismo. É interessante destacarmos que as frequências “uma vez por semana” e “não frequenta à igreja no momento” mantiveram-se estáveis na opção premildis, com 63,8% e 50%, respectivamente. No entanto, observa-se um aumento nas mesmas frequências na categoria posmil. Esse padrão se repete em todas as quatro frequências avaliadas, evidenciando o crescimento da adesão aos conceitos pós-milenistas em relação ao estabelecimento do Reino de Deus, promovendo uma inversão em relação ao conceito “pré-milenista histórico”.

Na PE3, abordamos possíveis posicionamentos políticos, tendo por base as respostas das três tipologias escatológicas. Na primeira opção, declaramos que os cristãos não se envolviam com questões políticas porque a volta de Jesus estava próxima, e o seu Reino não era desse mundo (premilhis). Na segunda, afirmamos que os cristãos não precisavam se envolver com política, mas entendiam possuírem alguma tarefa na defesa da fé e dos valores cristãos (premildis). Por fim, na terceira, dissemos que os cristãos se envolviam nas questões políticas porque é por meio da sua influência que o Reino de Deus é expandido na terra, e o cristão é um importante agente na redução dos males da terra (posmil).

Diferentemente das outras respostas que envolviam a crença, nessa, curiosamente, os participantes se distribuíram entre pós-milenismo e pré-milenismo dispensacionalista, tendo cada um a porcentagem de 47,6%, enquanto o pré-milenismo histórico obteve 4,7% da aceitação entre os entrevistados. Ao aproximarmos a lente de análise, e observarmos as interações com as frequências semanais, constatamos algumas imagens. Primeiro, a resposta dispensacionalista é maior apenas entre os que disseram ir a alguma igreja duas vezes por semana (56%). Entre aqueles que disseram frequentar uma igreja três vezes ou mais, a resposta pós-milenista se destacou (54%). Enquanto entre os que afirmaram manter uma frequência de apenas uma vez, as respostas pós-milenista e pré-milenista dispensacionalista foram de 48% e 43%, respectivamente. No entanto, chamou a atenção a adesão de 50% ao pós-milenismo e 37,5% ao pré-milenismo dispensacionalista entre os que declararam não ser ativos institucionalmente. Em todas as quatro frequências, a resposta relativa ao pré-milenismo

histórico teve baixa adesão, tendo a seguinte representação: 8,6% (uma vez), 2,4% (duas vezes), 1,5% (três vezes ou mais) e 12,5% (não ativos institucionalmente).

Analisamos as combinações das respostas de cada participantes nas três PEs. Observamos que as três respostas das PE1, 2 e 3 resultaram em 27 combinações distintas, com ocorrências individuais, variando de 1 a 54. Com base nesses resultados, destacamos que a maioria das respostas concentrou-se em quatro combinações principais:

- Disp\_Disp\_Dis – 54 (23.2%);
- Disp\_Disp\_Pos – 48 (20.6 %);
- Disp\_Pos\_Pos – 15 (6.4%);
- Hist\_Disp\_Dis – 14 (6.0%).

Buscamos, também, avaliar os resultados que indicariam o nível de concordância dos participantes ao escolherem combinações exatas nas três respostas. Observamos que a combinação “Dis-Dis-Dis” foi a mais coesa, com 23,2%. A combinação “Pos\_Pos\_Pos” teve 2,6%, enquanto “Hist-Hist-Hist” registrou 0,4%. Nessa análise, acrescentamos também a observação quanto as ocorrências pela autoclassificação denominacional dos participantes, a fim de entendermos se haveria coerência majoritária em alguma denominação. Notamos que, entre os pentecostais, houve maior coerência nas escolhas, 36,2% optando o dispensacionalismo nas três respostas. Já entre os tradicionais/históricos, a escolha dispensacionalista representou 20,3%. Ressalvando as devidas proporcionalidades da amostra, vemos que o pós-milenismo, nas três perguntas, teve maior aceitação entre os neopentecostais, com 22.2%.

A descrição das preferências presentes nas PEs, em especial na PE3, conduziu-nos à segunda parte desta seção, qual seja, a de análise das frases temáticas (FTs) à luz da Escatologia cristã. Para compreendermos as interações, analisamos as FTs a partir de três conjuntos de resultados: geral, frequência semanal e comparando com as respostas da PE3.

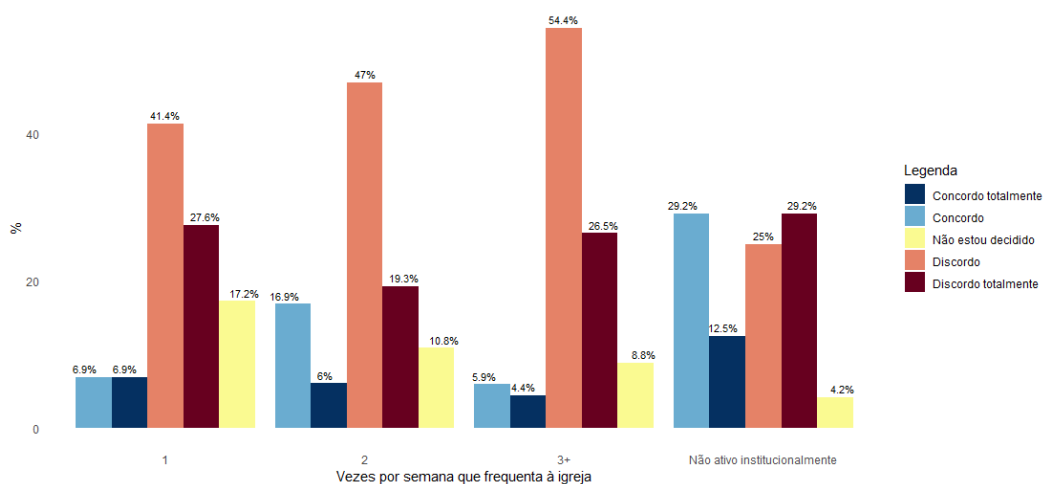
#### 4.5.1 Explorando as Frases Temáticas (FT): uma perspectiva multidimensional

Nesta seção, nosso objetivo é apresentar os dados que incorporam as crenças nas esferas política e social. Para isso, utilizamos como ferramenta metodológica questionários fechados, os quais continham frases combinando elementos políticos com a crença cristã, as chamadas FTs. Buscamos avaliar os níveis de concordância, discordância e até mesmo de indecisão dos entrevistados em relação aos temas abordados. É importante explicarmos que alguns desses temas podem parecer repetitivos, pois foram apresentados diversas vezes em diferentes momentos. No entanto, essas repetições visam averiguar como eles podem ser percebidos por

diferentes grupos e em diferentes prismas de análise. Assim, esta análise está dividida em quatro perspectivas: na primeira, faremos uma análise geral dos resultados das FTs; em seguida, observaremos as interações com a frequência semanal; em terceiro, descreveremos a comparação realizada com as opções de respostas da PE3, caracterizadas por três abordagens escatológicas (pré-milenismo histórico, pré-milenismo dispensacionalista e pós-milenismo); por fim, analisaremos as FTs com base na autodenominação das igrejas escolhidas pelos participantes.

Na FT1, afirmamos: “O crente não se mete em política”. De forma geral, a maioria dos participantes discordou da frase, isto é, 45,4% discordaram totalmente e 24,4% apenas discordaram. As demais opções se distribuíram da seguinte forma: 12,4% concordaram, 11% não estavam decididos e 6,4% concordavam totalmente com a afirmativa. Ao compararmos esses resultados com a análise de frequência, observamos o seguinte cenário: em todos os níveis de frequência, as discordâncias ultrapassaram os 50%, inclusive entre os que disseram não estar frequentando alguma igreja naquele momento. Conforme podemos observar no Gráfico 7 abaixo:

**Gráfico 7: FT1 e Frequência Semanal**



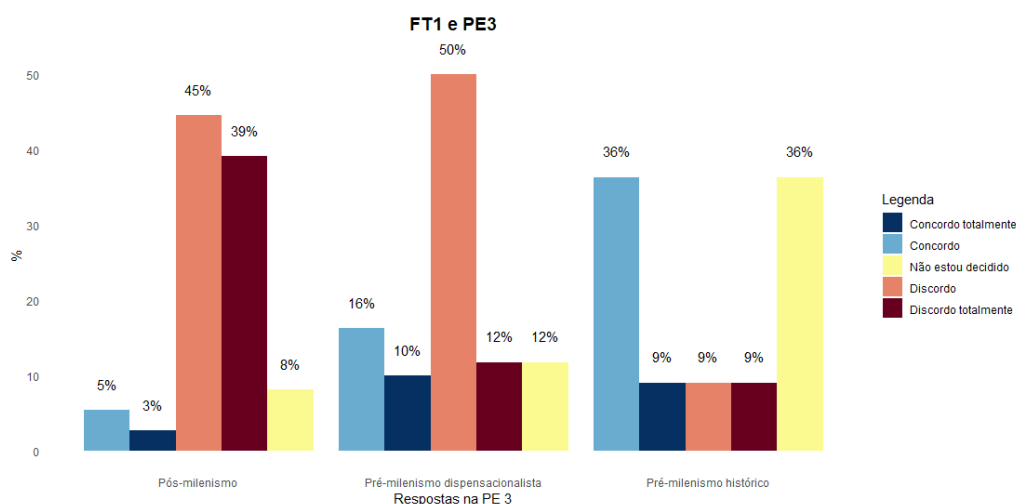
**Fonte:** A própria autora

Dentro desse contexto, podemos fazer algumas observações de resultados. Primeiramente, observamos uma queda na discordância na mesma medida em que a frequência de participação semanal em uma igreja foi menor. Isto é, aqueles que afirmaram frequentar uma igreja mais vezes por semana tenderam a discordar mais da frase. Em segundo lugar, entre os não ativos institucionalmente, algumas situações se destacaram: houve uma maior, embora não majoritária, concordância com a frase, isso se compararmos esse resultado com as concordâncias nas demais frequências. Além disso, as duas discordâncias superaram as

concordâncias dentro desse grupo.

Quando avaliamos a FT1 a partir da perspectiva da PE3, constatamos que houve coerência entre as escolhas da PE3 e os resultados da FT1. No grupo daqueles que optaram pela resposta do pós-milenismo na PE3, 84% discordaram de alguma forma da FT1. Identificamos algo semelhante entre os participantes que escolheram a opção pré-milenismo dispensacionalista, entre os quais a discordância com a frase foi de 62%. Por outro lado, essa FT, que tinha como plano de fundo uma perspectiva pré-milenista histórica, obteve concordância de 45% dos participantes que escolheram essa abordagem escatológica na PE3. No entanto, é importante dizermos que, nesse grupo, a opção “não estou decidido” foi escolhida por 36%, como podemos observar no gráfico abaixo.

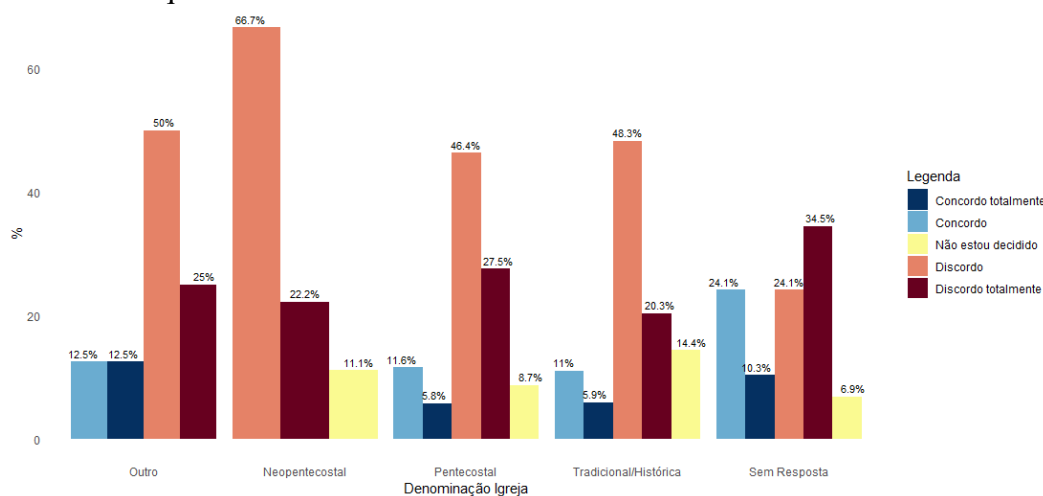
**Gráfico 8 – FT1 a partir da PE3**



**Fonte:** A própria autora

Na análise comparativa das autodenominações de suas igrejas e opções escolhidas na FT1, a seguinte imagem foi observada:

**Gráfico 9:** FT1 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam

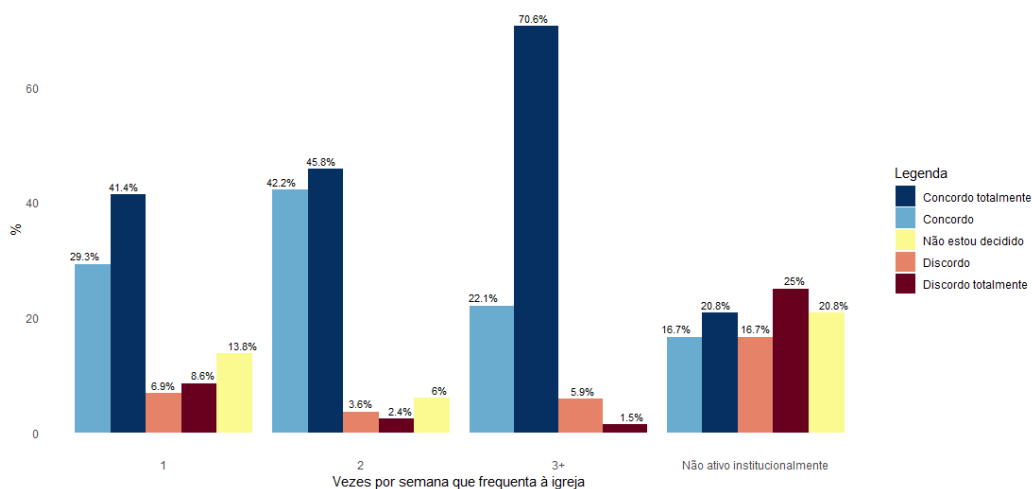


**Fonte:** A própria autora

O Gráfico 9 mostra que as discordâncias foram majoritárias em todos os grupos.<sup>98</sup> Ressalvadas as devidas proporcionalidades, entre aqueles que denominaram suas igrejas como “neopentecostais” foram os que mais discordaram da afirmativa 88,9%. Inclusive, observa-se que, no grupo, não houve concordância com a frase. Entre os pentecostais, as discordâncias foram de 74%. Chama a atenção a alto índice de discordância entre os participantes de igrejas tradicionais/históricas, ou de Missão. Nesse grupo, 68,6% discordaram da frase, enquanto as concordâncias e indecisão tiveram porcentagens aproximadas, respectivamente, 15,9% e 14,4%.

A FT2 afirmava o seguinte: “Somos chamados a ganhar o Brasil para Jesus”. Os resultados gerais de concordância total indicaram que 79% dos participantes concordaram com a frase, sendo que 49,3% concordaram totalmente e 30,4% apenas concordaram. Ao analisarmos esses resultados com os dados de frequência semanal, observamos que todos os grupos tenderam a concordar com a frase, seja totalmente, seja apenas concordância. Entre aqueles que disseram frequentar uma igreja três ou mais vezes por semana, a soma das duas ocorrências de concordância ultrapassou os 90%. Além disso, nesse grupo, não houve ocorrências da opção “não estou decidido”, conforme podemos observar no Gráfico 9 a seguir:

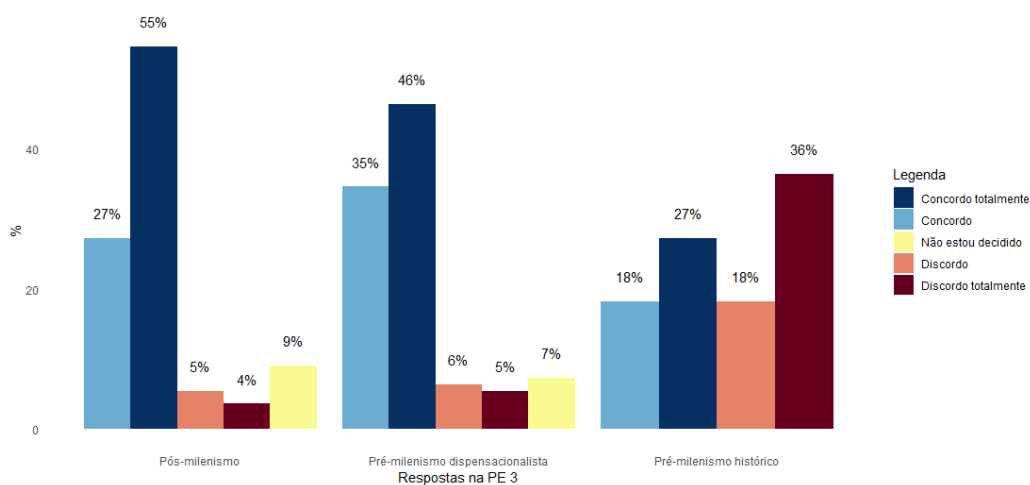
<sup>98</sup> A opção “sem resposta” é composta majoritariamente por participantes que declaram estarem “não ativos institucionalmente”. No entanto, seis participantes que declararam frequentar semanalmente alguma igreja evangélica, inclusive nomeando-as, não indicaram o tipo de denominação que acreditam caracterizar sua igreja. Isso representaria 20% daqueles que não responderam e que estão incluídos no grupo “sem resposta”.

**Gráfico 10: FT2 e Frequência Semanal**

**Fonte:** A própria autora

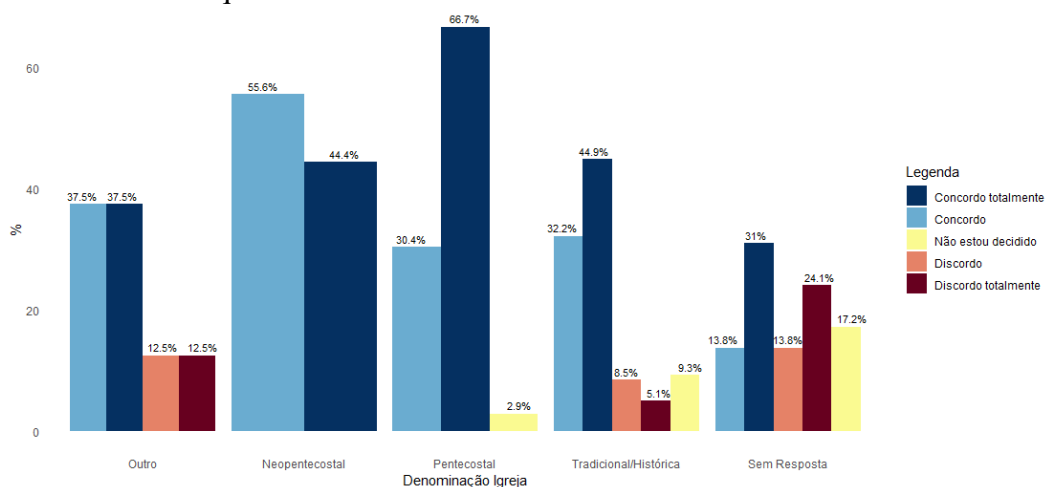
No entanto, observa-se que a concordância diminuiu à medida que a indicação de frequência semanal do participante diminuiu. Com isso, as porcentagens das demais opções aumentaram, especialmente nas respostas de “não estou decidido” e de discordância. Nas frequências de duas vezes por semana, essas opções representaram 6% cada; na frequência de uma vez por semana, ocorreram 13,8% e 15,5%, respectivamente. Por outro lado, entre os não ativos institucionalmente, há uma maior porcentagem de discordância em relação à frase (41,7%). Ao analisarmos as opções individualmente, o “discordo totalmente” obteve 25%, a maior porcentagem das cinco. Enquanto a concordância total com a frase foi de 37,5%.

Quando avaliamos as escolhas realizadas pelos participantes na PE3 e seu posicionamento quanto a FT2, encontramos o cenário “dualístico”. Embora a FT2 tenha como plano de fundo uma noção que possa ser compartilhada pelos comportamentos das três abordagens escatológicas, os resultados colocam o pré-milenismo histórico de um lado e o pós-milenismo e pré-milenismo dispensacionalista do outro. De modo que as discordâncias com a frase são maiores entre os que escolheram o pré-milenismo histórico e as concordâncias são maiores nos outros dois grupos, como podemos observar, na sequência, no Gráfico 11:

**Gráfico 11: FT2 a partir da PE3**

Fonte: A própria autora

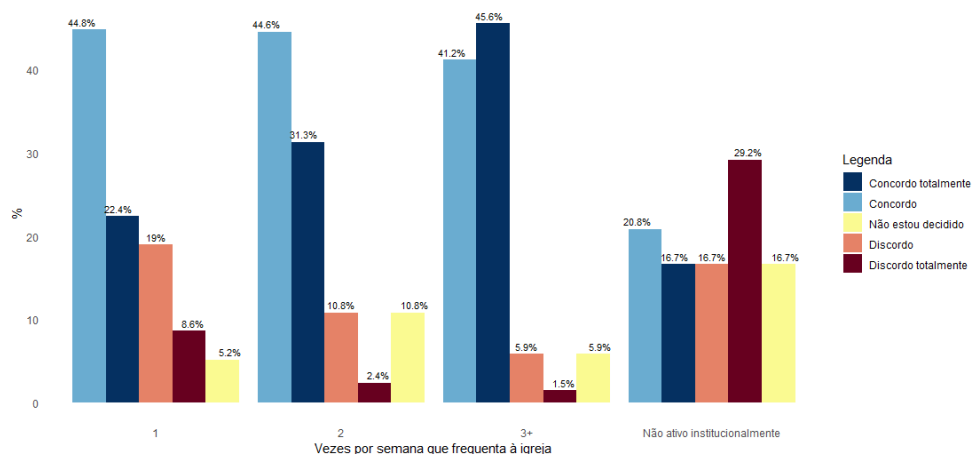
O Gráfico 11 nos mostra algumas interessantes nuances sobre como a noção de “ganhar o Brasil para Jesus” foi mais aceita entre aqueles que escolheram as opções pós-milenista e pré-milenista dispensacionalista. Nas duas categorias, a FT2 recebeu concordância de 82% (pós-milenista) e 81% (pré-milenista dispensacionalista). A diferença entre as duas reside na indecisão: maior entre os pós-milenistas e na discordância, menor entre os pré-milenistas dispensacionalistas. Por outro lado, entre os que escolheram a opção pré-milenista histórica, observa-se que a concordância diminuiu para 45%, a discordância com a frase aumentou para 54% e não houve casos de indecisão. Quando observamos a correlação da FT a partir das denominações declarada pelos participantes, o cenário que se apresenta é o seguinte:

**Gráfico 12: FT2 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam**

Fonte: A própria autora

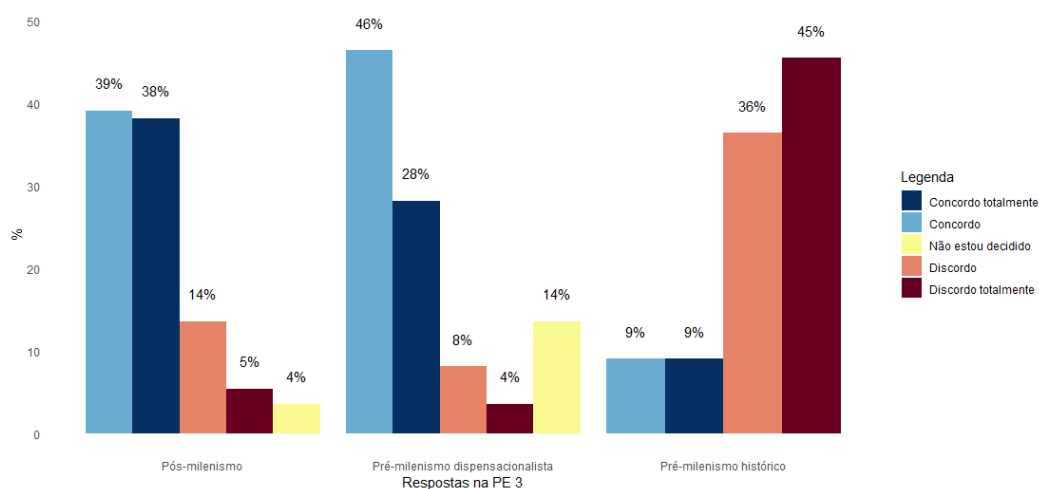
Vemos que, no grupo neopentecostal, todos os participantes concordaram com a frase e, no grupo pentecostal, 97% dos participantes concordaram com a frase, não havendo discordância nos dois grupos. Entre aqueles que escolheram “outra” nomenclatura para denominar a sua igreja, o cenário se revelou similar, com 75% de concordâncias. O cenário se torna interessante quando analisamos o grupo tradicional/histórico, que assemelha sua porcentagem aos grupos pentecostal e neopentecostal. Embora a porcentagem tenha sido ligeiramente menor, observamos que as concordâncias com a FT2 foram de 77,1%. Dentro desse grupo, podemos observar também discordâncias (13,6%) e indecisões (9,6%). Entre aqueles que não responderam sobre a denominação, observamos que não houve opção majoritária: as concordâncias foram de 44,8%, enquanto as discordâncias foram de 37,9%.

Na FT3, afirmamos: “Devemos influenciar as esferas da sociedade para que o mundo seja cristianizado”. Os resultados gerais indicaram que 41,2% concordaram; 31,7% concordaram totalmente; 12% discordaram; 8,5% não estavam decididos; e 6,4% discordaram totalmente. Em relação à frequência semanal, aqueles que disseram frequentar a igreja 3 vezes ou mais por semana aderiram mais à opção “concordo totalmente” (45,6%), embora os resultados de “concordo” tenham sido igualmente altos, atingindo 41,2%. As discordâncias e a indecisão dentro desse grupo foram inferiores a 6% cada. Entre aqueles que declararam frequentar uma igreja duas vezes por semana, a opção “concordo” foi superior à “concordo totalmente”, 44,6% e 31,3%, respectivamente. Os índices de discordâncias foram cerca da 12%, e a indecisão atingiu 10%. No grupo que disse frequentar alguma instituição religiosa uma vez por semana, houve repetição dos dados de concordância (44,8%), contudo, observou-se uma maior diminuição na concordância total (22,4%) e um aumento nas opções de discordância (19%) e discordância total (8,6%). Já entre os não institucionalizados, os índices de discordância foram maior do que nos demais, atingindo 45,9%.

**Gráfico 13: FT3 e frequência semanal**

**Fonte:** A própria autora

Quando avaliamos esses resultados em comparação com a PE3, observamos que a frase, criada tendo como plano de fundo as possíveis características do “pós-milenismo”, foi majoritariamente aceita pelos participantes que escolheram essa opção na PE3 (77%). No entanto, ela também foi aceita de forma majoritária por aqueles que escolheram a opção pré-milenista dispensacionalista na PE3. A diferença entre as duas residiu na indecisão, maior entre os que escolheram o dispensacionalismo e na discordância, ligeiramente maior entre os optantes do pós-milenismo. Por outro lado, entre os que escolheram pré-milenismo histórico na PE3, observamos que a soma das discordâncias foi maior do que as concordâncias nas outras duas abordagens (81%), como podemos visualizar, a seguir, no Gráfico 14.

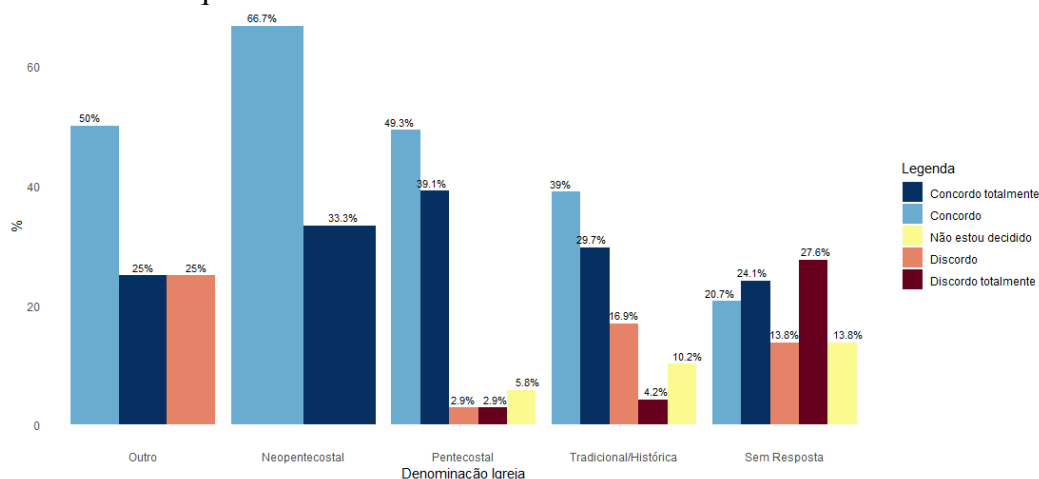
**Gráfico 14: FT3 a partir da PE3**

**Fonte:** A própria autora

Na análise das escolhas feitas sobre a FT3 a partir das denominações, constatamos que houve concordância total com a frase entre os participantes neopentecostais. Quando olhamos

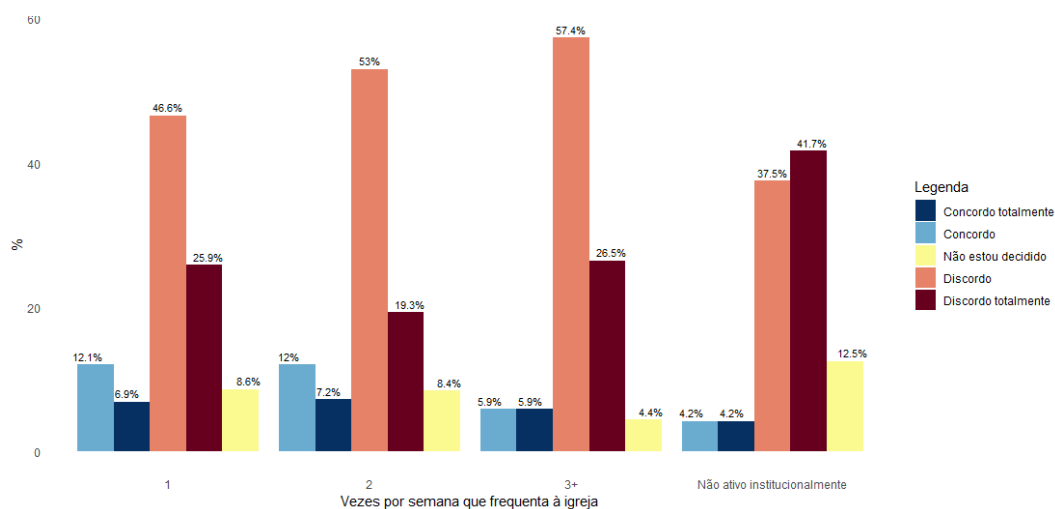
para os pentecostais, observamos que 88,4% concordaram de alguma forma com a FT3, enquanto apenas 5,8% discordaram ou ficaram indecisos. O posicionamento majoritário é constatado também entre os que classificaram com outra denominação as suas igrejas. Embora, entre os tradicionais/históricos, a concordância seja menor do que nas opções já mencionadas, é possível observar que 68,7% optaram por concordar com a frase. Enquanto 21,1% discordou de alguma forma e 10,2% ficou indeciso. O cenário aparenta mudar entre os que não deram resposta à questão. Nenhuma das opções alcançou maioria nas escolhas dos participantes, como revela o Gráfico 15.

**Gráfico 15:** FT3 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam



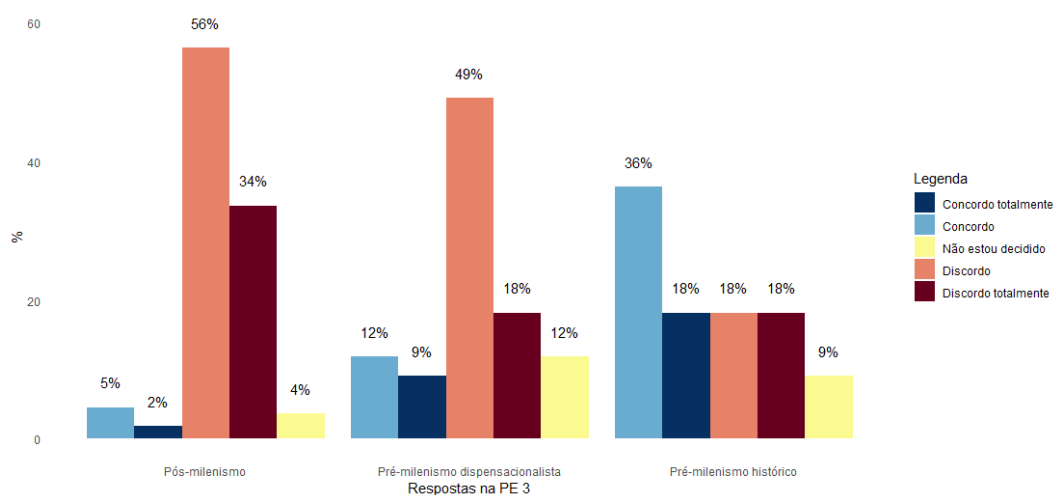
**Fonte:** A própria autora

A FT4 declarava: “Não somos deste mundo, não precisamos nos envolver com questões políticas. Nossa missão é pregar o Evangelho”. Os resultados totais dessa afirmativa concentraram-se na discordância com a frase: 51% dos participantes discordaram e 25,3% discordaram totalmente. Apenas 9,4% concordaram, 7,7% não estavam decididos quanto ao seu posicionamento e 6,4% concordaram com a frase. Os índices de discordância foram majoritários em todas as frequências, inclusive entre os não institucionalizados. Considerando a soma das duas discordâncias, observamos que, na frequência três ou mais vezes por semana, o resultado foi de 83,9%. Entre aqueles que frequentavam uma e duas vezes por semana uma igreja, os índices foram de 72,5% e 72,3%, respectivamente. Mesmo entre os não ativos institucionalmente, os índices de discordância foram altos, atingindo os 79,2%, e as concordâncias foram menores do que entre os que estavam frequentando a igreja regularmente 8,4%, conforme o Gráfico 16.

**Gráfico 16: FT4 e frequência semanal**

**Fonte:** A própria autora

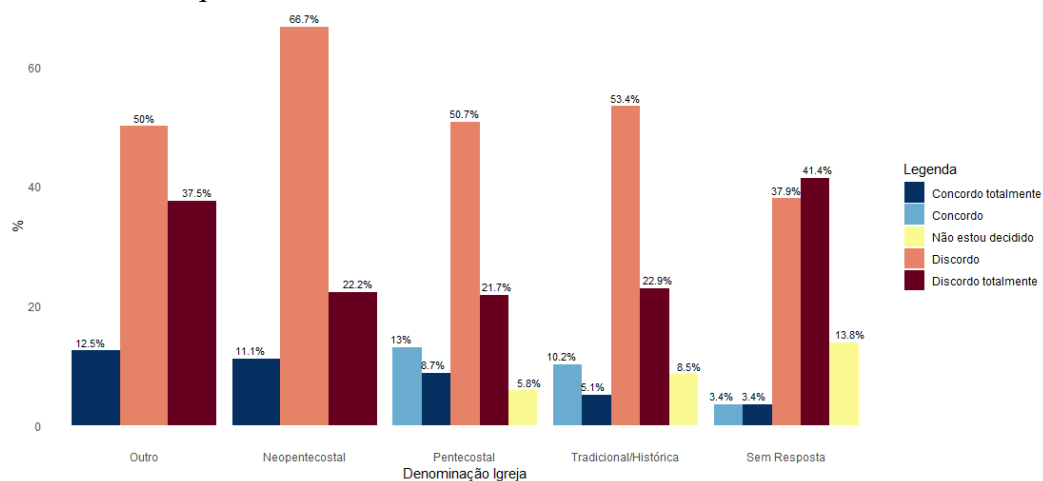
Na correlação realizada a partir da PE3 (Gráfico 17), a frase que tinha como plano de fundo possíveis características do pré-milenismo histórico recebeu concordância de 54% dos participantes que escolheram essa opção na PE3 e discordância majoritária dos participantes que escolheram as opções pós-milenista (90%) e pré-milenista dispensacionalista (67%).

**Gráfico 17: FT4 a partir da PE3**

**Fonte:** A própria autora

Na comparação com as denominações (Gráfico 18), um cenário diferente do anterior surgiu.

**Gráfico 18:** FT4 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam

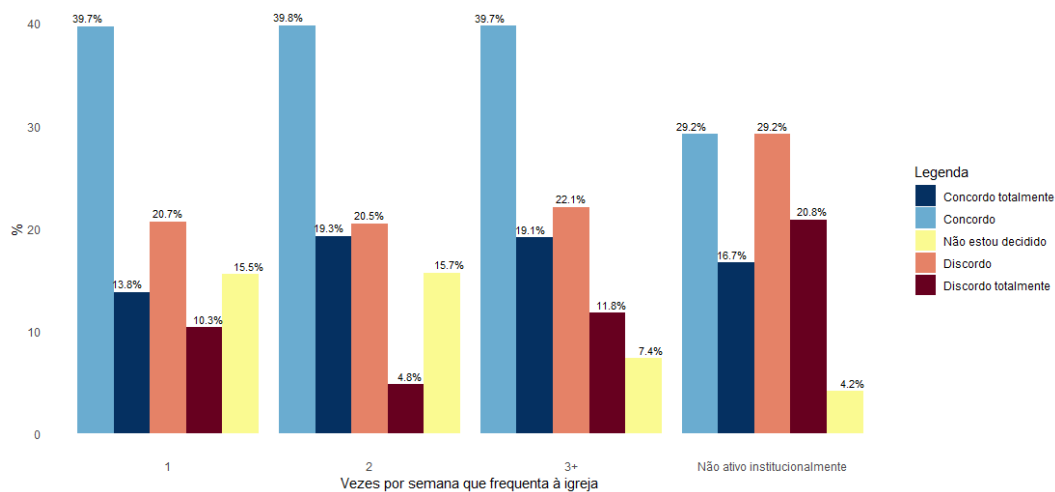


**Fonte:** A própria autora

Se, na comparação a partir da PE3, houve maioria na concordância com FT dentro de um grupo, na correlação realizada entre as denominações, esse cenário não apareceu (Gráfico 18). Em todos os quatro grupos, a maioria dos participantes discordaram da frase. Quando olhamos para os pentecostais e tradicionais/históricos, observamos que, entre estes, 76,3% discordaram, enquanto, entre aqueles, 72,4% discordaram. O cenário da “discordância majoritária” se repete inclusive entre os que não apresentaram resposta, tal como nos dados entre os “não ativos institucionalmente” do Gráfico 16.

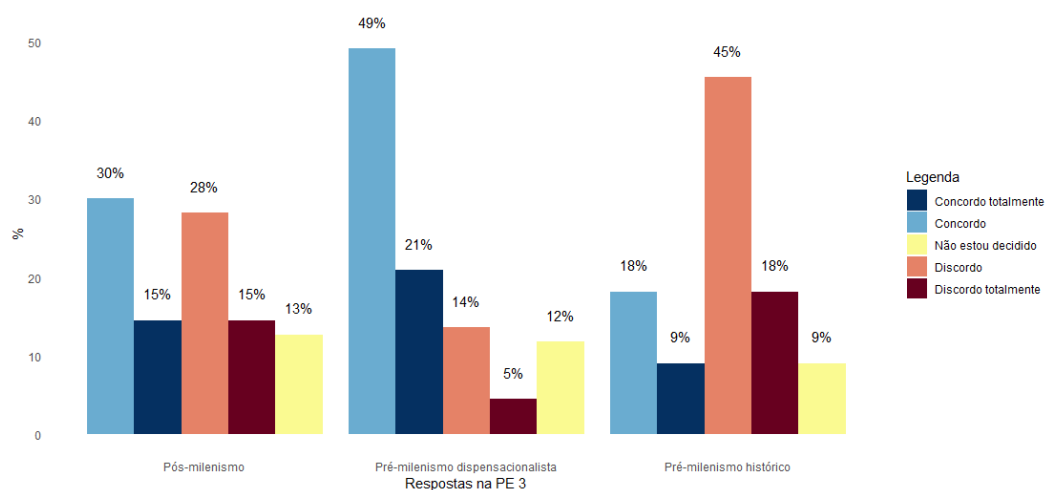
A FT5 trouxe seguinte frase: “A Igreja não precisa se infiltrar nas instituições do mundo, mas os cristãos entendem que possuem alguma tarefa na luta contra aquilo que contradiz a fé e os valores de Cristo”. Nessa FT, 56,1% dos entrevistados concordaram com a afirmativa e 31,6% discordaram. Além disso, 9,8% não estavam decididos quanto às suas respostas. As comparações quanto à frequência (Gráfico 19) revelaram que esse não foi um fato de diferenciação entre os participantes, ao contrário de outras FTs.

Observamos que os índices de concordância eram relativamente iguais nas três frequências, pois as porcentagens foram de 58% (frequência 2 e 3) e 53% (frequência 1). A diferença concentra-se nas discordâncias quanto a frase. Entre os que disseram frequentar três ou mais vezes uma igreja, a discordância foi maior (33%) do que entre aqueles que frequentavam a igreja uma (30%) ou duas (25%) vezes por semana. Além disso, a neutralidade também foi menor na frequência de três ou mais vezes por semana (7,4%) do que em relação às frequências de uma e duas vezes (15%, cada). Entre os não ativos institucionalmente, as opções de concordância e de discordância ficaram empatadas, 29% cada. No entanto, quando agrupados, as discordâncias somaram 50% e as concordâncias 46%.

**Gráfico 19: FT5 e frequência semanal**

**Fonte:** A própria autora

Na correlação com a PE3, essa FT era a que dialogava diretamente com a resposta relativa ao pré-milenismo dispensacionalista. Assim, nossa hipótese era que ela seria amplamente aceita entre aqueles que escolheram a opção pré-milenista dispensacionalista. Embora fosse uma frase “repetida”, o objetivo era compreender se os participantes teriam coerência em suas respostas. O Gráfico 20 mostra que os maiores índices de concordância estavam entre aqueles que haviam escolhido a resposta dispensacionalista na PE3 (70%).

**Gráfico 20: FT5 a partir da PE3**

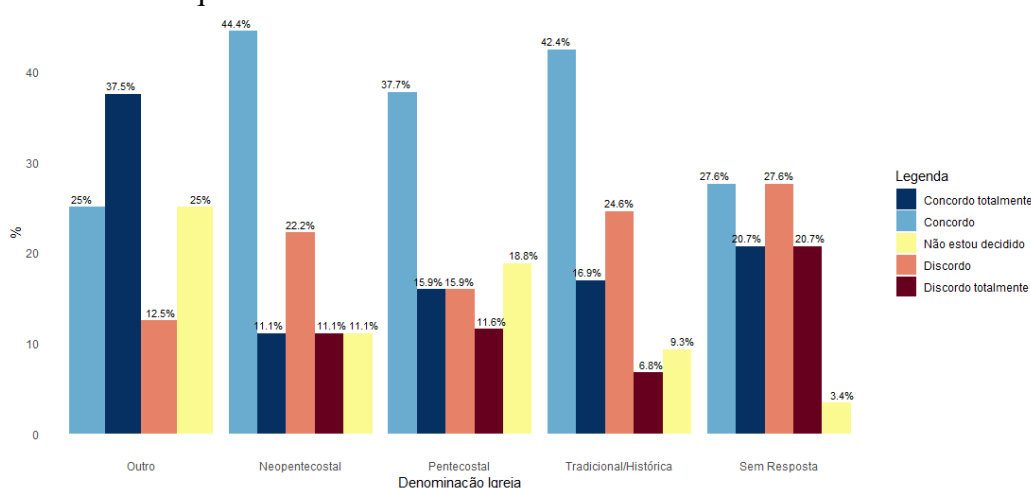
**Fonte:** A própria autora

Em outros momentos, especialmente quando haviam questões que envolviam o pós-milenismo, a correlação da resposta da PE3 relativa ao dispensacionalismo “acompanhava” as concordâncias ou discordâncias das respostas relativas pós-milenismo da PE3. No entanto, observamos aqui, que esse cenário não acontece. As respostas pós-milenistas se fragmentaram

na concordância e discordância da FT5, não alcançando maioria em nenhuma das opções. Por outro lado, o pré-milenismo histórico se coloca mais uma vez em oposição; as discordâncias da frase foram 63%.

Quando avaliamos a mesma FT a partir das denominações (gráfico 21), observamos que nos quatro grupos: tradicional/histórico, pentecostal, neopentecostal e “outro” os participantes tenderam a concordar majoritariamente com a frase. Desses, grupo “outro” foi o único que apresentou respostas “concordo totalmente” e que a concordância total foi de 62,5%. Quando avaliamos, os outros três grupos, observamos que os tradicionais/históricos foram os que mais concordaram com a frase (59,3%), seguido pelos neopentecostais (55,5) e pentecostais (53,6). No grupo “sem resposta”, os resultados se dividiram não obtendo maioria em nenhuma categoria.

**Gráfico 21:** FT5 a partir das autodenominações quanto à igrejas que os participantes frequentam



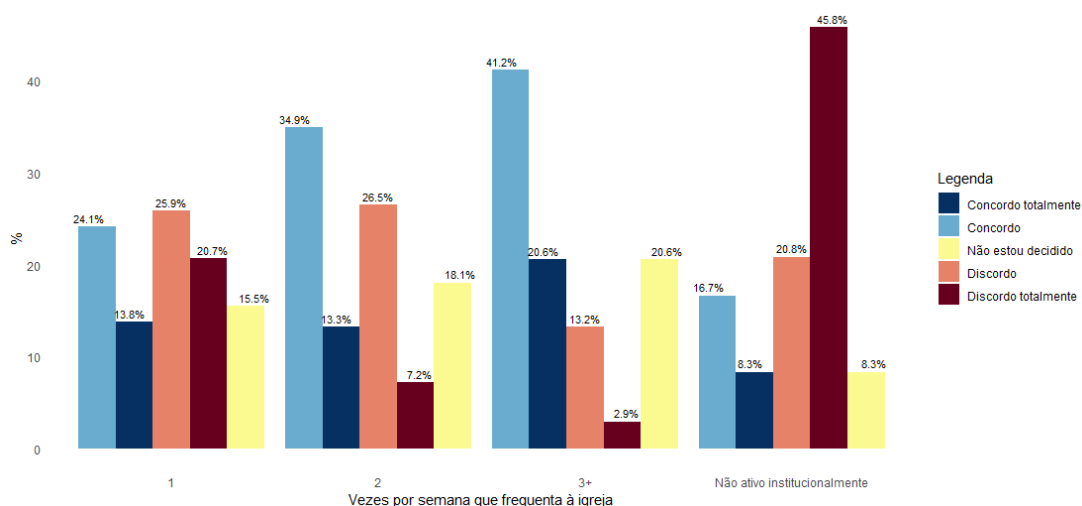
**Fonte:** A própria autora

Complementando a FT5, a FT6 afirmava: “Se a Igreja estivesse em posição de governo, o Brasil seria um país melhor”. Nessa FT, também observamos uma distribuição dos participantes entre as opções concedidas: 32% dos participantes concordaram; 22% discordaram; 17% disseram não estar decididos; 15% concordaram totalmente com a FT; e 13% discordaram totalmente.

O Gráfico 22 demonstra que, entre aqueles que frequentavam a igreja três ou mais vezes por semana, houve maior concordância com a FT, havendo uma soma de 62% agrupando as duas concordâncias. No entanto, essa porcentagem vai diminuindo à medida que também diminui a frequência dos entrevistados em uma igreja. Na frequência três ou mais vezes, as concordâncias foram de 63%; na frequência de duas vezes, foi de 48%; e, entre os que vão a

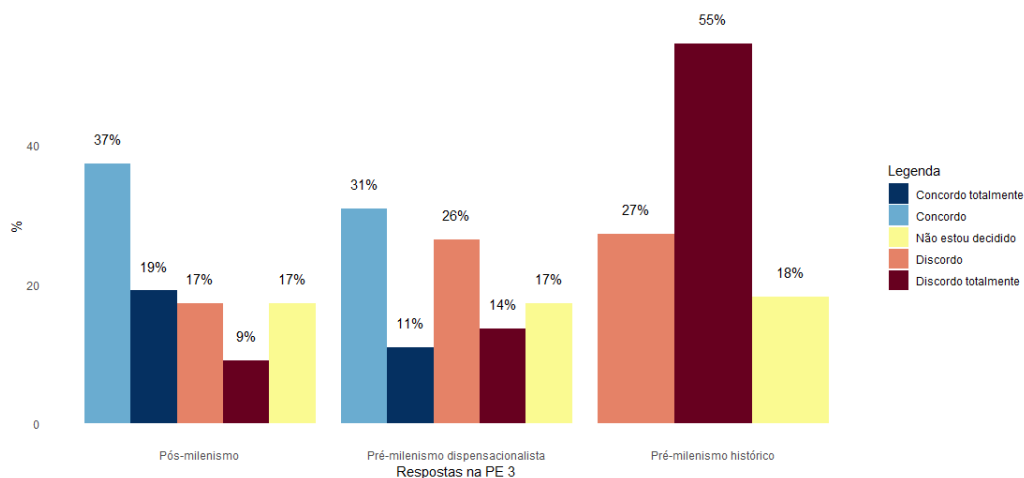
uma igreja uma vez por semana, foi de 38%. No entanto, entre os não institucionalizados, as concordâncias foram de 25%. Observamos que, entre aqueles que frequentavam uma vez por semana alguma igreja evangélica, as respostas ficaram mais divididas e menos concentradas em uma opção apenas. Além disso, entre os não ativos institucionalmente, observou-se uma inversão em relação aos ativos institucionalmente, com índices de discordância de 66%.

**Gráfico 22: FT6 e frequência semanal**



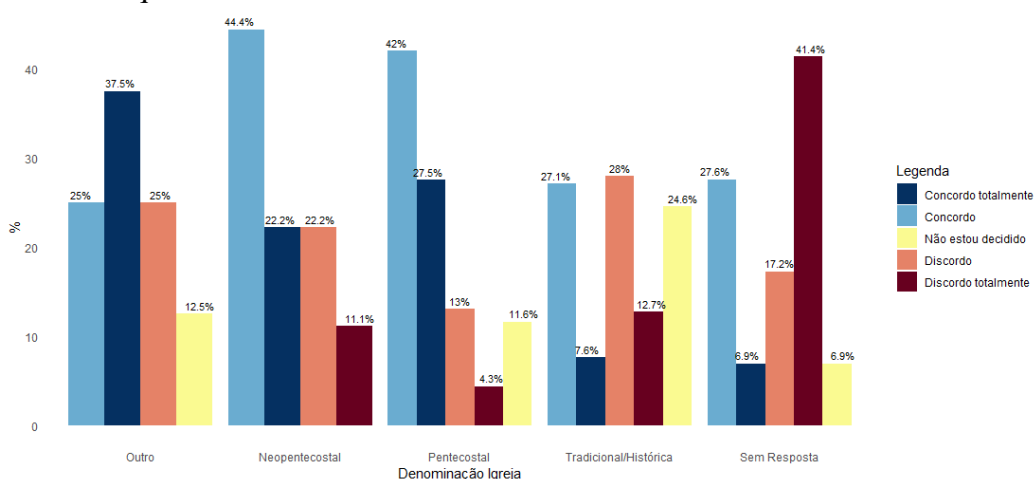
**Fonte:** A própria autora

Na correlação com a PE3, frase que pode ser considerada parte de um possível comportamento associado ao pós-milenismo, distanciou-se o pós-milenismo do pré-milenismo dispensacionalista. Enquanto, naquele, 55% concordaram com a frase, neste, nenhuma opção alcançou maioria. As concordâncias e discordâncias foram opções de cerca de 40% cada dos participantes. Em relação ao pós-milenismo histórico, não houve opção de concordância com a frase, 82% discordaram e 18% declararam indecisão, como podemos observar no Gráfico 23.

**Gráfico 23: FT6 a partir da PE3**

Fonte: A própria autora

Quando avaliamos a movimentação dos dados por denominação (Gráfico 24), observamos que, nos grupos “neopentecostal”, “pentecostal” e “outro”, as concordâncias superaram os 50%. No entanto, ela não alcançou maioria entre os “tradicionais/históricos”. Pelo contrário, as concordâncias foram de 34,7%, enquanto as discordâncias foram de 40,7%. O cenário se diferencia na categoria denominação, entre aqueles “sem resposta”. Nesse grupo, 58,6% discordaram de alguma forma da frase, ao passo que 34,5% indicou alguma concordância.

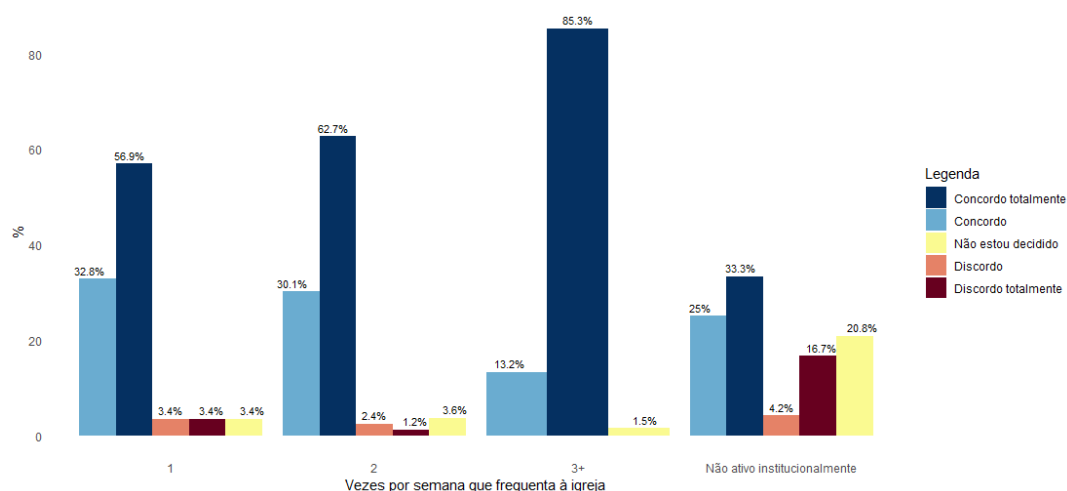
**Gráfico 24: FT6 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam**

Fonte: A própria autora

A FT7 afirmava “Feliz é nação cujo Deus é o Senhor”. Essa frase é comumente citada no meio evangélico, sendo oriunda de Salmo 33.12: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor, cujo povo ele escolheu para si mesmo”. Observamos que 90,1% dos entrevistados concordaram de

alguma forma com a frase, pois que 64,8% concordaram totalmente com a frase; 25,3% apenas concordaram; 4,7% disseram não estar decididos sobre a afirmativa; 3% discordaram; e apenas 2% discordaram da frase. Quando avaliamos as interações com a frequência semanal em alguma igreja evangélica (Gráfico 25), percebemos que a concordância geral diminuiu à medida que a frequência semanal numa igreja diminuía, como podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 25:** FT7 e frequência semanal



**Fonte:** A própria autora

É possível observar que, dos quatro grupos de frequência semanal, a frequência três ou mais vezes foi aquela em que a concordância geral foi a mais elevada (98,5%). No entanto, a proporção diminuiu à medida que a frequência numa igreja diminuiu: a diferença de concordâncias nas frequências de uma vez (56,9%) e duas vezes (62,7%) é de 28,4%. Inversamente proporcional está também a relação entre frequência e discordância. No grupo que frequentava uma igreja três ou mais vezes, não houve discordância com a frase, por outro lado, tal discordância aparece nas frequências de duas vezes (3,6%) e uma vez (6,8%).<sup>99</sup> Embora tenha sido bem aceita entre os não institucionalizados, as concordâncias apontaram para 58,3% dos(as) participantes, foi nesse grupo que houve o maior índice de rejeição à frase: 20,9% discordaram, enquanto 20,8% estavam indecisos. Foi interessante notar que, durante algumas coletas manuais, quando realizávamos essa pergunta, o(a) entrevistado(a) respondiam com um “amém”, que, na linguagem evangélica, expressa concordância.

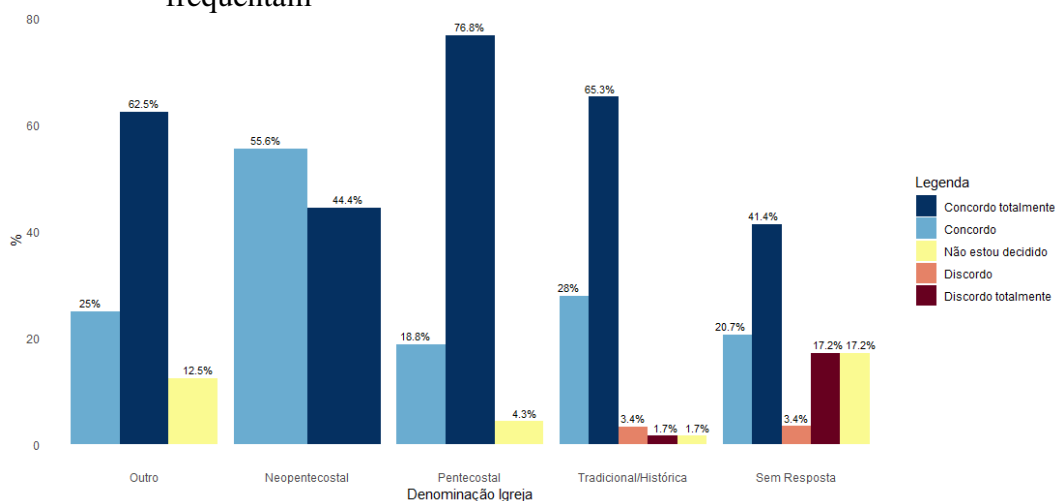
Na avaliação da PE3, os dados foram os seguintes: as concordâncias foram majoritárias entre as opções pós-milenista e pré-milenista dispensacionalista. Em cada uma, as concordância

<sup>99</sup> Valores relativo à soma das duas discordâncias: discordo totalmente e discordo.

representaram 92% dos resultados. Por outro lado, entre aqueles que optaram pelo pré-milenismo histórico, as concordâncias e as discordâncias representaram 45% cada. Na escolha pré-milenista histórica da PE3, a indecisão alcançou o maior índice 9%.<sup>100</sup>

Quando comparamos os resultados da FT7 olhando para as denominações, observamos que os participantes dos grupos “outro”, “pentecostal” e “neopentecostal” não discordaram da frase e os índices de concordância foram, respectivamente, de 87,5%, 95,6% e 100%. Entre os “tradicionais/históricos”, as concordâncias foram de 93,3% e as discordâncias aparecem com 5,1%. Mesmo entre aqueles que não declararam resposta a concordância foi de 62,1% e as discordâncias foram de 20,6%. Chama a atenção o fato de a indecisão ter sido maior dentro desse grupo 17,2%, como podemos observar no Gráfico 25.

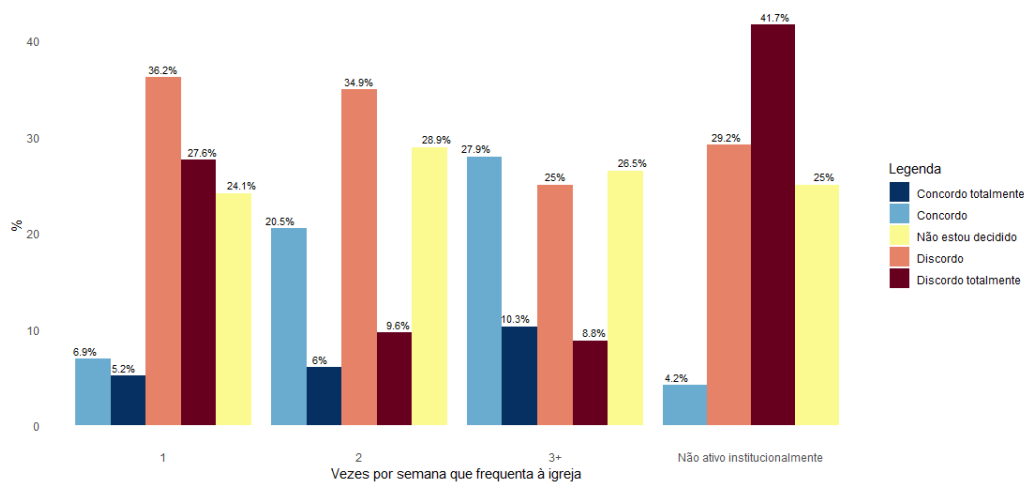
**Gráfico 26:** FT6 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam



**Fonte:** A própria autora

A FT8 afirmava: “Sou favorável aos uso de símbolos de Israel”. Nosso objetivo era mapear se a utilização de símbolos judaicos, prática comumente associada às inovações neopentecostais, era aceita pelos(as) entrevistados(as). Na apresentação geral, observamos que as opiniões dos participantes se dividiram entre as opções oferecidas: 49% discordaram de alguma forma da FT, sendo que 31,8% somente discordaram e 17,2% discordaram totalmente; 26,7% não estavam decididos; 24% concordaram de alguma forma, entre os quais 17,6% só concordaram e 6,4% concordaram totalmente. Quando observamos essas respostas comparativamente à frequência semanal indicada pelos entrevistados, obtemos o Gráfico 27.

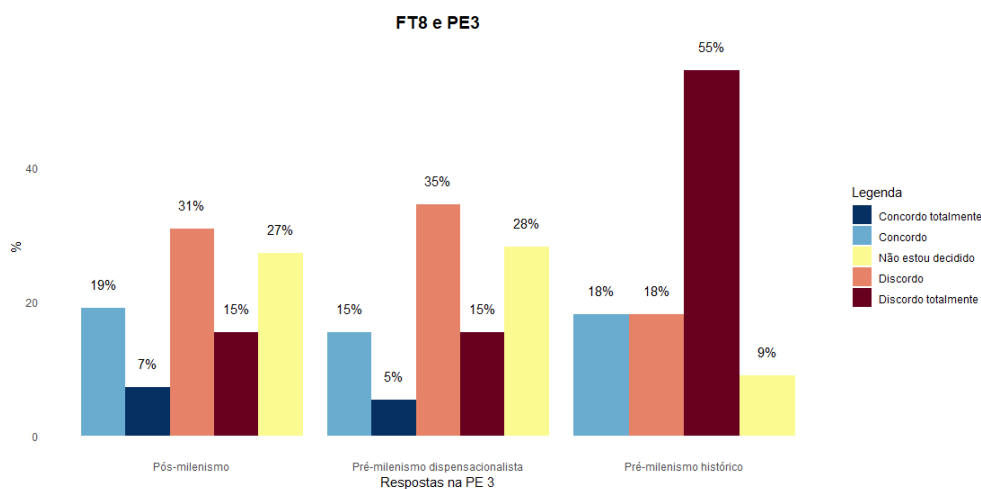
<sup>100</sup> Como na FT1, os resultados se mostraram consistentes, sem muitas aberturas, de modo que optamos por não colocar o Gráfico da FT7 em comparação com a PE3.

**Gráfico 27: FT8 e frequência semanal**

**Fonte:** A própria autora

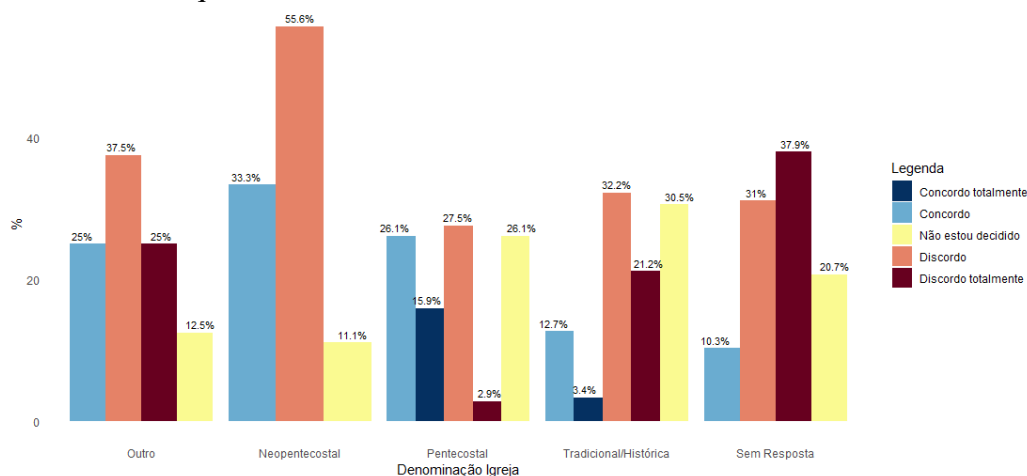
Embora as concordâncias gerais tenham sido baixas, entre aqueles que frequentavam uma igreja três vezes por semana ou mais, a adesão aos símbolos de Israel foi maior do que nos demais grupos (38.8%). Assim como na FT7, a proporção da concordância diminuiu à medida que a frequência na igreja diminuiu também. Entre os que frequentavam uma igreja uma vez por semana, as concordâncias foram de 12%. Por outro lado, com exceção do grupo cuja frequência era de três ou mais vezes por semana, todos os demais tenderam a discordar com altos níveis. Essa discordância segue o mesmo “padrão” da concordância: à medida que diminuiu a frequência a uma igreja, aumenta a discordância com a frase. No grupo de três ou mais vezes por semana de frequência, as discordâncias somaram 34,4%; entre os que frequentavam uma igreja duas vezes na semana, foi de 44,5%; entre aqueles que a frequentavam apenas uma vez por semana, foi de 63,8%; e, entre aqueles que não estavam institucionalizados, foi de 70,9% de discordâncias. Os índices de neutralidade ficaram em torno de 25% em todos os grupos.

Na comparação com a PE3 (Gráfico 28), a FT8 mostra um cenário diferente do que havíamos encontrado até aqui, ou seja, nas três abordagens não houve maioria na concordância com a FT. Pelo contrário, entre aqueles que escolheram o pré-milenismo dispensacionalista e o pré-milenismo histórico, as discordâncias foram, respectivamente, de 50% e 73%. Entre os que escolheram a resposta pós-milenista na PE3, as discordâncias foram de 46%. Chama a nossa atenção os índices de indecisão nos grupos pós-milenistas e pré-milenistas dispensacionalista, os quais foram de 27% e 28%, respectivamente.

**Gráfico 28:** FT8 a partir da PE3

**Fonte:** A própria autora

Na análise dos resultados da FT8 a partir da denominação, observamos que a maior concordância esteve entre os declarados de igrejas pentecostais (42%). Em seguida, os neopentecostais (33,3%) e o grupo “outros” (25%). Entre os tradicionais/históricos, a concordância foi de 16,1% e, entre os sem respostas, ela foi de 10,3%. Quanto às discordância em cada grupo, observamos que os maiores índices estavam entre os “sem resposta” (68,9%). No entanto, os demais grupos também apresentaram discordâncias superiores a 50%, da seguinte forma: outros (62,5%), neopentecostais (55%), tradicionais/históricos (53,4). A exceção foi a discordância entre os pentecostais (30,4%), como podemos observar no Gráfico 28.

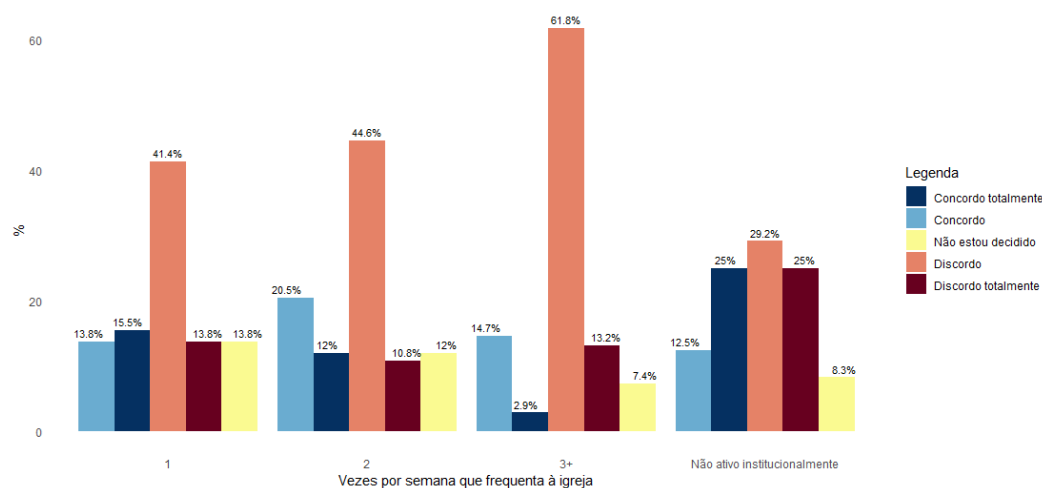
**Gráfico 29:** FT8 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam

**Fonte:** A própria autora

Na FT9 afirmamos: “Política e religião não se misturam”. No mapeamento geral,

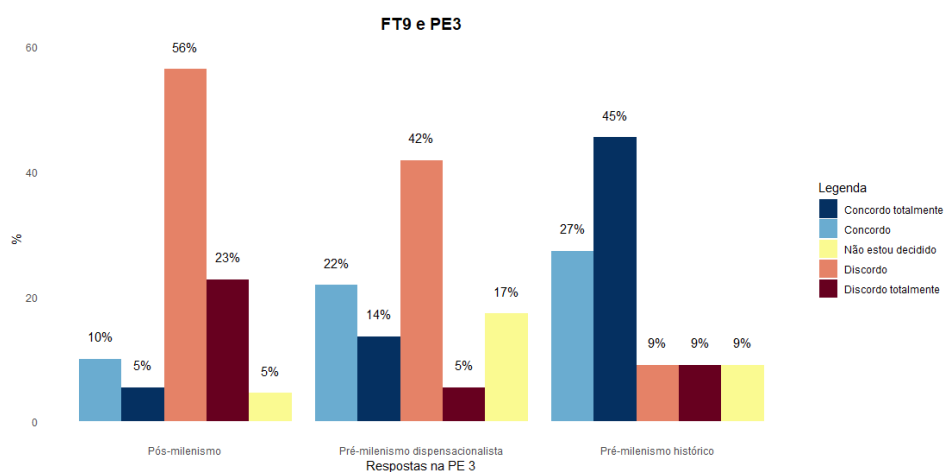
observamos que 61% discordou da frase de alguma forma. Sendo que 47,4% apenas discordaram e 13,7% discordaram totalmente. Por outro lado, as concordâncias representaram 27,9%, sendo que 16,3% concordaram e 11,6% concordaram totalmente. Quanto à indecisão, ela foi de 10,7% dos entrevistados. Quando avaliamos os dados olhando para a frequência semanal, observamos que, nos três grupos de frequências e entre os não ativos institucionalmente, as discordâncias ultrapassaram os 50%. Além disso, ao avaliarmos as frequências individualmente, conforme representadas no Gráfico 30, observamos que os índices da opção “discordo” foi maior em todos as frequências. No entanto, a predominância estava no grupo que frequenta a igreja 3 vezes ou mais por semana. Por outro lado, as maiores concordâncias estavam no grupo não ativo institucionalmente, com 37,5%.

**Gráfico 30:** FT9 e frequência semanal



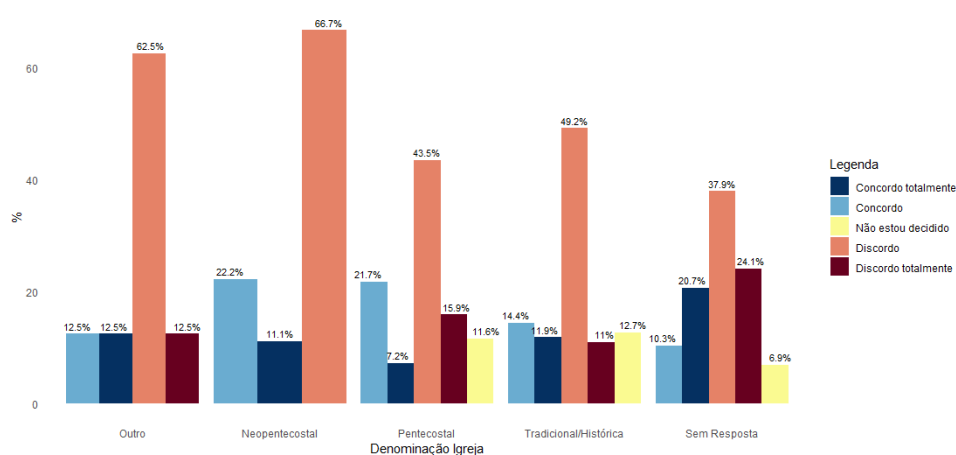
**Fonte:** A própria autora

Quando avaliamos os dados comparando com as respostas da PE3, observamos que as maiores discordância se relacionavam ao grupo pós-milenista (78%). No grupo pré-milenista dispensacionalista, as respostas ficaram fragmentadas, não havendo maioria em nenhuma opção concedida. Nesse caso, as discordâncias foram de 47,2% e as concordâncias de 35,4%. Respeitando as proporcionalidades, no grupo pré-milenista histórico, na PE3, os participantes tenderam a concordar com a frase (72,6%), como é possível constatar no gráfico 31.

**Gráfico 31: FT9 a partir da PE3**

**Fonte:** A própria autora

Por fim, na avaliação por autodenominação de suas igrejas, os dados se distribuíram da seguinte forma: em todos os quatro grupos, inclusive entre os “sem resposta”, a maioria das respostas apontavam para a discordância com a frase. Chama a nossa atenção alguns dados: no grupo “sem resposta”, 62% discordaram da frase. Assim como entre aqueles que caracterizaram suas igrejas como tradicional/histórica (60,4%), ambos os grupos tiveram índices superiores ao do grupo pentecostal. Esse dado se mostra interessante, pois o grupo pentecostal era conhecido por defender a apatia e separação das coisas do mundo terreno. No entanto, como demonstrado abaixo no Gráfico 32, 59,4% dos participantes autodeclarados de igrejas pentecostais discordaram dessa FT que sugere a separação entre religião e política.

**Gráfico 32: FT9 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam**

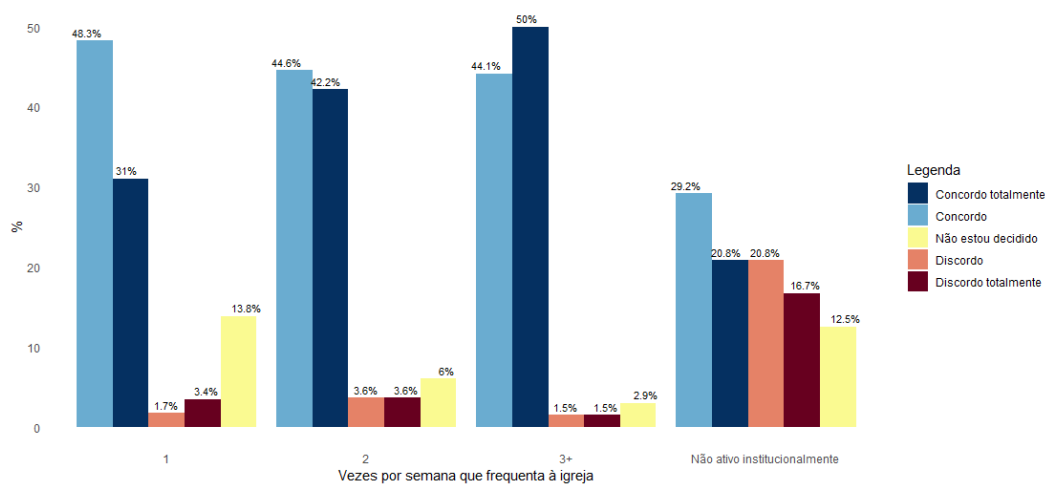
**Fonte:** A própria autora

As últimas quatro FTs (10, 11, 12 e 13) envolvem posicionamento sobre a inserção

direta dos valores cristãos na sociedade. A repetição de algumas dessas frases em relação a *Enquete 1* visa permitir a comparação dos posicionamentos dos entrevistados nos dois questionários e, conseqüentemente, revelar *insights*.

Na FT10, afirmamos: “Os valores morais da sociedade brasileira estão corrompidos”. Os resultados obtidos foram: 80,5% dos participantes concordaram com a afirmativa, sendo que 43,7% concordaram e 39,4% concordaram totalmente. As discordâncias também atingiram níveis baixos, de 8,6%, e os indecisos representaram 7,7%. O Gráfico 33 aponta os altos índices de concordância com a frase em todos os grupos de frequências e entre os não institucionalizados.

**Gráfico 33: FT10 e Frequência**



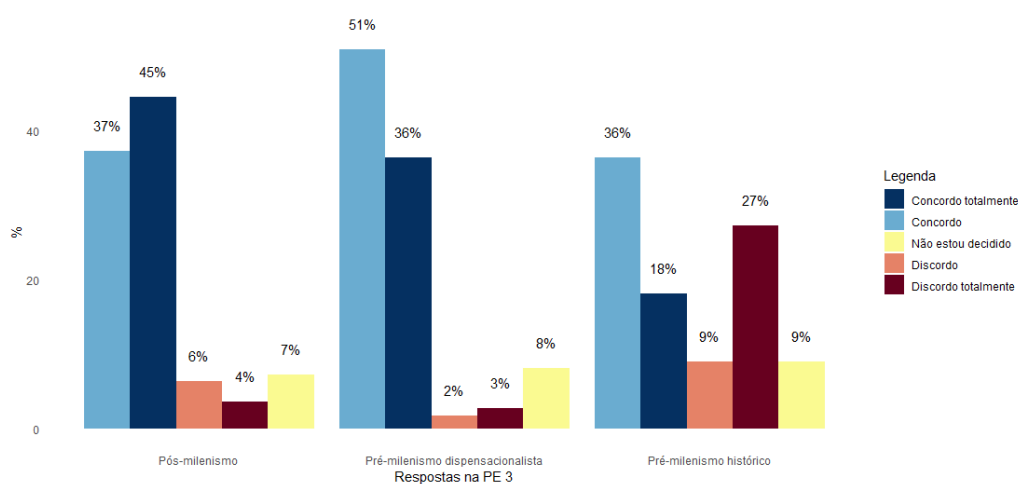
**Fonte:** A própria autora

O gráfico anterior evidencia algumas interessantes nuances. O maior nível de concordância está entre os que frequentavam a igreja três vezes ou mais na semana, atingindo 94%. Nas demais frequências, embora a concordância seja majoritária, ela diminui levemente com a redução da frequência numa igreja. Entre os que iam à igreja duas vezes por semana, essa porcentagem foi de 86,8%, e, entre os que iam apenas uma vez, foi de 80,7%. Entre os não ativos institucionalmente, a concordância foi maior que a discordância no índice agrupado. Nas discordâncias, a porcentagem foi de 37,5%, enquanto, nas concordâncias, foi de 50%. No entanto, percebemos, nesse grupo, uma maior distribuição das respostas em comparação com as frequências semanais.

Quando avaliados os dados a partir das caracterizações na PE3, observamos que os três grupos concordaram majoritariamente com a frase. A maior concordância estava no grupo pré-milenista dispensacionalista (87%), enquanto entre os que escolheram a opção pós-milenista

foi de 82%. Mesmo entre os que escolheram o pré-milenismo histórico, observamos uma porcentagem de 54% de concordâncias. Essa aproximação dos três grupos quanto à questão de valores morais pode ser um indicativo de que há temas que podem “unir” diferentes grupos de evangélicos, independentemente de haver pontos de discordância. O Gráfico 34 mostra que a diferença residira na maior distribuição das discordâncias e indecisões nas correlações com as três abordagens.

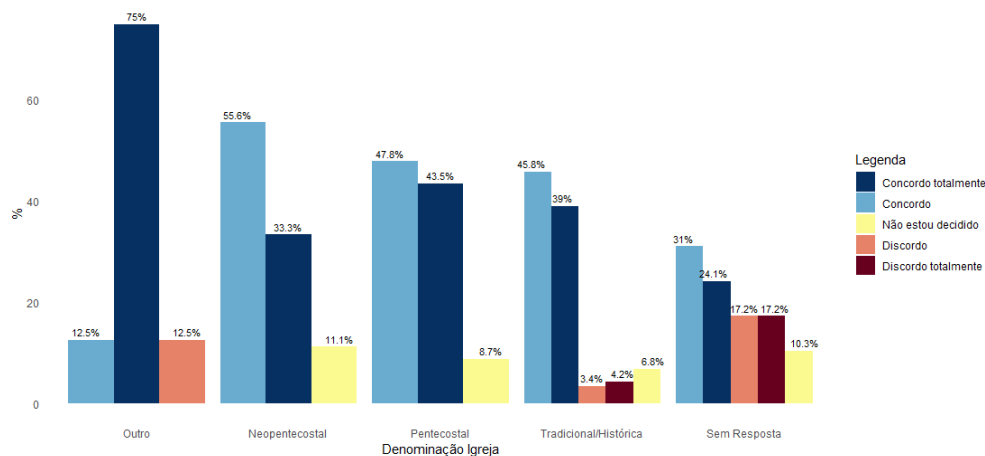
**Gráfico 34:** FT10 a partir da PE3



**Fonte:** A própria autora

Ao olharmos os dados expostos comparativamente com as autodenominações, observamos que, nos grupos “neopentecostal” e “pentecostal”, não houve respostas discordantes da frase, apenas “indecisão”. É interessante notar que, em todos os grupos denominacionais e sem resposta, os dados mostraram que a maioria dos participantes concordou com a frase, com porcentagens que chegaram a 91,3% (pentecostais) e 84,8% (tradicionais/históricos). Inclusive entre os “sem respostas”, em que as concordâncias foram de 55%. As discordâncias aparecem com mais predominância no grupo “sem resposta” (34,4%), como podemos observar no Gráfico 33.

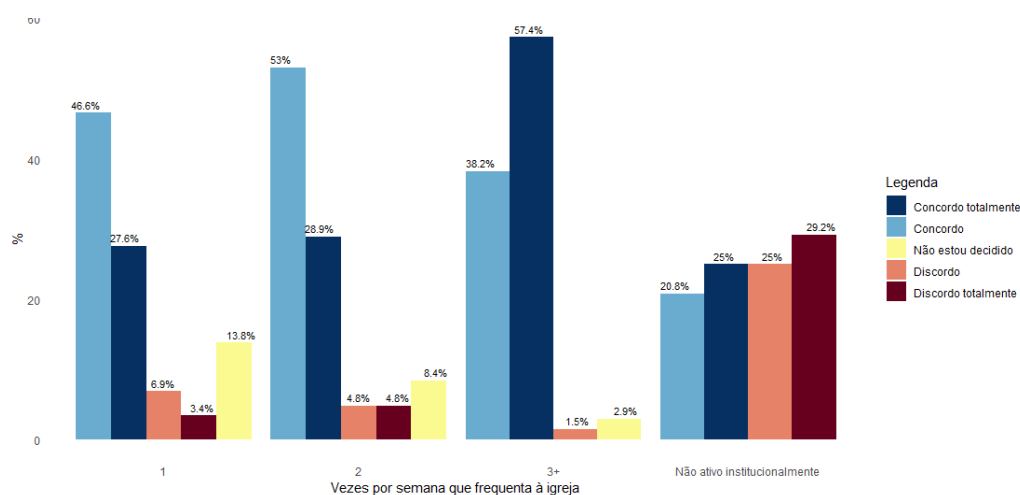
**Gráfico 35:** FT10 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam



**Fonte:** A própria autora

Na FT11, reafirmamos: “O Brasil seria um país melhor se tivesse mais valores cristãos presentes na cultura e na política”. Nessa afirmação, presente também na *Enquete 1*, observamos, no mapeamento geral, que 80,5% dos entrevistados concordaram, sendo que 43,9% concordaram e 36,6% concordaram totalmente. Enquanto isso, as discordâncias foram de 12%. Ao observar as frequências semanais, notamos que, nos três grupos de frequentadores ativos, houve maior concordância com a FT do que em relação aos não ativos institucionalmente (Gráfico 36).

**Gráfico 36:** FT11 e Frequência



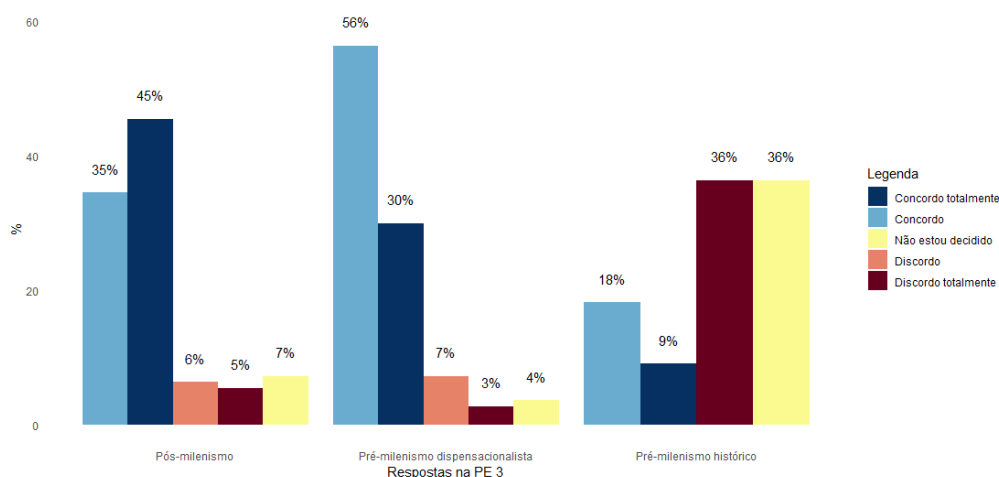
**Fonte:** A própria autora

No entanto, como observamos em outros momentos, essa concordância diminui à medida que a frequência semanal diminui. Entre o grupo que frequentava três ou mais vezes, as concordâncias representaram 90%, e não houve repostas indicando discordância totalmente.

Entre os que frequentam uma ou duas vezes, observamos uma redistribuição das respostas. Já entre os não ativos institucionalmente, vimos que, embora não tenha havido maioria, o grupo se distribuiu, sendo levemente maior o índice de discordâncias (54,2%) do que de concordância (45,8%). Isso foi impulsionado especialmente pelo aumento na opção “discordo totalmente” (29%), com um maior índice dessa opção nos quatro grupos. Vale destacar que, nesse grupo, não houve indecisão nas respostas.

Na correlação com a PE3, a afirmativa de que o Brasil seria melhor se tivesse mais valores cristãos na cultura e na política, foi melhor aceita entre as respostas de pré-milenistas dispensacionalistas (86%) e entre os pós-milenistas (80%). No entanto, na comparação com as respostas pré-milenistas históricas na PE3, observamos dois cenários: não houve opção majoritária e a discordância (36%) se dividiu com a indecisão (36%), como podemos observar no Gráfico 35.

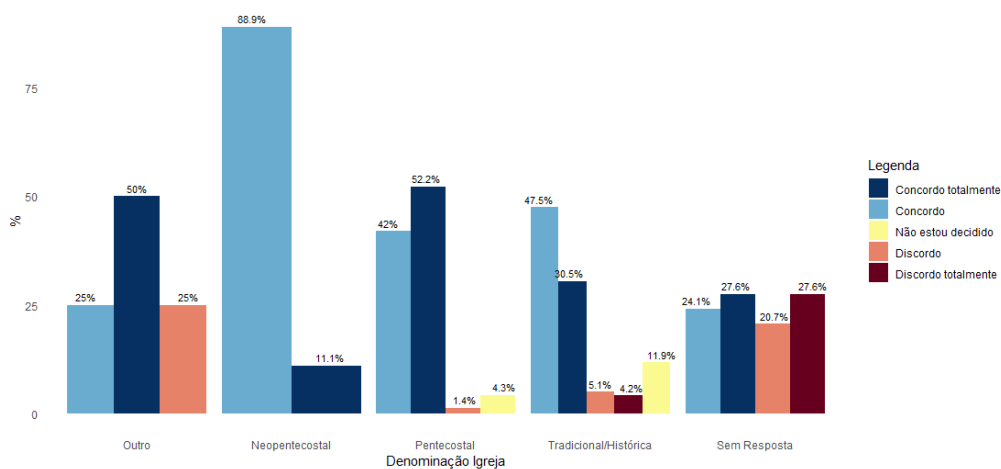
**Gráfico 37: FT11 a partir da PE3**



**Fonte:** A própria autora

Na correlação com as denominações, observamos que, em todos os grupos, a concordância apresentou-se como opção majoritária. Assim sendo, algumas particularidades de cada grupo podem ser observadas no Gráfico 38. No grupo neopentecostal, não houve discordância entre os participantes desse grupo. No grupo “outros”, não houve indecisão ou discordância total. Similarmente, no grupo pentecostal, que não houve discordância total. Já os tradicionais/históricos foi o único grupo em que todas as opções receberam ao menos uma resposta. Para os “sem resposta”, não houve casos de indecisão. As respostas se dividiram entre concordância e discordância.

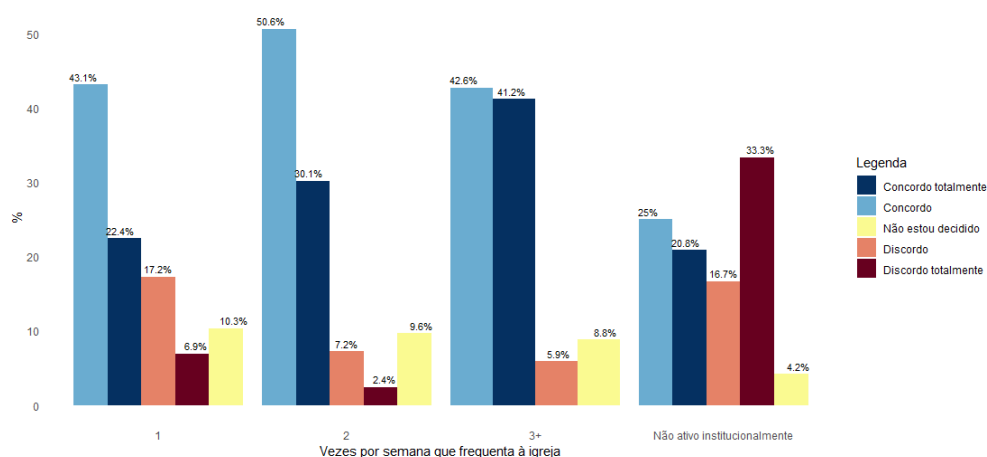
**Gráfico 38:** FT11 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam



**Fonte:** A própria autora

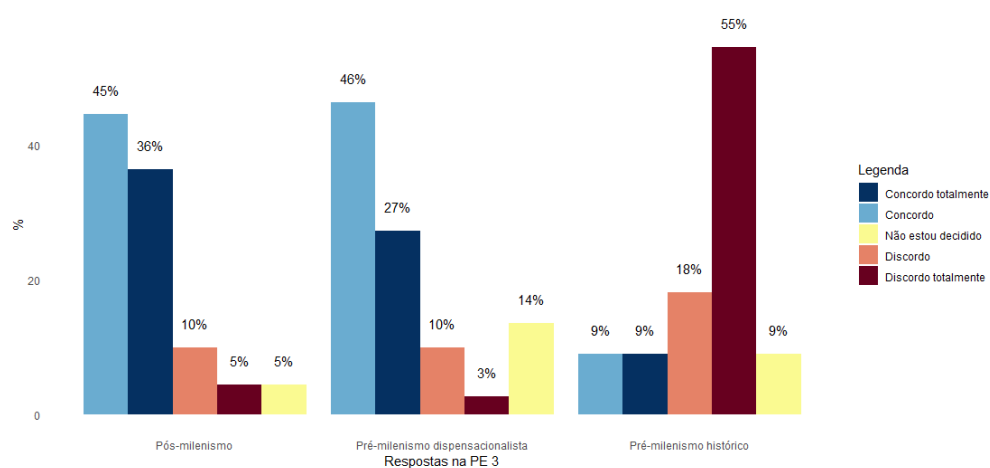
A FT12 não apareceu na *Enquete 1*, mas a ideia que a relacionaria à estratégia dos 7 Montes nos levou a afirmar o seguinte: “A educação é uma área que precisa da intervenção dos valores cristãos”. Na análise geral, 74,5% dos entrevistados concordaram com a afirmativa, sendo que 43,9% concordaram e 30,6% concordaram totalmente. As discordâncias foram de 16,3% e as indecisões foram 9%.

Na análise pela frequência semanal, nos três grupos que frequentavam a igreja ativamente, os dados apontaram maior apoio à resposta “concordo”. As porcentagens das concordâncias foi maior entre aqueles que frequentam a igreja três ou mais vezes por semana (83,8%) e vai caindo lentamente à medida que a frequência semanal a igreja também diminui. Entre aqueles(as) que frequentam alguma igreja evangélica duas vezes por semana 80,7% concordaram com a frase e entre os que frequentam apenas uma vez por semana a porcentagem de concordância foi de 65,5%. Isso aponta que a maior porcentagem de concordância está entre os que frequentavam a igreja três vezes ou mais por semana do que entre aqueles que frequentam a igreja apenas uma vez. Entre os não ativos institucionalmente, o índice de discordância total foi o maior (50%) do que em relação aos que frequentavam ativamente, como podemos observar no Gráfico 39.

**Gráfico 39: FT12 e Frequência**

**Fonte:** A própria autora

Na avaliação dos dados da FT12, tendo por base a PE3 (Gráfico 40), observamos que a maior concordância foi entre os que escolheram a resposta pós-milenista (81%). Embora esse resultado não seja uma surpresa, uma vez que essa FT foi criada com base num possível comportamento da estratégia dos 7 Montes e, conseqüentemente, do pós-milenismo, chama a nossa atenção os 73% dos participantes que escolheram a opção dispensacionalista e concordaram com essa FT. Por outro lado, a FT12 foi rechaçada por aqueles que escolheram a opção pré-milenista histórica (73%).

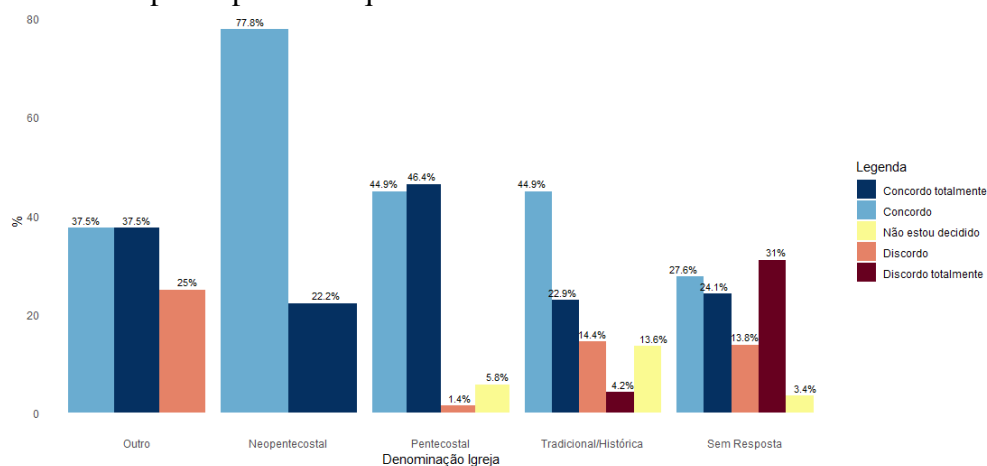
**Gráfico 40: FT12 a partir da PE3**

**Fonte:** A própria autora

Em relação aos dados distribuídos pelas autodenominações das igrejas, um cenário semelhante se apresenta (Gráfico 41). Não houve discordância entre os que autodenominaram neopentecostais. No grupo “outro”, não houve indecisão ou discordância totalmente. No grupo pentecostal também não houve discordância totalmente. Em cada um dos três grupos, as

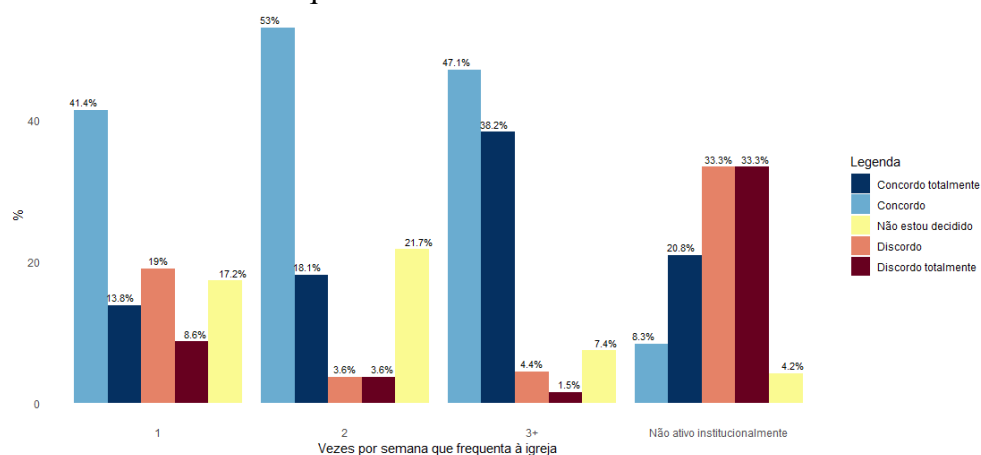
concordâncias foram de 100%, 75% e 91,3%, respectivamente. A diversificação das escolhas aparece no grupo “tradicional/histórico” e “sem resposta”. Em ambos, as concordâncias representaram mais de 50%, sendo 67,9% no grupo “tradicional/histórico” e 51,7% no grupo “sem resposta”.

**Gráfico 41:** FT12 a partir das autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam



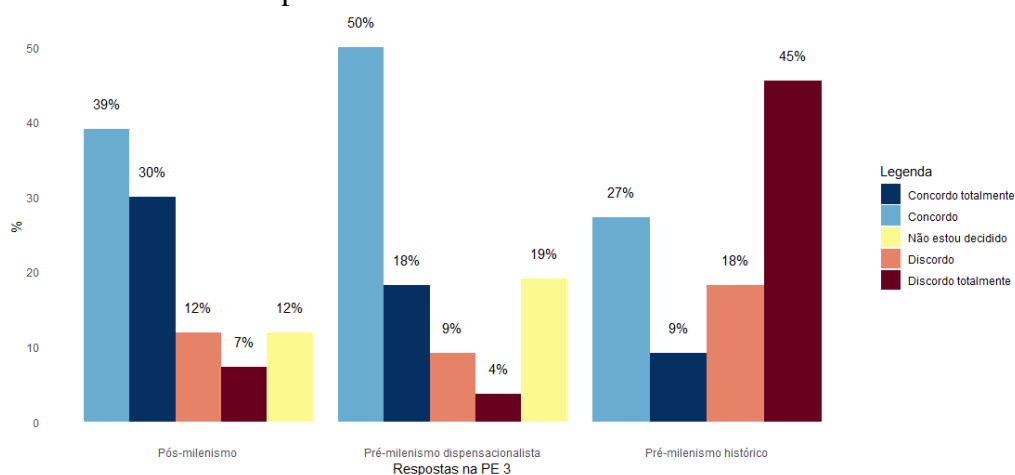
**Fonte:** A própria autora

A última FT também dialogava com a *Enquete 1* e afirmava: “A cultura é uma área que precisa da intervenção dos valores cristãos”. No panorama geral, 67,1% concordaram com a FT13, sendo que 43,9% apenas concordam e 23,2% concordaram totalmente. Nisso, 14,5% não estavam decididos quanto à sua resposta, já as discordâncias foram de 18%. Quanto às frequências semanais (Gráfico 40), observamos altos níveis de concordância quanto à presença dos valores cristãos na cultura nos três grupos. De forma agrupada, os maiores índices estão na frequência três ou mais vezes (85,8%). Na frequência de duas vezes, foi de 71% e, na frequência de uma vez por semana, foi de 55%. Notamos que, na análise individual, a opção “concordo”, na frequência de duas vezes, foi a que recebeu mais seleção entre respostas do grupo de três vezes de frequência (53%). É importante também destacarmos que as opções de discordância e de indecisão não possuem expressividade no grupo de três ou mais vezes de frequência semanal em alguma igreja evangélica. No entanto, elas crescem nas demais frequências. Já entre os não institucionalizados, houve maior preferência pelas discordâncias, que somaram 66%.

**Gráfico 42: FT13 e Frequência**

**Fonte:** A própria autora

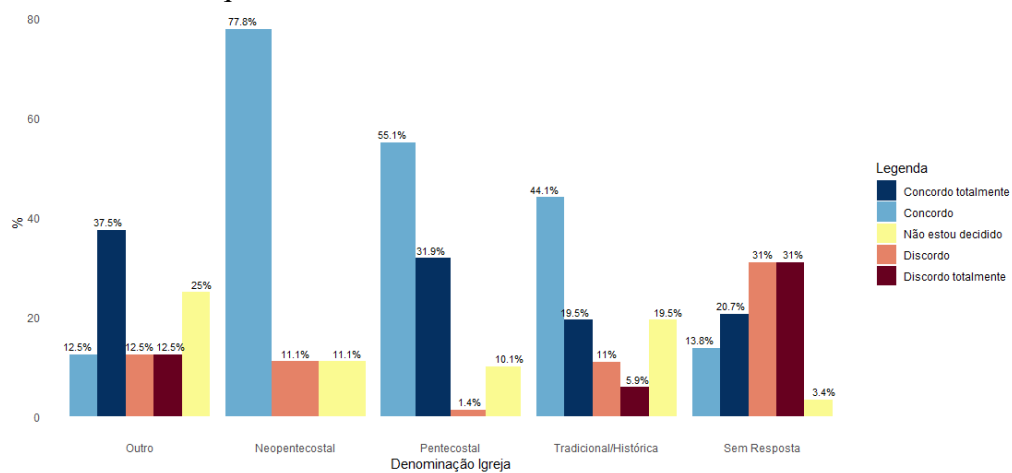
Na distribuição da PE3, observamos, pelo Gráfico 43, que o grupo do pós-milenismo e do pré-milenismo dispensacionalista tiveram porcentagens similares de 69% e 68%, respectivamente, quanto às concordâncias. A diferença entre eles reside nas discordâncias, maior entre os pós-milenistas, e na indecisão, maior entre os pré-milenistas dispensacionalistas. Por outro lado, conforme ocorreu em outros momentos, o pré-milenismo histórico se difere por apresentar mais discordâncias (64%).

**Gráfico 43: – FT13 a partir da PE3**

**Fonte:** A própria autora

Por fim, a análise quanto a distribuição da FT13 nas autodenominações das igrejas, observamos que, nos grupos pentecostal (87%), neopentecostal (77,8%), tradicional/histórico (63,6%) e “outro” (50%), a concordância foi majoritária. No grupo “sem resposta”, sobressaíram as discordâncias (62%), como podemos observar no Gráfico 44.

**Gráfico 44:** FT13 e autodenominações quanto às igrejas que os participantes frequentam



**Fonte:** A própria autora

## **CAPÍTULO 5 - CRENDO E ATUANDO: UMA ANÁLISE DA INTERAÇÃO DAS CRENÇAS CRISTÃS E AS ESCOLHAS E POSICIONAMENTOS POLÍTICOS SOCIAIS**

O objetivo desta tese é compreender a interação entre determinadas crenças cristãs e os seus potenciais impactos nos comportamentos político-social dos evangélicos estudados. A literatura discutida nos capítulos anteriores, juntamente com as percepções dos(as) indivíduos que participaram desta pesquisa e algumas discussões paralelas, irão nos auxiliar a entender como ocorre essa relação. O propósito deste capítulo é sintetizar as informações extraídas nas duas *Enquetes* para compreender os significados que algumas crenças cristãs possuem para os evangélicos e como isso aparece em suas percepções sobre temas político-sociais.

Essa abordagem, centrada nas crenças, foi escolhida porque estamos habituados a observar os evangélicos tendo como ponto de partida suas ações públicas, muitas vezes desenhadas por líderes religiosos, no cenário político. Inclui-se, nessa aproximação, suas preferências eleitorais, sua ascensão no cenário político (especialmente os pentecostais, tidos como novos atores políticos) e suas ideologias, frequentemente analisadas em termos de conservadorismo, mas também em relação ao progressismo evangélico. No entanto, é crucial examinarmos os impactos daquilo em que eles acreditam, isto é, suas crenças e experiências individuais, em seus comportamentos sociais.

Como defendido por Weber, não se trata apenas do estudo da essência do fenômeno religioso, mas também dos desdobramentos das ações que ele origina, olhando, nesse sentido, para as experiências individuais. Para isso, estruturamos essa discussão em três blocos centrais: no primeiro, discutiremos sobre as percepções dos participantes da pesquisa e como eles(as) se apresentaram através de suas escolhas. No segundo bloco, analisamos as raízes cristãs e das crenças que dirigem evangélicos. E por fim, exploraremos especificamente a crença na volta de Jesus e os comportamentos que podem envolver essa expectativa, revelados através dos(as) participantes da pesquisa.

### **5.1 OS(AS) EVANGÉLICOS(AS) DA PESQUISA: QUEM SÃO E COMO SE APRESENTAM**

O primeiro tópico abordado no capítulo dos resultados trata dos dados que revelam o perfil socioeconômico e religioso dos entrevistados nesta pesquisa. Em relação ao perfil socioeconômico, devido à falta dos dados do Censo 2023, conforme explicado no capítulo um desta tese, não podemos realizar uma análise comparada atualizada entre os dados obtidos em

nossa investigação e os dados nacionais recentes. Optamos por revisitar este tópico e comparar as categorias observadas em nossa pesquisa com os dados do Censo 2010, das pesquisas DataFolha 2020 e IPESPE/ABRAPEL 2022, apresentados no capítulo um. No entanto, o foco aqui será o perfil religioso dos participantes da pesquisa, com vistas a explorar nuances do fenômeno evangélico brasileiro atual, particularmente nos estados do Rio de Janeiro e Paraná.

Em termos gerais, o perfil socioeconômico desta pesquisa foi de mulheres (63,4%). Ao analisarmos o Censo 2010 e a pesquisa DataFolha 2020, notamos que, em ambas as pesquisas, a porcentagem de mulheres foi superior à dos homens. No Censo 2010, as mulheres representaram 55,6% da população evangélica brasileira. As mulheres parecem continuar constituindo a maioria numérica entre evangélicos brasileiros e desempenham um papel fundamental, enquanto pilares que sustentam a igreja evangélicas em todo o país.

Nas pesquisas do IBGE e do Datafolha, as faixas etárias do grupo evangélico foram diversas. Entretanto, nos dados da pesquisa IPESPE/ABRAPEL (2022), a faixa etária “25-44 anos” foi majoritária com 55% dos participantes. Em nosso estudo, a faixa etária que possuía mais participantes foi a 35-44 anos. Ela representou 24,3% dos entrevistados, nas pesquisas do IBGE e do Datafolha, esse dado foi de 22% e 21%, respectivamente. No que se refere aos dados de renda mensal, salientamos que a renda média dos participantes de nossa pesquisa está concentrada na faixa inferior a quatro salários mínimos (64%).

Embora seja conhecido, como observado pelas pesquisas Datafolha (2020), IPESPE/ABRAPEL (2022) e Censo 2010, que a concentração do nível escolar dos evangélicos esteja entre ensino fundamental e ensino médio (com suas variações completo e incompleto), em nossa pesquisa 72% dos participantes indicou fazer parte dos grupos ensino superior e pós-graduação. Essa situação, que nos levou a mudar nossa forma de coleta, também nos faz realizar algumas considerações. A primeira é que como estamos investigando pessoas com nível superior mais elevado, é possível que alguns temas possam ser mais conhecidos por eles. Além disso, seria também interessante observar como o sistema de crenças cristã atua em indivíduos com mais escolaridade.

A segunda consideração reside na reflexão que poderia estar ocorrendo movimentações no grau de escolaridade dentro de alguns grupos evangélicos. Se antes havia um afastamento em relação às “coisas do mundo” e faltava incentivo no engajamento com as questões sociopolíticas, hoje jovens evangélicos são incentivados a cursar o ensino superior, a conquistar bons cargos, salários e a se projetarem de maneira ativa no ambiente social que estiverem

inseridos<sup>101</sup>. Essa mudança pode inclusive ser explicada pelo uso da Teologia do Domínio e pela estratégia dos 7 Montes, discutidos, aqui, no capítulo dois.

Quanto à localização geográfica, embora tenhamos conseguido participantes das cinco regiões do país, nossos entrevistados, em sua maioria, eram da região Sudeste (63,5%). Embora esta seja uma pesquisa exploratória, Araújo (2023, p. 3) descreve que trata-se de uma região que é o “bastião do evangelicalismo no Brasil, em contraste com a região Nordeste”. No entanto, de acordo com o autor, o segmento religioso vem crescendo em todo o Brasil nas últimas décadas<sup>102</sup>.

Em resumo, o perfil socioeconômico dos participantes desta pesquisa seria o seguinte: feminino, com participantes de diferentes idades, mas com uma ligeira predominância na faixa etária dos 35 a 44 anos. Esses grupo teria renda média de até quatro salários mínimos e grau de escolaridade de ensino superior e pós-graduação. São participantes de diferentes estados do país, mas provenientes, em sua maioria, das regiões Sudeste e Sul do país, mais especificamente dos estados do Rio de Janeiro e do Paraná.

### 5.1.1 Quais São As Características Religiosas Dos Participantes?

Para compreendermos as características religiosas do grupo participante, selecionamos elementos perfil religioso explorado durante a pesquisa: filiação institucional, tipologia da instituição, frequência semanal à igreja e autotipologia. Seria possível visualizar diferentes nuances com base na tipologia da instituição que os(as) participantes frequentam ou com base no tempo que participam de uma igreja evangélica, ou ainda, com a frequência semanal que vão à igreja? Era possível que esses elementos nos revelassem algo mais?

Nas duas *Enquetes*, a pesquisa alcançou participantes de 74 instituições evangélicas e, dentro disso, devemos notar as ramificações que as igrejas evangélicas sofreram no Brasil ao longo do século XX e das primeiras décadas do século XXI, como analisado por Araújo (2023). A complexa fotografia do evangelicalismo brasileiro é composta por ao menos três grupos:

---

<sup>101</sup> Dentro disso, é interessante destacar que o Dunamis Moviment, criado pela Zion Church, criou a Faculdade Dunamis. No site da instituição, eles afirmam ser “uma instituição que tem como missão trazer transformação para o nosso país através de homens e mulheres comprometidos com a verdade, [...]. Uma faculdade com cosmovisão cristã, tendo seus princípios e valores bíblicamente embasados, contando com professores cristãos qualificados” (DUNAMIS, 2024). Assim, o incentivo ao estudo e à carreira vem também por meio da promoção de uma educação profissional cristã.

<sup>102</sup> O crescimento e expansão do segmento evangélico pode ser observado na pesquisa IPESPE/ABRAPEL (2022) que em seu mapeamento observou que os evangélicos representariam 40% na região Centro-Oeste, 20,7% na região Nordeste, 27,7% na região Norte, 29,4% na região Sudeste e 32,7% na região Sul, como descrevemos no capítulo um.

igrejas grandes muito conhecidas, mais ou menos conhecidas ou pouco conhecidas. Nesses dois últimos grupos, geralmente são independentes entre si e algumas são desmembramentos de igrejas históricas e pentecostais (1ª e 2ª onda). Tanto na nossa pesquisa quanto na pesquisa de Araújo (2023), não é possível estabelecer com precisão as afiliações dessas igrejas e determinar quais originaram quais. No entanto, isso não obscurece o fato da diversidade evangélica no Brasil, confirmada pela multiplicidade de igrejas existentes no país.

Para conhecer como os participantes percebiam as suas igrejas com base em algumas categorias sociológicas<sup>103</sup> definidas por nós (tradicional/histórica, pentecostal, neopentecostal, além da opção “outros”), pedimos que eles(as) escolhessem qual denominação acreditavam poder ser aplicada à sua igreja ou que indicassem outra nomenclatura. Ao analisarmos os dados obtidos, constatamos que as igrejas foram classificadas da seguinte forma:<sup>104</sup>

**Quadro 3** - Igrejas distribuídas por autoclassificação dos participantes da *Enquete 2*.

Tradicional/Histórica		Pentecostal		Neopentecostal		Sem Resposta	
Adventista, Assembleia de Deus, Batista, Batista do Bacacheri, Batista do Meier, Batista Lagoinha, Congregacional, Frutos da Promessa, Metodista, Metodista Wesleyana, Presbiteriana Betaninha, Presbiteriana Independente Presbiteriana Reina, Redemption bible chapel.		Aliança com Cristo, Assembleia de Deus, Assembleia de Deus- Ministério Belém, Assembleia de Deus – Ministério Multiplicar, Assembleia de Deus – Vitória em Cristo, Batista, Batista Nacional, Centro Evangelístico Internacional, Igreja Deus é maior, Igreja Evangélica Viva na cidade, Metodista, Ministério Cristo em vós, Ministério Goel, Ministério Restaurando Vidas, Ministério Vitória em Cristo, Ministério Zoe, Nova Essência, Pentecostal, Plenitude, Presbiteriana Renovada, Presbiteriana Independente, União para as Nações, Verbo da Vida		Batista Lagoinha, Bola de Neve, Igreja do Senhor Jesus Cristo, Metodista, Quadrangular		Assembleia de Deus, Batista, Comunidade Evangélica Videira, Comunidade Evangelística – Ministério Atitude, Metodista, Presbiteriana Central de Londrina, Presbiteriana Independente, Verbo da Vida	
Outro							
Tradicional/ Pentecostal	Comunitária	Pentecostal/ Temperada	Renovada	Comunidade	Reformada	Assembleia Renovada	
CCB	Igreja de	Metodista	Ministério	Ponto Igreja	Presbiteriana	Reino e	

<sup>103</sup> Freston (1993), Mariano (2014) e Mendonça (2005).

<sup>104</sup> É importante destacarmos que, em alguns momentos, uma nomenclatura institucional será repetida, uma vez que ela foi classificada de forma diferente pelos participantes. Além disso, certas denominações não foram classificadas pelos participantes.

	Cristo Célula	-		Moriá	Cristã comunidade	-		Graça
--	------------------	---	--	-------	----------------------	---	--	-------

**Fonte:** A própria autora

Observamos, no Quadro 3, que a distribuição das igrejas nas denominações sugeridas, quando feitas pelos entrevistados, difere, em muitos momentos, das categorizações que costumamos aplicar. Embora tenhamos várias categorizações, comumente nos baseamos nas divergências doutrinárias, de costume ou de percurso histórico-institucional para definir as igrejas missionárias (históricas), pentecostais e neopentecostais (Freston, 1993; Mariano, 2014). De fato, algumas igrejas foram alocadas nessas categorias.

A distribuição nos leva a reconsiderar a categorização que fazemos das igrejas evangélicas e se elas podem (ou não) representar de forma fidedigna a realidade dessas instituições. Isso acontece quando analisamos os possíveis motivos que conduziram o(a) participante a considerar a Assembleia de Deus ou a Batista Lagoinha como tradicional/histórica e não como pentecostal, ou mesmo neopentecostal. Sem falarmos das igrejas Metodista e Batista, enquadradas como pentecostal e neopentecostal, respectivamente. Quer dizer, as categorias aplicadas foram diferentes daquelas que as ciências sociais utilizariam.

Durante a coleta da *Enquete 2*, o questionário também foi aplicado de forma manual, permitindo tivéssemos contato direto com alguns participantes. Em determinados momentos, foi possível observarmos que alguns participantes tiveram dúvidas sobre a categoria que melhor representava a sua Igreja. Em uma dessas entrevistas, uma mulher pertencente à Metodista, caracterizada sociologicamente como histórica, hesitou em sua resposta. Ela mencionou que a Igreja possuía uma longa história, mas que seu perfil litúrgico se assemelhava ao das igrejas pentecostais. Apesar disso, ela acabou optando por marcar a opção "tradicional/histórica" com base na história da igreja. Em outra ocasião, na entrevista de um pastor, este também da Igreja Metodista, vimos que ele escolheu a opção "outro", descrevendo sua igreja como "pentecostal temperada".

Será que eles(as) assinalaram essas respostas devido à história da igreja que frequentam? Ou por que não tinham conhecimento suficiente para interpretar as categorias apresentadas? Ou, então, consideraram as transformações pelas quais suas igrejas têm passado nos últimos tempos? O importante é termos em mente que, embora não tenhamos concedido nenhuma definição detalhada aos participantes, eles(as) classificaram as suas igrejas de acordo com a sua compreensão dos termos disponíveis e de suas vivências, incluindo suas percepções dentro e sobre tais instituições. Por esse motivo não excluímos ou desagregamos os dados desses participantes da variável "denominação", pois consideramos que essas "discrepâncias"

constituem a pluralidade da pesquisa.

Além da amplitude do movimento evangélico, buscamos compreender o possível aprofundamento dos participantes na fé cristã. Embora essa possa ser uma categoria subjetiva, partimos do pressuposto que o maior envolvimento institucional, no que se refere a frequência semanal, contribui para a formação e inserção do(a) participante no âmbito da fé cristã. Isto é, participantes que frequentam uma igreja mais vezes por semana estão mais expostos aos princípios da fé cristã e a seus pressupostos do que aqueles que a frequentam uma vez por semana, ou que nem são institucionalmente ativos.

Nessa avaliação, quanto à frequência semanal dos entrevistados, embora não tenhamos perguntado qual culto os participantes frequentavam, os dados apontaram que 90% dos deles(as) participava de ao menos um culto por semana em sua igreja. Poderíamos inferir que esse culto, muito provavelmente, era o culto de domingo, o que mostra que os participantes iam regularmente a uma igreja. Além disso, a frequência de duas vezes por semana, possivelmente sendo um culto dominical e outro durante a semana, foi a opção que recebeu a maioria de votos dos participantes, o que poderia indicar não apenas uma regularidade, como também a sua participação ativa e envolvimento com a igreja. Ao menos três em cada dez entrevistados frequenta uma igreja três vezes ou mais por semana, o que indica um alto grau de envolvimento com a Igreja e a fé cristã.

A nossa preocupação em entender a frequência semanal dos participantes reside no pressuposto de que o envolvimento frequente dos(as) entrevistados(as) contribuiu para a definição de comportamentos e de atitudes não apenas religiosas, mas também político-sociais. Sob a perspectiva da “abordagem sociológica do voto”, Rodrigues e Fuks (2015, p. 117) argumentam que a “proximidade física e a intensidade das interações são fatores que mediam a capacidade de coerção do grupo, pela qual ambientes como família e trabalho, onde são mantidos contatos frequentes e intensos, tendem a ser mais decisivos na orientação política de eleitores”. Embora falem da questão do voto e dos elementos associados à escolha eleitoral, Rodrigues e Fuks (2015, p. 117) iluminam a existência de mecanismos que levam ao desenvolvimento de padrões de comportamento político entre membros de igrejas evangélicas, sendo um deles a “frequência dos indivíduos às atividades da igreja, definindo o nível de integração do indivíduo ao grupo”.

Essa argumentação de associação da frequência semanal a integração das crenças e comportamentos também está atrelada ao fato de que a própria religião evangélica carrega em si uma característica de dedicação ao grupo e à religião. Em uma análise sobre o perfil socioeconômico, afinidades ideologias e comportamento eleitoral, Simone Bohn (2004),

descreve o nível de religiosidade desses fiéis, medido não pela intensidade da crença, mas pelo grau de exposição às autoridades religiosas. Ela aponta que 82,6% dos evangélicos possuem alto grau de religiosidade e exposição às autoridades religiosas, pois vão ao culto uma ou mais vezes por semana.<sup>105</sup> Embora nossa análise seja diferente da apresentada por Bohn,<sup>106</sup> em nossa pesquisa, também observamos o que poderia ser conceituado como “alto grau de exposição”, uma vez que 30% dos participantes declararam frequentar uma Igreja 3 vezes ou mais por semana.

Esse traço característico da dedicação ao grupo, específico do protestantismo brasileiro, é trazido à tona por meio da participação dos fiéis em eventos e reuniões de naturezas diferentes (Rodrigues e Fuks, 2015), como cultos, encontros de oração, de jovens, de mulheres, de homens, de casais, de crianças, seminários temáticos, estudos bíblicos, células/discipulados e atividades sociais, que vão desde almoço de arrecadação de fundos até confraternizações de final de ano. Como afirmado por Novaes (2001, p. 77), “de fato, se olharmos em nossa volta, veremos que não há outra instituição que reúna tantas vezes as mesmas pessoas na mesma semana”.

Assim, para além da escolha eleitoral, trabalhada por esses autores (Rodrigues; Fuks, 2015; Bohn, 2004; Novaes, 2001), a perspectiva da frequência semanal também terá impactos na construção religiosa e nas perspectivas sociopolíticas dos fiéis. A regularidade, em muitos momentos, irá influenciar perspectivas e comportamentos, especialmente entre aqueles que estão mais expostos a preceitos religiosos, ou seja, mais ativos regularmente.

A noção de comunidade também desempenha um papel significativo nesse cenário. Ao conceituar “congregação”, uma comunidade de fiéis, no sentido religioso, Weber (2015, p. 311) afirma que ela nasce como um “produto de cotidianização, ou quando o profeta e ou discípulos asseguram a continuidade da revelação e da administração da graça”. Ele afirma que é uma “relação associativa duradoura entre os adeptos com direitos e deveres fixos. A transformação da adesão pessoal em uma congregação constitui, portanto, a forma normal em que o ensino dos profetas entra na vida cotidiana, como função de uma instituição permanente” (Weber, 2015, p.311). Essa definição nos ajudaria a compreender que, no interior da comunidade religiosa, há um sistema de trocas que perpetua a continuidade de ensinamentos, nesse caso,

---

<sup>105</sup> Na metodologia de Bohn (2004), ela conceitua três graus de religiosidade. No nível baixo, o fiel raramente vai ao culto ou só participa dele algumas vezes no ano. O médio é aplicado a fiéis que vão a uma igreja uma ou duas vezes por mês. Já o nível alto é composto de fiéis que vão a uma igreja uma ou mais vezes por semana.

<sup>106</sup> Na pesquisa, Bohn (2004) aponta três frequências: raramente (algumas vezes por ano); uma ou duas vezes por mês; uma ou mais vezes por semana. Por outro lado, em nossa pesquisa, nossas categorias de frequência foram as seguintes: uma, duas, três ou mais vezes por semana e não frequenta uma igreja no momento.

crenças cristãs. Os adeptos incorporam, de forma pessoal, esses ensinamentos na sua vida cotidiana, como parte de uma instituição maior, a religião cristã. Portanto, não seria equivocado afirmarmos que a exposição a uma congregação define a vida daqueles que participam ativamente dela, isso em comparação com aqueles menos ativos ou sem contato nenhum com uma igreja, como é o caso dos não ativos institucionalmente.

Por outro lado, temos aqueles participantes que já frequentaram uma igreja em algum momento de sua vida, mas que, no momento da entrevista, não o faziam, sendo mais conhecido como “desigrejados”, “desinstitucionalizados”, “sem igreja” ou, como nomeamos nesta pesquisa, “não ativos institucionalmente”. Seja qual for o termo, esse é um fenômeno que vem crescendo no Brasil, assim como nos EUA e em toda a Europa (Bilhalva, 2020). O Censo 2010, não traz em suas classificações algum termo que defina esse fenômeno. O que poderia se aproximar, dentro das possibilidades concedidas, seria “evangélica não determinada”, que, na época, representava 4,8% da população declarada evangélica. Embora o termo “não determinada” possa não ser o mais adequado para nominar o fenômeno em questão, acreditamos que, nos últimos anos, esse percentual tem crescido. Em nossa pesquisa, 10,3% dos participantes declararam não estar frequentando uma igreja. Logo, o que seria “desigrejado” ou “não ativo institucionalmente”?

Nesse caso, “desigrejado” significa não ter uma ligação institucional com uma denominação eclesial. Tal grupo é comumente composto por pessoas decepcionadas com a organização ou com a forma de atuação da instituição religiosa, recusando-se a congregar, uma vez que essas pessoas creem que a Igreja, enquanto representação institucional, é um sistema que não funciona mais. Além disso, o grupo acredita em um cristianismo que não necessita de uma instituição para existir, não havendo, assim, necessidade de ir à Igreja para se encontrar com Deus (Bilhalva, 2020). É importante ressaltarmos que esses indivíduos não romperam com a tradição cristã ou com a confissão dogmática. Pelo contrário, reconhecem os sacramentos do Batismo e da Santa Ceia, por exemplo, e valorizam uma vida piedosa. No entanto, não acreditam na verticalidade da fé institucional.

Por outro lado, isso não significa, necessariamente, que essas pessoas vivam isoladas de outros cristãos. Há uma pluralidade entre os desinstitucionalizados. Segundo Bomilcar:

Aqueles que se declaram sem-igreja, sem vínculo parcerias ou compromissos institucionais com comunidades e denominações; os que se desencantaram com a instituição formal religiosa e mantém uma distância preventiva moderada ou assumida acintosamente; Outros ainda estão arraigados na Igreja instituição. Serve-se dela com motivações, mas vivem relacionamentos superficiais e quase nulos; Há os que se recolhem em grupos pequenos, que se reúnem informalmente em casas, escritórios, salões alugados, parques ou escolas; Há ainda os cristãos sem-igreja, que

acompanham mensagens e reflexões pela internet (Bomilcar, 2012 *apud* Bilhalva, 2020, p. 17).

Esses indivíduos existem fora dos moldes das Igrejas tradicionais: uma igreja fora da Igreja. Essa igreja, que se reúne fora da Igreja, pode se organizar em pequenos grupos, de modo online ou ainda de maneira individual. Como mencionado anteriormente, eles reconhecem a fé e os dogmas cristãos, mas rompem com dogmas religiosos. Seria também comum, dentro desses agrupamentos, não haver exigência de dízimos ou ofertas. Quando isso ocorre, é de forma espontânea, uma vez que esse tema é considerado um dos motivos da desinstitucionalização. Aliás, seria complexo cravarmos os motivos que levam a esse afastamento. Vários poderiam ser mencionados, como a mercantilização da fé, a decepção com lideranças religiosas por conta do culto à personalidade e/ou do abuso de poder, o envolvimento da Igreja com a política e até mesmo com o tráfico de drogas, entre outras coisas. Esse movimento de desinstitucionalização é atinge apenas a estruturação institucional eclesiástica, espalha-se pela música, num rompimento com o estilo gospel.

Esse é tema que necessita de aprofundamento, de modo que algumas pesquisas têm se dedicado a isso.<sup>107</sup> Encontramos, ainda, críticas a esse movimento, estas apoiadas na “ordenança” de Deus à vida em comunidade,<sup>108</sup> numa execração de práticas oriundas de expressões que não coadunam com os valores bíblicos cristãos. De qualquer forma, embora represente 10% da nossa amostra, esse fenômeno é importante para o cenário evangélico brasileiro. Por isso, ampliamos a nossa amostra na *Enquete 2* e incluímos esse grupo na pesquisa, para conhecermos o posicionamento político-social de uma população que não está diretamente conectada com uma instituição religiosa, mas que, no entanto, preservaria certos valores da fé cristã, inclusive, no que se refere a optar por participar da pesquisa.

Por fim, parte do processo de conhecer sobre o perfil religioso dos participantes está em compreender como esse grupo se autoclassifica. Eles(as) se consideram evangélicos(as), protestantes, discípulos de Jesus ou se definiriam utilizando outro termo? Qual é a identidade religiosa desse grupo? No capítulo um, tivemos a seção “Evangélicos ou protestantes: o que dizem que eles são?”.

No Brasil, os termos “protestante” e “evangélico” tornaram-se sinônimos de “cristãos

<sup>107</sup> Já existem trabalhos que mapeiam os motivos da desinstitucionalização e seus desdobramentos, como exemplos podemos mencionar: Feridos em nome de Deus (Cesar, 2008); Como Ser Cristão Sem Ser Religioso (Ridenour, 2008); “Os desigrejados: estudo sobre o fenômeno da desinstitucionalização contemporânea nas igrejas evangélicas” (Bilhalva, 2020) e “Os desigrejados e a crítica à institucionalização da igreja” (Assad, 2023)

<sup>108</sup> Algumas referências bíblicas utilizadas são: Sl 133. 1: “Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união” e Hb10.25: “Não deixemos de reunir-nos como igreja, segundo o costume de alguns, mas encorajemo-nos uns aos outros, ainda mais quando vocês veem que se aproxima o Dia.”

não católicos”. Segundo Gonçalves (2023), há dificuldade em localizar os termos devido aos contextos nos quais são apresentados, incluindo o contexto denominacional. Como exemplo, ele cita a Igreja Evangélica Luterana, que, em sua nomenclatura, usa a palavra “evangélica”, tal como a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Isso demonstraria, segundo ele, que mesmo havendo diferenças denominacionais, existe uma

Espécie de “*modus operandi*” entre as igrejas evangélicas em termos de conteúdo teológico, importando dos EUA, para a grande maioria das igrejas fruto de missão estadunidense, e uma certa “coerência” litúrgica em termo de uso da Bíblia e dos cânticos, que são comuns entre as denominações (Gonçalves, 2023, p. 95-96).

No entanto, essa junção criou barreiras que vêm sendo observadas na associação com o termo “evangélico”, especialmente depois que algumas igrejas e pastores ligaram o “grupo evangélico” a temas exteriores à esfera religiosa, como a política e a mercantilização da fé, entre outros. Esse movimento explicaria o distanciamento de alguns indivíduos em relação ao termo “evangélico”, a fim de marcar posição contrária ao que vem sendo defendido por alguns “evangélicos” (Gonçalves, 2023).

Por outro lado, Gonçalves (2023) afirma que a utilização do termo “protestante” não “colou” no Brasil, tanto em relação a uma identidade coletiva, quanto institucionalmente. Isso teria acontecido porque o termo foi atrelado ao aspecto individual de processamento da fé, com base na interpretação direta e pessoal da Bíblia, como uma oposição ao ensino católico operada por missionários estrangeiros que chegaram ao país. Mesmo sendo utilizado por eles, as igrejas chamadas históricas não utilizam esse termo para se identificarem. Isso teria ocorrido, segundo o autor, durante uma busca de aproximação com a Igreja Católica durante a década de 1930. Houve uma noção de que o termo “evangélico” abrangeria um maior grupo de cristãos, ou crentes, não pertencentes à Igreja Católica.

Uma pesquisa realizada pelo Lifeway Research, em 2017, com o objetivo de desmistificar o mito do “voto evangélico”, demonstrou que americanos aptos para participarem da pesquisa por serem “evangélicos” não se identificaram dessa forma, mas como “nascidos de novo”. Assim, para compreender os motivos dessa decisão, o instituto questionou se, caso o termo não tivesse relação com a política, eles considerariam a escolha da palavra para se autodenominarem. Em conclusão, 25% disseram que sim e 12% afirmaram não ter certeza (Borba, 2020).

Em movimento semelhante e para compreender os níveis de associação, ou não, ao termo “evangélico”, perguntamos aos participantes do nosso estudo como eles se autoclassificariam. Como apontamos no nosso capítulo quatro, resolvemos apenas utilizar os dados da *Enquete 2*. Nisso, observamos que os dados se distribuíram de forma igual e não houve

opção que tenha se destacado na preferência dos participantes. Ainda assim, o termo “evangélico” foi o mais escolhido pelos entrevistados (40,3%), mas a opção “discípulo de Jesus” foi escolhida por 33,9% e a opção “protestante”, por 19,7%.

É interessante notarmos que, dentro do grupo de cristãos não católicos, comumente chamados de evangélicos, pode não existir uma identidade religiosa homogeneizada, ou seja, pode não haver consenso quanto a uma nomenclatura única. Ainda que o termo “evangélico” tenha, em nossa pesquisa, apresentado uma ligeira preferência, devemos ter em conta que ela não foi majoritária e as respostas se distribuíram entre as opções disponíveis. O que isso poderia significar para esta pesquisa? Assim como a pesquisa do Lifeway sugeriu a possibilidade de um falso mito do “voto evangélico”, poderíamos estar diante da mesma situação. Afinal, embora alguns façam ressalvas, é comum a percepção dos evangélicos como um bloco homogêneo, seja por voto ou em questão de posicionamento político-social-ideológico. No entanto, o que vemos, na prática, é que, para além das fragmentações denominacionais, há fragmentações de identidade religiosa dentro do grupo.

Para compreendermos essa interação, pedimos aos nossos entrevistados(as) que explicassem suas escolhas. Observamos que as justificativas dos(as) “discípulos de Jesus” e “protestantes” envolveram, em comum, o afastamento do termo “evangélico”, especialmente devido ao que ele está associado no Brasil. Como vimos no capítulo anterior, entre os que se classificaram como “discípulos de Jesus”, as justificativas foram em torno da ideia de unificação que o termo possibilita. No entanto, não seria uma unificação religiosa, uma vez que separação da religiosidade foi um tópico abordado, mas a unificação ideológica de seguir a Cristo e ser como ele.

A classificação “protestante” foi a que teve a menor adesão entre as três. Observamos que a oposição ao termo “evangélico” não se restringia à questão religiosa, como no caso dos “discípulos de Jesus”. No entanto, as justificativas se basearam na identificação com as raízes históricas da Igreja Protestante, a ética teológica e a justiça social. Se a palavra “protestante” já serviu como identificador de oposição ao catolicismo, hoje, ele estaria em oposição ao termo “evangélico”. Mais do que entre os “discípulos de Jesus”, foi comum encontrar justificativas que escolheram o tema por ser uma oposição ao termo evangélico e ao que ele representa no Brasil hoje.

Para esses dois grupos, replicamos a proposta da pesquisa do Lifeway, isto é, perguntamos aos participantes se, caso o termo não tivesse relação com a política, eles aceitariam a sua escolha. Diferentemente dos resultados da pesquisa do Lifeway, em nossa pesquisa, observamos que os resultados ficaram distribuídos, com 38,2% afirmando que não,

35,2% afirmando que sim e 26,4% respondendo que talvez. No entanto, quando analisamos as justificativas, observamos que os participantes que não escolheram “evangélico” tenderam mais a se distanciar do termo, até mesmo do que ele representa, não considerando a sua utilização, ainda que ele pudesse ter outras representações.

Esse debate nos fez refletir sobre a capacidade de identificação que o termo “evangélico” possui na da comunidade. Ele se apresenta como um importante termo cultural e acadêmico para a identificação de um grupo específico, os “não católicos”. No entanto, internamente, pode não ser tão bem aceito. Não iremos propor aqui uma mudança de nomenclatura, evidentemente, pelo contrário, continuaremos a chamar esse fenômeno de evangélico(s). Contudo, isso nos leva a pensar sobre os mitos que cercam a palavra “evangélico” e a comum homogeneização que realizamos do conceito (inclusive internamente!). Será que, se deixássemos uma resposta aberta, sem oferecer opções, os participantes selecionaram outra opção que não “evangélico”? Ou essa resposta viria de forma automática? Seja como for, é essencial compreendermos melhor esse grupo para além das nuances que vemos na sua atuação na esfera pública, uma vez que isso seria resultado da forma como eles(as) se identificam e significam aquilo que acreditam.

## 5.2 RAÍZES CRISTÃS: UMA ANÁLISE DAS CRENÇAS QUE DIRIGEM GRUPOS EVANGÉLICOS

Embora a sociologia não tenha obrigação de estudar os elementos centrais e minuciosos do fenômeno religioso, ao contrário da teologia, Max Weber, em vários de seus trabalhos sobre o tema, indicou a necessidade de compreendermos quais seriam as possíveis influências do comportamento religioso sobre outras atividades da vida pública, como: ética, política, educação, economia e outros. É necessário compreendermos, mesmo que não tão minuciosamente quanto em uma pesquisa teológica, as raízes que os indivíduos cultivam em suas vidas ao decidirem seguir uma determinada religião. Neste caso, a cristã. Essas raízes são as crenças cristãs que eles(as) compreendem em suas significações e utilizam em suas vidas espirituais e sociais. Entender esse fenômeno nos permitirá identificar os comportamentos que tais raízes podem gerar.

Abordar as crenças cristãs evangélicas, ou raízes cristãs, seria, no mínimo, uma tarefa longa. Embora compreendamos que, institucionalmente, os evangélicos formam um grupo heterogêneo, encontramos, ao menos, quatro características comuns às diferentes denominações evangélicas, como:

- a) *A centralidade salvífica de Jesus Cristo*, crucificado e ressurreto, conforme o testemunho das Escrituras;
- b) O reconhecimento da autoridade das Escrituras em tudo que elas afirmam, com ênfases: na criação, queda, restauração e *volta de Jesus no final dos tempos*;
- c) *A realidade da igreja como fruto da evangelização, e a afirmação de sua vocação missionária*, tanto no seu próprio contexto como na expansão do evangelho até os confins da terra;
- d) *O compromisso com o arrependimento na busca de uma vida santa que afirme os valores cristãos*, um caráter íntegro, uma vida familiar sólida e um testemunho público de credibilidade (Steuernagel, 2018, §8, grifos nossos).

Cada um dos quatros elementos representa uma parte do conjunto de crenças cristãs que os evangélicos propagam em suas vivências. Das partes apresentadas, três delas abordamos de alguma forma durante a realização da nossa coleta de dados. No entanto, é crucial conhecermos a principal base da crença cristã, a crença em Jesus Cristo como Salvador.

O primeiro elemento se refere a centralidade salvífica de Jesus Cristo, que segundo a crença cristã foi crucificado e ressurreto. Ou seja, essa referência não é exclusiva dos evangélicos, os católicos também acreditam nisso. O Credo Apostólico expressa a crença em Jesus Cristo que “padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu ao reino dos mortos, ressuscitou ao terceiro dia”. Assim, esse é um dos pontos centrais e definidores do próprio cristianismo. Afinal, há uma importante relação entre o Salvador e aquele que precisa/quer ser salvo.

Na noção weberiana, esse Salvador se determina como intermediário entre o divino e o humano e, às vezes, ele pode se identificar como a própria divindade. Algo semelhante é observado na crença cristã em relação à existência de Jesus e a sua relação entre o divino e humano. Nas Escrituras, o Evangelho de João descreve: “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus [...] E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo. 1:1;14). Uma descrição semelhante sobre Jesus também é observada na narrativa do Apóstolo Paulo aos Filipenses: “Ele, [*Jesus*] estando na forma de Deus, não usou de seu direito de ser tratado como um deus, mas se despojou, tomando a forma de escravo. Tornando semelhante aos homens e reconhecido em seu aspecto como um homem” (Fp. 2. 6-7). Em ambos os relatos, é possível observar a construção de uma imagem divina que se materializa em uma forma humana e intermédica os dois universos.

Para que essa crença se concretize, é necessário existir confiança na revelação do salvador e em suas promessas (Freund, 2003). Weber (2015, p.396) afirma que a novidade de que “Cristo rompeu o poder dos demônios pela força de sua inspiração e salvaria seus adeptos do poder deles, constituía no cristianismo primitivo, uma das mais destacadas e eficazes de suas promessas”. Para ele, esse desejo pela salvação traz “consequências para o comportamento

prático da vida”.<sup>109</sup> Aquilo que ele chama de “motivos religiosos”, que incluem os princípios, as crenças e o ensinamentos da fé cristã, mas também as noções de moralidade, ética e condução da vida, organiza as ações práticas dos indivíduos a partir desses valores. Isso implica escolhas, comportamentos e até mesmo decisões cotidianas que passam a ser influenciadas por esses princípios e ensinamentos religiosos.

Dessa forma, não se trata apenas da crença em Jesus como Salvador, mas como essa proposta de salvação futura, atrelada aos princípios e ensinamentos religiosos, incluindo noções de moralidade, valores e condução da vida, organiza as ações práticas de fiéis. É com base nisso que abordaremos os três tópicos que estão presentes na crença cristã e que impactam, de alguma forma, a organização e a condução da vida de fiéis. Para isso, estruturamos o debate em três seções: “Evangelização e cristianização”, “O compromisso com o arrependimento na busca de uma vida santa que afirme os valores cristãos”.

### 5.2.1 Entre a Evangelização e a Cristianização

Parte da conjuntura que molda a crença cristã é evangelização, aliás, a igreja é percebida como resultado da ação da evangelização e propagação do evangelho. Steuernagel (2018, §8) afirma: “A realidade da igreja como fruto da evangelização, e a afirmação de sua vocação missionária, tanto no seu próprio contexto como na expansão do evangelho até os confins da terra”. E essa noção se transformou em um dos principais motes da Igreja Evangélica. A Teologia da Evangelização explica que o verbo “evangelizar”, do grego *euangelizesthai*, significa “anunciar boas-novas”, pode ser encontrado 52 vezes no Novo Testamento. Já o substantivo “boas novas” (*euangelioni*) teria 72 ocorrências no Novo Testamento, especialmente nos escritos do apóstolo Paulo (Tidball, 2009). Desta forma, Tidball (2009, p. 1041) afirma que evangelização é “compartilhar ou anunciar boas novas”. Essas “boas-novas” referem-se, segundo o autor, a divulgação de que Jesus Cristo morreu pelos pecados da humanidade, ressuscitou entre os mortos, com base nas Escrituras, e que agora reina como Senhor e oferece perdão de pecados a todos que se arrependem e creem nisso.

Esse processo, que dialoga diretamente com o cerne central da crença cristã – a centralidade salvífica de Jesus, que foi crucificado e ressurreto –, desenvolve-se para a divulgação dessa mensagem e torna-se parte do “ser cristão”. Essa missão pessoal, que envolve o “ser cristão”, é composta de diferentes aspectos, como o grande comissionamento de Jesus

---

<sup>109</sup> Ibidem, p. 397.

aos seus discípulos, de testemunharem e espalharem sua mensagem por toda a terra (Mt. 28.18-20), e o ser enviado por Jesus (Jo. 20. 21). Esses dois elementos, em especial o grande comissionamento, transformaram-se em uma das principais bases da Igreja para a evangelização como parte de sua missão na terra. Desse modo, permitiu que o cristianismo primitivo se espalhasse para diferentes partes do mundo e fosse institucionalizado por Constantino durante os séculos IV e V, após a sua conversão.

No Brasil, a evangelização não se restringiu ao protestantismo, mas também ao catolicismo com os padres Jesuítas, no período de colonização. Cesar (2000), no livro *A história da evangelização no Brasil*, divide esse fenômeno no país em três fases: a cristianização do país pelos missionários católicos nos séculos XVI, XVII e XVIII; a evangelização protestante no século XIX; e a pentecostalização<sup>110</sup> do país no século XX. Dessa forma, poderíamos entender que a evangelização protestante teve início em um Brasil “minimamente” cristianizado pela Igreja Católica e se pentecostalizou no século seguinte. No entanto, poderíamos estar diante de um novo processo, isto é, a cristianização, dessa vez capitaneado pela Igreja Evangélica.

No nosso capítulo dois, afirmamos, com base em Cox (1995, *apud* Mariano, 2014, p. 44), que a dicotomia entre Deus e o Diabo deixou de ser apenas uma representação teológica e passou também a ter uma representação de uma dominação sociopolítica. Kepel (1995) afirma que o despertar da mobilização evangélica para os assuntos políticos reflete as concepções de recristianização da sociedade “pelo alto”. Ou seja, busca-se alcançar influência política na parte mais alta da pirâmide social, por meio da crescente influência na esfera político-partidária e mídia eletrônica. Embora a Teologia do Domínio, que aborda a cristianização da sociedade, não suplante a noção de Batalha Espiritual, ela aparece como uma forma compacta para justificar a cristianização da sociedade (Heuser, 2001). Essa noção, como apresentado no capítulo mencionado, não significa apenas testemunhar as boas novas e a salvação individual, mas transformar ativamente o local em que se está inserido.

Na *Enquete 2*, criamos algumas frases que circulam dentro do ambiente evangélico e que poderiam ser facilmente assimiladas pelos(as) entrevistados(as). Destas, três podem ilustrar o movimento da evangelização para a cristianização e ainda como eles se mesclam em alguns

---

<sup>110</sup> Como pentecostalização pode-se atribuir ao processo em que as práticas, crenças, dogmas e estilos característicos do pentecostalismo são adotados por outras instituições cristãs. Esse fenômeno pode incluir a ênfase em experiências sobrenaturais, inclusive a guerra contra o Diabo, glossolalia, curas, e entre outras manifestações, mas sendo especialmente atrelado a ênfase emocional. Quanto a sua derivação, a neopentecostalização, ela se refere a todos os elementos atrelados ao neopentecostalismo, que podem ser tanto os já estabelecidos pelo pentecostalismo clássico, quanto às inovações teológicas, como os estilos de música que adotam o *gospel* e o *worship*, quanto aos cultos com momentos de discursos carregados de emoção, carisma e com improvisações musicais. No Brasil, a pentecostalização e a neopentecostalização já podem ser observadas dentro de igrejas do protestantismo histórico.

momentos. Na FT4, afirmamos que os cristãos, por não pertencerem a este mundo, não precisavam se envolver em questões políticas, sua missão na terra é apenas pregar o evangelho. Essa FT tinha o objetivo de ser um termômetro, na busca de compreender se o engajamento político-social era parte do objetivo da evangelização como missão religiosa. Os resultados dessa FT mostraram que 51% discordaram da afirmativa. A rejeição se confirmou também na variável “frequência semanal” em todas as opções de frequência, inclusive entre os “não ativos institucionalmente”.

Nas FTs 2 e 3, afirmamos, respectivamente, sobre “ganhar o Brasil para Jesus” e sobre a “influência nas esferas da sociedade para a cristianização do mundo”. Ambas as frases teriam se originado dentro da Teologia do Domínio, a primeira mais atrelada à Batalha Espiritual, a segunda, a um processo de cristianização mais ativo da sociedade, e tinham por objetivo entender uma possível adesão à cristianização da sociedade. Na análise dos dados gerais, observamos que, na FT2 79%, os entrevistados(as) concordaram de alguma forma com a frase. Já na FT3, a concordância foi de 73%. Quando observamos as nuances dos resultados comparativamente com a frequência semanal, os índices de concordância são majoritários, em ambas as FTs, entre aqueles que frequentavam uma igreja regularmente. O cenário muda quando observamos as interações entre os não ativos institucionalmente. Nesse grupo, embora, em ambas as FTs, não tenha havido uma opção majoritária, observamos que a discordância foi ligeiramente preferida.

Embora nossa pesquisa abranja apenas uma pequena parcela dos evangélicos brasileiros e não possamos realizar inferências, os resultados sugerem uma tendência quanto a uma mudança de paradigma: um deslocamento pendular da evangelização, que não deixa de existir, mas transmuta em diferentes momentos para a cristianização. Esse movimento se fundamenta nos dados, que mostraram a rejeição da ideia de apenas pregar o Evangelho sem engajamento político-social e na adoção de um engajamento ativo que se apoia, e se justifica, em elementos religiosos cristãos. Se, no século XIX, a ênfase estava na evangelização para difundir a religião e estabelecer igrejas evangélicas, agora, com esse objetivo alcançado, a cristianização busca disseminar a fé cristã em outras áreas da vida social. Dessa forma, os resultados apontam para possibilidade de uma mudança significativa no pensamento e na prática dos evangélicos brasileiros, que estariam adotando uma abordagem de cristianização mais abrangente, que busca uma influência mais ampla na sociedade

Por outro lado, é importante explicarmos que, a noção de cristianização pode ser vista como extrema, especialmente à luz de sua história. Contudo, nosso objetivo aqui é tratar a cristianização como um elemento oposto à evangelização, ligando-a a uma noção político-

social com elementos religiosos e coletivos, enquanto a evangelização estaria relacionada a uma noção mais religiosa individual. Essas noções se entrelaçariam na crença cristã, especialmente na crença no comissionamento e envio de Jesus Cristo, que ajuda a sustentar essa mudança de paradigma e a mesclar os processos de evangelização a cristianização no ideário desse grupo.

Podemos visualizar o Brasil que transita entre a ênfases de evangelização, enquanto propagação do Evangelho, a ênfase de cristianização de diversas áreas da vida social, por meio do engajamento ativo de evangélicos. Isso se torna especialmente relevante quando os chamados “valores cristãos” estão sob ameaça, distorcidos ou para serem introduzidos em determinado contexto, como a questão do aborto, família, homossexualidade, entre outros temas “sensíveis” para o grupo. Portanto, nessa noção, é crucial ter evangélicos em posição estratégica ou de liderança, não apenas para preservar os valores cristãos, mas também para refletir sobre a volta de Jesus, que seria condicionada pelo pós-milenismo, numa atuação mais efetiva dos fiéis, elemento que discutiremos posteriormente.

### 5.2.2 Os Valores Cristãos E Sua Importância No Ser Cristão

Como parte das raízes cristãs, estão os valores cristãos, ou seja, os princípios éticos que norteiam as vidas dos indivíduos ao se vincularem a religião cristã evangélica/protestante. Segundo Gladwin (2011, p. 397), como parte da ética social, o cristão tem de “refletir sobre os temas básicos da fé bíblica e suas implicações de valores cristãos”. Nenhuma discussão sobre temas sociais, como família ou fatos sociais, pode ser desenvolvida sem que se considere os modelos e exemplos que estão nas Escrituras. Assim, essa ética social não é meramente ética convencional, mas fundamenta-se em valores que estão enraizados e descritos nas Escrituras bíblicas.

Assim como na descrição da crença cristã, a explicação dos valores cristãos ou do “Reino” torna-se uma tarefa subjetiva. Partindo do princípio de que os valores cristãos são princípios bíblicos, eles deveriam ser homogêneos em toda a comunidade cristã. Entretanto, ao indagarmos sobre os valores que os participantes observam que o Brasil poderia adotar, notamos que, além de baseados na Bíblia, esses valores podem ter significados diversos, sendo possível atrelar diferentes perspectivas bíblicas a eles. Na *Enquete 1*,<sup>111</sup> perguntamos aos participantes quais valores cristãos eles(as) consideravam que a cultura e política do Brasil deveriam incorporar.

---

<sup>111</sup> A questão dos valores cristãos estava presente apenas no *Survey 1*.

Na nossa análise, apresentada no capítulo quatro, observamos que de acordo com a nuvem de palavras relativa aos valores considerados cristãos que os(as) participantes consideravam importantes ter na sociedade brasileira (Figura 10) não são exclusivas do universo cristão; pelo contrário, são elementos que podem ser encontrados em outras religiões. No entanto, esses valores foram considerados pelos participantes como valores de características cristãs. É interessante observar que o termo “família”, embora não tenha figurado como o mais mencionado, foi citado como resposta nas duas perguntas quanto aos valores; o que sinaliza a importância que o tema “família” possui para a comunidade evangélica.

Ainda na *Enquete 1*, perguntamos aos participantes em quais temas os participantes se consideravam “conservadores” e em quais temas se consideravam “progressistas”.<sup>112</sup> Nessa questão, observamos que “família” foi a palavra mais mencionada quanto aos temas considerados “conservadores”, com 51 menções. No entanto, “família” não aparecia ente os temas considerados “progressistas” para o grupo. Segundo Kingdon (2011), o entendimento teológico da família tem pelo menos dois pilares: a unidade familiar como parte da criação, para que a raça humana se desenvolva por meio da família; depois, a família seria parte do pacto de Deus com Seu povo, estabelecido por meio de Abraão, onde seriam bem-sucedidas as famílias a partir dele.<sup>113</sup> Assim, o autor afirma que, para o grupo, família é tanto uma “estrutura teológica, quanto biológica e social” (Kingdom, 2011, p.423); e poderíamos acrescentar, também, uma estrutura política.

Complementar e paralelamente aos valores cristãos, estão os valores do Reino de Deus. No nosso capítulo três, abordamos a noção de Reino de Deus e como ela pode ser entendida a partir da crença na volta de Jesus. Como afirmado, o Reino de Deus constitui um dos temas mais básicos e essenciais das Escrituras e, conseqüentemente, dos cristãos. A noção do Reino de Deus pode ser percebida como a manifestação da Igreja e a difusão do Evangelho, além do reino escatológico, no futuro, associado ao retorno de Cristo (Gaffin, 2011). Ambas as perspectivas foram abordadas durante a pesquisa. No entanto, aqui, o desafio é compreendermos quais seriam os valores do Reino de Deus. Nas Escrituras, o Reino é descrito como justiça, paz e alegria no Espírito Santo.<sup>114</sup> Assim, ao olharmos novamente para crença, a partir das Escrituras, encontraremos esses valores como parte dos valores do Reino.

É interessante notarmos que essas palavras tiveram presentes, de alguma forma, nas

---

<sup>112</sup> Essa questão não foi detalhada no capítulo quatro, no entanto, ela se encontra disponível para consulta no Apêndice A.

<sup>113</sup> Segundo o texto do livro de Gêneses 12.3, Deus teria afirmado a Abraão: “Abençoarei os que o abençoarem, e amaldiçoarei os que o amaldiçoarem; e por meio de você todos os povos da terra serão abençoados”.

<sup>114</sup> Rm. 14.17

respostas dos participantes deste estudo no que se refere aos valores do Reino que eles(as) acreditavam dever estar presente na política, como pudemos observar no capítulo anterior. Observamos muitas menções da passagem do Sl. 33:12: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”, que denota a soberania de Deus para um país. No entanto, também encontramos muitas analogias que vinculavam a possível presença dos valores do Reino a uma mudança de realidade na política brasileira, uma vez que esses valores eram considerados “corretos” e “justo” e acarretariam mais paz, prosperidade e honestidade para o Brasil. Por outro lado, é importante apontar que aqueles que não acreditam que a política necessita dos valores do Reino defenderam a laicidade do Estado e a separação com a Igreja. Complementaram afirmando que os valores do Reino podem ser excludentes, dependendo de como são articulados, e que não podem se misturar com a política. O participante 2021515 (grifo nosso) afirmou:

Como cristão digo que a política precisa de uma *renovação moral e ética*. Creio que os valores do Reino de Deus manifestam-se espontaneamente e sem a necessidade de anúncio. Diante disso, defendo um posicionamento instrumental do cristão na política, pois compreendo que o voto cristão pode contribuir para trazer a *renovação moral* que a sociedade brasileira precisa. Não vejo a necessidade ou viabilidade de partidos cristãos, pois, em última instância, não creio que os problemas políticos se resolvam apenas pela política. Entendo que somente uma transformação interna no homem e não o humanismo poderá trazer a ética necessária no individual e coletivo.

A justificativa desse participante conecta-se diretamente com a descrição de Freund (2003) sobre a sociologia da religião de Weber e, de certa forma, com os demais estudos sociológicos da religião. Ele afirma: “as pesquisas sociológicas sobre a religião se tornam ao mesmo tempo pesquisa relativas à sociologia econômica ou política e, sobretudo, à sociologia da moral” (Freund, 2003, p.130). A noção de moralidade, princípios éticos, é de significativa importância para diversos grupos evangélicos, afinal de contas, ser moralmente correto é parte do ser cristão, e Deus abominaria todas as pessoas moralmente infiéis.

Os valores cristãos e do Reino também carregam a significação de princípios éticos para esse grupo. Por isso, ao majoritariamente concordarem que os valores morais no Brasil estão corrompidos, os participantes sinalizam a percepção que possuem quanto a uma crise de valores, que só poderia ser resolvida com a propagação dos valores cristãos. Consequentemente, o grupo tende a se posicionar dependendo da forma como esses valores são articulados na sociedade: aquilo (ou aquele) que os fere será rejeitado e os que (quem) defende possivelmente será aceito. Ou seja, existe uma severa importância para alguns evangélicos em relação a determinados valores, especialmente aqueles que podem ser atrelados diretamente à Bíblia, como amor, justiça, família, ética e verdade, ainda que alguns desses não sejam temas de natureza exclusivamente cristã.

### 5.3 “O REI ESTÁ VOLTANDO”: A CRENÇA NA VOLTA DE JESUS E AS TENDÊNCIAS ENVOLVENDO ESSA EXPECTATIVA

O Rei está voltando  
 O Rei está voltando  
 A trombeta está soando, o meu nome a chamar  
 O Rei está voltando  
 O Rei está voltando  
 Aleluia, Ele vem me buscar  
 (Orlando; Figueiredo, “s.d”)

O trecho da antiga e conhecida música da Harpa Cristã,<sup>115</sup> “O Rei está voltando”, exemplificaria de forma completa uma das principais crenças e expectativas dos cristãos evangélicos: a Parusia, ou seja, a segunda vinda de Jesus à Terra. Embora a música, quando analisada, seja composta de elementos da abordagem pré-milenista dispensacionalista, ou seja, ênfase no arrebatamento, ajuda a demonstrar como a noção da volta de Jesus faz parte do imaginário dos evangélicos. No entanto, essa construção não se restringe apenas ao plano da prática religiosa, mas também influencia elementos práticos da condução da vida, conforme destacado por Weber:

Para nós, a ânsia pela salvação, qualquer que seja sua natureza, é de interesse especial, na medida em que traz consequências para o *comportamento prático na vida*. Esse rumo positivo e mundano é dado de modo mais intenso pela criação de uma “*condução da vida*” *especificamente determinada pela religião* e consolidada por um sentido central ou um fim positivo, isto é, pela circunstância de que surge, a partir *de motivos religiosos*, uma *sistematização das ações práticas em forma da orientação destas pelos mesmos valores*. O fim e o sentido desta condução da vida podem estar dirigido o puramente ao além ou, também, pelo menos em parte, a este mundo (Weber, 2015, p. 397).

Dessa forma, não se trata de questionarmos se a religião influencia a vivência prática da vida, mas de compreendermos as formas como isso acontece e como se revela a nós, especialmente no plano político-social. Até aqui, apresentamos o perfil dos(as) participantes e a descrição de suas crenças. Nesta seção, nosso objetivo é compreender como essas crenças podem ser observadas na prática, por meio das escolhas dos(as) participantes, em questões que envolviam temas sociopolíticos e religiosos. Ou seja, como as crenças podem se revelar nas tomadas de posição desse grupo?

---

<sup>115</sup> A Harpa Cristã se refere ao hinário das Assembleias de Deus lançada em 1922. Com 640 hinos, a Harpa conseguiu romper as fronteiras da Assembleia de Deus e se popularizou por outras denominações, inclusive de característica histórica. Muitas das músicas foram readaptadas ao longo dos anos, tanto em termo rítmicos quanto em relação às letras, como a música que exemplificamos. Na Harpa, ela é a música 547 e possui trechos diferentes da versão que colocamos como exemplo.

### 5.3.1 A Expectativa Na Volta De Jesus: A Junção Do Presente Com O Futuro

O tema da volta de Jesus pode ser considerado, assim como o do Reino de Deus, um dos assuntos mais básicos e essenciais das Escrituras e principal crença da tradição cristã protestante. A crença na volta de Cristo para buscar sua igreja, isto é, os fiéis, é a principal certeza que os norteia. Observamos que, entre os(as) participantes da pesquisa, 78% afirmaram acreditar que Jesus está voltando, como algo próximo de acontecer. Para este grupo, a esperança de que o Salvador, Jesus Cristo, os transportará para um mundo divino, o Reino de Deus, retirando-os deste mundo terreno, cheio de mazelas e dificuldades é um dado “real”. Essa noção, além de se apresentar como um motivo religioso, também se apresenta nos processos de condução de vida.

No capítulo três, discutimos a Escatologia como um campo de estudo da teologia que analisa os desdobramentos dos finais dos tempos e da volta de Jesus. Com base em Rocha (2010), observamos que há uma relação direta e bilateral entre as convicções religiosas e contextos políticos, econômicos e sociais, com influência mútua nesses processos. Consequentemente, a convicção na volta de Jesus está inserida nesse processo.

Além de definirmos o que era a escatologia, observamos que o campo possui quatro tipologias ou abordagens que interpretam as diferentes maneiras como os eventos do fim dos tempos, ocorrerão pré-milenismo histórico, pré-milenismo dispensacionalista, pós-milenismo e amilenismo. Cada uma dessas abordagens interpreta, à sua maneira, os mesmos eventos, diferenciando-se, principalmente, pela sequência temporal do milênio. Além disso, dentro do campo da escatologia, há a análise dicotômica da temporalidade do “já e ainda não”. Ou seja, o Reino de Deus já existe, mas ainda não atingiu a sua completude, que ocorrerá apenas na volta de Jesus.

Durante a segunda etapa da nossa pesquisa, na Enquete 2, muitas de nossas indagações de pesquisa estiveram direcionadas à percepção de que os participantes teriam sobre a escatologia. Observamos que, entre nossos(as) entrevistados(as), 42% afirmaram desconhecer as quatro abordagens apresentadas e 27% declararam conhecer todas, e não tivemos nenhuma outra sugestão de abordagem que pudesse ser acrescentada às existentes. No entanto, o desconhecimento teológico da escatologia, enquanto campo de estudo, não impede o conhecimento religioso e vivencial sobre o tema.

Embora, como já afirmado, a escatologia, enquanto um conceito, não seja conhecida pela maior parte dos(as) evangélicos(as) que participaram da pesquisa, isso não foi impedimento para que eles(as) reconhecessem as interpretações escatológicas propostas. No

que se refere à crença sobre a volta de Jesus, os(as) participantes apontaram que sua crença está apoiada nos conceitos pré-milenistas dispensacionalistas, segundo os quais os crentes serão arrebatados, e que em outro momento, Cristo voltará para estabelecer seu Reino com a Igreja de forma triunfante. No entanto, como isso se desenvolveu quanto as concepções sociopolíticas desses indivíduos com base nas perspectivas escatológicas?

Antes, contudo, é necessário explicar como geramos as interpretações religiosas e, possivelmente, sociopolíticas de cada sistema. Avaliamos, com base em alguns autores (Rocha, 2009, 2010, 2017; Clouse, 2020), que cada sistema escatológico poderia ser passível de uma interpretação quanto à sua articulação religiosa e sociopolítica. Por isso, parafraseamos as definições de três das quatro abordagens, para avaliar como mesmo que não identificassem as abordagens escatológicas por sua nomenclatura, o grupo compreenderia as definições dessas abordagens sobre a volta de Jesus. Nosso objetivo era compreender qual interpretação sobre a volta de Jesus se apresentaria como principal entre os(as) participantes. Segundo Rocha (2020, p. 615), “entre os pentecostais brasileiros, a perspectiva pré-milenarista e dispensacionalista ainda é a narrativa majoritária na área da escatologia”. Sabendo, como afirmado anteriormente, que o evangelicalismo brasileiro teria passado por um processo de pentecostalização, queríamos também entender como isso se refletia entre indivíduos de outras denominações e até mesmo entre os pentecostais. Será que também veríamos a imagem dispensacionalista, pré-tribulacional, em nossos resultados?

Para compreender isso, duas das três perguntas escatológicas (PEs) envolviam os motivos religiosos, buscando analisar a formação da crença desses indivíduos e entender a compreensão que eles(as) têm dos eventos relacionados à volta de Jesus e o estabelecimento do Seu reino na terra. Observamos que, para 67% dos(as) participantes, a sequência de eventos para a volta de Jesus é a pré-milenista dispensacionalista, ou pré-tribulacional, que descreve o possível fenômeno em duas fases: os cristãos serão arrebatados e Cristo retornaria para reinar triunfante sobre a Terra junto com a Igreja.

É interessante observarmos que, no que se refere aos termos religiosos, os(as) participantes fincaram de forma precisa sua posição quanto a uma imagem pré-tribulacional. Isso nos ajuda a perceber que ainda pode existir entre diferentes grupos evangélicos um imaginário coletivo de que a igreja será arrebatada e não verá os efeitos da Grande Tribulação. Não questionamos os participantes sobre a origem desse imaginário, ou se eles considerariam que há outras interpretações para volta de Jesus. No entanto, não se pode deixar de considerar alguns fatores. O primeiro se relaciona à pentecostalização do evangelicalismo no século XX.

Com a chegada e avanço do pentecostalismo no Brasil, não seria impossível que suas

crenças dogmáticas e práticas fossem difundidas dentro do evangelicalismo brasileiro, inclusive no que se refere à segunda vinda de Cristo à Terra. O Manual de Doutrinas das Assembleias de Deus afirma: “Cremos na segunda vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas. A primeira, invisível ao mundo, para arrebatá-la sua Igreja da terra, antes da grande tribulação; a segunda, visível e corporal, com sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos” (CGADB, 2000, p.33). A noção descrita pelo Manual das Assembleias de Deus revela a posição pré-milenista dispensacionalista, a qual divide os eventos da volta de Jesus em duas fases.

A influência da doutrina pentecostal pode ser observada de forma específica nesta pesquisa. Quando olhamos para os resultados referentes à PE1, atinente à volta de Jesus, majoritariamente os participantes creram na perspectiva dispensacionalista, a mesma descrita no Manual (67%). Quando comparamos os resultados das três opções concedidas na PE1, é no grupo que considerou sua igreja como “histórica” que a resposta dispensacionalista foi a mais escolhida. Dentro desse grupo, 31,5% escolheram essa abordagem como a que descreve os eventos da segunda vinda de Jesus. Entre os pentecostais, esse índice foi de 23,3%. Como podemos enxergar o movimento de pentecostalização por meio da imagem escatológica?

O pentecostalismo promoveu diversas inovações, como discutido no capítulo dois, e a questão da escatologia teve um peso importante para o fenômeno. De acordo com Rocha (2020), a noção da “nova descida” do Espírito Santo é vista como o culminar dos tempos finais. Esse novo despertar colocaria os pentecostais em um lugar de destaque na história do cristianismo e do futuro da humanidade. A ideia da “nova descida” do Espírito Santo se fundamenta no texto do profeta Joel 2.23 (Bíblia ARA), que afirma: “Alegrai-vos, pois, filhos de Sião, regozijai-vos no Senhor, vosso Deus, porque ele vos dará em justa medida a chuva; fará descer, como outrora, a chuva temporã e a serôdia”. Essa “chuva temporã e serôdia” levou à criação de um movimento carismático intitulado de Latter Rain (no português, seria “última chuva”). Essa “chuva” seria superior ao primeiro Pentecoste, o apostólico, promovendo um grande ressurgimento da fé pelo mundo, com curas e milagres (Cox *apud* Rocha, 2020). Aqueles que apoiam o movimento acreditam em um último grande mover de Deus que recristianizará o mundo antes da volta de Jesus, em um diálogo direto com o Reconstrucionismo e a Teologia do Domínio.

No entanto, embora ainda haja grupos que defendam essa articulação, a noção da “última chuva” foi perdendo força enquanto uma abordagem escatológica para os pentecostais. A expectativa da iminência do fim não se concretizou completamente e o pentecostalismo, ao longo do tempo, foi se institucionalizando e se dividindo. Assim, de acordo com Rocha (2020), a crença na Latter Rain foi cedendo espaço para as teorias da escatologia dispensacionalista,

especialmente no que se refere a noção dos eventos da segunda vinda de Cristo. Esse método, que defende a literalidade dos eventos sem dar espaço para sentidos figurados ou alegorias, tornou-se a narrativa predominante entre os pentecostais.

Essa noção então pode ser pensada quando observado que os resultados da opção dispensacionalista foram os mais escolhidos pelos participantes. Além disso, ainda que de forma não majoritária, foi a opção mais escolhida entre os que consideraram as suas igrejas “tradicional/histórica”, isso em comparação com os pentecostais. Ainda que tivéssemos excluídos os casos não considerados “tradicional/histórica”, os índices seriam consideráveis (29%). Esse cenário aponta para o fato de que os elementos do fenômeno da pentecostalização das igrejas históricas no Brasil não estão restritos a estética, liturgia ou inovações teológicas, podem ser vistos na dogmática dessas vertentes, que, em determinado momento, passaram a vivenciar a perspectiva dispensacionalista como parte do imaginário da segunda vinda de Cristo.<sup>116</sup>

No entanto, e esse é o segundo fator, não foram apenas os documentos da Assembleia de Deus ou apenas a pentecostalização que contribuíram para a construção do imaginário dispensacionalista. Não se pode negar que as indústrias cinematográfica, literária e musical cristã também contribuíram para a divulgação de filmes, livros e músicas com perspectivas dispensacionalista, como a série *Deixado para trás*, as bíblias Scotfield e as letras de músicas, como a utilizada no início da seção, que defendiam a visão pré-tribulacional. Embora não tenhamos perguntado aos participantes se já haviam assistido à série que mencionamos, se conheciam essas bíblias ou músicas, é fato que esses elementos se popularizaram no Brasil, especialmente no início dos anos 2000, quando a temática “fim do mundo” estava culturalmente em evidência.

A adesão à perspectiva escatológica pré-tribulacional também se mostra presente na PE2, que abordava o estabelecimento do Reino de Deus na Terra. Além do milênio, o tema do Reino de Deus é muito importante para os cristãos evangélicos. Isso acontece porque a noção da implantação do Reino de Deus perpassa o dilema temporal do “já-agora”, o presente que pode ser vivido no tempo atual por meio do desfrute das suas bênçãos. Já o “ainda-não” se refere a um reinado com dimensões escatológicas e só será vivenciado em sua plenitude na Parusia. Dessa forma, a compreensão de um Reino que já existe ou que ainda será instaurado

---

116 É digno de nota explicar que ao realizar uma busca quanto à perspectiva de igrejas “históricas”, leia-se Batista, Metodista e Presbiteriana, quanto ao eventos da segunda vinda de Cristo, não encontramos posicionamentos tão claros quanto o da Assembleia de Deus. Por exemplo, no manual de Doutrinas da Igreja Metodista esse tema não figura os temas abordados quanto a doutrina da Igreja.

ou completado também impacta o comportamento de fiéis.

Nas abordagens escatológicas pré-milenista histórica e pré-milenista dispensacionalista, a instauração do Reino de Deus ocorrerá após a Parusia. A diferença das duas abordagens é a maneira como isso acontecerá. Como vimos no capítulo três, para a corrente histórica, após os fiéis passarem pela grande tribulação, haverá a segunda vinda de Cristo e a ressurreição dos fiéis inicia o período do Reino de Deus (reinado milenar). Já no sistema dispensacionalista, acontecerá o arrebatamento, a volta de Cristo e o retorno de Cristo com os fiéis para instaurarem esse reinado. Embora as diferenças pareçam mínimas, o que importa salientar é que a concretização desse Reino não envolve a atuação dos fiéis.

Diferentemente do sistema pós-milenista, que defende que a noção de um “Reino Agora”, que não é visto como sobrenatural por já estar em curso, especialmente quanto às questões básicas da vida humana. No entanto, ele se concretiza gradualmente à medida que os indivíduos se convertem ao cristianismo. Logo, a expansão desse Reino é uma tarefa dos cristãos e isso significa se envolver em questões político-sociais. Isso acontece porque há a crença de que o mal e os problemas sociais serão reduzidos à medida que o ambiente moral da sociedade se torna predominantemente cristão, por meio da aceitação dos princípios cristãos da crença e da condução da vida. A igreja se torna uma manifestação desse Reino. Ao final desse período, chamado milenar, há a segunda vinda de Cristo, a ressurreição e o julgamento final. A volta de Cristo está relacionada ao engajamento dos cristãos na Terra.

É interessante observar, como afirmado anteriormente, que a noção dispensacionalista ainda foi a mais escolhida pelos participantes, especialmente porque a noção do estabelecimento do Reino de Deus está atrelada aos eventos pós-arrebatamento. No entanto, notamos uma queda na adesão geral em comparação com a PE1. Na PE2, o dispensacionalismo foi escolhido por 61% dos participantes. Quando observamos o cenário das denominações, é possível constatar que a opção dispensacionalista ainda é a opção mais aceita por aqueles que se disseram pertencentes a igrejas históricas (29,1%) e pentecostais (21%).

Embora não tenhamos debatido os resultados da PE3, é digno de nota dizermos que, entre os pentecostais, houve maior coerência quanto ao entendimento da escatologia, religiosa e sociopolítica. Para o grupo, a compreensão da volta de Jesus com base no dispensacionalismo é mais linear do que entre os tradicionais/históricos, que oscilam mais na sua compreensão e na preferência entre o dispensacionalismo e pós-milenismo. Ao compararmos os dois grupos, vimos que 36% dos pentecostais optaram pelo dispensacionalismo nas três PEs, enquanto, entre os tradicionais-históricos, essa coerência foi observada em 20% dos participantes.

Dessa forma, é possível notamos que a crença na perspectiva dispensacionalista ainda é

predominante no imaginário do grupo, especialmente no que se refere aos motivos religiosos, ou seja, quanto à compreensão daquilo que acreditam que acontecerá no âmbito religioso/místico. No entanto, essa consolidação não é refletida no posicionamento sociopolítico desse grupo. Nesse sentido, observamos mais fragmentações e um “empate” entre os participantes, no que se refere às perspectivas dispensacionalista e pós-milenistas.

### 5.3.2 Entre O Presente E A Expectativa: A Parusia Como Motivação Para Ações Sociopolíticas

No capítulo três, ao investigarmos alguns tópicos envolvendo a escatologia, encontramos o seu significado e desenvolvimento ao longo do século XX, bem como alguns conceitos importantes para a compreensão da volta de Cristo, como o Reino de Deus, o milênio e os sistemas escatológicos. Nosso objetivo, ao escrever esse “capítulo escatológico”, era abordar a compressão da “volta de Jesus”. Afinal, para o cristianismo evangélico/protestante a noção da volta de Jesus é uma das principais expectativas e crença que se realizará, fazendo com que suas vivências presentes sejam orientadas para esse momento final. No entanto, para além do plano religioso, observado no tópico anterior, a expectativa desse retorno também se reflete em outras atividades de suas vidas. Como afirmado por Perez Guadalupe (2020), a interação política dos evangélicos brasileiros, estendida para a América Latina, é motivada teologicamente.<sup>117</sup>

A perspectiva teológica dos evangélicos brasileiros sobre a relação entre a Igreja e o mundo, e suas implicações éticas para atitudes e comportamentos sociais, seria um dos motivos que explicariam o envolvimento político de grupos evangélicos (Pérez Guadalupe, 2020). O que pode estar diretamente ligado aos ensinamentos sobre o segundo advento de Cristo, sobre o *eschaton*, os últimos dias. Para compreendermos isso, tivemos que fazer essa inserção teológica em nosso estudo.

Durante anos, nas igrejas evangélicas brasileiras, ensinou-se que a segunda vinda de Cristo era iminente, que este mundo era apenas uma passagem, o lar celestial era o destino da comunidade e os fiéis seriam arrebatados sem aviso. Esse pensamento, que surge do pré-milenismo, na forma histórica ou dispensacionalista, deixou algumas marcas típicas: a apatia e o sectarismo com os assuntos do “mundo”. De acordo com Mendonça (1984, p. 63-64), a concepção pré-milenista é uma “concepção radicalmente sobrenaturalista[...] que se apresentava como uma religião, uma crença na irrupção do sobrenatural na história”.

---

<sup>117</sup> Pérez Guadalupe (2020) ainda cita outros dois elementos: sociológico e político

Esse traço tornou a Igreja incompatível com qualquer ação de melhoramento social. Por que os crentes se preocupariam com as questões político-sociais se seriam arrebatados? Além disso, havia a ideia de que, quanto pior se torna o mundo, mais rápida é a vinda de Jesus para levar sua igreja. A Igreja tinha como objetivo principal salvar almas antes do retorno de Cristo. De acordo com Mendonça (1984), o pré-milenismo se mostrou contrário ao Evangelho Social, no entanto, defendia a evangelização e as missões estrangeiras.

Surgia também o fenômeno da posição dualista Igreja-mundo, fruto das influências norte-americanas e do pentecostalismo latino. O divino se opõe ao mundano; o imaterial, ao material; os religiosos, aos ateus; Deus contra o Diabo. Isso incluiria o “político” e a “política”, que estavam associados às questões do mundo (Pérez Guadalupe, 2020). Nas comunidades evangélicas, houve uma grande pressão para que os fiéis se afastassem das coisas terrenas e se dedicassem à evangelização, afinal de contas, o retorno de Cristo poderia acontecer a qualquer momento (Pérez Guadalupe, 2020). Apesar de algumas perspectivas defenderem que o pré-milenismo esteja se modificando, deixando de lado a apatia, a indiferença e se tornando mais engajado, foi a versão sectária e apática do pré-milenismo que se espalhou no Brasil, particularmente a partir das igrejas pentecostais da primeira e segunda ondas. No entanto, a transição entre os anos de 1980 e 1990 trouxe mudanças para esse cenário.

O crescimento do setor neopentecostal também traria mudanças quanto à forma de enfrentar o futuro e o *eschaton*. O pós-milenismo substituiu a apatia e o sectarismo pelo otimismo e o envolvimento. O mundo não ficará pior, mas haverá um momento em que o mal diminuirá, a sociedade será reformada, todos terão de uma longa era de tranquilidade e os princípios cristãos serão a norma. A “prosperidade espiritual ocorrerá no tempo presente da Igreja”, como descreve Roldán (2002, p. 106). O futuro da humanidade não será de desordem, mas sim de prosperidade e abundância. A Igreja não está mais em conflito com o mundo, está inserida nele.

Essa mudança e seus efeitos também podem ser observados nas inovações teológicas do neopentecostalismo. Como destacado em diferentes momentos desta pesquisa, o neopentecostalismo emerge como uma ruptura com o pentecostalismo de primeira e segunda onda ao promover inovações que aproximam os fiéis do mundo secular. Essa mudança de perspectiva poderia aparentemente só se relacionar com a vida privada e religiosa desse grupo, no entanto, ao serem “autorizados a prosperar” e a “aproveitar” o que antes lhes era vedado, também gerou consequências no comportamento político-social de fiéis e da Igreja.

De acordo com Pérez Guadalupe (2020), a atitude dos evangélicos em relação ao mundo foi modificada e, conseqüentemente, suas regras de participação política e social. Essa seria

uma das bases da formulação de uma maneira de os evangélicos fazerem política. Algo que esbarra com a reabertura democrática e a inserção dos novos atores na política nacional. A pretensão, de alguns segmentos da Igreja Evangélica, de assumir o controle das esferas políticas no Brasil e a defesa da imposição de um sistema de governo inspirado na Bíblia causou espanto e apreensão em diversos setores da sociedade.

No entanto, se avaliarmos as principais inovações teológicas produzidas no neopentecostalismo, é possível constatar que houve uma construção gradual dessa mudança de comportamento, algo que envolve as perspectivas escatológicas. Devido à natureza dinâmica do evangelicalismo, por vezes, é impossível fazermos generalizações de quaisquer espécies, pois sempre haverá um “outro ponto de vista” em “épocas e situações diferentes”. Porém, seria possível encontrarmos algumas conexões entre as teologias neopentecostais, as perspectivas escatológicas e essa gradual mudança no comportamento político e social que mencionamos.

Embora, em muitos momentos, seja complexo dizermos quando surgiram ou quando começaram a se popularizar no Brasil, vimos que a Teologia da Prosperidade e a Batalha Espiritual foram as opções mais conhecidas pelos participantes desta pesquisa. Se observamos a Teologia da Prosperidade, ela inaugura a movimentação do ascetismo para a protagonismo. O crente não precisa se privar das benesses do mundo, uma vez que Deus o “autorizou a prosperar” e a “desfrutar o melhor da Terra”. Note que isso não significa práticas fora da moral religiosa, mas concede aos fiéis autonomia para buscarem melhoramento pessoal, especialmente material.

Na Teologia da Prosperidade, o fiel sai da inércia para a ação, mas essa ação ainda está relacionada à sua vida privada. No entanto, entre as muitas rupturas, a teologia da prosperidade indica que a proximidade da segunda vinda de Cristo não é impeditiva da prosperidade do crente enquanto estiver nesta Terra. Essa situação traz consigo outra questão, como o “esfriamento” da expectativa da volta de Jesus e o tardar da promessa de que “o Rei está voltando”, era necessário criar mecanismos que pudessem resolver o dilema da religião e da secularização do mundo. Com a expansão do capitalismo, do consumismo e das modificações tecnológicas, ficou cada vez mais difícil para crente se manterem sectários nesses movimentos. Assim, a Teologia da Prosperidade surge como um tipo de solução para esse dilema.

Complementar à Teologia da Prosperidade está a Batalha Espiritual, pois a ausência da prosperidade pode estar atrelada à falta de fé ou à influência de demônios. Com base nisso, a Batalha Espiritual ganhou popularidade no Brasil. Como observamos na nossa pesquisa, a Batalha Espiritual, além de ter sido a opção mais conhecida dos participantes, foi a que eles(as) declararam ter sido a mais influente em suas vidas. Contudo, a Batalha Espiritual inaugurou

também uma nova fase, a transição do individual para o coletivo.

Como discutido no capítulo dois, a Batalha Espiritual pode ser tanto para indivíduos quanto para territórios. No que se refere a indivíduos, ela poderia ser atrelada aos movimentos de “cura divina” do pentecostalismo de segunda onda, no atinente à libertação pessoal. Contudo, ela assumiria os contornos da Teologia do Domínio quando mobilizada para a libertação dos territórios. Isso acontece porque a cristianização de um território e a propagação dos princípios cristãos como conduta moral aceita passariam pelo processo de libertação das forças demoníacas que estão naquele espaço, seja ele um território, seja ele uma instituição. O discurso de Michelle Bolsonaro durante a Manifestação do dia 25 de fevereiro de 2024, organizado por apoiadores de Jair Bolsonaro, ilustraria esse movimento:

*Sim, por um bom tempo fomos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento, agora, da libertação. [...] E nós estamos aqui neste dia, um dia marcado, para dizer que nós amamos o Brasil. Para dizer que nós estamos aqui não num propósito de poder, mas em propósito de libertação e de prosperidade para o Brasil. [...] Nós te amamos, pai. Nós te amamos e te pedimos que o senhor estabeleça o seu reino no Brasil, o teu reino que é dele, glória, o teu reino que é justiça, paz e alegria.”* (Bolsonaro, 2024, grifos nosso)

Nas palavras grifadas do discurso transcrito encontramos alguns pontos atrelados diretamente à mudança de perspectiva, à Teologia da Prosperidade, à Teologia do Domínio, seja ela na versão da Batalha Espiritual, seja na versão da dominação sociopolítica, mas também com elementos escatológicos, como o estabelecimento do reino de Deus no Brasil. O primeiro ponto pode ser representado pela expressão: “Por um bom tempo fomos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião”. Esse fragmento representa bem a mudança de posicionamento que adentrou diversas alas do evangelicalismo brasileiro: o deslocamento do sectarismo para o engajamento.

O segundo ponto envolve a noção de *Batalha Espiritual*, exemplificada quando Michele Bolsonaro utiliza a expressão “Chegou o momento da libertação”. Embora saliente que o objetivo não seja “propósitos de poder”, ela ressalta que as ações buscam “propósitos de libertação e prosperidade para o Brasil”, combinando elementos da Teologia do Domínio, da Batalha Espiritual e da Teologia da Prosperidade. Por fim, encontramos a combinação da Teologia do Domínio, na versão de cristianização da sociedade, com a abordagem pós-milenista, quando ela afirma: “te pedimos que o *senhor estabeleça o seu reino no Brasil*”. Essa noção de reino descrita por Michele Bolsonaro pode ser tanto um reino místico quanto um reino físico, que inclui alas do evangelicalismo no poder como representantes de um “reino de Deus” na terra.

No que se refere à Teologia do Domínio, de acordo com Romeiro (1997), nos Estados

Unidos, dois movimentos teriam aberto o caminho para essa teologia, o “Reconstrucionismo cristão” e o “Reino Agora” (*Kingdom Now*), também chamado de *teologia do Reino*. O Reconstrucionismo defende a interpretação pós-milenista de que a Igreja Evangélica iria cristianizar, no sentido de conquistar, todos os povos do mundo antes da volta de Cristo. Essa conquista é alcançada pelo controle das instituições do mundo e cristianização da sociedade. O segundo movimento, “Reino Agora”, defende que a Igreja deve se infiltrar nas instituições do mundo como representante do Reino de Jesus, a fim de implantar o Reino na Terra. Em relação às diferenças, Romeiro salienta:

Os reconstrucionistas são calvinistas ortodoxos e, portanto, solidamente evangélicos, mesmo que alguns não concordem com eles na questão do pós-milenismo. Por outro lado, a Teologia do Reino Agora, traz em seu bojo as posições antibíblicas de um movimento herético denominado “*Latter-Rain*” (Última Chuva), da década de 1940 (Romeiro, 1997, p.141).

A doutrina do “Reino Agora” diferencia o neopentecostalismo dos grupos pentecostais, tendo como consequência a ruptura entre ambos. Enquanto a teologia pentecostal inibe a participação em assuntos políticos, a teologia neopentecostal – que não é exclusiva das igrejas neopentecostais –, voltada para o pós-milenismo, incentiva a participação e a “infiltração” na política, enquanto parte da atuação que se espera de um cristão. O Reino não é algo que surgirá em uma era futura e sobrenatural, ele é deste tempo, do presente, do agora! É tarefa dos cristãos construir e “preparar” esse reino físico, esse governo cristão, a segunda vinda de Cristo.

Até o momento, discutimos os diferentes processos de evolução do evangelicalismo no Brasil, seja pela religião, seja pela inserção sociopolítica, ou mediante a realização de mudanças teológicas. Podemos observar que, de alguma forma, o neopentecostalismo contribuiu para a mudança de postura de grupos evangélicos, que deixaram de ser marginalizados, socialmente, para serem protagonistas políticos. A “fuga do mundo” se transformou na “conquista do mundo”. Isso nos leva a concordar com Pérez Guadalupe (2020), que afirmou que os evangélicos mudaram sua doutrina do apático pré-milenismo para o pós-milenismo conquistador. Como então poderíamos ver esse movimento na prática, na perspectiva dos evangélicos que entrevistamos?

### 5.3.3 Tomada De Posição Escatológica Na Ação Político-Social: Escolhas Que Refletem Crenças

Uma das primeiras explicações desta seção é quanto ao que chamamos de “tomada de posição escatológica”. Esse termo diz respeito às categorizações das possíveis perspectivas sociopolíticas oriundas das abordagens pré-milenista histórica, do pré-milenista dispensacionalista e do pós-milenista.<sup>118</sup> Assim, acreditamos que, para além das noções da volta de Jesus, cada abordagem pode ter uma associação a uma possível perspectiva sociopolítica envolvendo a crença na volta de Jesus. É importante, contudo, destacarmos que a noção de tomada de posição escatológica não atua sozinha no processo decisório e comportamental dos indivíduos, mas ela se apresenta como uma explicação alternativa para algumas práticas sociopolíticas.

Embora, como já afirmamos, a escatologia, enquanto um conceito, não seja conhecido pela maior parte dos(as) evangélicos(as) que participaram da nossa pesquisa, isso não impediu que eles(as) reconhecessem as interpretações escatológicas propostas. No que se refere à crença sobre a volta de Jesus, os(as) participantes apontaram que a sua crença está apoiada nos conceitos pré-milenistas dispensacionalista. No entanto, com base nas perspectivas escatológicas, como isso se desenvolveu em concepções sociopolíticas desses indivíduos?

Na Pergunta Escatológica 3 (PE3), o objetivo era avaliarmos a possível perspectiva político-social escatológica dos participantes. Para isso, em cada uma das opções atreladas às três abordagens escatológicas, concedemos significados de possíveis concepções sociopolíticas que se atrelavam a elas, no que aqui chamamos de tomada de posição escatológica. Para gerar esses significados, foi necessário avaliarmos as principais características já estabelecidas das três abordagens,<sup>119</sup> quanto a elementos envolvendo a Parusia, o Reino de Deus e o Milênio. Dentro desse processo, observamos que o pré-milenismo sofreu modificações ao longo dos anos e, se antes era direcionado ao sectarismo e à apatia política, agora, sua postura parece ser mais politizada, já aceitando algum tipo de participação sociopolítica. Booke observou: “os pré-milenaristas criaram um espaço dentro de seu esquema interpretativo que admite a participação sociopolítica. Os pré-milenistas são altamente politizados (Booke *apud* Rocha, 2010, p. 219).

Ao avaliarmos as divisões do pré-milenismo, poderíamos inferir algumas mudanças entre as abordagens histórica e dispensacionalista, no que se refere a uma categorização de ação

---

<sup>118</sup> Como já explicado em outro momento, nesta tese, não analisamos os comportamentos conectados a versão amilenista.

<sup>119</sup> E.g Rocha, 2009, 2010 e 2017; Clouse, 2020

político-social. Em relação à abordagem histórica, ela teria conservado o comportamento mais apático e sectário de um engajamento político-social. Por outro lado, a vertente dispensacionalista teria se modificado, transformando o pessimismo do final dos tempos “numa luta pelo ideal de sociedade cristã contra os inimigos secularizantes” (Rocha, 2010, p. 219) ou, como descrevemos em nossa pesquisa, num engajamento numa luta em defesa da fé e dos valores cristãos.

Tendo isso em vista, utilizando as descrições de três das quatro abordagens, concedendo aos entrevistados as opções a seguir:

- Pré-milenismo histórico – apatia e distanciamento das “coisas do mundo” e, conseqüentemente, da política: *“Os(as) cristãos(as) não se envolvem em questões políticas, pois a volta de Jesus está próxima; o seu reino não é deste mundo e a política faz parte das coisas deste mundo”*.
- Pré-milenismo dispensacionalista – engajamento mais discreto, que busca a defesa dos valores de Cristo: *“Os(as) cristãos(as) não precisam se envolver em questões políticas, mas entendem que possuem alguma tarefa no engajamento político na luta contra aqueles que vão contra a fé e os valores de Cristo”*.
- Pós-milenismo - engajamento ativo, que direciona ao protagonismo cristão na sociedade: *“Os(as) cristãos(as) se envolvem nas questões políticas, pois é através da sua influência que o reino de Deus será expandido na Terra. O mal será reduzido e os(as) cristãos(as) serão importantes agentes na resolução de problemas políticos e sociais”*

Os resultados obtidos nesta pesquisa revelaram um curioso empate entre as opções que envolvem o pré-milenismo dispensacionalista (47,6%) e o pós-milenismo (47,6%), ou seja, entre um engajamento em prol da defesa dos valores cristãos ou contra os inimigos da fé, isso em relação ao protagonismo cristão ativo na sociedade, para a resolução de problemas. Embora a utilização da definição de um perfil escatológico para descrever comportamentos possa ser escorregadio, especialmente devido às diversas interpretações da escatologia, vemos que há uma disposição de engajamento entre os evangélicos participantes, uma vez que ambas as opções os colocaram envolvidos com questões sociopolítica. Os tempos de apatia e sectarismo ficaram no passado.

Para visualizarmos como essa correlação se apresentou na prática, as Frases Temáticas (FTs) envolviam as abordagens escatológicas e temas religiosos, numa ação político-social-religioso. Os resultados correlacionados às tomadas de posição escatológicas ilustram, a partir dos participantes da pesquisa, a movimentação que deixou a apatia e o sectarismo para o engajamento protagonista. Além disso, também mostra as relações das tomadas de posição escatológica com uma possível ação político-social dos entrevistados. Assim, para compreendermos como essas correlações se apresentam, cada FT teve como plano de fundo a

possível característica das abordagens escatológicas na esfera político-social. Além disso, as dividimos, inicialmente, da seguinte forma:<sup>120</sup>

Quadro 4: Divisão das FTs por abordagens escatológicas

<b>Pré-milenismo histórico</b>	<b>Pré-milenismo dispensacionalista</b>	<b>Pós-milenismo</b>
<b>FT1</b> – O crente não se mente em política.	<b>FT2</b> – Somos chamados a ganhar o Brasil para Jesus.	<b>FT2</b> – Somos chamados a ganhar o Brasil para Jesus.
<b>FT4</b> - Não somos deste mundo; logo, não precisamos nos envolver com questões políticas. Nossa missão é apenas pregar o evangelho.	<b>FT5</b> - A Igreja não precisa se infiltrar nas instituições do mundo, mas os cristãos possuem algumas tarefas no engajamento político/social na luta contra aqueles que vão contra a fé e os valores de Cristo	<b>FT3</b> - Devemos influenciar as esferas da sociedade para que o mundo seja cristianizado.
<b>FT9</b> – Política e religião não se misturam.	<b>FT9</b> – Política e religião não se misturam.	<b>FT6</b> – Se a Igreja estivesse em posição de governo, o Brasil seria um país melhor.
	<b>FT11</b> - O Brasil seria um país melhor se tivesse mais valores cristãos presente na cultura e na política.	<b>FT11</b> - O Brasil seria um país melhor se tivesse mais valores cristãos presente na cultura e na política.
		<b>FT12</b> - A educação é uma área que precisa da intervenção dos valores cristãos.
		<b>FT13</b> - A cultura é uma área que precisa da intervenção dos valores cristãos.

**Fonte:** A própria autora

Dada essa divisão, ao compararmos as FTs relativas a essa corrente com as tomadas de posições escatológicas expostas na PE3, observamos que as FTs que propunham o afastamento das questões políticas tiveram maior aceitação entre os que optaram pela tomada de posição histórica na PE3 do que em relação às demais tomadas de posições, nas quais os índices de discordância foram mais altos. Se voltarmos aos resultados, nas três FTs (1, 4 e 9), as concordâncias se destacaram entre aqueles que haviam escolhido a opção pré-milenismo

<sup>120</sup> Devemos explicar que, em alguns casos, as FTs estarão em mais de uma abordagem escatológica, ou inclusive nas três opções. Isso acontece porque essas afirmativas foram consideradas temas gerais dentro do grupo, não sendo possível, nesse primeiro momento, atrelá-las a apenas uma opção. No entanto, a discussão buscará observar se ela é realmente aceita pelas três abordagens ou se se destaca em algumas delas.

histórica.<sup>121</sup> Por outro lado, essas FTs tenderam a receber votos de discordância daqueles que escolheram as tomadas de posição pré-milenista dispensacionalista e pós-milenista.

Esse cenário indica que o dispensacionalismo está se distanciando da corrente histórica, especialmente no que se refere a uma “ação política”. Mesmo tendo em comum a ideia de que a volta de Jesus se dará antes do período milenar, o dispensacionalismo se diferencia em muitos elementos da corrente histórica, tanto em termos religiosos, como explicado anteriormente, quanto em termos político-sociais, ou seja, nas tomadas de posicionamento. Embora tenham a expectativa de que os fiéis serão arrebatados subitamente para viver em um reino celestial e sobrenatural, a corrente dispensacionalista mudou quanto à noção de tempo de espera desse momento do arrebatamento.

Antes, esse período gerou um sectarismo e um apatismo em relação às coisas não religiosas, de modo que o envolvimento com questões político-sociais não era visto como importante. Acreditavam que, quanto pior o ambiente ficasse, mais rápido Jesus voltaria. Logo, por que se preocupariam com esse “mundo” se o arrebatamento estava prestes a acontecer? Com a mudança de postura, o dispensacionalismo passou a aceitar que os cristãos lutassem contra os inimigos secularizantes e por uma sociedade ideal.

Essa mudança de perspectiva se apresenta também na correlação entre as FTs e a tomada de posição dispensacionalista. A FT5 replicava exatamente a caracterização da tomada de posição dispensacionalista na PE3. É possível observarmos que ela foi aceita por 70% dos participantes que escolheram o dispensacionalismo na PE3. Esse é um índice importante, porque ele marca que a corrente defende um engajamento em prol da defesa de valores cristãos e é contrária a elementos secularizantes. Embora isso não signifique necessariamente “se infiltrar” nas questões do mundo. A FT5 também marca a caracterização da tomada de posição dispensacionalista, uma vez que é aceita majoritariamente apenas por essa corrente. No pré-milenismo histórico, ela é majoritariamente discordada e, no pós-milenismo, ela aparece dividida.

O distanciamento com a tomada de posição histórica também é observado no conjunto de FTs relativas ao dispensacionalismo. Na FT9, associada originalmente à corrente histórica, embora não tenha havido opção majoritária, a discordância tendeu a ter mais adeptos entre aqueles que escolheram o dispensacionalismo na PE3. Se compararmos as duas tomadas de posição, a afirmativa “o crente não se mete em política” foi concordada por 72% dos

---

<sup>121</sup> A FT1 foi a única que não alcançou maioria entre aqueles que haviam escolhido a opção histórica na PE3, mesmo assim, a concordância foi de 45%, maior que as outras correntes. Além disso, a indecisão também foi maior na corrente histórica do que nas demais.

participantes que escolheram a opção histórica na PE3. Por outro lado, ela foi concordada apenas por 36% e discordada por 47% entre aqueles que escolheram a opção dispensacionalista. Essa tendência nos aponta que o dispensacionalismo pode estar mais direcionado para o engajamento do que para a apatia, estando, assim, mais próximo do pós-milenismo.

Isso se revela na FT2, compartilhada pelo dispensacionalismo e pelo pós-milenismo. É interessante notarmos que a afirmativa “devemos ganhar o Brasil para Jesus” poderia levar os participantes da tomada de posição histórica a correlacionarem com o aspecto missionário de “pregar o evangelho”. No entanto, observamos que os participantes compreenderam a noção de “ganhar para Jesus” como um aspecto mais atrelado a uma ação não religiosa. Assim, não foi surpresa que essa FT não fosse aceita pelos que escolheram a tomada de posição histórica, já que 54% discordaram. No entanto, ela mostra a aproximação do dispensacionalismo ao pós-milenismo, em que 81% e 82%, respectivamente, concordaram com essa afirmativa. Isso pode nos sinalizar que a noção de cristianização da sociedade pode ser uma noção não exclusiva do pós-milenismo, mas aceita de alguma forma pelo dispensacionalismo.

Afirmamos que o dispensacionalismo aceita algum tipo de engajamento, especialmente aquele que lute contra a secularização da sociedade e defenda os valores cristãos, e isso pode ser observado na FT11. A frase em questão, que afirmava que o Brasil seria melhor se tivesse mais valores cristãos presentes na cultura e na política, é um interessante exemplo de congruência de tomada de posição do dispensacionalismo e do pós-milenismo. De igual modo, para o pós-milenismo, o mal será diminuído à medida que o ambiente moral da Terra se torne predominantemente cristão e ao passo que os valores cristãos passem a ser aceitos enquanto o padrão.

A noção de mais valores cristãos presentes na cultura e na política agregam as duas correntes. Na comparação com as tomadas de posições escatológicas, vemos que a FT11 é majoritariamente aceita entre os que optaram pelo pré-milenismo dispensacionalista (86%) e pelo pós-milenista (80%). Embora as porcentagens tenham sido semelhantes, ela é ligeiramente maior entre os que possuem uma tomada de posição mais atrelada ao dispensacionalismo, apontando que, para esse grupo, a noção de valores cristãos é um tema importante.

Por fim, as FTs atreladas ao pós-milenismo destacavam a noção de um engajamento mais ativo e protagonista dos crentes. Nos resultados correlacionados, a tomada de posição escatológica pós-milenista observamos que todas as FTs foram majoritariamente aceitas por aqueles que escolheram o pós-milenismo na PE3. Assim, o conjunto “ganhar o Brasil para Jesus” (82%), “influenciar para cristianizar” (77%), “Igreja (enquanto instituição) em posição de governo e Brasil melhor” (56%), “Brasil seria melhor com mais valores cristãos” (80%),

“educação e cultura precisam da intervenção dos valores cristãos” (81% e 69%, respectivamente) pode caracterizar uma tomada de posição pós-milenista.

Dessa forma, embora a questão dos valores do Reino ou cristãos não tenha sido descrita, os(as) participantes pareceram compreender o que são esses valores e o que eles refletem para eles(as). Observamos que as FTs (10, 11, 12 e 13) que mostravam a introdução de valores cristãos na sociedade (na política, na cultura ou na educação) foram majoritariamente aceitas pelos participantes deste estudo, com índices de concordância gerais que ultrapassaram os 60% e 70% cada. Não se pode deixar de observar a alta concordância em relação à FT7, que afirmava que “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”, que foi subscrita por 90% dos(as) participantes. Isso mostra um desejo, por parte dos participantes, e possivelmente de certa ala evangélica, de que esses valores sejam espalhados para as bases culturais da sociedade, como uma evangelização da cultura, e experimentados por toda a sociedade.

O grupo também tendeu a concordar com a participação efetiva dos crentes em esferas consideradas importantes da sociedade. Nas FT3 e FT5 que afirmavam, respectivamente, que os cristãos deveriam influenciar as esferas da sociedade para que o mundo fosse cristianizado (FT3) e que ainda que a Igreja (instituição) não se infiltrasse nas instituições do mundo (as instituições sociopolíticas), os cristãos entendem que possuem um papel na luta contra aquilo que contradiz a fé e os valores de Cristo. Em ambas as afirmativas, por meio das quais buscamos uma orientação para um possível engajamento, observamos que essas FTs foram majoritariamente subscritas pelos(as) participantes dentro das relativas tomadas de posição que se referiam. Essas frases também dialogariam com as perspectivas das tomadas de posição pós-milenista e dispensacionalista, respectivamente, embora, aqui, a concordância com a noção de cristianização tenha superado a noção de defesa dos valores e de não introdução ativa nas instituições sociopolíticas.

A perspectiva de afastamento e de apatia política, que outrora predominava, é notadamente superada pelos participantes. As FTs 1 e 9 afirmavam, respectivamente, que o crente não se mete em política e que política e religião não se misturam. Ambas as frases eram amplamente difundidas no meio evangélico e em outros contextos sociais. Como mencionado anteriormente, existia a concepção de que o crente e a religião não poderiam se misturar com a política, considerando que as coisas do mundo eram profanas. Sendo a política parte das coisas do mundo, ela não poderia se entrelaçar com o sagrado. No entanto, vimos um claro movimento de discordância nas duas frases, tanto entre os que frequentavam uma igreja ativamente, quanto em relação aos não eram ativos institucionalmente.

Apesar do entendimento e defesa do engajamento e ativismo sociopolítico por parte dos

participantes, há uma tendência, entre eles, em discordar de que a Igreja, enquanto instituição, deva ocupar esses espaços. Isso indica que os participantes percebem que essa responsabilidade é dos indivíduos, não das instituições religiosas, como em um sistema teocrático, embora algumas respostas apoiem tal sistema. Mesmo assim, é notável uma concordância geral com a ideia de que o Brasil seria melhor se estivesse sob a influência de Deus como Senhor ou se fosse cristianizado. Ainda que isso seja mais defendido pelos ativos institucionalmente do que pelos não ativos.

Durante a análise dos dados, percebeu-se que a concordância ou a discordância com as FTs está relacionada à exposição a crenças e por isso foi necessário compreender as interações com relação às frequências semanais. Como abordado por Rodrigues e Fuks (2015), a frequência dos indivíduos nas atividades da igreja define o nível de integração desses indivíduos em grupos e de ligação com a fé, conseqüentemente sugere o desenvolvimento de determinados padrões de comportamento. Dessa forma, observamos que aqueles(as) que frequentam a igreja mais vezes por semana tenderam a concordar mais com as FTs que envolviam a inserção ativa de ideias cristãs na sociedade, enquanto discordavam mais do afastamento do crente de assuntos políticos. Essa imagem fica clara quando vemos, em algumas FTs, “quedas” nos índices de concordância em relação aos que declararam frequentar a igreja menos vezes por semana.

É relevante salientarmos que, mesmo não estando ativos institucionalmente e sendo menos expostos a esses ensinamentos, aqueles(as) que não são ativos institucionalmente ainda incorporam ensinamentos religiosos em suas vidas, embora de forma não institucionalizada. Nos resultados das FTs, pudemos observar que esse grupo teve porcentagem de concordância semelhantes aos dos ativos institucionalmente. Isso sugere que, mesmo não estando ativamente envolvidos com uma instituição, a crença cristã se mostraria presente neles. A diferença pode residir em como crenças e valores cristãos influenciam os não ativos em comparação aos ativos.

O debate sobre a regularidade semanal dos participantes também nos conduz à reflexão sobre o maior alinhamento entre preposições, símbolos, visões e atitudes sociopolíticas: a existência de uma possível dicotomia entre uma minoria que frequenta a igreja ativamente três vezes ou mais por semana e uma maioria que a frequenta menos vezes por semana, incluindo até mesmo os “não ativos institucionalmente”. Ou seja, embora numericamente represente uma minoria, esse grupo de frequentadores ativos pode deter e/ou fazer predominar a narrativa e se apresentar como representante do posicionamento evangélico na sociedade.

Embora a situação possa se revelar controversa, isso pode ser exemplificado pelo tema do aborto e da PL1904/2024. Apesar de a questão do aborto ser considerada um “tema caro” para os evangélicos – segundo Datafolha (2024), 44% são favoráveis à proibição do aborto em

qualquer situação –, o tema do PL1904/2024 não foi bem aceito dentro do grupo. Segundo a pesquisa, 57% dos evangélicos participantes declararam ser contra o Projeto de Lei (Datafolha, 2024)<sup>122</sup>. Esse cenário nos ajuda a perceber que, ainda que possa existir uma maioria contrária ao PL1904, haveria uma minoria mais engajada que consegue movimentar os discursos e as articulações no cenário social.

Embora, como já afirmado, a escatologia não aja de forma independente e automática na vida dos fiéis, a crença na volta de Jesus pode contribuir para algumas ações presentes que vão além do plano religioso. Essa movimentação, que chamamos de “tomada de posição escatológica”, envolvendo as três abordagens, conduz-nos a analisar os elementos por trás de determinados comportamentos sociopolítico de evangélicos, ou de uma parte deles. Nisso, emergem algumas premissas.

Primeiro, as “tomadas de posições escatológicas”, reveladas pela PE3 e pelas FTs, fizeram-nos pensar sobre um processo de (neo)pentecostalização de perspectivas e práticas sociopolíticas. Quando avaliamos o cenário de mudanças demográficas do evangelicalismo no Brasil, constatamos a influência do fenômeno da pentecostalização, assim como apontado por Cesar (2000). Se observamos as três ondas, diferenciadas por Freston (1993), num recorte histórico-institucional, temos a primeira e a segunda ondas, que trouxeram inovações para evangelicalismo e, posteriormente, para o protestantismo clássico. A crença na guerra do “bem contra mal”, a influência de lideranças religiosas sobre os fiéis, os movimentos de cura e a perspectiva de um arrebatamento secreto são alguns exemplos desse fenômeno. No entanto, no que se refere a comportamentos sociopolíticos, a crença ainda estava atrelada ao apatismo e ao sectarismo perante o mundo externo à Igreja.

É na terceira onda, do neopentecostalismo, que as mudanças provocam rupturas com o pentecostalismo clássico<sup>123</sup> e no protestantismo histórico, ao inaugurar uma nova era dentro do evangelicalismo brasileiro. No âmbito religioso, novas forma de cultos são observadas, como liturgia livre, baterias guitarras, ministrações,<sup>124</sup> excessiva carga de emocionalidade e elevação pessoal. Quanto às teologias, a teologia da prosperidade, a Batalha Espiritual, a Teologia do Domínio são algumas novas propostas inseridas na crença evangélica. No que se refere ao

---

<sup>122</sup> Para mais informações sobre a pesquisa, disponível em <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2024/06/posicao-de-proibir-aborto-em-qualquer-situacao-e-minoritaria-38-no-brasil.shtml>. Acesso em 21 jun. 2024

<sup>123</sup> Como pentecostalismo clássico estamos agrupando as duas primeiras ondas do pentecostalismo.

<sup>124</sup> Ministrações momentos durante a parte musical do culto em que há discursos carregados de emoção e carisma e com improvisações musicais. No ambiente evangélico, a cantora Ana Paula Valadão do grupo Diante do trono, da Igreja Batista Lagoinha, ficou conhecida por propagar essa prática no evangelicalismo brasileiro no início dos anos 2000.

comportamento, a liberalização não atinge apenas os costumes, como também apresenta uma nova perspectiva de inserção e de engajamento dos fiéis no mundo externo à Igreja. A vivência quanto a um Reino de Deus na Terra não é algo futuro ou sobrenatural, mas pode ser vivenciado em plenitude no presente.

Se o pentecostalismo configurou o imaginário religioso evangélico em relação à segunda vinda de Cristo, no atinente a um arrebatamento secreto, o neopentecostalismo configuraria o comportamento político-social-religioso dos fiéis. Chamamos a isso de uma (neo)pentecostalização de práticas e crenças, que mescla elementos das duas abordagens da volta de Jesus e projeta o fiel para uma atuação sociopolítica. Ou seja, dispensacionalista, nas crenças da Parusia, como observado nas PE1 e 2, e pós-milenista, nas ações sociopolíticas, ainda que também se aceite a versão engajada do dispensacionalismo, refletidas na PE3 e nas FTs.

Essa noção também nos leva a refletir sobre a possível sobreposição entre o pré-milenismo dispensacionalista e o pós-milenismo. Essa situação poderia levar a uma via de mão dupla, que engloba crenças e práticas político-sociais. Ou seja, pode-se assumir práticas pós-milenistas, direcionadas a um maior engajamento e expansão de um “reino de Deus” na terra, enquanto, em termos religiosos, afirma-se acreditar nas interpretações pré-milenista dispensacionalista, como o arrebatamento.

Essa situação pode ser percebida em dois cenários explorados nessa pesquisa. Primeiro, na dicotomia “evangelização e cristianização”. A cristianização não substitui a evangelização, mas pode se sobrepor em determinados momentos, especialmente quando envolverem questões de valores, contrários à prática religiosa cristã e a um melhoramento social, com vista à implantação de um “reino de Deus” na terra capitaneado pelos evangélicos. E, segundo, no “curioso” empate ocorrido na PE3 entre as perspectivas pré-milenista e pós-milenista e na consolidação da compreensão religiosa quanto ao dispensacionalismo nas PE1 e PE2.

Ao analisarmos os resultados a partir da variável denominação, constatamos que as FTs (1, 4 e 9), que propunham um afastamento e sectarismo em relação às questões político-sociais, foram rechaçadas pelos participantes de todas as denominações disponíveis. Por outro lado, nas FTs que afirmavam um comportamento mais ativo e engajado no cenário político-social (atreladas ao dispensacionalismo e ao pós-milenismo), tenderam a ter mais votos de concordância dos participantes, como apresentado no nosso capítulo quatro.

Quando observamos apenas a questão sociopolítica, a Teologia do Domínio consegue operacionalizar os movimentos do pós-milenismo ao passo que defende uma colonização cristã do mundo e a expansão territorial do domínio da fé cristã. Esse processo, que envolve a

conversão de almas para Jesus, é necessário para o cumprimento das promessas envolvendo o retorno de Cristo e a implantação do Reino de Deus (Telles; Oliveira, 2024). Mesmo que a Teologia do Domínio não seja mobilizada em todas as esferas do evangelicalismo, há, nesse universo, um forte sentimento de defesa de valores morais que se entrelaçam com os valores cristãos, os quais precisam ser defendidos quando colocados à prova.

Segundo, quando observamos as perspectivas apoiadas em crenças, nesse caso, quanto à volta de Jesus, é possível constatar mais um nível das práticas de evangélicos que vai além dos resultados eleitorais, preferências políticas e influência dos interesses das instituições evangélicas. Embora não possamos negar a existência de elementos como a “candidatura oficial” e o “irmão vota em irmão”, há também que se levar em consideração as motivações relacionadas a crenças e valores, ou seja, ao sistema de crenças. Ou seja, quando observamos o apoio e o voto (2018 e 2022) de uma ala dos evangélicos no ex-presidente Bolsonaro, é possível compreendermos que, de alguma forma, Bolsonaro consegue mobilizar o imaginário religioso e escatológico do grupo. O discurso de Michele Bolsonaro durante a Manifestação do dia 25 de fevereiro de 2024 é uma representação prática disso, com elementos que ativam memórias e sentimentos comuns e conhecidos do grupo religioso aqui em pauta.

Compreender as motivações e saber mobilizá-las também foi algo observado durante um discurso do presidente Lula da Silva, ocorrido em um evento do Partido dos Trabalhadores (PT), em dezembro de 2023, quando ele questionou:

Como é que a gente vai chegar aos evangélicos? (...) Não é individualmente o problema de uma pessoa. É uma narrativa que nós temos que aprender para conversar com essa gente trabalhadora, gente de bem, gente que muitas vezes agradece à igreja por ter tirado o marido da cachaça para cuidar da família (Lula, 2023).

Embora Lula não esteja considerando as multiformes camadas existente no evangelicalismo brasileiro, ele está se referindo a esse grupo específico, cuja articulação não consegue atingir. Sua “preocupação” durante um evento para a sua base de apoio, num momento de preparação para as eleições municipais de 2024, aponta que conseguem “alcançar os corações e mentes” dos evangélicos aqueles(as) que sabem se comunicar com eles, com suas necessidades, invocando suas crenças. O fato de muitos políticos, no Brasil e em outros países, conseguirem fazer com que cristãos os sigam e depositem neles suas esperanças possuem conexões com a habilidade de falar o que eles querem ouvir. E o que querem ouvir? Ainda que não possamos fazer generalizações, muito possivelmente a defesa de valores cristãos na sociedade, no que diz respeito a ideais político-sociais. O início dessa comunicação se daria pela salvaguarda de valores bíblicos/cristãos, tema importante para diversos grupos evangélicos, e, a partir daí, o foco seria a junção do discurso e da prática. Não basta apenas

defender os valores cristãos, há ainda dois elementos relevantes: a vivência e a defesa de ideias político-sociais que englobem esses valores.

Isso explicaria o motivo de Bolsonaro e Donald Trump conseguirem êxito com a ala evangélica, mais conservadora e fundamentalista. Ambos conseguem mobilizar o imaginário religioso das crenças evangélicas com o político. Eles são “os Ciro”, que foram ungidos para libertar o povo das armadilhas do Diabo, de tudo aquilo que vai contra os valores bíblicos, eliminando as “perseguições” aos cristãos ocidentais. Além disso, a chegada de ambos ao poder também representaria a ideia de que o cristianismo estaria conquistando espaço nas esferas da sociedade e da política, algo importante se considerarmos a estratégia dos 7 Montes. Com isso, os princípios cristãos ganhariam espaço no ambiente moral, haveria a vivência de um Reino de Deus terreno e a segunda vinda de Cristo seria experimentada, tal como num ciclo que envolve crenças e práticas.

Dessa forma, os resultados e as reflexões aqui propostas deixam claro que diferentes elementos da do sistema de crença cristã desempenham papéis na formação dos comportamentos e das opiniões dos participantes desta pesquisa, e isso poderia ser estendido aos evangélicos brasileiros. Essa influência, que não se limita à esfera religiosa, tem um impacto significativo na condução de suas vidas públicas. Não se pode afirmar que esses indivíduos sempre atuarão com base nessas crenças, mas, possivelmente, recorrerão a elas para orientar suas opiniões quando confrontados com temáticas que desafiam tais crenças. Ou ainda, sempre que precisarem tomar alguma decisão, como é o caso da prática de orar para definir em quem votarão.

Ao compreendermos a influência do comportamento religioso na conduta de indivíduos, somos capazes de entendermos e até mesmo antecipar suas preferências e tendências sociopolíticas. Esses indivíduos não agem de maneira irracional, pelo contrário, eles(as) possuem racionalidade fundamentada em experiências e vivências de fé. Isso também evidencia os possíveis conflitos decorrentes da heterogeneidade de valores, crenças e significações concedidas a ele(as).

Apesar de os elementos comuns de crença serem compartilhados por evangélicos de diferentes filiações institucionais, é inegável que tais crenças podem (e serão) interpretadas de maneiras diversas, resultando em ações distintas no âmbito religioso e político-social. Portanto, compreender os evangélicos e suas ações políticas, sejam elas de preferência eleitoral, sejam elas ideológicas (independente da natureza), envolve também compreender as crenças que sustentam esse grupo, como valores cristãos e a ideia da volta de Jesus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou refletir sobre o papel das crenças cristãs, em especial aquelas relativas aos valores cristãos e ao retorno de Jesus, presentes na formação de visões políticas e sociais de um grupo de indivíduos de diferentes partes do país, com predominância nos estados do Rio de Janeiro e Paraná, que se declararam evangélicos ou já terem frequentado alguma Igreja Evangélica, quanto às suas preferências e comportamentos. É sabido que, ao menos nas últimas três décadas, a comunidade evangélica saiu das margens para o centro do debate político. Seu comportamento, posição ideológica, preferências de voto e apoio já foram (e continuarão a ser) objeto de análises dentro e fora da academia.

Por mais que, em muitos momentos, utilizemos o termo “evangélicos”, escrito no plural, é necessário sempre ter cautela para não homogeneizar o grupo e estabelecer que eles possuem uma postura uniforme. Sabendo da multiformidade desse grupo, demograficamente em expansão, nossas inquietações de pesquisa estiveram em compreendê-los nas suas crenças e valores. Partimos da premissa que crenças religiosas impactam comportamentos sociais e elementos políticos. Ou seja, interações políticas possuem relações com as perspectivas teológicas.

Partindo dessa ideia, foi necessário adentrarmos algumas das crenças dos evangélicos. Para isso, tínhamos consciência de que, mesmo compartilhando alguns elementos da crença cristã, suas interpretações podem ser bem, e serão, distintas. Então, qual crença focaríamos nas nossas análises? Dentro das possibilidades dispostas nas Escrituras bíblicas (principal manual de vida para esse grupo), escolhemos observar as interações referentes à Segunda volta de Jesus à Terra, a Parusia, e seus desdobramentos. Afinal de contas, os cristãos creem que Jesus veio à Terra, deixou seus ensinamentos, foi morto, crucificado e ressuscitou. Contudo, voltará para buscar aqueles que creem Nele. Assim, a vivência terrena desses indivíduos está atrelada à expectativa desse retorno.

Dessa forma, buscamos constatar como a crença na volta de Jesus à Terra possui relações com certos comportamentos sociopolíticos dos evangélicos, seja de apatia, seja de engajamento. Os comportamentos e preferências observados no cenário público podem ser analisados a partir dos fenômenos religiosos, e essa compreensão está apoiada nas crenças, vivências, interpretações e experiências de cada indivíduo. Para alcançar esse entendimento, buscamos, durante toda esta pesquisa, realizar correlações entre a sociologia e elementos políticos, com a teologia. Por isso, em diversos momentos, fizemos o uso de recursos teológicos, como textos bíblicos, pois que a compreensão da atuação das crenças cristãs exige

conhecê-las.

Nos três primeiros capítulos, oferecemos um panorama explicativo dos principais pontos a serem debatidos na pesquisa com os entrevistados. No capítulo um, descrevemos as dimensões sociais, religiosas e características do perfil evangélico. Nesse ponto, debatemos o significado do termo religião e suas diferentes formas de atuação, enquanto um arranjo social que lida com aspectos desconhecidos e misteriosos da vida humana, como a morte e a vida. Como se relaciona de maneira mútua com o meio social, à medida que impacta comportamentos, atitudes e determina o meio social, mas também é determinada e influenciada por esse meio. Dessa forma, as próprias mudanças ocorridas dentro do evangelicalismo brasileiro refletem essa necessidade de adaptação frente a demandas sociais de fiéis.

No mesmo capítulo, também debatemos que, embora o par religião e política seja posto em posição dicotômica pelo senso comum, existiria uma antiga convergência na crença cristã. Descrevemos que a formação da crença judaico-cristã se apoia em elementos políticos, em um sistema de governo antigo no qual Deus determinava quem seriam os governantes e os líderes do povo de Hebreu. Seria uma “associação política”, como cunhado por Weber, entre o povo israelita e Deus (Yahweh), caracterizada pela subordinação e não pela paridade entre as partes, baseada em uma formação tribal teocrática. Aliás, o próprio cristianismo possui relações com a política. Observamos que a crucificação de Jesus Cristo foi simultaneamente um episódio religioso, quando Jesus promovia ações que eram contrárias as leis judaicas, e político, ao ameaçar a existência do Império Romano, anunciando a proximidade de um “Reino de Deus”.

A partir desses elementos, foi possível concluir que a relação religião e política faz parte da construção da crença judaico-cristã, no que diz respeito a um Deus soberano que governou um povo, e que ainda governa o seu povo. Isso explica a alta subscrição dos participantes quando afirmamos que “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”. Afinal, para eles, isso é parte intrínseca de uma crença que se apoia em Deus como o “governante” daquele povo e que proverá as bênçãos necessárias, ainda que isso não signifique um governo teocrático.

Ainda no mesmo capítulo, apresentamos as origens, as caracterizações e atribuídas aos protestantes e evangélicos. Foi possível observar que, apesar da existência de diferenças internas, os evangélicos compartilham elementos comuns nas suas crenças religiosas. Assim, apresentamos as noções quanto aos termos protestante e evangélico, bem como as origens atribuídas a cada um deles. No Brasil, o termo “evangélico” abrange o campo religioso formado pelas denominações cristãs não católicas e se tornou um termo identificador desse grupo, embora haja inúmeras camadas a serem observadas no espectro “evangélicos”. Além disso, evangélico e protestante costumam ser compreendidos como sinônimos, embora aquele seja

reconhecido com mais identificador do que este. Por fim, analisamos os dados que caracterizam o perfil do evangélico brasileiro com base no Censo 2010 e na pesquisa do Instituto Datafolha de 2020 e ABRAPEL/ IPESPE, 2022, de maneira que pudéssemos montar um perfil desse sujeito social.

No capítulo dois, nossos esforços se voltaram para a compreensão das origens, definições e tipologias envolvendo o pentecostalismo. A pesquisa mostrou que o fenômeno do pentecostalismo rompeu fronteiras eclesiais, doutrinárias e geográficas ao conseguir se difundir pelo mundo e propagar um evangelicalismo popular, próprio das massas. Embora a noção de pentecostalismo seja atrelada ao seu início nos EUA, no século XX, observamos que sua origem é anterior a esse período e tem relação com as raízes históricas do cristianismo, no evento envolvendo os apóstolos, conhecido como Dia de Pentecostes. É devido ao ocorrido nesse evento que as noções de batismo com o Espírito Santo e de glossolalia são fundamentadas e justificadas.

Na tentativa de rastrear o máximo possível de informações sobre o fenômeno pentecostal e suas origens históricas, refizemos um percurso que teria se iniciado no Movimento Metodista, na Inglaterra, a partir de alguma ênfase religiosa com características pentecostais, que envolvia experiência emocional e o alcance das massas. No entanto, observamos que o movimento inglês não se assemelhava ao fenômeno pentecostal que chegou ao Brasil. Foi apenas quando desembarcou nos EUA, no século XIX, que suas modificações começaram a gerar elementos mais próximos daqueles que observamos no fenômeno pentecostal nacional. Especialmente na separação da emoção e da razão (Inglaterra), para a adoção de elementos emocionais, com profundos momentos de êxtase (EUA), em um processo que seria compreendido como um “pré-pentecostalismo”. Vimos que as transformações ocorridas no movimento pentecostal dos EUA, especialmente enquanto resultantes de eventos na rua Azusa, Topeska e no Kansas, configuraram a nova fase do pentecostalismo, que apresentou diferentes estágios da crença pentecostal.

Ao chegar no Brasil, o pentecostalismo se viu perante um curioso cenário, isto é, um país minimamente evangelizado pelo catolicismo e pelo protestantismo histórico, mas que precisava alcançar as massas e as periferias. Assim, ainda no capítulo dois, descrevemos as conceituadas tipologias, ou categorias, do pentecostalismo no Brasil que definiram a organização histórico-institucional do pentecostalismo brasileiro. Foi possível observarmos que, em pouco mais de um século, o pentecostalismo se instalou, desenvolveu-se e se consolidou como a principal vertente cristã do Brasil, atingindo inclusive os cristãos de tradição católica com os movimentos carismáticos. No entanto, é na terceira onda, chamada de

neopentecostalismo, que a complexidade do fenômeno se mostra presente.

As novidades apresentadas pelo neopentecostalismo romperia de vez com as outras duas categorias do pentecostalismo. Elas romperiam com as noções de sectarismo, ascetismo e apatia dos fiéis em relação ao “mundo secular” e promoveriam a propagação do dualismo hierárquico entre Deus e o Diabo. Esses elementos vinham à tona a partir da popularização de inovações teológicas neopentecostais, as quais relacionavam esses elementos e ofereciam “soluções” para os mais variados problemas da vida cotidiana dos fiéis. Destas, trabalhamos: “Teologia da Prosperidade”, “Teologia do Domínio” – que pode se ramificar em “Batalha Espiritual”, “Cristianização da Sociedade” e a “estratégia dos 7 Montes”. Observamos que cada uma delas possui um significado dentro da crença evangélica brasileira e tem relação com a escatologia.

Desse modo, no capítulo três, dedicamo-nos a compreender a escatologia. Embora seja um tema conhecido na teologia e na ciência da religião, a escatologia pode não ser amplamente conhecida nas ciências sociais. No entanto, ela é de grande importância para compreendermos o tema da Parúsia, ou seja, da volta de Jesus. Apresentamos os principais elementos envolvendo a crença no final dos tempos e da Segunda Vinda de Cristo à Terra, que é tido como um dos temas centrais da fé cristã, especialmente entre o grupo evangélico.

Demonstramos as definições, significados e desenvolvimentos da escatologia, enquanto campo de estudo, ao longo das décadas. Descobrimos que há imprecisões quanto ao seu surgimento e que as origens do termo, que remonta ao grego, podendo significar tanto *tá escháta* (últimas coisas) quanto *escathon* (acontecimento final), tem como objetivo abordar os temas das “últimas coisas” e o “futuro da humanidade”, estando relacionada ao Cristianismo. Vimos, ainda, que a escatologia está relacionada ao futuro, mas que impacta também um presente, envolvendo a transformação política e social deste mundo. Após apresentarmos sobre o desenvolvimento no século XX e realizamos algumas apresentações sobre as principais interpretações teóricas acerca da escatologia, buscamos explicar o entendimento de três temas: o Reino de Deus, a temporalidade escatológica e o Milênio. Isso aconteceu porque cada um desses temas é parte da compreensão da crença na volta de Jesus, exercendo impacto direto nas noções sobre como acontecerá o final dos tempos e, conseqüentemente, na forma como é vivido o tempo presente (de “espera”) pelos crentes.

Em resumo, o Reino de Deus é considerado um dos mais fundamentais dos temas bíblicos junto à crença da Parúsia. Sua noção é originária do Antigo Testamento e faz referência a Deus como rei e governante do povo hebreu, sendo fundamental para a ideia de Reino de Deus, escatológico, estabelecida no Novo Testamento. A noção acerca do Reino de Deus conduz-nos também ao segundo elemento: o dilema da temporalidade escatológica

representado pelo “já – agora – ainda não”, que significa não apenas a existência do Reino de Deus, como também diferentes processos de interpretação escatológica. O último elemento é o Milênio e, assim como os demais, também possui amplitude de interpretações. Ao olharmos para a crença cristã, nosso foco no tema do Milênio ou dos “mil anos” é apresentado apenas no livro de Apocalipse, no seu vigésimo capítulo, e a interpretação quanto a localização desse milênio é o que promoverá influências nas perspectivas escatológicas e político-sociais dos fiéis, em associação religiosa e sociopolítica.

Esses três elementos, reino de Deus, temporalidade escatológica e milênio compõem o que chamamos, nesta pesquisa, de sistemas, ou abordagens, escatológicas. Explicamos que existem ao menos quatro abordagens escatológicas que interpretam os fenômenos dos últimos tempos a partir da questão do Milênio: pré-milenismo histórico, pré-milenismo dispensacionalista, pós-milenismo e amilenismo. A diferença de cada abordagem está na localização dos elementos descritos e na interpretação do texto do texto de Apocalipse 20, se ele é tomado em sentido literal (pré-milenismos) ou alegórico (pós-milenismo e amilenismo).

No capítulo quatro, apresentamos os procedimentos metodológicos e resultados obtidos em duas fases de *Enquetes*, mediante as quais obtivemos 445 amostras válidas. Além do perfil da amostra, a apresentação dos resultados também indicou o perfil religioso dos participantes, quanto a suas igrejas e à forma como se autocaracterizavam. Incluindo, o conhecimento das teologias neopentecostais e das noções compartilhadas ou individuais de valores cristãos. Por fim, notamos a forma como entendiam e relacionavam a crença na volta de Jesus, tanto em relação ao imaginário religioso quanto num possível comportamento político-social, embasado em noções escatológicas.

Por fim, no capítulo cinco, tivemos por objetivo compreender a interação das crenças cristãs nas escolhas e posicionamentos dos evangélicos, representados pelos participantes da pesquisa. Dentro disso, estruturamos o capítulo em três blocos. Primeiro, tentamos enquadrar um perfil, ou seja, como se apresentam e dizem que são em termos religiosos os evangélicos os participantes da pesquisa. Segundo, analisamos as crenças que orientam esse grupo, com foco no “dilema” da evangelização e da cristianização, bem como na importância dos valores cristãos para o grupo. Por fim, abordamos a crença na volta de Jesus e os comportamentos que envolvem esse processo. Após as análises e as discussões que desenvolvemos, chegamos à algumas ideias conclusivas.

Primeiro, embora falemos em vários momentos, de “evangélicos”, devemos observar que, nesta pesquisa, tivemos um grupo majoritariamente de mulheres (63,4%). A faixa etária dos(as) participantes foi difusa, mas a maioria tinha entre 35 a 44 anos (24,3%), com renda

mensal de “4 salários mínimos” (64%) e escolaridade em nível de “ensino superior” e “pós-graduação” (72,2%). Embora tenhamos tido representantes das cinco regiões, nossa concentração estava nos estados do Rio de Janeiro e do Paraná. Fazer esse detalhamento de perfil dos entrevistados na pesquisa é importante para evitarmos cair em generalizações, algo muito comum no estudo acerca de “evangélicos”. Aliás, falar sobre esse grupo deve perpassar sempre pela descrição sobre quem são os evangélicos estudados.

Isso nos conduz ao fato de que a autoclassificação dos participantes indica, também, a pluralidade de identificação dentro do ambiente evangélico. Foi possível constatarmos que não há uma identificação homogênea no interior desse grupo, pois essa caracterização é difusa. Ou seja, os participantes não optaram majoritariamente por nenhuma definição específica (“evangélico”, “protestante”, “discípulo de Jesus”). Pelo contrário, as três opções foram relativamente aceitas pelos participantes como conceitos de identificação. Isso nos levou a refletir sobre o mito do “voto evangélico” e ainda sobre as análises dos “evangélicos”. A heterogeneidade do grupo pode ser notada, também, e principalmente, na sua caracterização. Ainda assim, observamos que culturalmente esse grupo continua sendo conhecido pelo termo “evangélico”, mesmo que esse termo não seja o único a ser utilizado por esse grupo em discursos de autoidentificação.

Em terceiro, os termos religiosos nos levaram à refletir quanto a diversidade dos evangélicos participantes da pesquisa, as categorias que estamos acostumados a conceber na academia e se elas ainda refletem o real movimento dentro das Igrejas evangélicas. Uma igreja histórica pode ser conceituada dessa forma apenas a nível histórico-institucional, mas, no que se refere às suas práticas, elas podem ter elementos pentecostais e neopentecostais. Observamos, também, que há relações entre a frequência semanal dos participantes e o seu aprofundamento em crenças. Ou seja, indivíduos que frequentam à Igreja mais vezes por semana tendem, em muitos momentos, a ter uma postura mais religiosa em relação a assuntos sociopolíticos do que aqueles que a frequentam menos vezes. Por outro lado, ao observarmos os não ativos institucionalmente, mesmo não estando ativamente em alguma instituição religiosas, eles demonstraram manter crenças cristãs em suas vidas, embora evidenciando uma postura de menos interferência religiosa do que os institucionalmente ativos.

Em quarto lugar, ao analisarmos conjuntos de sistemas de crenças que dirigem os evangélicos e as características comuns de grupo, desponta o dilema da dicotomia entre “evangelização” e “cristianização”, que impactam também a condução sociopolítica e religiosa dos indivíduos. Enquanto a evangelização seria revestida de elementos religiosos, a cristianização se conectaria à noção político-social, mesclando elementos religiosos e coletivos.

Logo, seria possível observar que há movimentações entre a evangelização e a cristianização, e que esta não suprime aquela, mas pode revelar mais força quando se pensa em atitudes de evangélicos no cenário social. O Brasil não é apenas um campo a ser evangelizado, focado na divulgação do evangelho para abertura de templo religiosos, mas também é um campo a ser cristianizado por meio do engajamento ativo dos evangélicos na promoção de valores cristãos enquanto valores para a sociedade.

Perguntamos, no início desta, pesquisa: qual o papel das crenças cristãs, em especial daquela relativa à segunda vinda de Cristo, na formação das visões políticas sociais e na atuação sociopolítica de evangélicos? Observamos que a crença na volta de Jesus é muito mais importante para o grupo do que tendemos a perceber. Isso nos conduz, então, à quinta premissa conclusiva: a expectativa na volta de Jesus influencia perspectivas religiosas e sociopolíticas.

No que se refere as perspectivas religiosa, assim como outros autores mencionados na tese, também constatamos que a crença dispensacionalista no arrebatamento e no estabelecimento do Reino de Deus compõem a crença dominante. Contudo, as perspectivas escatológicas também tiveram impacto nas transformações promovidas pelo neopentecostalismo, que não se referiria apenas a elementos doutrinários e litúrgicos, mas especialmente estavam conectados aos fenômenos escatológicos, relativos ao final dos tempos e à volta de Jesus. No pentecostalismo de primeira e segunda onda, a corrente dominante era a pré-milenista, sendo caracterizada pela pouca esperança de melhoria social até a volta de Jesus e a salvação individual das almas. As inovações neopentecostais fizeram com que o foco da Igreja fosse estabelecer, de forma literal, o Reino de Deus na Terra mediante o avançar dos crentes em diversos setores da sociedade, tal como descreve o pós-milenismo.

No entanto, quando observamos as compreensões para explicar motivações sociopolíticas o cenário é outro. Ao partirmos do ponto que elementos teológicos influenciam comportamentos sociopolíticos, podemos assumir que os elementos escatológicos também farão parte dessa influência. Por isso, nomeamos as “tomadas de posição escatológica” como sendo as categorizações dos possíveis comportamentos político-sociais oriundo das abordagens pré-milenista histórica, pré-milenista dispensacionalista e pós-milenista. Embora essas tomadas de posição não ajam de forma independente, como uma “mão invisível”, elas se apresentam como mecanismo para explicar determinadas tendências sociopolíticas dos evangélicos. Dessa forma, cada uma dessas tomadas de posição poderá promover uma cultura sociopolítica dentro das igrejas evangélicas, a qual poderá ser de apatia e distanciamento das “coisas do mundo”; de engajamento mais discreto, em busca da defesa dos valores de Cristo; ou de um engajamento ativo, que direciona o protagonismo cristão na sociedade para a volta de Jesus.

A pesquisa apontou que os participantes se dividiram entre o dispensacionalismo e o pós-milenismo. Embora, em termos religiosos, o dispensacionalismo se aproxime do pré-milenismo histórico, em termos de ação sociopolítica, ele se aproxima do pós-milenismo. Ambos relacionam algum tipo de envolvimento com as questões sociopolíticas e com os valores cristãos e por isso podem funcionar como uma via de mão dupla entre perspectivas religiosas e práticas sociopolíticas.

Embora tenha sido complexo encontrar uma definição única sobre valores cristãos (ou do reino de Deus), é possível concluir que esses valores, não quantificáveis, são os princípios estabelecidos no sistema de crença cristã. Ademais, um dos problemas que podemos observar na visão dos participantes é que há a percepção quanto a uma crise de valores morais no país, que só será solucionada com a propagação dos valores cristãos. Essa noção é um dos elementos que aproxima a tomada de posição dispensacionalista a pós-milenista, uma vez que ambas mobilizam a questão da defesa ou propagação dos valores na sociedade.

Ainda que parte dos fiéis possa não acreditar que sua atuação irá promover a volta de Jesus, eles se engajam em promover os valores cristãos e em fazer que o Reino de Deus seja estendido na sociedade e no mundo. É nesse momento que o paradoxo da “evangelização” e da “cristianização” pode emergir. Por isso, afirmamos que as tomadas de posições escatológicas não atuam sozinhas, são construídas de diferentes formas dentro do ambiente evangélico e podem mesclar elementos umas das outras.

Assim, podemos concluir, com base em tudo que abordamos, que o sistema de crenças cristãs influenciam perspectivas e práticas dos evangélicos, sejam eles(as) ativos ou não institucionalmente. A noção da segunda vinda de Jesus à Terra é um importante elemento a ser considerado ao avaliarmos a relação entre evangélicos e política. A importância desse estudo é que ele levanta luz acerca do papel que essas crenças desempenham na vida dos indivíduos que se consideram, de alguma forma, cristãos não católicos. Além disso, este trabalho também mostra que muitos dos comportamentos que observamos no cenário sociopolítico, e até mesmo pelas pesquisas de opinião e as tomadas de decisão, podem ser explicadas pelas perspectivas das crenças cristãs e podem apontar as tendências desse grupo heterogêneo e em expansão na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

**1º discurso formal de Jair Bolsonaro (PSL) após ser eleito o 38º presidente da República.** Rio de Janeiro Youtube, , 28 out. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iwD81eWSQNA>>

**A festa de Pentecostes no Antigo Testamento.** Disponível em: <<https://metodista.br/faculdade-de-teologia/materiais-de-apoio/estudos-biblicos/a-festa-de-pentecostes-no-antigo-testamento>>. Acesso em: 13 set. 2022.

ALBERTO RODRIGUES, G.; FUKS, M. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, p. 115, 2 fev. 2015.

ALEXANDRE, R. **E a verdade os libertará: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo.** 1a edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Mundo Cristão, 2020.

ALMEIDA, R. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos**, v. 38, n. 01, p. 185–213, abr. 2019.

ALVES, J. E. D. **Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032.** , 4 fev. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032>>. Acesso em: 15 mar. 2022

**Ao vivo: Lula participa de conferência eleitoral do PT.** 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5V4Etx3CAI>>. Acesso em: 7 maio. 2024

ARAÚJO, V. **Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019):** Políticas Públicas, Cidades e Desigualdades. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 17 maio 2023.

ASSAD, A. Os Desigrejados e a Crítica à Institucionalização da Igreja. **Pneuma: revista teológica**, v. 2, n. 01, p. 63–74, 25 ago. 2023.

BALDUS, H.; WILLEMS, E. Religião. **Dicionário de Etnologia e Sociologia:** 4ª. . [s.l.] Companhia Editora Nacional, 1939. (Texto para discussão, n. 4ª).

BERGER, P. **O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.** Tradução: José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus Editora, 1985.

**Bíblia de Jerusalém.** Nova edição, revista e ampliada ed. São Paulo: Paulus, 2003.

**Bíblia NVI Anote.** [s.l.] Geo - Gráfica e Editora Ltda, 2018.

**Bíblia Online - ARA - Almeida Revista e Atualizada.** Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br>>. Acesso em: 11 maio. 2024.

BILHALVA, A. O. **Os desigrejados: estudo sobre o fenômeno da desinstitucionalização contemporânea nas igrejas evangélicas.** Dissertação de Mestrado—Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2020.

BOETTNER, L. Pós-Milenismo. Em: LADD, G. E. et al. (Eds.). **O significado do Milênio: 4 pontos de vista**. Tradução: Eduardo Mano. 2. ed. Vitória - ES: Base Livros, 2021. p. 121–146.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, p. 288–338, out. 2004.

BORDA, G. F. A construção de uma “Nação Cristã” na América Latina. Em: PÉREZ GUADALUPE, J. L.; CARRANZA, B. (Eds.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020.

BRADY, R. L. An Open Letter to Evangelicals and Other Interested Parties: p. 8, [s.d.].

**Brasil | DVD Nos Braços do Pai | Diante do Trono**. , 1 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FOqR5Q6gO9M>>. Acesso em: 20 out. 2022

BROWN, W. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 34, p. 690–714, 2006.

BURGESS, S. M.; VAN DER MAAS, E. M. (EDS.). Introduction. Em: **The new international dictionary of Pentecostal and charismatic movements**. Rev. and expanded ed ed. Grand Rapids, Mich: Zondervan Pub. House, 2002. p. 13–27.

BURITY, J. A. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, v. 20, n. 2, nov. 2008.

BURITY, J. Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? A conjuntura pós-impeachment no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 22, p. e020015, 8 jul. 2020.

CAMPOS, L. S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: **REVISTA USP**, p. 16, 2005.

CESAR, E. M. L. **Historia Da Evangelizacao Do Brasil**. [s.l.] Ultimato, 2000.

CHEVITARESE, A. L. **Páscoa: as razões políticas por trás da condenação de Jesus à cruz.**, 14 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61106899>>. Acesso em: 21 out. 2022

CHRISTERSON, B.; FLORY, R. W. **The rise of network christianity: how independent leaders are changing the religious landscape**. New York, NY: Oxford University Press, 2017.

**Cindy Jacobs Profetiza para o Presidente Jair M. Bolsonaro e para o Brasil**. , 5 out. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EwxiURwyaY>>. Acesso em: 20 out. 2022

CLAUS SCHWAMBACH. Escatologia como categoria sistemático-teológica: um ensaio em perspectiva protestante. **Vox Scripturae – Revista Teológica Internacional**, v. XIV, n. n°2, p. 134–182, 2006.

CLOUSE, R. Introdução. Em: LADD, G. E. et al. (Eds.). **O significado do Milênio: 4 pontos de vista**. Tradução: Eduardo Mano. 2. ed. Vitória - ES: Base Livros, 2021. p. 9–15.

COALIZÃO PELO EVANGELHO. **Eleições 2018: Carta aberta à Igreja Brasileira**.

Disponível em: <<https://voltemosaoevangelho.com/blog/2018/09/eleicoes-2018-carta-aberta-a-igreja-brasileira/>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

COSTA, R. V. DA. Miatização, consumo e teologia coaching: sentidos de positividade e sucesso na rede social digital Instagram. 23 fev. 2023.

**Culto em Ação de Graças pela vida do Pr. Silas Malafaia | Pr. Cláudio Duarte | 15/09/2022.**, 15 set. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tMwSfpmi9N4>>. Acesso em: 20 out. 2022

DATAFOLHA, I. **Opinião sobre a democracia**: Opinião Pública, relatório. São Paulo: Instituto DataFolha, 2019.

DEBERNARDI, J. Spiritual Warfare and Territorial Spirits: The Globalization and Localisation of a “Practical Theology”. **Religious Studies and Theology**, v. 18, n. 2, p. 66–96, 11 mar. 2007.

DURKHEIM, E. Definition of religious phenomena and of Religion. Em: **The elementary forms of religious life**. Tradução: Karen E. Fields. New York: Free Press, 1995. p. 21–39.

DURKHEIM, E. Introdução: Objeto de pesquisa. Sociologia religiosa e teoria do conhecimento. Em: **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. V–XXVII.

ELWELL, Walter A (Ed). **Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã**. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, p. 1272, 2009

FERNANDES, R. C. (ED.). **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

FIGUEIREDO, J.; MENEZES, M. Brasil e Deus são as palavras que mais aparecem nos discursos de Bolsonaro. [s.d.]. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/brasil-deus-sao-as-palavras-que-mais-aparecem-nos-discursos-de-bolsonaro-23982333>. Acesso em 15 dez. 2023

FONTANA, L. L. B.; LUBER, M. (Eds.). **Political Pentecostalism: Four Synoptic Surveys from Asia, Africa, and Latin America**. Regensburg: Verlag Friedrich Pustet, [s.d.].

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment**. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências Sociais)—[s.l.] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FREUND, J. **Sociologia De Max Weber**. 5ª edição ed. [s.l.] Forense Universitária, 2003.

GAFFIN, R. Teologia do Reino. In: FERGUSON, Sinclair B; WRIGHT, David F. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 1054-1059.

GARRARD-BURNETT, V. A Vida Abundante: A Teologia Da Prosperidade Na América Latina. **História: Questões & Debates**, v. 55, n. 2, 31 dez. 2011.

GLADWIN, J. Ética Social. In: FERGUSON, Sinclair B; WRIGHT, David F. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 398-400.

GONÇALVES, A. **Evangélicos ou Protestantes?** Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/evangelicos-ou-protestantes/>>.

GRAHAM, R.; HOMANS, C. Trump Is Connecting With a Different Type of Evangelical Voter. **The New York Times**, 10 jan. 2024.

HEUSER, A. Outlines of a Pentecostal Dominion Theology. Em: FONTANA, L. L. B.; LUBER, M. (Eds.). **Political Pentecostalism: Four Synoptic s from Asia, Africa, and Latin America**. Regensburg: Verlag Friedrich Pustet, [s.d.]. p. 187–245.

HOEKEMA, A. A. **A Bíblia e o futuro**. Tradução: Karl H. Kepler. São Paulo: Casa Ed. Presbiteriana, 1984.

HOEKEMA, A. A. Amilenismo. Em: LADD, G. E. et al. (Eds.). **O significado do Milênio: 4 pontos de vista**. Tradução: Eduardo Mano. 2. ed. Vitória - ES: Base Livros, 2021. p. 161–196.

HOLLENWEGER, W. J.; HOLLENWEGER, W. J. **The Pentecostals**. London: SCM Press, 1976.

HOYT, H. Pré-Milenismo Dispensacionalista. Em: LADD, G. E. et al. (Eds.). **O significado do Milênio: 4 pontos de vista**. Tradução: Eduardo Mano. 2. ed. Vitória - ES: Base Livros, 2021. p. 65–94.

IBGE. **Censo 2010 | resultados | notícias | Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>>. Acesso em: 8 set. 2022a.

IBGE. **Tabela 137: População residente, por religião**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137>>. Acesso em: 20 out. 2022b.

IBGE. **Tabela 1489: População residente, por cor ou raça, segundo o sexo a a religião - Resultados Gerais da Amostra**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1489#resultado>>. Acesso em: 2 set. 2023c.

IBGE. **Tabela 2094: População residente por cor ou raça e religião**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094>>. Acesso em: 8 set. 2022.

IBGE. **Tabela 3457: Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, sexo e religião - Características Gerais da População**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3457>>. Acesso em: 5 set. 2023d.

IBGE. **Tabela 6408: População residente, por sexo e cor ou raça**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>>. Acesso em: 5 set. 2023e.

ICE, T.; DEAN, R. **Triufando na batalha: A guerra contra Satanás sofreu uma reviravolta inesperada**. Tradução: Artemis Fernandes Pinto. Porto Alegre: Obra Missionária Chamada da Meioa-Noite, 1995.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO - ISER. **Mulheres evangélicas, política e cotidiano: Mulheres evangélicas, política e cotidiano**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/mulheres-evangelicas-para-alem-do-voto-concepcoes->

[sobre-politica-e-cotidiano/](#)>. Acesso em: 10 fev. 2024.

IPESPE/ABRAPEL. Pesquisa Termômetro da Campanha. Set/Out. 2022

ISER. Editorial. **Protestantismo e Política no Brasil**, Cadernos ISER. n. 7, nov. 1977.

ISRAEL, E. DE. **HISTÓRIA: Segundo Templo**. Disponível em: <<https://embassies.gov.il/luanda/Israel/history/Pages/HISTORIA-Segundo-Templo.aspx>>.

Acesso em: 20 out. 2022a.

ISRAEL, E. DE. **HISTÓRIA: Tempos bíblicos**. Disponível em: <<https://embassies.gov.il/luanda/Israel/history/Pages/HISTORIA-Tempos-biblicos.aspx>>.

Acesso em: 20 out. 2022b.

JOHNSON, A. G.; JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JOHNSON, T. M. **Evangelicals Worldwide**. Gordon Conwell, 25 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.gordonconwell.edu/blog/evangelicals-worldwide/>>. Acesso em: 7 set. 2022

JOHNSON, T. M. **Protestants Around the World**. Gordon Conwell, 22 jul. 2020b. Disponível em: <<https://www.gordonconwell.edu/blog/protestants-around-the-world/>>.

Acesso em: 7 set. 2022

KAY, W. K. **Pentecostalism**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2011.

KEATING, D.; BLANCO, A.; MORSE, C. E. Trump's biggest Iowa gains are in evangelical areas, smallest wins in cities. **The Washington Post**, 16 jan. 2024.

KEPEL, G. Fundamentalistas políticos y evangélicos sociales. Em: **LA REVANCHA DE DIOS: cristianos, judíos y musulmanes a la reconquista del mundo**. Tradução: Marcelo Cohen. 2. ed. Madrid: Grupo Anaya, 1995.

KINGDOM, D. **Família**. In: FERGUSON, Sinclair B; WRIGHT, David F. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 423-426.

LADD, G. E. et al. **O significado do Milênio: 4 pontos de vista**. Tradução: Eduardo Mano. 2. ed. Vitória - ES: Base Livros, 2021.

LADD, G. E. **O evangelho do reino: estudos bíblicos sobre o reino de Deus**. Tradução: Hope Gordon Silva. 1 ed ed. São Paulo, Brazil: Shedd Publicações, 2008.

LADD, G. E. Pré-Milenismo Histórico. Em: LADD, G. E. et al. (Eds.). **O significado do Milênio: 4 pontos de vista**. Tradução: Eduardo Mano. 2. ed. Vitória - ES: Base Livros, 2021. p. 19-42.

LADD, G. E. **The presence of the future: the eschatology of biblical realism**. Grand Rapids, Mich: Eerdmans Pub. Co, 1974.

Lance Wallnau - **As sete montanhas de influência (legendado)**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3NDNFe2FtIQ>>. Acesso em: 21 set. 2023

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples: edição revista e ampliada, com nova introdução, dos três livros: Broadcast Talks, Christian Behaviour, Beyond Personality**. [s.l.] Editora WMF Martins Fontes, 2022.

**Livros - ARA - Almeida Revista e Atualizada - Bíblia Online**. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/ara/index>>. Acesso em: 22 out. 2022.

LUTERO, M. **A Liberdade Cristã, de Martinho Lutero**. Tradução: Daniel GOMES. 7º ed. [s.l.] Biblion, 2017.

MACHADO, M. D. D. C. A Identidade Evangélica em Disputa. **Debates do NER**, p. 83–89, 31 jul. 2021.

MACHADO, M. D. D. C. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 45–72, dez. 2015.

MACHADO, M. D. D. C.; BURITY, J. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **Dados**, v. 57, n. 3, p. 601–631, set. 2014.

MACHADO, M. D. D. Religion and Moral Conservatism In Brazilian Politics. **Politics and Religion Journal**, v. 12, n. 1, p. 55–74, 24 mar. 2018.

MACIEL, M. A. DE O. 9.504. LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - Estabelece normas para as eleições. . 1997.

MAFRA, C. C. J. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

MARIANO, R. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 708, 31 dez. 2016.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, R. O Envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. Em: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. (Eds.). **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 193–210.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. DE O. O Envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor. Em: PIERUCCI, A. F. DE O.; PRANDI, R. (Eds.). **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste por vir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MENDONÇA, A. G. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista USP**, v. 0, n. 67, p. 48, 1 nov. 2005.

MOLTMANN, J. **Theology of hope: on the ground and the implications of a Christian eschatology**. 1st Fortress Press ed ed. Minneapolis: Fortress Press, 1993.

MOLTMANN, J.; MOLTMANN, J. **The coming of God: Christian eschatology**. Repr ed. Minneapolis: Fortress Press, 2004.

MORGAN, D. Adventism, Apocalyptic, and the Cause of Liberty. **Church History**, v. 63, n. 2, p. 235–249, 1994.

NOLL, M. A.; BUTLER, J.; STOUT, H. S. **Protestants in America**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2000.

NOVAES, R. R. A Divina Política: Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, v. 0, n. 49, p. 60, 30 maio 2001.

OLIVEIRA, C. F. DE. **Nunca, na história deste país... A contribuição de Guaracy Silveira ao metodismo do Brasil**. Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, 2008.

OLIVEIRA, C. R. D. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Doutorado em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 19 set. 2019.

ORLANDO, VN; FIGUEIREDO, A.G. **O Rei Está Voltando** -Harpa Cristã. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/harpa-crista/853765/>. Acesso em 15 mar. 2024.

ORO, A. P.; TADVALD, M. Consideraciones sobre el campo evangélico Brasileño. p. 13, abr. 2019.

PASSOS, J. D. **Pentecostais: origens e começo**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PAULA, V. A. S. DE. **Fé e Política: mudanças teológicas e participação política no pentecostalismo brasileiro**. Anais apresentado em XXVI Simpósio da Associação Nacional de História. 2011.

PÉREZ GUADALUPE, J. L. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. Em: PÉREZ GUADALUPE, J. L.; CARRANZA, B. (Eds.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17–110.

PÉREZ GUADALUPE, J. L.; CARRANZA, B. (EDS.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

PIERUCCI, A. F. DE O.; PRANDI, J. R. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. Em: **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo : Editora Hucitec, 1996.

PODER360. **Leia a íntegra do discurso de Michelle na avenida Paulista**. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

**Posição de proibir aborto em qualquer situação é minoritária (38%) no Brasil.**

Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2024/06/posicao-de-proibir-aborto-em-qualquer-situacao-e-minoritaria-38-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Quem foi o 1º deputado evangélico do Brasil, que era contra religião na escola e Deus na Constituição. **BBC News Brasil**, [s.d.].

REDAÇÃO RBA. **Frente de Evangélicos publica manifesto contra a candidatura de Bolsonaro**. 29 set 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/frente-de-evangelicos-publica-manifesto-contra-a-candidatura-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

REIS, L. **Dicionário para entender o campo religioso: Volume 1**. São Paulo, SP: eDOC BRASIL, 2023.

**Revista Época: A nova reforma Protestante - Blog do Bruno Guedão | 1Cr25.** , [s.d.].

Disponível em: <<https://www.1cr25.com.br/brunoguedao/revista-epoca-a-nova-reforma-protestante/>>. Acesso em: 23 nov. 2023

RICHARDSON, J. **Quando um judeu governar o mundo: O que a Bíblia realmente diz sobre Israel no plano de Deus**. Tradução: Paulo Júnior. São Paulo: Impacto, 2019.

ROCHA, D. Os Fundamentos de um Reino Milenar: Expectativas Milenaristas e Engajamento Político na História do Fundamentalismo Religioso Norte-Americano. **Fronteiras**, v. 12, n. 21, p. 203–225, jun. 2010.

ROCHA, D. **Venha a nós o Vosso Reino: rupturas e permanências nas relações entre escatologia e política no pentecostalismo brasileiro**. Dissertação de Mestrado—Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

ROLDÁN, A. F. **Escatología: una visión integral desde América Latina**. Buenos Aires: Karos Ediciones, 2002.

ROMEIRO, P. **Evangelicos em crise**. 3a ed ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1997.

ROSAS, N. “Dominação” evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono. **Contemporânea**. v. 5, n. 1, p. 235–258, jun. 2015.

RUNIA, K. Escatologia na Segunda metade do século XX. **Vox Scripturae – Revista Teológica Internacional**, v. II, n. 2, p. 51–81, dez. 1997.

SANT’ANA, R. **A NAÇÃO CUJO DEUS É O SENHOR: a imaginação de uma coletividade “evangélica” a partir da Marcha para Jesus**. Dissertação de mestrado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

SCOTTISH BULLETIN O F. **Esperança** (S. B. Ferguson, D. F. Wright, Eds.)**Novo dicionário de teologia**. In: FERGUSON, Sinclair B; WRIGHT, David F. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 370-371.

SEMÁN, P. ¿Quiénes son? ¿Por qué crecen? ¿En qué creen? | **Nueva Sociedad**. n. 280. mar-abr. 2019. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/quienes-son-por-que-crecen-en-que-creen/>>. Acesso em: 22 out. 2022.

**Sete vezes em que se pensou que o mundo iria acabar**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/sete-vezes-em-que-se-pensou-que-o-mundo-iria-acabar.ghtml>>. Acesso em: 21 set. 2023.

SHELLY, B. L. **História do cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. Tradução: Guiliana Niedhardt. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

SIEPIERSKI, P. D. Pós-Pentecostalismo e Política no Brasil. **Pós-Pentecostalismo e Política no Brasil**, Estudos Teológicos. v. 37, n. 1, p. 47–61, 1997.

**Sionismo Cristão. Religião e Poder**, [s.d.]. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/sionismo-cristao/>>. Acesso em: 15 set. 2023

STARK, R.; BAINBRIDGE, W. S. **Uma teoria da religião**. 1ª ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2008.

SYNAN, V. **O século do Espírito Santo: 100 anos de avivamento pentecostal e carismático**. 1ª edição ed. [s.l.] Vida Livros, 2009.

TELLES, H.; OLIVEIRA, H. G. S. **Evangélicos, Teologia do Domínio e voto nas eleições de 2022**. **Boletim Lua Nova - CEDEC**, 1 fev. 2024. Disponível em: <<https://boletimluanova.org/evangelicos-teologia-do-dominio-e-voto-nas-eleicoes-de-2022/>>. Acesso em: 10 mar. 2024

TERRA, K. Experiência no Espírito, Racionalidade e Hermenêutica. Em: SIQUEIRA, G.; TERRA, K. (Eds.). **Autoridade Bíblica e Experiência no Espírito: a contribuição hermenêutica pentecostal carismática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020. p. 173–205.

TIDBALL, DJ. Teologia da Evangelização. In: FERGUSON, Sinclair B; WRIGHT, David F. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009. Pp. 1042 – 1044.

**TIME Magazine Cover: Karl Barth - Apr. 20, 1962**. Disponível em: <<https://content.time.com/time/covers/0,16641,19620420,00.html>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

URBAN, H. B. America, Left Behind: Bush, the Neoconservatives, and Evangelical Christian Fiction. **Journal of Religion & Society**, v. 8, p. 1–15, 2006.

VALADÃO BESSA, A.P. **Brasil**. Belo Horizonte: 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OSQyjAdsI9A>>. Acesso em 12 nov. 2022.

VALLE, E. MEDO E ESPERANÇA.: Uma leitura psicossociológica do milenarismo. **ESPAÇOS-Revista de Teologia e Cultura**, v. v. 6, n. n. 2, p. 109–121, 1998.

VLACH, M. J. Various Forms of Replacement Theology. p. 57–69, Spring 2009.

VOSS, L. T. H. **A tensão já e ainda não em Oscar Cullmann : possibilidades e implicações**

**para a missão da igreja.** Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2018.

**washingtonpost.com: Entertainment Guide.** Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/wp-srv/entertainment/movies/reviews/leftbehindhowe.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução: Mario Morais. São Paulo: Martin Claret, 2016.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução: Regis Barbosa; Tradução: Barbosa. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WEISS, R. Durkheim e as formas elementares da vida religiosa. **Debates do NER**, v. 2, n. 22, p. 95–119, 21 dez. 2012.

WESLEY, J. **O Diário de John Wesley - O pai do Metodismo.** Tradução: Izilda Peixoto Bella. São Bernardo: Editora Angular, 2017.

WOODWARD, A. How Iowa evangelicals rallied around Trump’s ‘holy war. **Independent UK**, 15 jan. 2024.

## APÊNDICE A – Mapa de Entrevista do Perfil Socioeconômico – presente em ambas Enquetes

### 1 Qual sua idade?<sup>125</sup>

- 18 a 24 anos – *ambas as Enquetes*
- 25 a 30 anos
- 25 a 34 anos – *Enquete 2*
- 30 a 34 anos
- 35 a 44 anos – *Enquete 2*
- 45 a 49 anos
- 45 a 59 anos – *Enquete 2*
- Acima de 50 anos
- 60 anos ou mais – *Enquete 2*

### 2 Sexo<sup>126</sup>

- Feminino
- Masculino

### 3 Em qual cidade/ estado você reside?<sup>127</sup>

### 4 Qual a sua escolaridade?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-graduação

### 5 Qual sua renda mensal?<sup>128</sup>

- Até 2 salários mínimos
- De 2 a 4 salários mínimos
- De 4 a 10 salários mínimos
- De 10 a 20 salários mínimos
- Acima de 20 salários mínimos

<sup>125</sup> No quesito “idade” realizamos alterações nas duas enquetes, isso se deu porque na *enquete 2* observamos a necessidade agrupar algumas faixas etárias para facilitar a análise. Assim, as faixas etárias sem indicação, se referem a *enquete 1*.

<sup>126</sup> É importante explicar que nos questionários utilizamos a expressão “sexo”, e não “gênero”. Essa abordagem foi necessária, uma vez que entre os evangélicos considera-se como fato o sexo biológico e não o gênero. Isso também levou a que as opções de respostas se restringissem ao sexo biológico “feminino” e “masculino”.

<sup>127</sup> Na *enquete 1*, perguntamos em qual cidade o(a) participante residia. Essa era uma pergunta aberta que permitia o(a) escrever o nome da sua cidade. Já na *enquete 2*, perguntamos em qual estado o(a) participante residia, nisso lhes concedemos a lista das 26 Unidades da Federação e do Distrito Federal para que pudessem escolher,

## APÊNDICE B – Mapa de Entrevista da Enquete 1 para participantes Membros

**1 Qual igreja você frequenta?**

**2 Há quanto tempo você participa da sua igreja?**

- Menos de 1 ano
- 1 a 2 anos
- 3 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

**3 Como você se descreveria?**

- Cristão protestante
- Evangélico
- Discípulo de Jesus

**4 Você poderia descrever o que entende pela opção anterior escolhida?**

**5 Você é adepto da doutrina dos 7 Montes?**

- Sim
- Não
- Desconheço

Caso responda **sim** ou **não**:

**5.1 Você considera a doutrina dos 7M uma:**

- Teoria
- Teologia
- Estratégia

**6 Você considera que os valores morais da sociedade brasileira estão corrompidos?**

- Sim
- Não
- Alguns?

**6.1 A resposta “alguns”, o formulário conduzirá à pergunta: Poderia descrever quais?**

**7 Você acredita que o Brasil seria um país melhor se tivesse mais valores cristãos presentes na cultura e na política?**

**8 Você acredita que a política é uma esfera que precisa do estabelecimento dos “Valores do Reino”?**

- Sim
- Não

**8.1 Por que?**

**9 Das áreas a seguir, quais você acredita que precisa mais dessa intervenção? Considere 1 como menor influência e 5 como maior influência.**

- Governo
- Economia
- Cinema/ música/ artes em geral
- Valores da família
- Educação (do ensino infantil até o superior)
- Programas de televisão, conteúdo em redes sociais e etc

**10** Você estaria disposto a votar em uma pessoa que defendesse os valores bíblicos/cristãos para a sociedade ou que estivesse próximo a eles?

- Sim
- Não
- Talvez

**10.1** A resposta “talvez” levará para a questão: Por favor, justifique.

**11** Você votaria em um candidato sugerido pelo seu pastor(a)?

- Sim
- Não
- Talvez

**11.1** A resposta “talvez” levará para a questão: Por favor, justifique.

**12** Você se considera uma pessoa progressista ou conservadora?

- Progressista
- Conservadora
- Depende do tema

Caso responda “**depende do tema**”, o formulário conduzirá para as perguntas:

- Você se considera progressista em relação a quais temas?
- Você se considera conservador(a) em relação a quais temas?

**13** Em sua opinião a democracia é a melhor forma de governo?

- Sim
- Não
- Depende

A resposta “**depende**” levará para a questão: Por favor, justifique.

## APÊNDICES C - Mapa de Entrevista da Enquete 2

- 1 **Qual igreja você frequenta?**
- 2 **Quantas vezes por semana você vai à igreja?**
  - 1 vez
  - 2 vezes
  - 3 vezes ou mais
  - No momento, não estou frequentando nenhuma
- 3 **Sob qual denominação você acha que sua igreja se encaixa?**
  - Tradicional/histórica
  - Pentecostal
  - Neopentecostal
  - Outro:
- 4 **Quais dessas classificações mais te contemplam?**
  - Protestante
  - Evangélico
  - Discípulo de Jesus
  - Outro:
- 5 **Você poderia descrever o que entende pela opção anterior escolhida?**
- 6 **Se o termo “evangélico” não tivesse nenhuma relação com a política, você consideraria a escolha do termo “evangélico”? Apenas para aqueles que não escolheram a opção evangélico.**
  - Sim
  - Não
  - Talvez
- 7 **Você poderia descrever o que entende pela opção anterior escolhida?**

A seguir, serão apresentadas algumas frases: assinale seu nível de concordância com cada uma delas<sup>129</sup>.

- 8 *“O crente não se mete em política”*
- 9 *“Somos chamados a ganhar o Brasil para Jesus”*
- 10 *“Devemos influenciar as esferas da sociedade para que o mundo seja cristianizado”*
- 11 *“Não somos deste mundo; logo não precisamos nos envolver com questões políticas. Nossa missão é apenas pregar o evangelho”.*
- 12 *“A Igreja não precisa se infiltrar nas instituições do mundo, mas os cristãos possuem algumas tarefas no engajamento político/social na luta contra aqueles que vão contra a fé e os valores de Cristo.”*
- 13 *“Se a Igreja estivesse em posição de governo, o Brasil seria um país melhor.”*
- 14 *“Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”*
- 15 *“Sou favorável ao uso de símbolos de Israel, como por exemplo a bandeira.”*
- 16 *“Política e religião não se misturam”*
- 17 *“Os valores morais da sociedade brasileira estão corrompidos”*
- 18 *“O Brasil seria um país melhor se tivesse mais valores cristãos presente na cultura e na política.”*
- 19 *“A educação é uma área que precisa da intervenção dos valores cristãos”*
- 20 *“A cultura é uma área que precisa da intervenção dos valores cristãos”*

<sup>129</sup> Em cada uma das frases, havia as seguintes opções de resposta: concordo totalmente, concordo, não estou decidido, discordo e discordo totalmente. Para não ocupar muito espaço, colocaremos apenas as frases, sem as opções.

**21 O que você consideraria ao vota em um(a) candidato(a)?**

- Boas ideias políticas/sociais
- Identidade religiosa (se declarar cristão(a), evangélico(a))
- Defender os valores cristãos

**22 Em sua opinião, a volta de Jesus está próxima?**

- Sim
- Não
- Talvez

A seguir apresentarei alguns pontos em relação a alguns temas e gostaria que você escolhesse as asserções com as quais concorda mais. Note, não há respostas certas ou erradas, o que importa é a sua perspectiva sobre os assuntos.

**23 No que se refere a alguns eventos sobre a volta de Jesus, marque a opção que mais você acredita que acontecerá:**

- A volta de Cristo será precedida por alguns sinais, como a pregação a todas as nações, grande apostasia (descrença na fé), guerras fomes, terremotos, o aparecimento do Anticristo e uma grande tribulação. A igreja verá e passará a Grande Tribulação.
- Mesmo com os sinais de guerras, fomes, terremotos, apostasia ainda não é o fim! A vinda de Cristo acontecerá em dois estágios: primeiro, Cristo arrebatará a Igreja antes da Grande Tribulação. Segundo, Cristo retornará com a Igreja para estabelecer seu Reino.
- O ensino e a pregação cristãos expandem o Reino de Deus na Terra, o que promoverá a cristianização do mundo e crescimento da Igreja. Apesar de ainda existir o mal, ele é reduzido devido à influência moral e espiritual dos cristãos. A igreja é um importante agente na resolução de problemas políticos e sociais. Este período terminará com a vinda de Cristo, a ressurreição dos mortos, o julgamento e estado final

**24 No que se refere ao estabelecimento do Reino de Deus na terra:**

- Cristo estabelecerá seu Reino na Terra, que será um período de paz e justiça antes do fim do mundo.
- O Reino de Deus só será estabelecido na terra após Cristo retornar com a Igreja triunfante, depois da tribulação.
- O Reino é agora; ele está sendo estendido através da pregação e do ensino do Evangelho.

**25 No que se refere ao posicionamento político dos cristãos:**

- Os(as) cristãos(as) não se envolvem em questões políticas, pois a volta de Jesus está próxima; o seu reino não é deste mundo e a política faz parte das coisas deste mundo.
- Os(as) cristãos(as) não precisam se envolver em questões políticas, mas entendem que possuem alguma tarefa no engajamento político na luta contra aqueles que vão contra a fé e os valores de Cristo.
- Os(as) cristãos(as) se envolvem nas questões políticas, pois é através da sua influência que o reino de Deus será expandido na Terra. O mal será reduzido e os(as) cristãos(as) serão importantes agentes na resolução de problemas políticos e sociais.

**26 Em relação às seguintes teologias/doutrinas, assinale qual(is) você já ouviu falar:**

- Teologia do Domínio

- Batalha Espiritual
- Teologia da prosperidade
- Estratégia dos 7 Montes
- Todas
- Nenhuma

**27 Ainda em relação às teologias/doutrinas acima qual(is) você mais acredita que tem impacto na sua vida?**

- Teologia do domínio
- Batalha Espiritual
- Teologia da prosperidade
- Estratégia dos 7 Montes
- Todas
- Nenhuma

**28 Em relação a algumas abordagens escatológicas, sobre a volta de Jesus, escolha qual(is) você já ouviu falar:**

- Pré-milenismo histórico
- Pré-milenismo dispensacionalista
- Pós-milenismo
- Amilenismo
- Todas
- Nenhuma
- Outro

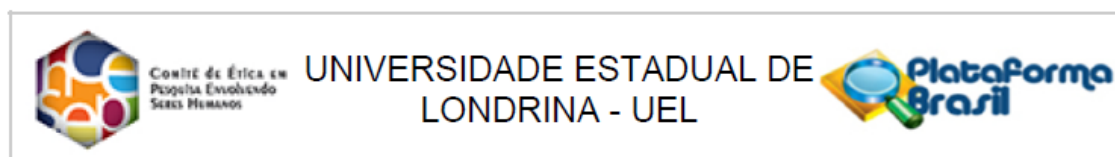
## ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1708773.pdf	09/04/2021 17:19:43		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_detalhado_Graziela_Dumard_da_Silva_.docx	09/04/2021 17:17:39	GRAZIELA DUMARD DA SILVA	Aceito

<b>Endereço:</b> LABESC - Sala 14	
<b>Bairro:</b> Campus Universitário	<b>CEP:</b> 86.057-970
<b>UF:</b> PR	<b>Município:</b> LONDRINA
<b>Telefone:</b> (43)3371-5455	<b>E-mail:</b> cep268@uel.br

Página 03 de 04



Continuação do Parecer: 4.679.177

Investigador	Projeto_detalhado_Graziela_Dumard_da_Silva_.docx	09/04/2021 17:17:39	GRAZIELA DUMARD DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Graziela_Dumard_da_Silva_.doc	09/04/2021 17:15:51	GRAZIELA DUMARD DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Graziela_Dumard_da_Silva.pdf	17/03/2021 10:00:24	GRAZIELA DUMARD DA SILVA	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 29 de Abril de 2021

---

**Assinado por:**  
**Adriana Lourenço Soares Russo**  
 (Coordenador(a))